JOSÉ KENNEDY LOPES SILVA

ESFERAS PÚBLICAS SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

LAVRAS - MG
2023

JOSÉ KENNEDY LOPES SILVA

ESFERAS PÚBLICAS SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

LAVRAS - MG
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Lopes Silva, José Kennedy.
Esferas Públicas Sobre Desmatamento na Amazônia Brasileira / José Kennedy Lopes Silva. - 2023.
257 p.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2023.
Bibliografia.

1. Amazônia Brasileira. 2. Gestão Social. 3. Teoria da Ação Comunicativa. I. Pereira, José Roberto. II. Título.

JOSÉ KENNEDY LOPES SILVA

ESFERAS PÚBLICAS SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PUBLIC SPHERES ON DEFORESTATION IN THE BRAZILIAN AMAZON

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 31 de agosto de 2022.
Dra. Patrícia Aparecida Ferreira UFLA
Dra. Sabrina Soares da Silva – UFLA
Dr. Osmar Siena – UNIR
Dr. Valderí de Castro Alcântara – UFMG

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

LAVRAS-MG
2023

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos amazônidas que vivem cotidianamente pela sobrevivência da Amazônia.

Aos que lutam diuturnamente por um Brasil melhor.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos em trabalhos científicos são, para mim, uma seção que permite ao leitor entender e se aproximar do autor do trabalho. Por isso, trato, além de tudo, como algo íntimo em que é possível conhecer o que alimenta e constrói a sensibilidade do autor. Quem não gosta dessa seção, por favor, reveja seu pensamento sobre isso e comece a ler os agradecimentos de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, porque, às vezes, é o que há de mais belo em um trabalho científico.

Dito isso, não há como não começar os meus agradecimentos pela minha companheira Maristela Abadia Guimarães, ela anteviu, antes de mim, que eu poderia ser professor, ter uma carreira acadêmica e chegar até o doutorado. Ela viu naquele "moleque" que terminava a graduação tudo isso, algo que sequer eu cogitava e sonhava. O seu olhar, a sua sensibilidade me fez mudar de opinião, acreditar que poderia ser um professor, mestre e doutor. Sem ela, eu não sei o que seria da minha vida, só sei que não seria essa, só sei que não estaria escrevendo essas linhas. Por isso e muito mais do que isso, MEU MUITO OBRIGADO, MINHA FLOR DE PIMENTA, "TE AMO, SIMPLES ASSIM".

Aos meus pais, Maria Antônia, vulgo "Gum" e Zé Bodinho, vulgo "Pai Bidu", não há palavras, não há habilidade de escrita que me faça descrever o sentimento de agradecimento para esses dois, sem eles nada seria possível, tudo que faço na minha vida é com eles, para eles e por eles. Gum foi literalmente a minha professora, alfabetizou-me e me incentivou a estudar desde sempre, e sempre disse aonde eu poderia chegar. Meu pai, por outro lado, mesmo sem ter estudado, sempre acreditou em mim e me incentivou; acreditou que, pelos estudos, eu poderia ser alguém. Eles são os doutores da minha vida, como diz Emicida na música Oásis "Não confunda diploma com vivência e visão, não". Meus pais são os meus orientadores desde sempre, me guiam, me ensinam todos os dias a ser uma pessoa melhor, um professor melhor e agora um doutor melhor.

Ao meu irmão, Keny Rogenis, que, com a sua simplicidade e modo de ver o mundo, me faz voltar ao meu lar e não esquecer de onde vim. Ao nosso modo, respeitamo-nos e nos amamos. Sem ele não seria possível que eu pudesse andar e voar por este País em busca dos meus sonhos. A Janiqueli, minha cunhada, por aguentá-lo e por garantir que ele me pague uma cerveja pela tese.

A dona Irani (*in memorian*), minha sogra, que pude aprender com a sua experiência até os últimos momentos de sua passagem por este plano. Aprendi com ela que nunca

devemos abrir mão de nossos desejos, de nossa personalidade, de nossa essência e também como professor e agora doutor não posso falar "memo" é "meSSSSSmo", leiam com sotaque bem mineiro, ouvirei eternamente: "que coisa feia, um professor que não sabe falar, que fala "memo" é "MESSSSSSSSSSSSSMO".

Às gatas, Selma que sempre me ensina, com o seu humor (mau) e carência, a importância de fazer bem a alguém e por ter sido quem mais acompanhou a escrita desta tese, todos os dias dormia sobre a minha mesa de trabalho. À Josefa, que só sabe amar e fazer arte, quem em tempos tão tristes, trouxe alegria.

A minha família e amigos, pessoas que não convém mencionar, mas elas sabem o quanto foram importantes desde a minha infância em Peixoto de Azevedo-MT, a adolescência, juventude em Sinop-MT e a vida por Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Tenho um pouco de cada um neste texto, tenho um pouco de cada em tudo que faço, vocês têm culpa nisso. *Péra,* vou mencionar a minha cunhada Onélia porque senão ficará muito braba ao não ver o nome dela aqui. Obrigado por me construírem.

Aos amigos que a Unir me deu. Sem vocês não haveria como chegar aqui. Emerson, com seu apoio e amizade, com ele aprendi que o mundo tá aí para ser vivido para sermos felizes, "sabe viver!". Aline, sem ela, a minha vida, dentro da Unir e em Vilhena, seria muito mais difícil, uma linha é pouco para agradecê-la pelo carinho de sempre, obrigado pelo estojo e por toda a sua sensibilidade que me permite enxergar o mundo de outra maneira. Juçara, a "tucaninha paulista", que sabe cozinhar e que não vota no PSDB, eu nunca errei tanto em julgar uma pessoa pelo seu estereótipo, que bom!

Em Lavras-MG, reencontrei uma pessoa que tive a oportunidade de me aproximar ainda mais, Gigi. Eu a conheci no mestrado em Porto Velho-RO e a reencontrei do outro lado do País, eu no doutorado e ambos fincando a bandeira do Norte e de "RONDONHA". Gigi me resgatava para o mundo, dos buracos profundos aos quais um programa de doutorado pode levar, na leveza de sua risada, de pegar uma flor na rua, de um feijão tropeiro na praça, de "litrão" no bar, OBRIGADO por não me deixar afundar na solidão dos dias frios em Lavras.

Eu não posso deixar de falar da Lívia Luz. Do nada, eu encontro essa amizade em uma disciplina aleatória do doutorado, ela nem devia tá ali, ou devia, devia muito. Lívia foi luz, risada, amor e espiritualidade. Lívia me levou ao Sul de Minas. Lívia me colocou na casa dela, me levou para a família dela, o que aliviava a saudade da minha família. Nascer no mesmo dia que ela foi a mais simples das nossas coincidências e afinidades, e pelo menos

aqui eu vou concordar com a "oposição" que a chama de "Lívia Fofinha".

Aos amigos que fiz no doutorado, Adriano e Elvis por acolher aquele nortista que reclamava do frio. Sem eles, a minha adaptação ao primeiro semestre seria muito mais difícil. Adriano, devo a você a disciplina de métodos quantitativos e seu "Cabuloso" me deve o Dedé. Elaine, "minha veterana preferida", que sempre tinha algo bom para falar (e como fala, rsrs), seus conselhos de veterana me guiaram para ser sua "irmã" de orientação. Thatiana, minha maior companheira nos artigos e apresentações de disciplinas, tomamos menos cervejas juntos do que devíamos, não pedalamos, mas um dia eu entro em forma para corrigir a falta desse pedal, estarei sempre na sua torcida para você trilhar a sua carreira docente. A Rafaela Caetano, a pessoa que faz até pão de queijo por uma planilha de Excel, ouvir você falar sobre as suas perspectivas da Economia era sempre um momento de risadas e de aprendizado.

Beth, que tem o que mais este País tem de bom, alegria e leveza. Se seu dia tá ruim procure a Beth. Era isso que eu fazia. Beth é o Brasil que eu quero. A docência em Administração precisa de pessoas como ela. Juliano, com a sua malemolência, ensina as pessoas a ver o mundo de maneira menos pesada, sobrevive para viver, ele me disse algo sobre mim que é uma das coisas mais marcantes que já me falaram em toda a minha vida. Flávia, como era bom conviver com este talento acadêmico, sua inteligência e vontade de trabalhar salta aos olhos e em toda a conversa com ela eu aprendia algo. Almoçar no RU e sentar à grama com vocês era o que se tinha de mais prazeroso para fazer no campus da Ufla.

Depois veio Maria Denise para colocar o tempero do nordeste nas minhas amizades, um pouquinho do aconchego e do forró cearense na minha passagem por Minas; as conversas sobre a vida debaixo das árvores, próximo ao DAE, tiveram o melhor sotaque. Pâmela, a primeira pessoa que conheci do Programa, já a conhecia de Eneo, sempre elétrica, sempre com sangue nos olhos, não tem como se desligar próximo dela. Ela me deu a notícia da minha aprovação no Programa e, no seguinte, eu dei a notícia da aprovação dela, das lindas coincidências da vida.

José Edemir da Silva Anjo, nome completo, porque ele quer assim. Zé Edemir provocou a minha admiração desde as primeiras palavras trocadas, somos parecidos, histórias em comum, foi e é um parceiro de estudos, de escritas, de ideias, de teses; a minha tese, tem muito de Zé Edemir em minha tese, tem escolhas, tem conselhos dele aqui. Direi aos meus alunos, ao longo da vida; "Eu conheço o Prof. José Edemir da Silva Anjo, ele foi meu colega de doutorado".

Samanta, minha companheira de lereias, me fez e faz enxergar que o mundo gira fora da academia, fora de uma sala de aula de doutorado e de seus artigos. Com ela, entendi que eu posso ir muito além dos ritos acadêmicos com um diploma de doutorado. Não houve sequer um diálogo entre nós que eu não tenha aprendido algo com ela, foi e é professora, foi e é amiga. Com ela, vivi os momentos mais intensos que envolve o doutorado e escrevi textos que me farão ter orgulho por toda a minha trajetória acadêmica. "Escreve, Kennedy, Escreve!!!"; sempre acreditou mais na minha tese do que eu. A subjetividade e sensibilidade desta tese têm a sua assinatura. Sul de Minas. Cervejas. Política. Lar. Lula, o Brasil para os brasileiros.

Quando parti para o doutorado, não fui em busca apenas de um diploma. Fui em busca de novas experiências e todas essas pessoas que encontrei em Minas Gerais me fizeram perceber que essa aventura "saiu melhor do que a encomenda".

Tenho de agradecer ao Clube de Regatas Vasco da Gama, precisamos de paixão, precisamos de ópio e o Vasco me completa nesse sentido, me faz esquecer por 90 minutos pelo menos duas vezes por semana que há problemas maiores na vida. Respiro!

Para a "Dôtora", minha bicicleta que me conduziu, literalmente, à Ufla e seu temível morro, subimos juntos, ela trazia os bons ventos ao meu rosto pelas curvas e subidas de Lavras.

Ao *Twitter*, por ser o meu jornal.

Ao presidente Luis Inácio LULA da Silva, eleito pela terceira vez presidente do Brasil, e à ex-presidenta Dilma Vana Rousseff; com os dois reconheço a importância dos atores políticos e das políticas públicas para que pessoas como eu e da minha origem pudessem ter suas vidas transformadas.

Aos professores da graduação, Alexandre Nascimento e Marinês Orlandi e do mestrado, professor Osmar Siena, sem seus ensinamentos não chegaria até aqui e nem iria adiante. Nas minhas aulas, tem um pouco de cada um de vocês, espero honrá-los sempre.

Ao meu orientador, Prof. José Roberto Pereira, além da experiência compartilhada e ensinamentos teóricos e científicos da tese, levo comigo o aprendizado de como conduzir o diálogo e a educação entre orientado e orientador. Minhas relações de orientação de agora em diante sempre terão um pouco do jeito José Roberto Pereira de ser.

Aos membros da banca, professores Dr. Valderí de Castro Alcântara, Dra Renata Pedretti Morais Lima, Dra. Sabrina Soares da Silva – UFLA, Dr. José de Arimatéia Dias Valadão (UFLA) e Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira, por dedicarem seu tempo e

experiência na condução e conclusão da minha pesquisa, os seus conselhos foram e serão valiosos para a minha tese e trajetória acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Ufla, em especial as professoras Flávia e Mônica, cada uma ao seu jeito me tocaram em como ser um melhor professor.

Aos colegas da Universidade Federal de Rondônia, em especial aos professores do Departamento Acadêmico de Administração do campus de Vilhena-Ro. Por fim, a todos que de alguma forma cruzaram e me “atravessaram” durante a minha vida de alguma maneira, o MEU MUITO OBRIGADO!

Epígrafe - O que me inspira:

Por tudo isso, minha terra envolve também o meu sonho de liberdade que não posso impor a ninguém, mas por que sempre lutei. [...]A Terra da gente é sua geografia, sua ecologia, suas terras, seus vales, suas montanhas, suas florestas, seus rios, seus minerais, seus animais, seus pássaros, seus campos, suas colinas, seus desertos, mas é também o que mulheres e homens fazemos dela. [...]. A Terra da gente envolve também o processo de luta por sonhos diferentes, às vezes antagônicos, como os de suas classes sociais. Minha Terra não é afinal uma abstração.

(FREIRE, 2019a, p. 45)

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa terra mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos.

(KRENAK, 2019, p. 49-50)

Viver é partir, voltar e repartir.
Trecho da Música: "É tudo para ontem" de Felipe Vassao, Leandro Roque (Emicida) e Thiago Jamelão.

RESUMO

A Amazônia brasileira, diante de sua relevância social e ambiental, envolve diversas discussões a partir de seu contexto histórico e de suas relações com o Estado, o Mercado e a Sociedade, o que possibilita afirmar que há diversas esferas públicas sobre esse importante território para o Brasil e o mundo. Na intenção de contribuir para o debate científico, social e político, esta pesquisa se propõe a responder como as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira, no âmbito internacional, nacional e regional, foram capazes de influenciar decisões políticas. Para isso, foram selecionados os discursos das publicações dos jornais *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e *The New York Times*, considerando o período entre 2011 e 2020. Para responder à questão de pesquisa e atender aos objetivos do trabalho, buscou-se apoio na fundamentação teórica da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), das Esferas Públicas de Jürgen Habermas, da Análise do Discurso Crítica (ADC), da Gestão Social e do contexto histórico da região Amazônica brasileira, explicitando os conflitos e as políticas públicas relacionadas à proteção ambiental. Nos três jornais, foram levantados, no período escolhido para análise, 1.272 textos relacionados ao desmatamento na Amazônia brasileira. Dos quais, foram excluídos 629, restando para a análise 643 matérias. Para organização das informações, foi utilizado o *software* de análises de dados *MAXQDA*. Os discursos analisados nos jornais investigados foram analisados por meio de quatro estruturas discursivas: *Política Pública*, *Empresarial*, *Técnico-Científica* e *Ambientalista*. Essas estruturas permitiram que os discursos dos sujeitos sociais fossem caracterizados de forma orgânica para o entendimento das esferas públicas. As esferas públicas identificadas foram: "Código Florestal", "INPE", "Dia do Fogo", "Fiscalização", "Moratória da Carne", "Moratória da Soja", "CAR" e "Grandes Obras de Infraestruturas", "Arco do Desmatamento" e "Acordo de Paris". Os resultados dessas esferas influenciaram o comportamento da Sociedade, do Estado e do Mercado sobre os problemas causados pelo desmatamento na Amazônia brasileira. Reflexo disso foram as aprovações do Código Florestal e de outras ações que provocaram a ampliação das desigualdades no território amazônico. Os discursos relacionados às estruturas discursivas *Ambientalistas* e *Técnico-Científica* apresentaram-se com maior capilaridade pontos de vistas convergentes com a perspectiva ambiental. Nos conjuntos discursivos das estruturas *Políticas Públicas* e *Empresarial*, verificou-se haver uma diversidade de opiniões públicas em relação aos contextos ambientais e econômicos. Algumas contribuições foram a constatação do desmatamento como motivo para a criação de políticas públicas; a identificação de discursos convergentes entre ambientalistas e empresários que buscam atender aos acordos ambientais internacionais; ea identificação de que os estudos científicos ainda não se consolidaram ao ponto de impactarem na redução do desmatamento da Amazônia brasileira. Os jornais investigados precisam se aproximar dos amazônidas, pois constatou-se que estes influenciam as ações governamentais. Comprovou-se que as esferas públicas interferem nas práticas dos órgãos internacionais e dos governos. Foi evidenciado que há a interligação entre Estado e Mercado – sistema – em detrimento das discussões sociais e ambientais, o que se confirma a "colonização do mundo da vida" em relação às práticas ambientalistas.

Palavras-chaves: Amazônia Brasileira. Desmatamento. Esferas Públicas. Teoria da Ação Comunicativa. Análise do Discurso Crítica. Rondônia.

ABSTRACT

The Brazilian Amazon, given its social and environmental relevance, prompts several discussions based on its historical context and its relations with the State, the Market and Society, which makes it possible to affirm that there are several public spheres on this important territory for Brazil and the world. With the intention of contributing to the scientific, social and political debate, this research aims at answering how the public spheres on deforestation in the Brazilian Amazon, at the international, national and regional levels, were able to influence political decisions. In order to do that, the discourses of the publications of the newspapers *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* and *The New York Times* were selected, considering the period between 2011 and 2020. To answer the research question and meet the objectives of the work, the theoretical foundation of the Theory of Communicative Action, of Jürgen Habermas' Public Spheres, of the Critical Discourse Analysis, of the Social Management and of the historical context of the Brazilian Amazon region were used, the latter explaining the conflicts and public policies related to environmental protection. In the three mentioned newspapers, 1,272 texts related to deforestation in the Brazilian Amazon were collected in the chosen analyzed period, of which, 629 were excluded, which accounts for 643 articles remaining for the analysis. For an organization of the information, the *MAXQDA* data analysis software was used. The discourses analyzed in the investigated newspapers were analyzed through four discursive structures: *Public Policy*, *Business*, *Technical-Scientific* and *Environmentalist*. These structures allowed the discourses of social subjects to be characterized in an organic way for a better understanding of the public spheres. The public spheres identified were: "Forest Code", "INPE" [Brazilian National Institute for Space Research], "Fire Day", "surveillance", "Beef Moratorium", "Soy Moratorium", "CAR" [Brazil's Rural Environmental Registry] and "major infrastructure works", "Arc of Deforestation" and "Paris Agreement". The results of these spheres influenced the conducts of Society, of the State and of the Market on the problems caused by deforestation in the Brazilian Amazon. A reflection of this was the passing of the Forest Code and other actions that caused the expansion of inequalities in the Amazon territory. The discourses related to the *Environmentalist* and *Technical-Scientific* discursive structures were presented with greater capillarity points of view converging with the environmental perspective. In the discursive sets of *Public Policy* and *Business* structures, it was found that there was a diversity of public opinions in relation to environmental and economic contexts. Some contributions were the observation of deforestation as a reason for the creation of public policies; the identification that there are convergent discourses between environmentalists and businessmen who seek to comply with international environmental agreements; and the identification that scientific studies have not yet been consolidated to the point of having an impact on reducing deforestation in the Brazilian Amazon. The investigated newspapers need to get closer to the Amazonians, as it was found that they influence government actions. It was demonstrated that the public spheres interfere in the practices of international bodies and governments. It was evidenced that there is an interconnection between State and Market – system – to the detriment of social and environmental discussions, which confirms the "colonization of the world of life" in relation to environmentalist practices.

Keywords: Brazilian Amazon. Deforestation. Public Spheres. Theory of Communicative Action. Critical Discourse Analysis. Rondônia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da tese. 47
Figura 2 - Síntese dos fatos do processo histórico da Amazônia. 60
Figura 3 - Desmatamento por categoria fundiária. 64
Figura 4 - Mapa do desmatamento da Amazônia brasileira em 2021. 65
Figura 5 - Mapa do desmatamento da AMACRO. 66
Figura 6 - Constituição e conscientização do sujeito em relação com os mundos. 90
Figura 7 - Categorias Teóricas da Gestão Social. 109
Figura 8 - O *lócus* da Gestão Social e as inter-relações e tensões entre sistema e mundo da vida. 115
Figura 9 - Etapas da construção da pesquisa. 117
Figura 10 - Percurso Metodológico. 126
Figura 11 - Fases de identificação, exclusão e seleção das reportagens. 132
Figura 12 - Inserção e separação das reportagens selecionadas para o MAXQDA. 133
Figura 13 - Codificação dos trechos das reportagens. 134
Figura 14 - Seleção e análise dos segmentos codificados, estrutura discursiva e jornal. 134
Figura 15 - Triangulação para análise das informações. 144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de desmatamento da Amazônia brasileira 62
Gráfico 2 - Taxas de desmatamento no Estado de Rondônia 67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Textos produzidos pelos portais de notícias. 128
Tabela 2 - Número de textos produzidos pelos portais de notícias no período de 2011 a 2020. 129
Tabela 3 - Número de textos produzidos por ano pelos portais de notícias, no período de 2001-2020. 130
Tabela 4 - Número de matérias excluídas a partir das leituras. 132
Tabela 5 - Resumo quantitativo das notícias publicadas no *Amazônia Real*..... 136
Tabela 6 - Resumo quantitativo das notícias publicadas na *Folha de São Paulo*. 138
Tabela 7 - Resumo quantitativo das notícias publicadas no *The New York Times*..... 139
Tabela 8 - Número de matérias relacionadas às estruturas discursivas nos jornais pesquisados. 158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Busca de artigos na Spell. 72
Quadro 2 - Relação dos artigos sobre desmatamento na Amazônia. 72
Quadro 3 - ODMs e suas metas. 146
Quadro 4 - Os ODS e metas que se relacionam com a discussão das esferas públicas sobre desmatamento da Amazônia. 150
Quadro 5 - Leis, Decretos, Resoluções e planos dos ODMs e ODSs. 155
Quadro 6 - Síntese dos principais resultados das estruturas discursivas. 215

LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
APA	Áreas de Proteção Ambiental
BASA	Banco da Amazônia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNA	Confederação Nacional e Pecuária do Brasil
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CONABIO	Comissão Nacional da Biodiversidade
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
ENAPEGS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social
FENEAD	Federação Nacional dos Estudantes em Administração
FERS	Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
GEE	Gases de Efeito Estufa
GTSC A2030	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	Interesse Bem Compreendido
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRO	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas Ambientais na Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans/Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agenêro, Pan/Poli, Não-binárias e mais.
MAPBIOMAS	Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministérios das Relações Exteriores
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MST-RO	Movimentos dos Trabalhos Rurais Sem Terra em Rondônia
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAINELBIO	Painel Brasileiro de Biodiversidade
PAS	Plano Amazônia Sustentável

PDES	Plano do Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia
PDF	*Portable Document Format*
PND	Plano de Desenvolvimento Nacional
PNE	Plano Nacional de Energia
PNF	Programa Nacional das Florestas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLOAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPCDAM	Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia
PROARCO/IBAMA	Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PROVEG	Política Nacional de Recuperação Vegetal
PRV	Plano de Recuperação Verde
RESEX	Reservas Extrativistas
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SEDAM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental
SEMA-MT	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEUC-RO	Sistema Estadual de Conservação da Natureza de Rondônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SPELL	*Scientific Periodicals Electronic Library*
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Teoria da Ação Comunicativa
UC	Unidades de Conservação
UEE-MT	União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 21

1.1. Quem é o amazônida que escreve a tese 21

1.2. No meio do doutorado havia uma pandemia, havia uma pandemia no meio do doutorado: a Covid-19 e a sua interferência no processo subjetivo de escrita da tese 25

1.3. A trilha da tese: sua apresentação e seus propósitos 34

2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA 48

2.1. Estudos ambientais sobre o desmatamento na amazônia brasileira 70

3 TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA, ESFERAS PÚBLICAS E GESTÃO SOCIAL 81

3.1. Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Jürgen Habermas e a formação de esferas públicas 81

3.2. Análise do Discurso Crítica (ADC) 98

3.3. Gestão social e a amazônia brasileira 107

4 PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS, MÉTODOS E TÉCNICAS 117

4.1. Paradigmas científicos, ontologia e epistemologia aplicada na tese 118

4.2. Análise dos discursos que consolidam as esferas públicas sobre desmatamento na amazônia brasileira 123

4.3. Inventário das publicações dos jornais investigados 126

4.3.1 Sistematização da coleta e análises das reportagens 133

4.3.2. A publicação de notícias no *Amazônia Real* 135

4.3.3. A publicação de notícias na *Folha de São Paulo* 137

4.3.4. A publicação de notícias no *The New York Times* 139

4.4. Estruturas discursivas das esferas públicas sobre desmatamento da amazônia brasileira 140

4.5. Triangulação e análise dos documentos 142

5. ANÁLISES DOS ODMs/ODSs, DAS LEIS FEDERAIS e DO ESTADO DE RONDÔNIA 145

5.1. Análises sobre os Objetivos do Milênio e dos Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável 145
5.2. Leis, decretos e resoluções emitidas pela união 154
5.3. Leis, decretos e resoluções emitidas pelo governo de rondônia 156
6 OS DISCURSOS SOBRE O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO PERÍODO ENTRE 2011 e 2020 158
6.1. Estrutura discursiva *Política Pública* 160
6.2. Estrutura discursiva *Empresarial* 171
6.3. Estrutura discursiva *Técnico-Científica* 180
6.4. Estrutura discursiva *Ambientalista* 189
6.5. Os discursos sobre a Agenda 2030 204
7 PRINCIPAIS ARGUMENTOS DAS ESTRUTURAS DISCURSIVAS QUE SUSTENTAM AS ESFERAS PÚBLICAS SOBRE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA 208
CONSIDERAÇÕES FINAIS 220
REFERÊNCIAS 230
APÊNDICES 247
APÊNDICE A – Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Política Pública* 247
APÊNDICE B - Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Empresarial* 249
APÊNDICE C - Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Técnico-Científica* 251
APÊNDICE D - Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Ambientalista* 253
APÊNDICE E - Reportagens citadas nas discussões sobre a Agenda 2030 256

1 INTRODUÇÃO

A tese está organizada em sete partes. A primeira uma introdução geral, em que me apresento como pesquisador, meu lugar, minha posição ontoepistemológica e os motivos que me instigaram a estudar a Amazônia brasileira. Na segunda parte, descrevo o contexto histórico, social e ambiental da Amazônia brasileira, e, na terceira, discorro acerca da teoria da ação comunicativa que sustenta os argumentos sobre a formação das esferas públicas a respeito do desmatamento na Amazônia brasileira. Na quarta, anuncio o paradigma epistemológico, os métodos e as técnicas utilizadas na coleta de informações, nas análises e interpretações. Na quinta, descrevo e explico as estruturas discursivas e os discursos analisados entre os anos 2011 e 2020 sobre o desmatamento da Amazônia brasileira. Na sexta parte, está a síntese dos principais argumentos e as esferas públicas identificadas e, por fim, as considerações finais, onde são sintetizadas as principais reflexões sobre a pesquisa realizada.

1.1. Quem é o amazônida que escreve a tese

Em termos ontológicos, apresento a minha trajetória profissional no contexto temático desta tese, envolvendo o local de pesquisa, a Amazônia, e os jornais de grande circulação que tratam do tema. Nesse sentido, reconheço as implicações de tal posicionamento e o que pode acarretar para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e de construção do texto. Portanto, meu posicionamento envolve uma breve apresentação de quem sou "eu" na pesquisa e como me posiciono em relação aos contextos investigados, aspectos importantes para a compreensão do que me levou, como pesquisador, ao desafio de desenvolver este estudo.

Acredito na importância e no compromisso de apresentar as minhas posições socio-históricas por me considerar um cidadão amazônida. O amazônida é um ser que se posiciona em favor da natureza e que causa estranheza entre os visitantes e cidadãos não-amazônidas por protagonizar a sua relação com o território amazônico a frente de outros valores econômicos e sociais. O ser amazônida se apoia na leveza ao praticar modos de vida, atrelados ao tempo mais lento, orientados pelos ciclos da natureza. Ele se perfaz pelo devaneio e retroalimentação da vivência com a Amazônia, numa relação umbilical e telúrica com rios, árvores e animais que sustentam o entremeio ser e território amazônico (COLFERAI, 2014). A fauna, a flora e a hidrografia são consideradas pelo amazônida os elos que o interligam a uma relação afetuosa e de respeito com a Amazônia. Para Pinto (2018, s.p.), "o conceito de Amazônida envolve a

individualidade da região, para cuja caracterização, existência e persistência a sua vinculação à água, a luz e a floresta, como um organismo integrado, é indispensável".

Esse termo ainda não é utilizado com frequência nos estudos acadêmicos, principalmente em pesquisas realizadas por cientistas e universidades externas ao território amazônico, mas sim por moradores, que o utilizam como adjetivo gentílico para designar aquela pessoa que é da região amazônica, que com ela se identifica, numa referência regional, simbólica, poética e política. Portanto, amazônida carrega o sentido de identidade e pertencimento à cultura e aos hábitos existentes na Amazônia.

Nasci no município de Itaituba-PA, localizado à beira do Rio Tapajós, um dos principais afluentes do Rio Amazonas. Meus pais, nordestinos, saíram do interior do Maranhão em busca de novas possibilidades de trabalho nos tempos áureos de garimpo no interior do Pará, final da década de 1970.

No início dos anos de 1980, entre idas e vindas entre a região sul do Pará e norte de Mato Grosso ainda em atividades de exploração da natureza com o garimpo, meus pais e eu mudamos para Peixoto de Azevedo-MT, à época Distrito de Colíder-MT. Marcado pelas mazelas de localidades com grandes índices populacionais e sem estrutura, com pessoas de diversas regiões do País, o Distrito de Peixoto de Azevedo-MT se tornou município em 1986 e, nesse processo, meus pais resolveram se estabelecer ali para garantir o meu acesso à educação. Assim, estudei e comecei a trabalhar nessa cidade, ainda sem nenhum vínculo com as causas ambientais e populações tradicionais.

Em 1995, meus pais, já desiludidos e cansados da vida no garimpo, resolveram se mudar para uma cidade que poderiam lhes oferecer algum emprego formal e uma melhor educação para mim e para meu irmão, nascido em Peixoto de Azevedo-MT. Mudamos para Sinop-MT, a maior cidade da região norte de Mato Grosso, naquele momento reconhecida como capital mundial da madeira. Nessa localidade, meu pai arrumou emprego em uma madeireira e minha mãe, logo em seguida, arrumou um trabalho como zeladora em um restaurante.

Para ajudar nas despesas, comecei a trabalhar em uma marcenaria, fabricando casas de cachorros, as quais eram enviadas para região sul e sudeste do País, além de continuar meus estudos no ensino médio em uma escola pública. Os anos se passaram, meu pai mudou de trabalho, ainda em uma madeireira, e permaneceu neste trabalho até a sua aposentadoria em 2018. Minha mãe passou a trabalhar na função de auxiliar de serviços gerais em um hospital particular até ser acometida por um câncer. Eu, nesse processo, passei a trabalhar em uma clínica médica no setor administrativo. Vale ressaltar que comecei a trabalhar na clínica quando

finalizei meus estudos no ensino médio, no ano de 1997. Assim, houve um intervalo de seis anos entre o término do ensino médio até entrar em uma universidade pública para cursar Administração.

Ao chegar à Universidade, não demorou muito para eu começar a me questionar sobre o que seria necessário para compreender a Amazônia, também me instigaram as questões sociais, lembro-me de que estava imbuído também pela esperança de um Brasil novo, de um País esperançoso, de um governo popular eleito, o ano era 2003. Todo esse clima me fez enxergar o movimento estudantil como uma âncora para me ensinar a ser um agente político: comecei a participar do movimento estudantil em entidades locais como Diretório Central dos Estudantes (DCE), estaduais como a União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso (UEE-MT) e até nacionais como a Federação Nacional dos Estudantes em Administração (FENEAD).

Toda essa experiência dentro da universidade nos bancos escolares e na atuação em movimentos políticos me fizeram amadurecer sobre a realidade ambiental em que eu vivia. Com o passar dos anos, cheguei à docência, a priori, em faculdades particulares na região norte de Mato Grosso, em Cursos de Turismo e de Administração, e, posteriormente, aprovado em concurso público, comecei a trabalhar na Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 2010. A experiência de morar fora da Amazônia legal pela primeira vez me fez refletir sobre os meus hábitos e cultura que são heranças das minhas vivências nesse território.

A aproximação com as questões ambientais de forma acadêmica aconteceu ao adentrar, em 2012, no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), quando conheci a realidade de Porto Velho, das comunidades ribeirinhas, indígenas e de agricultores familiares e também as atividades de três organizações ambientalistas do interior de Rondônia e de Mato Grosso, o que gerou a produção da dissertação defendida em 2014 com o título "Concepções Ambientais em Organizações Ambientalistas" sob a orientação do professor Dr. Osmar Siena. Essa pesquisa analisou quais as concepções ambientais que orientam a gestão e atuação das organizações ambientalistas. Naquele momento, a experiência de morar em Porto Velho-RO, a convivência com seus moradores e também com os sujeitos que entrevistei e convivi no processo de pesquisa e construção da dissertação me ajudaram a compreender o sentido do que ser um amazônida e, a partir dessas reflexões e vivências, consegui verificar que minha trajetória de vida convergia com o conceito do que é ser amazônida e, neste processo, hoje me reconheço como tal.

Ao finalizar o curso de mestrado, em 2014, tendo sido aprovado em concurso público, mudei-me para Vilhena-RO para assumir a função de professor na UNIR no campus daquele

município. Novamente, conheci outra realidade da Amazônia, o que me fez questionar mais uma vez os modos de vivência das populações desse território.

Em todo esse processo, ficaram reflexões da dissertação e surgiram novas com o prosseguimento de trabalhos acadêmicos na área de Sustentabilidade, de Gênero e de Raça na Amazônia.

Na sequência, cheguei em 2018 ao Doutorado em Administração na Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a nova realidade de viver na região sudeste, onde o clima frio da região foi o primeiro grande impacto na minha nova vivência.

No entanto, é importante dizer que ao longo da minha trajetória de vida a a relação com o território amazônico se transforma, de exploração no garimpo (pelo meus pais), onde assumo sua importância para ser o que sou como adulto; ao ambientalista, que reconhece que a Amazônia deve ser protegida antes de qualquer atividade econômica que não seja saudável à permanência da fauna e da flora nesse território. E, finalmente, como pesquisador, realizando, como se faz no método antropológico, um "estranhamento" momentâneo para alcançar uma nova aproximação.

Desse modo, residi, ao longo da vida, em três estados e três regiões diferentes, Pará, Mato Grosso e Rondônia, todos pertencentes à Amazônia brasileira, o que me permitiu a familiaridade com o tema, o envolvimento com o adjetivo amazônida e a me apropriar dele como sendo necessário para a compreensão das discussões, da cultura e dos hábitos praticados pela população do território amazônico. Portanto, vejo-me, simultaneamente, como sujeito pesquisador e sujeito pesquisado neste estudo e, por isso, o caráter intersubjetivo sobre as esferas públicas está presente no processo de pesquisa e de vivência com os demais sujeitos amazônidas e não-amazônidas pertencentes à investigação.

Moret (2020; 2021) argumenta que a Amazônia foi e é povoada por várias comunidades além dos povos originários que possuem hábitos culturais, sociais e crenças diferentes, que resultam em modos de vidas diferentes sobre a maneira de se relacionarem com o Estado, a Sociedade e o Mercado. Por ser assim, é necessário relatar que, para Bezerra (2012, p. 534), a:

> A Amazônia é única, mas não é homogênea. Sua diversidade fica evidente quando se tornam claras as diferentes fronteiras no interior da própria floresta brasileira. Ela tampouco se restringe a elementos naturais. A definição política da floresta brasileira vai além dos limites biofísicos do bioma. Nela existem diferentes realidades físicas, biológicas e antropológicas; diferentes características que transformam a floresta em várias florestas. Há, portanto, várias Amazônias dentro das fronteiras amazônicas.

Há múltiplas Amazônias, a indígena, a ribeirinha, a negra, a rural, a urbana dividida em do interior e a dos grandes centros. Nesse contexto, considero-me um amazônida urbano do interior. Identificar-me assim e compreender o significado da palavra para o povo amazônico é um passo importante para uso e entendimento ontoepistemológico do trabalho, pois me faz perceber a necessidade de pesquisar sujeitos e processos relacionados à Amazônia brasileira com respeito às falas e aos hábitos culturais dos amazônidas.

1.2. No meio do doutorado havia uma pandemia, havia uma pandemia no meio do doutorado: a Covid-19 e a sua interferência no processo subjetivo de escrita da tese

Esta parte do trabalho tem como objetivo explicar como se deu o processo reflexivo e de escrita do autor em relação aos fatores externos como a Pandemia da Covid-19, a realidade pela qual o País passava entre os anos de 2019 e 2022 e em relação às ocorrências das discussões ambientais sobre saúde e políticas públicas que interferiram no processo de construção desta pesquisa.

Em meados de dezembro de 2019, organizei-me para fazer uma última reunião do ano com o orientador, uma das quais considerava a mais importante, pois, a partir da reunião, retornaria a Mato Grosso, lugar onde passaria os próximos meses na construção da tese. Naquela reunião, definimos os objetivos, problema de pesquisa, possibilidade de leituras, cronograma de estudos e organização da tese.

Essa reunião objetivou, portanto, organizar os pensamentos, entre mim e meu orientador, nossas afinidades de visão sobre o tema empírico e teórico da pesquisa que seria realizada a partir dali. Saí dela animado, pois poderia pensar a prática e no que fazer durante a construção da tese, ir a campo e, finalmente, colocar o "pé" numa parte das várias amazônias que compõe a Amazônia brasileira.

Durante os primeiros 18 meses do Programa, concentrei-me nos estudos teóricos para conclusão dos créditos das aulas de doutorado. Foi um período importante, porquanto me permitiu refletir e aprimorar a escrita científica. Concomitantemente a esse processo, vieram as reflexões em relação a como realizar a pesquisa, quais mudanças precisariam ser feitas no projeto de tese submetido quando do processo seletivo ao Programa, o que acarretou ao longo do primeiro semestre na mudança da ideia proposta no projeto inicial de pesquisa.

Retomando ao período dos estudos, no segundo semestre de 2019, não mais havia disciplinas a cursar. Havia cumprido todos os créditos e planejava para a expectativa de definir

o projeto e começar a escrevê-lo, seria o início da "ida ao campo". Ocorreu, nesse momento, uma mudança inesperada, em uma reunião no mês de agosto de 2019, com o primeiro orientador, chegamos à conclusão de que não poderíamos continuar com o trabalho e parceria. Após esse diálogo, fui em busca de uma nova orientação que aceitasse a ideia de realizar uma pesquisa na Amazônia, que sempre foi meu desejo quando decidi fazer o doutorado.

A vontade em realizar um trabalho na Amazônia se deu por diversos fatores, como já dito na primeira seção desta tese, nasci na Amazônia e sou professor numa universidade federal no Estado de Rondônia e, desse modo, as diversas amazônias sempre estiveram presentes na minha formação. Escrever e estudar sobre a Amazônia seria uma maneira de retribuir e contribuir social e politicamente às oportunidades que tive e que foram subsidiadas pelas pessoas daquela região.

Encontrado novo orientador, cabia-me agora repensar a pesquisa. Havia sido aceita a proposta e a Amazônia seria a pauta, falamos e trocamos impressões sobre a minha vivência acadêmica no território amazônico. O orientador apresentou a sua proposta teórica e ensaiamos um objetivo e problema de pesquisa. Enfim, principiava a tese. Em dezembro de 2019, alguns dias depois da reunião citada no início desta seção, enviei o primeiro plano de trabalho ao novo orientador e a intenção ali exposta buscava compreender como a Amazônia brasileira é interpretada pelos meios de comunicações, organizações ambientalistas e populações tradicionais localizadas na Amazônia Rondoniense. O propósito seria realizar, a partir de fevereiro, os primeiros contatos com os sujeitos amazônidas que seriam pesquisados e, a partir disso, pensar um cronograma de visitas e de coletas de dados na sede da organização ambientalista, nas comunidades indígenas, ribeirinhos, rurais e ou quilombolas que aceitassem participar da pesquisa.

A proposta metodológica do plano de trabalho se baseava numa interação "sujeito/sujeito", em que tanto o pesquisador e sujeitos participantes da pesquisa interagissem entre si para o maior envolvimento e proximidade em todo o processo da pesquisa. A intenção era a comunicação *in loco*, na sede de uma organização ambientalista e nas localidades em que residem as populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas que poderiam ser entrevistadas e observadas.

Conviver por alguns meses em um processo antropológico e etnográfico no campo de pesquisa era uma das principais expectativas por mim criadas, aprender e conviver com os povos amazônidas em suas aldeias, assentamentos e quilombos é considerado por mim uma das mais importantes fases para a minha aprendizagem e formação como professor e pesquisador

amazônida e da Amazônia.

Ao iniciar o ano de 2020, já com notícias sobre a COVID-19 na Ásia e Europa, ainda não se tinha as informações do que poderia se tornar nosso País com a chegada da doença, mas já entendia que não se tratava de uma patologia qualquer.

Retornando ao processo da tese, entre janeiro e fevereiro de 2020, escrevi as primeiras páginas com as aspirações iniciais e planejamentos do que se pretendia a "ida ao campo" e enviei ao orientador. Ansioso, aguardava o retorno sobre as primeiras ideias para assim dar início à escrita definitiva do projeto. Enquanto isso, dei início ao fichamento e seleção das leituras sobre a teoria base da tese; sobre a Amazônia, suas populações e os procedimentos metodológicos. Encontrava-me, naquele momento, em profunda imersão teórica, o que aguçava mais a vontade e a necessidade de ir ao contato direto com os amazônidas.

Em março, após feitas as reflexões em torno das primeiras aspirações e leituras, enviei uma proposta mais concisa do projeto de tese ao orientador e, naquele mesmo mês, houve o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de que a Covid-19 se tratava de uma pandemia. Com esse reconhecimento, começaram as primeiras orientações por parte dos governos federal, estaduais e municipais em relação às restrições sociais para a prevenção da doença. Ainda não havia a preocupação em relação ao andamento da pesquisa, o receio se relacionava tão somente ao número alto de pessoas que começaram a morrer em todas as regiões do País e, em alguns estados da federação, onde ocorriam altos índices de infectados e óbitos, o que resultara num colapso da saúde.

Em abril, após os primeiros quinze dias de quarentena, identificou-se que a pandemia era muito grave e o número de infectados era alarmante, e, em consequência, havia muitos óbitos. O caos se instalou em vários estados e municípios do País.

No início do ano de 2020, além do projeto, realizava junto com o orientador ainda uma outra pesquisa com quilombolas no pantanal mato-grossense como uma atividade recorrente do doutorado que permitia cumprir créditos referentes às pesquisas que devem ser realizadas concomitante à construção da tese. No mês de janeiro e fevereiro, realizei o contato e aproximação com a associação quilombola que seria pesquisada e começávamos a agendar as entrevistas e observação do campo. Na pesquisa junto à população quilombola, buscaria compreender as suas práticas de sustentabilidade. Produzimos um resumo expandido com o trabalho em construção para apresentar no Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS). Essa versão foi aprovada e poderia, assim, dar sequência à coleta de dados e à conclusão da pesquisa. Essa pesquisa ficou inconclusa devido à pandemia e, posteriormente,

o próprio evento foi cancelado pelo mesmo motivo, a pandemia, e remarcado para maio de 2021 na modalidade de encontro virtual, que foi realizado.

Com a complicação da pandemia, as atividades acadêmicas foram ficando escassas, a circulação das pessoas sendo corretamente diminuída por parte da população e, então, o andamento da pesquisa de tese começou a ficar comprometida. O Estado de Rondônia, local de desenvolvimento do campo de pesquisa, ficou em alerta, os principais municípios tiveram seus sistemas de saúde colapsados.

Via-se, sobretudo, e passava a se ter consciência de que o acesso às populações ribeirinhas, indígenas e rural não seria possível durante aquele processo pandêmico, o que acarretaram dúvidas em torno de todo o processo de construção e execução do projeto. Como apresentar a ideia de pesquisa para a organização ambientalista e convidá-la a participar da pesquisa caso tivesse interesse? Era um momento que essas populações começavam a se proteger utilizando-se de suas próprias estratégias, para que a Covid-19 não fosse levada até as comunidades e aldeias. Infelizmente, chegou às aldeias, comunidades e aos quilombos, o que causou grandes perdas.

A organização ambientalista até então escolhida para a pesquisa ampliou seu foco de atividade e passou a trabalhar arduamente no atendimento das populações à margem dos centros urbanos de Rondônia, com campanhas para arrecadação de cestas básicas, produção de máscaras e compras de álcool em gel. Houve mobilização dos movimentos sociais, organizações do terceiro setor, grupos de pesquisas e professores ligados a UNIR para atender a essas populações.

Além da pandemia, as queimadas no Pantanal e na Amazônia, no ano de 2020, foram recordes, atingindo extensas áreas onde vivem animais em extinção, matando rios e degradando áreas de pequenos agricultores. Todo o processo pandêmico contribuiu para a falta de controle dos incêndios, para o aumento da degradação da fauna e flora desses territórios.

Era a vida e a terra dessas populações sendo mortas pela Covid-19 e pelas queimadas. Como se organizar para proteger suas terras se não era possível aglomerar? Se não é possível se organizar de maneira mais rápida e objetiva? Como conciliar e pensar a tese ao ver o território amazônico e pantaneiro sendo literalmente queimado? O primeiro passo seria ajudar os pantaneiros, amazônidas e ambientalistas, que trabalhavam na linha de frente, pois ficaram desguarnecidos pelos governos federal e estaduais.

Embora com esse cenário, busquei a interação e o diálogo com movimentos sociais, pesquisadores da UNIR e do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

para me aproximar de suas práticas e pesquisas e, assim, conhecer melhor os sujeitos que, porventura, pudessem participar da pesquisa.

Esse processo de tentativa de contato com o campo foi realizado de modo direto e indireto, a partir do diálogo com colegas da UNIR e com alguns professores do IFRO, onde eu já havia realizado atividades de extensão e pesquisa. Mantive sempre em planejamento contatar essas pessoas desde o início do Programa, o que faltava para iniciar esses diálogos e aproximação com os campos da pesquisa eram as definições do problema e objetivos do projeto, o que foi ocorrer concomitante ao período da Pandemia em todo o ano de 2020.

Durante todo o primeiro semestre de 2020, procurei dialogar com parceiros pesquisadores do Estado de Rondônia. Assim, por meio de uma colega pesquisadora da UNIR, entrei em contato com a Coordenação do Movimento dos Trabalhos Rurais Sem Terra em Rondônia (MST-RO), que me apresentou a possibilidade de realizar a pesquisa em dois assentamentos rurais. Conversamos por mais de uma hora ao telefone, e o coordenador se apresentou de forma muito receptiva em me ajudar com as informações necessárias para a realização da pesquisa e me apresentar aos trabalhadores rurais que residiam nos dois assentamentos sugeridos para realizar a pesquisa. Naquela conversa com o Coordenador do MST, ele me apresentou artigos, teses e dissertações de dois pesquisadores da UNIR e IFRO que poderiam me ajudar no processo de pesquisa.

Fiquei muito animado com as possibilidades discutidas na conversa com ele, tanto que marquei imediatamente uma reunião com o orientador para discutir e tomar decisões em relação a qual assentamento contatar para realizar a pesquisa.

Em outra frente, dialoguei com uma servidora da Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) sobre a minha pesquisa e, assim, discuti sobre as comunidades de trabalhadores rurais, quilombolas e ribeirinhos que a SEDAM atende e, possivelmente, poderia participar da pesquisa da tese como uma das entrevistadas. Esse diálogo com a servidora sempre permaneceu aberto, no entanto, não foi possível ir adiante com o planejado em decorrência da pandemia.

Dialoguei também com colegas da Organização Não-Governamental (ONG) que atuam com a prática do cooperativismo na agricultura familiar por meio da economia solidária, onde também articulava a conversa e aproximação com comunidades de trabalhadores e trabalhadoras rurais que são parceiros da ONG.

Reuniões virtuais foram marcadas e remarcadas diversas vezes com diversas pessoas dos movimentos sociais, instituições de ensino superior de Rondônia e servidores públicos

relacionadas ao meio ambiente no Estado.

Todas essas indefinições em decorrência da pandemia interferiram no processo de escrita do projeto a ser defendido na banca de qualificação. Foram indefinições que geraram inseguranças em relação à construção do projeto e, consequentemente, da tese, pois poderia, e foi questionado durante as arguições pelos membros da banca na qualificação: como faria contato direto se o momento vivido não permitia? Todas essas articulações feitas com colegas professores, servidores públicos, membros de ONGs e militantes de movimentos sociais ficaram em suspenso e indefinidas; todas as portas que foram abertas não puderam ser naturalmente utilizadas, pois o contexto da pandemia não permitiu a aproximação com os parceiros e sujeitos de pesquisa.

Nesse contexto, comecei a refletir em como realizar a minha pesquisa, em como faria as investigações propostas no meu projeto de tese, haja vista que os principais sujeitos da pesquisa se encontravam desprotegidos e expostos aos vírus e aos problemas econômicos e sociais causados pela pandemia.

Uma inquietude moral me assolava e ainda assola, o fato de eu estar protegido e essas pessoas amazônidas, que eram o sentido até então de minha pesquisa, encontravam-se e se encontram lutando pela vida em comunidades desassistidas pelo Estado. Como prosseguir com a pesquisa? Como renunciar ao contato e aprendizado com essas populações? Esses questionamentos foram reflexões que atenuaram a minha relação com a tese e proposta de pesquisa inicial e a minha atuação como pesquisador e professor, causando-me uma desilusão. O ideal não seria estar na linha de frente no auxílio dessas populações em relação aos diversos problemas sociais e econômicos gerados pela pandemia e que os expuseram desumanamente?

Acompanhava as informações e procurava manter contato com pessoas que estavam próximas aos indígenas, agricultores familiares e ribeirinhos de Rondônia e com eles dialogar, assim como conversava com meus colegas de trabalho da UNIR, onde sou servidor. Esses diálogos me deram uma noção da realidade, para além dos números apresentados pelos órgãos e mídia televisiva, sobre os números de infectados e óbitos, e percebia que a realidade vivida era sempre maior que a apresentada. Tudo isso influenciou o meu processo de escrita e envolvimento com a tese. Concentrar-me para as leituras da tese se tornou um fardo, concentrar-me para escrever era tarefa difícil. Às vezes passava o dia conversando e articulando como, de certo modo e de longe, poderia auxiliar essas populações e, assim, a concentração com rigor e aproximação acadêmica acabavam por ficar em segundo plano.

Passavam-se os dias e semanas e a concentração nas leituras e as atividades do

doutorado foram divididas com a atenção à situação da pandemia em todo o Brasil. No Estado de Mato Grosso e em sua capital, onde atualmente estava, por ser a cidade onde mora e trabalha minha companheira, a saúde se encontrava em colapso desde março de 2020 e, em 2021, a partir do mesmo mês, a situação piorou. Na cidade dos meus pais, no mesmo Estado tudo se agravou também, o que acabou interferindo na minha produção de leituras e de escrita do projeto de pesquisa. Em 2020, procurei, pelo menos, manter as leituras e escrita em relação à teoria e à metodologia da tese.

Com todo o cenário já conhecido da pandemia e o Estado e a população sem nenhum controle do contágio da Covid-19, era muito difícil pensar a pesquisa. Como modificá-la para se inserir à nova realidade imposta pela pandemia? Como trazer a Amazônia e a natureza para a centralidade do debate, se o momento pedia distanciamento social e reclusão domiciliar?

Além de acompanhar o processo da pandemia em nosso País, por questões de cidadania, senso crítico e dever cívico, vi-me também, mesmo morando em Mato Grosso, no compromisso de acompanhar as notícias em Rondônia para refletir sobre o cronograma da pesquisa e articular as ações metodológicas e teóricas da pesquisa para não precisar desistir de trabalhar com as populações amazônidas. Dialogava com meu orientador sobre como fazer em relação à condução do projeto e às interferências no processo de escrita diante da indecisão sobre o campo de pesquisa; e ficou decidido continuar a escrita teórica do projeto para qualificação.

Em vários momentos do processo de escrita e leituras do projeto, refleti se fazia sentido continuar com a ideia principal da tese, pois, a cada boletim, a cada informativo, cada ação dos movimentos sociais, o que se apresentava era e ainda é o cenário catastrófico da pandemia com os povos amazônidas. A cada líder indígena, ribeirinho, de movimento social que faleceu vítima da Covid-19, as dúvidas e insegurança sobre o sentido da pesquisa se reapresentavam. Apesar de tudo, continuava o processo de construção do projeto, leituras, textos, reflexões me fizeram montar a estrutura do projeto, pois o momento de qualificação do projeto se aproximava.

Além disso, o isolamento social interferiu nas possiblidades de diálogo sobre a tese, sentia falta de falar sobre a pesquisa, de conversar com os colegas do Programa sobre nossas atividades acadêmicas. Em outras palavras, essa falta de interlocução, que, para mim, é importante no processo de reflexão da tese, impactou diretamente a escrita do projeto de qualificação e, consequentemente, da tese. Quando participei de uma reunião do grupo de pesquisa e pude conversar com os colegas, ouvi-los sobre suas pesquisas, falar sobre a minha, seus progressos e dificuldades, isso me deixou mais animado para continuar e finalizar o projeto de qualificação que se daria no mês de outubro de 2020.

Finalizada a versão do projeto para a qualificação, continuava cheio de dúvidas sobre a abordagem do problema e os objetivos da tese. Naquele instante, ainda teimava em colocar no cronograma a coleta de dados presencialmente nas comunidades para o ano de 2021. Qualifiquei-me o projeto no final de outubro e a banca sugeriu que houvesse mudança na abordagem e na coleta de dados com os amazônidas. Racionalmente, foi tomada a decisão de entrevistar líderes das comunidades amazônidas por meio digital e realizar a análise documental das mídias e organização ambientalista, o que, com o passar os primeiros meses de 2021, também, por vários motivos, foi refutado por mim e pelo orientador.

Em dezembro de 2020, iniciaram-se as vacinas em alguns países e esta deveria chegar no Brasil em janeiro e isso me gerou otimismo, pois poderia, quem sabe, realizar a pesquisa com os amazônidas de modo presencial. Otimismo que se fortaleceu quando dos primeiros anúncios de vacinas autorizadas no Brasil em janeiro de 2021, sentimento que, em pouco tempo, arrefeceu-se devido à falta de planejamento em relação às compras, às falhas dos planos de imunização de aplicação das vacinas pelos governos federal, estaduais e municipais e pela falta de materiais e medicamentos hospitalares, principalmente de oxigênio nas unidades de tratamento de Covid-19. Fora consenso entre mim e o orientador que não tentaria ir a campo sem estar protegido e sem que os sujeitos participantes da pesquisa também estivessem, sobretudo porque não poderíamos expô-los a riscos maiores aos quais estavam já submetidos. Esse cenário caótico diariamente apresentado na imprensa nacional e internacional de como a pandemia afetou o sistema de saúde público e privado no Brasil me impactou diretamente e refletiu no potencial da escrita, na concentração, levou-me ao questionamento: escrever uma pesquisa de doutorado em Administração em tempos de pandemia fazia sentido? Naquele momento, as pessoas estavam morrendo não somente pela doença, mas também por sequelas geradas pelas complicações da Covid-19, por questões sociais e econômicas e, sobremaneira, por falta de políticas públicas que, se existissem, poderiam lhes possibilitar dignidade mínima para sobrevivência.

A pandemia venceu o processo de construção do trabalho de campo. Assim, foi necessário readaptar a pesquisa, reajustando o problema e os objetivos. A oportunidade de se pesquisar a Amazônia fisicamente junto aos amazônidas, de maneira profunda foi adiada, por não ter sido possível realizá-la no ano de 2021, conforme cronograma prévio, cujo período fora determinado pelo Programa e pela UNIR. O uso do verbo adiar se fez necessário, porque a pesquisa proposta foi concluída, ainda que em prazo posterior, mesmo com os novos ajustes, porquanto colocou-se em sua centralidade as posições dos amazônidas sobre como se deu a

formação, construção e gestão de seu próprio território. Ainda que tenha havido mudanças que contrariam a proposta inicial, há uma vida a ser vivida como cientista e cidadão amazônida, e esta permitiu conviver e aprender os modos de vida dessa população e interseccionar as ontologias e epistemologias amazônidas com a Universidade e chegar à conclusão de um estudo, que não finaliza aqui, mas que segue inerente à vida deste pesquisador amazônida.

Com o que me deparei, após ter me qualificado e saber que a projeção de uma pesquisa de doutorado, que prenunciava a vivência com os amazônidas *in loco*, não seria mais possível? O principal objetivo da pesquisa que previa conhecer a Amazônia e os amazônidas se reconfigurou e, sem a participação mais efetiva desses sujeitos no processo de pesquisa, esta parecia ter perdido o sentido. Escrever uma tese, atender aos princípios científicos, às exigências do Programa, produzir artigos, a repercussão da pesquisa acadêmica sempre foram processos muito significativos para mim. Foi muito relevante, durante o processo de construção da tese, criar laços, aprender com os sujeitos, reencontrar a minha história de amazônida com os povos amazônidas de Rondônia. Esse (re) encontro, desde sempre, foi o principal motivo que alimentou a seleção pelos programas ofertados, a minha escolha de pesquisa. Entendi que não faria sentido pesquisar outro campo, interagir com outras pessoas, algo fora disso se trataria apenas de cumprimento de ritos acadêmicos que o Programa que fiz e a universidade em que trabalho exigem.

A reaproximação com essa Amazônia foi que nutriu a minha vida como professor universitário, foi o que deu sentido as minhas atividades acadêmicas. O contexto da pandemia de certo modo interferiu no tempo de ação e no que significa a pesquisa de doutorado para fazer um trabalho em que me permitiria organizar, cientificamente, a minha contribuição e atuação para os povos amazônidas e, o principal, o retorno que essa interação me proporcionaria como cidadão amazônida.

A responsabilidade de se falar sobre temas sensíveis como é uma pesquisa sobre a Amazônia e suas populações foi muito grande, não se tratou apenas de um contexto único, houve limitações importantes que tiveram de ser consideradas, foi necessário desmitificar muitas reflexões e práticas sobre esse território e seus moradores. Isso me exigiu um comprometimento e cuidado para não amplificar sensos-comuns sobre a vivências dos amazônidas.

A pandemia exigiu o "distanciamento social", o uso de "máscaras", a "lavagem de mãos", o uso de "álcool em gel", durante o principal período do meu doutoramento, o que me permitiu compreender que o trabalho realizado não se tratou de uma pesquisa superficial, mas

de uma relação diferente que me permitiu enxergar e encontrar de outro modo os povos amazônidas.

Uma colega de doutorado me disse que sou resiliente, que isso é fundamental para o pesquisador, pois, assim, é possível compreender as limitações e o imprevisto e o inesperado fazem parte dessa vida de cientista de temas tão caros e sensíveis como me é o da Amazônia e dos amazônidas. Terei uma vida como pesquisador após o doutorado e o fim ou controle dessa pandemia para poder abraçar, poder eliminar o distanciamento, ter o contato com a terra, rios e animais, uma vida de pesquisa amazônida pela frente. Precisei me apegar a isso para continuar. São os sonhos não adormecidos, mas, temporariamente, resignados, por respeito ao outro, é que me fizeram, na resiliência, seguir em frente.

1.3. A trilha da tese: sua apresentação e seus propósitos

Essas considerandos têm como intenção explicar de onde surgiram os questionamentos, objetivos gerais e específicos, pressupostos da pesquisa, fundamentação teórica, métodos de pesquisas, resultados e discussões assim como as considerações finais deste trabalho. Descrevo os sujeitos que participaram da investigação e a problemática de pesquisa. Nos objetivos geral e específicos se consolidam a finalidade desta investigação e relato os processos para chegar a tal fim. Posteriormente, exponho os argumentos que justificaram e demonstraram a relevância de uma pesquisa sobre a Amazônia brasileira, em destaque as esferas públicas sobre o seu desmatamento entre os anos de 2011 e 2020.

Busquei, também, nesta seção, apresentar a temática da pesquisa que trata das esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira, no caso específico da rondoniense por meio da análise crítica dos discursos encontrados nos jornais, fundamentada na Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Jürgen Habermas; na Análise do Discurso Crítica (ADC) e na Gestão Social. A escolha do período pesquisado e da temática ambiental se deu pela relevância e situação do Brasil em relação às políticas ambientais em níveis de Governança Global. No período escolhido, o País foi governado por governos federais situados nos mais variados espectros políticos, esquerda, de direita e atualmente de extrema-direita. As escolhas também se devem pelo fato de que no governo brasileiro entre 2019 e 2022, o país é considerado inimigo da natureza em relação às ações ambientais e respeito aos acordos climáticos assinados entre os países e as Organizações das Nações Unidas (ONU).

A região amazônica se estende a diversos países além do Brasil, quais sejam: Colômbia,

Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana Francesa e Guiana. A Amazônia brasileira e rondoniense, campos de investigação desta tese, é um local amplo para pesquisas nas diversas áreas, dentre elas a da Administração. Portanto, no contexto investigativo, não é possível suscitar em apenas uma tese respostas que possam atenuar os múltiplos contextos existentes nesses territórios.

Por conseguinte, nesta tese, pretendi ampliar as discussões sobre a Amazônia brasileira e rondoniense, com fundamentação teórica na Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, na Análise de Discurso Crítica e na Gestão Social com o propósito de explanar o que é pensado e praticado sobre esse território a partir dos discursos, narrativas existentes nos jornais sobre o desmatamento dessas regiões brasileiras.

Bettine (2021, p. 100), ao analisar o processo de construção da TAC habermasiana, apresenta que esfera pública "é formada por redes de comunicação intensificadas pelas atividades culturais, pela imprensa, pelos meios de comunicação de massa". Assim, em relação aos jornais, campo empírico central para a construção desta tese, Habermas (2014) apresenta-os como meios de comunicação de massa que alimentam os discursos para as formações de esferas públicas, o que contribui para a formação do diálogo e círculos de conversação. Lavareda e Montenegro (2021), ao analisarem pesquisas de opinião pública, destacam a importância dos jornais como meios de comunicação para a população obter informações sobre a Amazônia. Foram selecionados três jornais por apresentarem comprovadamente capacidade de influência na formação da opinião pública e, consequentemente, nos discursos que produzem as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia, no Brasil e no mundo, quais sejam: a *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e *The New York Times*.

O desmatamento da Amazônia brasileira é um dos principais problemas que assolam o país e o mundo, envolvendo relações econômicas, sociais e ambientais que estão imbricadas entre Sociedade, Estado e Mercado. Devido à exploração de forma desenfreada e não planejada, as populações residentes no território amazônico sofrem impactos em seus modos de vida devido à poluição dos rios, às mortes dos animais e às derrubadas de árvores que se solidificam, principalmente, com os altos índices de queimadas no último quinquênio. Os problemas ocasionados no ecossistema devido ao desmatamento afetam diretamente as populações da Amazônia, por residirem em municípios que também apresentam problemas de infraestrutura tais como de falta de saneamento básico, energia elétrica, hospitais, escolas, acesso à internet entre outros (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021).

A contextualização do *locus* de pesquisa está diretamente relacionada à opinião pública internacional, nacional e local sobre o desmatamento na Amazônia brasileira e, especificamente, Amazônia rondoniense, o que explica o meu posicionamento ontológico e epistemológico, e a necessidade de pesquisar sobre o desmatamento. Torna-se indispensável informar que o objetivo e o problema deste estudo foram baseados nas esferas públicas locais, nacionais e internacionais. Portanto, a questão orientadora desta pesquisa foi: **como as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia são capazes de influenciar decisões políticas no âmbito internacional, nacional e estadual na segunda década do século XXI?**

Partindo do contexto, das relações históricas e do problema, este estudo teve como objetivo central identificar e caracterizar as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia que se formaram no período entre 2011 a 2020 nos discursos e argumentos publicados nos jornais locais, nacionais e internacionais, e que foram capazes de influenciar decisões políticas internacionais, representadas pelas diretrizes dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)/Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. No âmbito nacional, representadas pelos decretos do governo federal e leis aprovadas pelo Congresso Nacional, bem como das decisões representadas pelas leis aprovadas pela Assembleia Legislativa e dos decretos do governo estadual de Rondônia.

Os objetivos específicos desta tese são os seguintes: a) analisar os discursos que formaram esferas públicas internacionais sobre os desmatamentos na Amazônia brasileira, entre os anos de 2011 a 2020, por meio dos principais jornais nacionais e internacionais que foram capazes de influenciar alguma diretriz no âmbito da ONU; b) investigar e analisar os discursos que formaram esferas públicas nacionais sobre os desmatamentos na Amazônia brasileira, entre os anos de 2011 a 2020, por meio dos principais jornais brasileiros, que foram capazes de influenciar decisões no âmbito do Congresso Nacional e no governo federal por meio de políticas públicas, leis e decretos; c) investigar e analisar os discursos que formaram esferas públicas estaduais sobre os desmatamentos na Amazônia rondoniense, entre os anos de 2011 a 2020, por meio dos principais jornais estaduais, que foram capazes de influenciar decisões no âmbito da Assembleia Legislativa e do governo estadual por meio de políticas públicas, leis e decretos.

Contudo, deve-se considerar também a influência do sistema sobre o mundo da vida, de tal sorte que se verifica uma reciprocidade de influências. É nesse contexto de influências recíprocas que me refiro no problema e nos objetivossobre o fato de que as práticas dos órgãos públicos também interferem no desenvolvimento da opinião pública e, consequentemente, das

esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira. Para responder ao questionamento e atender a esses objetivos, foram levantados os discursos por meio de documentos impressos e eletrônicos produzidos pelos jornais.

Mas o que são esferas públicas? Esferas públicas são um fenômeno social que ocorre em todas as sociedades por meio da formação da opinião pública comum e não deve ser entendida como uma instituição ou organização. Elas não se constituem como um sistema e é possível delinear seus limites internos. Externamente, caracteriza-se pelos horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. Habermas (2003, p. 91) considera que, da forma como as esferas públicas foram tratadas por ele até então, como estruturas comunicacionais enraizadas no mundo da vida a partir da sociedade civil, elas se configuram, na verdade, como "um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade". Assim, no contexto da teoria democrática, Habermas (2003, p. 91) considera que "[...] a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar."

Levando em conta essas considerações, Habermas (2003, p. 92) define esferas públicas como: "Uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se considerarem em opiniões públicas enfeixadas em termos específicos".

De acordo com Habermas (2014), as esferas públicas se reproduzem por meio do agir comunicativo, está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana e, portanto, constitui uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, que, para o autor (2015), é crítico e reflexivo, pois é possível perceber a sua contribuição para a discussão e consolidação das esferas públicas entre os pares da sociedade.

Para Habermas (1997b, p. 92-93), "os que agem comunicativamente encontram-se numa situação que eles mesmos ajudam a constituir através de suas interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-os dos atores que visam o sucesso e que se observam mutuamente como algo que acontece no mundo objetivo". As esferas públicas deixam a cargo do sistema político a elaboração especializada, mas, no âmbito delas, luta-se por influência nas decisões políticas. É importante considerar que as esferas públicas não podem ser confundidas com pesquisa de opinião, pois não se constituem num agregado de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas provadamente.

Souza, Alcântara e Pereira (2018) apresentam as contribuições da análise crítica de

discurso para pesquisas sobre esferas públicas. Os autores alertam para a necessidade de se buscar outras formas de análises em estudos sobre esferas públicas.

Perlatto (2012, p. 81), ao discorrer sobre as pesquisas realizadas no Brasil, faz a seguinte consideração sobre esfera pública: "A esfera pública, estruturada pela 'racionalidade comunicativa', se configura como uma arena discursiva do agir orientado para o entendimento, na qual os valores democráticos se formam e se reproduzem a partir de redes de comunicação de conteúdos e tomadas de posição", para Lubenow (2012), são essenciais para uma construção de uma sociedade democrática. Para os autores, as discussões habermasianas de esfera pública contribuíram fortemente para o debate acadêmico sobre democracia.

Ao me basear nos conceitos já apresentados, de Habermas (2003; 1997b) sobre esfera pública, considerei que o desmatamento na Amazônia brasileira e rondoniense são temas ou locais de formação de diversas esferas públicas. Essas proposições também podem ser atreladas às discussões realizadas por Perlatto (2012) e Garcia *et al.* (2018). Esses autores apresentam novas possibilidades de pesquisas a partir do conceito de esferas públicas de Habermas, e as consideram como uma categoria teórica atrelada à Gestão Social. Garcia *et al*. (2019), que apresentam a configuração das pesquisas sobre esferas públicas, argumentam que esse campo é multidisciplinar e se encontra em um processo de crescimento em relação aos números de pesquisas no campo científico.

O campo da pesquisa sobre esferas públicas se configura da seguinte forma: a) há um aumento e interesse pela discussão sobre a temática; b) ampla discussão do conceito de esferas públicas e sua pluralidade cunhado por Habermas; c) há poucas discussões sobre esferas subalternas e públicos considerados fracos e ou marginalizados; d) as pesquisas não buscam investigar de maneira crítica a sociedade brasileira em relação à sua formação política, econômica e social (GARCIA *et al*., 2019; GARCIA *et al*., 2018).

É necessário reconhecer que realizar pesquisas com a perspectiva filosófica e sociológica de Habermas é um desafio. No entanto, é sabido, por meio de diversas pesquisas, que o uso das teorias de Habermas é enriquecedor para as pesquisas sociológicas em Administração e, mais especificamente, para os Estudos Organizacionais (ANDRADE; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2019; PITANO, 2017).

Habermas é considerado um dos maiores teóricos contemporâneos, suas teorias e análises contribuem para diversos campos científicos, desde a Filosofia, Sociologia, Educação e Administração (ANDRADE; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2019; GARCIA, *et al*., 2019; SOUZA; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2018; GARCIA, *et al*., 2018; PITANO, 2016). Gutierrez

e Almeida (2013), ao refletirem especificamente sobre a TAC, afirmam que Habermas procura descortinar a realidade e, assim, apresenta um espaço comunicativo de intersubjetividade na busca pelo consenso. As explicações desses autores citados anteriormente e do próprio Habermas justificam a realização de pesquisa como tese utilizando os conceitos da TAC e das esferas públicas como desmatamento na Amazônia e as populações residentes nesse território.

Além das discussões sobre esferas públicas, foram também abordados a ADC fundamentada em Norman Fairclough e Van Dijk, bem como a Gestão Social e sua inter-relação com o processo histórico e as mudanças ocorridas na Amazônia brasileira. A Gestão Social apresenta uma proposta crítica e antagônica em relação à administração estratégica e funcionalista tradicional, o que permitiu analisar, amplamente, os discursos, nesse contexto, apoiando-me na proposta de Rodrigues, Cançado e Pinheiro (2020), que compreendem que as práticas da Gestão Social articulam as decisões coletivas, o que pode resultar no desenvolvimento participativo. Para a inter-relação entre Amazônia brasileira e a Gestão Social foram utilizados os resultados de pesquisas e a produção científica sobre Gestão Social, bem como a proposta epistemológica e paradigmática apresentada no livro publicado por Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015a; 2019).

Para o trabalho de campo foram utilizadas técnicas de pesquisas, análise de documentos submetidos ao uso da ADC em matérias publicadas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira, em três dos principais jornais do Brasil e do mundo.

As dificuldades para constituição do *lócus* científico, nas pesquisas que envolvem diversos sujeitos e campos, estão relacionadas às barreiras para se estabelecer diálogo entre a academia e a sociedade. A Amazônia brasileira está envolta em diversos problemas que surgem das relações entre os sujeitos e o contexto da Sociedade, Estado e Mercado, o que justifica a necessidade do debate e de trabalhos feitos pela academia, principalmente por sua influência e legitimidade perante esses setores. Assim, para que a pesquisa fosse considerada importante, tornou-se necessário balizá-la em justificativas que envolvessem diversos fatores. Nesse sentido, esta tese apresenta contribuições nas áreas administrativa, política, social e de meio ambiente, sendo, portanto, multidisciplinar.

Em relação ao campo científico, este estudo tem relevância para compreender como foram formadas as esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira, principalmente relacionadas à Amazônia Rondoniense. No contexto desta pesquisa, a Amazônia constitui diversas esferas públicas temáticas dominantes e subalternas, que são capazes de influenciar decisões políticas e outras que se dispersam pela pouca relevância ou

por manipulação das informações.

O desmatamento é considerado como um dos principais problemas relacionados à Amazônia. Essa afirmação se fundamenta a partir da pesquisa de Lavareda e Montenegro (2021), ao argumentarem que a população brasileira considera que esse problema afeta a biodiversidade e acarreta mudanças climáticas e, portanto, prejudicial para o Brasil e para o mundo.

Em relação à pesquisa sobre desmatamento como fator influenciador para as políticas pública ambientais, apoiei-me, como justificativa desta tese, no texto de Oliveira *et al*. (2021), que discutem as publicações sobre a produção científica nos principais periódicos científicos brasileiros em Administração entre os anos de 2013 e 2017, as quais abordavam as políticas públicas ambientais. O estudo dos autores apresenta o cenário de como se caracterizam as publicações que envolvem a discussão de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.

Em relação ao perfil temático das publicações analisadas, os autores destacam que a discussão é centralizada em resíduos sólidos e instrumentos econômicos ambientais, o que justifica a necessidade de se ampliar as pesquisas sobre desmatamento, pois esse termo não foi mencionado no trabalho nem como tema nem na rede de palavras-chaves.

Lemos *et al*. (2022) descreveram que o desmatamento era tema destaque em suas pesquisas científicas sobre políticas públicas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e, ainda, que quase 80% dos artigos se concentram nas áreas de Ciências Ambientais, Sociais, Agrárias e Biológicas.

A partir das reflexões de Lemos *et al*. (2022), Lavareda e Montenegro (2021) e Oliveira *et al*. (2021), foi possível embasar a justificativa sobre a necessidade de uma pesquisa que compreenda as discussões sobre desmatamento na Amazônia brasileira no campo da Administração.

Carvalho (2009), em sua dissertação defendida na Universidade Nacional de Brasília (UnB), investigou a cobertura jornalística, entre os anos de 2005, 2007 e 2008, sobre o desmatamento da Amazônia nos Jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Para a autora, o cenário de crise ambiental requer a participação dos principais veículos de comunicação que podem contribuir para a circulação de informações e, assim, conscientizar a sociedade sobre os problemas ocasionados pelo desmatamento da Amazônia brasileira.

Outra contribuição científica que esta tese propõe é a discussão sobre Gestão Social que poderá trazer relevantes contribuições para o debate teórico e de intervenções no campo das práticas de gestão, fortalecendo os princípios democráticos deliberativos, no sentido atribuído

por Cançado, Pereira e Tenório (2015b) e por Losekann (2009), que alega que a esfera pública deve atentar ao bem-comum em detrimento às questões de interesse privado.

Este estudo também alicerçou as discussões sobre esferas públicas. Garcia *et al.* (2018) consideram as esferas públicas como base de desenvolvimento da Gestão Social e argumentam que há poucos estudos científicos empíricos sobre esferas públicas temáticas. Outro aspecto que justifica esta pesquisa foi a necessidade de o gestor social compreender as relações democráticas, especialmente em conjunturas como a da Amazônia brasileira, suas ONG, os trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas entre outros que residem nesse território.

Foi preciso pesquisar empiricamente como se deram os processos reflexivos e autorreflexivos dos sujeitos amazônidas e suas relações com as práticas de Gestão Social. As contribuições dessas abordagens acompanham as discussões de Inocêncio e Favoreto (2020), no sentido de se utilizar dos estudos habermasianos e de Gestão Social como fundamentos teóricos das pesquisas. Esse processo possibilitou o uso de um olhar teórico-empírico profundo e inovador em relação às pesquisas realizadas sobre a Amazônia brasileira.

A Gestão Social trabalhada com a discussão sobre o desmatamento na Amazônia se apresenta, nesta tese, como uma nova proposta de articulação nas relações entre Sociedade, Estado e Mercado para o enfrentamento dos desafios contemporâneos (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2008). Outro ponto que justificou a construção deste estudo se baseou em uma das limitações levantadas por Garcia *et al*. (2018). Os autores, conforme já expresso, discorrem sobre a importância de se desenvolver pesquisas empíricas por meio de proposições teórico-metodológicas que analisem a formação de esferas públicas. Nesse caso, sobre o desmatamento na Amazônia brasileira.

Acrescenta-se ao rol das justificativas, o argumento fundamentado em Umberto Eco (2014) de que esta é uma tese científica, pois corresponde aos critérios científicos apresentados pelo autor, quais sejam: a tese se desenvolveu em um campo científico, reconhecido e identificável; a pesquisa diz do "objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob óptica diferente o que já se disse" (ECO, 2014, p. 28). A pesquisa buscou apresentar uma perspectiva sobre a Amazônia brasileira que ainda não foi apresentada nas pesquisas em Administração e nos Estudos Organizacionais. Dessa maneira, a pesquisa é útil tanto para a sociedade brasileira, para os amazônidas, quanto para a Academia.

Ao tratar da cientificidade desta pesquisa, foi possível também correlacioná-la a uma tese "política" por se tratar da discussão sobre desmatamento, contexto este formado por

conflitos sociais, políticos, econômicos e ambientais ao longo do seu processo histórico e, nesse sentido, faz parte de um longo e reflexivo debate acerca dos interesses que envolvem a formação das esferas públicas e da Gestão Social que pode ser praticada na Amazônia brasileira. Eco (2014) considera o dilema entre tese "científica" e tese "política" como falso. O autor acredita que há cientificidade tanto em temas políticos quanto em científicos, a diferença estará na maturidade científica do pesquisador ao escrever sua pesquisa e ao analisar as reflexões dos sujeitos envolvidos nela.

Gestão Social é base teórica de estudos associados às discussões em diversos setores, inclusive o ambiental, numa perspectiva de formulação de políticas públicas e ações dialógicas entre diversos setores da Sociedade, Estado e Mercado (TENÓRIO, 2008), o que se tornou característica nesta pesquisa. Dias e Corrêa (2013) visualizam a Gestão Social como um modo de viabilizar o Desenvolvimento Sustentável nas organizações e as consideram como atores de esferas públicas.

Este estudo, outrossim, justifica-se pela necessidade de se refletir sobre os conceitos de Sustentabilidade em uma perspectiva crítica. Feil e Schreiber (2017) discutem sobre os valores e modificações dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ao longo dos anos. Para eles (2017, p. 674), "a sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos". O conceito de sustentabilidade se contradiz ao se relacionar com as premissas de desenvolvimento do sistema econômico hegemônico, o que se trata de uma utopia, porque é impossível conciliar políticas de proteção à natureza e sociais, já que a produção capitalista gera problemas sociais e ambientais insustentáveis (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

A Constituição brasileira, em seu artigo 225, aborda que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2002). Para Brandão (2007, p. 200), "[...] desenvolvimento significa, por sua própria natureza um estado de tensão", e, na mesma linha do raciocínio do autor, defendo, nesta pesquisa, que o processo de desenvolvimento da Amazônia parte de uma proposta reflexiva-crítica em relação às práticas de desenvolvimento ao longo dos anos e às tensões existentes entre as políticas públicas agroindustriais e os amazônidas.

Para Habermas (2012a, p. 665), "a teoria crítica em sua fase inicial fracassou não por

este ou aquele acaso, mas por causa do esgotamento do paradigma da filosofia da consciência". Assim, este estudo trará uma proposta conceitual reflexiva e crítica com base na perspectiva de Habermas, estudioso da teoria crítica, respeitado por seus posicionamentos progressistas e pertencente à segunda geração frankfurtiana (HAMEL, 2021; GARCIA *et al.*, 2019; PITANO, 2016; PEREZ, 2014; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013; PERLATTO, 2012).

A teoria crítica tem como objetivo aliar teoria e prática questionando a perspectiva cartesiana tradicional da ciência positivista e os processos racionais do sistema capitalista, e, além disso, descortinar os problemas negativos e demonstrar novas possibilidades de produção e protagonismo da agência humana diante desse sistema hegemônico (BARBOSA, 2019; LARA; VIZEU, 2019; RESENDE; RAMALHO, 2004). Esse sistema gera suas próprias crises para fortalecer ainda mais as suas premissas. No entanto, essa ação proposital produz crises que se retroalimentam, cujo resultado é o acúmulo de capital para uma minoria em troca de algumas ações que possibilitam uma falsa melhoria de vida para o restante da sociedade (HABERMAS, 2002).

Lara e Vizeu (2019) discorrem sobre a aproximação das perspectivas de Habermas com a Teoria Crítica, ao defenderem e considerá-lo como um importante cientista da teoria crítica frankfurtiana, pois, para os autores, os pensamentos habermasianos contribuem para a discussão crítica sobre a ética, emancipação e transdisciplinaridade. Alcântara e Pereira (2017), por sua vez, consideram o potencial crítico da teoria habermasiana para investigar a Sociedade e suas relações entre sistema e mundo da vida.

A perspectiva crítica adotada nesta tese tem como uma de suas características verificar as práticas (um ato de fala é ação e ao mesmo tempo prática, segundo Habermas) das comunidades de povos tradicionais e organizações ambientalistas, do poder público e da sociedade em geral, relacionadas à sustentabilidade e desmatamento do território amazônico. Nessa perspectiva, a abordagem territorial crítica ganha sentido ao discutir questões do território - o amazônico - já que se trata de espaço de estrutura heterogênea. Dessarte, essa abordagem permite a melhor discussão sobre o processo de desenvolvimento que amplia a desigualdade (BRANDÃO, 2007).

Em relação ao meio ambiente, a pesquisa se justifica ao discutir a Amazônia brasileira, por trazer à luz diferentes pontos de vistas relacionados à racionalidade e às práticas de sustentabilidade e aos modos de se relacionar com a natureza, e que foram identificados por meio do discurso argumentativo, que, para Ferreira (2017, p. 627), "é a base da estrutura social, pois ele não apenas representa suas convenções, mas também as constitui e molda, fazendo com

que o mundo e as relações sociais adquiram significados".

Silva (2019, p. 149) considera que discurso "é uma troca de atos de fala que busca desenvolver uma diferente opinião". Já para Santos e Costa (2019), o discurso é concebido como um acontecimento social que se materializa pelas relações de poder existentes nas práticas discursivas dos sujeitos envolvidos. Desse modo, os discursos se materializam, o que possibilita a prática da ADC. As práticas discursivas são permeadas pelas relações de poder, o que se caracteriza pela implicação de posicionamentos identitários que formam o conhecimento social e possibilitam a interpretação da realidade (SPINK; MEDRADO, 2013).

Por fim, fez-se necessário ampliar as pesquisas empíricas sobre esferas públicas no âmbito da Gestão Social, como é considerada a discussão de esfera pública neste trabalho (GARCIA et al., 2018). Assim, este estudo avança nas discussões científicas sobre o tema e contribui para o entendimento das esferas públicas sobre o desmatamento, de modo que se evidenciem as esferas públicas e os interesses subjacentes, contribuindo com o fortalecimento de uma democracia plural e deliberativa.

Além das justificativas e contribuições do trabalho, torna-se necessário apresentar os pressupostos que sustentaram a pesquisa: i) os sujeitos da pesquisa podem divergir e convergir na forma como as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia circulam e influenciam a criação e execução de políticas públicas no âmbito internacional, nacional e estadual. Sobre essa assertiva, fez-se necessário estudar e analisar as convergências e divergências das esferas públicas a partir das reflexões de Garcia *et al*. (2018), ao tratar dos conflitos e consensos que são também permeados pela discussão de pluralização das esferas públicas por Souza, Alcântara e Pereira (2018), assim como se verificam nos estudos em Habermas (1997b) as posições diversificadas existentes na sociedade civil. Por fim, ainda se tratando das esferas públicas, é oportuno apresentar os argumentos que se coadunam e se antagonizam, sobre desmatamento na Amazônia entre os anos de 2011 e 2020.

Para Indursky (2003), a imprensa contribui para a formação discursiva da sociedade ao dar visibilidade aos diversos pontos de vistas e argumentos em relação a determinado assunto. Para essa autora, a mídia tem papel de agência ao possibilitar maior ou menor espaço aos sujeitos, pois, por meio da imprensa, é possível ter conhecimento de como se situam as esferas públicas. Já Lubenow (2012) argumenta que a mídia, ao utilizar de sua influência de modo político-publicitário, prejudica a sociedade civil em relação ao seu processo de conscientização sobre e com o sistema político. Para Carvalho (2009), a imprensa nacional não deu atenção necessária à discussão sobre desmatamento na Amazônia, apesar de essa discussão se destacar

nos jornais quando se trata das críticas às políticas ambientais, às práticas ilegais da indústria madeireira, à grilagem de terras entre outros fatores climáticos.

Gaissler, Andrade e Acquaro (2015), ao discutirem o papel dos meios de comunicação na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012, no Rio de Janeiro-RJ, acompanham as críticas de Carvalho (2009) quando estes debatem sobre a ausência de espaço na imprensa para a conscientização da sociedade em relação aos problemas ambientais, o que faz com que a discussão seja difundida de forma superficial e poluída e, de certo modo, invisibilizando a gravidade dos problemas ambientais.

Com base nas discussões de Lubenow (2012) sobre a capacidade de a mídia influenciar as construções discursivas, pelas considerações de Gaissler, Andrade e Acquaro (2015) e das críticas de Carvalho (2009), reflito sobre dois outros pressuspostos: (ii) que a imprensa, por meio de seus jornalistas, apresenta uma abordagem exótica do que é vivência no território amazônico, devido ao distanciamento das vivências na Amazônia, considerada em suas análises como se fosse um território estrangeiro, tanto para a grande imprensa nacional como a internacional; (iii) que as medidas da ONU, do governo federal e do governo de Rondônia em relação às esferas públicas sobre desmatamento da Amazônia brasileira são influenciadas pelo discurso circulante na imprensa, o que potencializa a criação e fiscalização das políticas públicas implementadas pelo poder público no âmbito internacional, nacional e estadual.Isso posto, os discursos, apresentados nos jornais influenciam a Sociedade, que cobra ações sobre a proteção do território amazônico e a conciliação entre os setores econômico, social e ambiental, e esses setores não são tratados de maneira equilibrada entre os sujeitos.

Por fim, apresento o quarto pressuposto iv) os discursos da ONU, do governo federal, do governo estadual de Rondônia e dos sujeitos sociais se inter-relacionam. Nos textos analisados nos veículos de imprensa selecionados para a pesquisa, tanto a ONU quanto o governo federal e de Rondônia têm suas decisões políticas influenciadas pelas esferas públicas sobre a Amazônia brasileira. Esses quatro pressupostos foram revisitados durante toda a análise dos resultados e discussões e nas considerações finais.

Esta tese está assim organizada: nesta primeira seção, a introdução, em que me apresento como o pesquisador e trago minhas subjetividades; o tema e sua construção teórica e metodológica; o problema e os objetivos geral e específicos; motivos e proposições de pesquisa, além dos pressupostos que permearam toda a pesquisa.

No segundo capítulo, apresento o contexto da Amazônia brasileira. Nesta seção, mostro como se deu historicamente a formação territorial da região amazônica brasileira, seus

processos econômicos, populacionais, as políticas públicas implantadas. Nesse contexto, também, apresento a discussão sobre desmatamento da Amazônia brasileira e seus efeitos para a Sociedade, em especial para os amazônidas. Além disso, sintetizo alguns dos principais trabalhos produzidos na pós-graduação brasileira sobre a Amazônia em relação a discussões sobre desmatamento, esferas públicas, Gestão Social, da grande área da Administração e dos Estudos Organizacionais.

No terceiro capítulo, sintetizo as discussões conceituais sobre ADC de Norman Fairclough e de Van Dijk, Gestão Social, Teoria da Ação Comunicativa e as esferas públicas de Habermas. Nessa parte, aponto as teorias que darão suporte à pesquisa e às discussões empíricas: TAC e formação das esferas públicas, ADC e a Gestão Social. Busquei ampliar as discussões de como a Gestão Social se consolida como campo teórico e, para além disso, tratar da relevância e aplicação da TAC dentro dos Estudos Organizacionais.

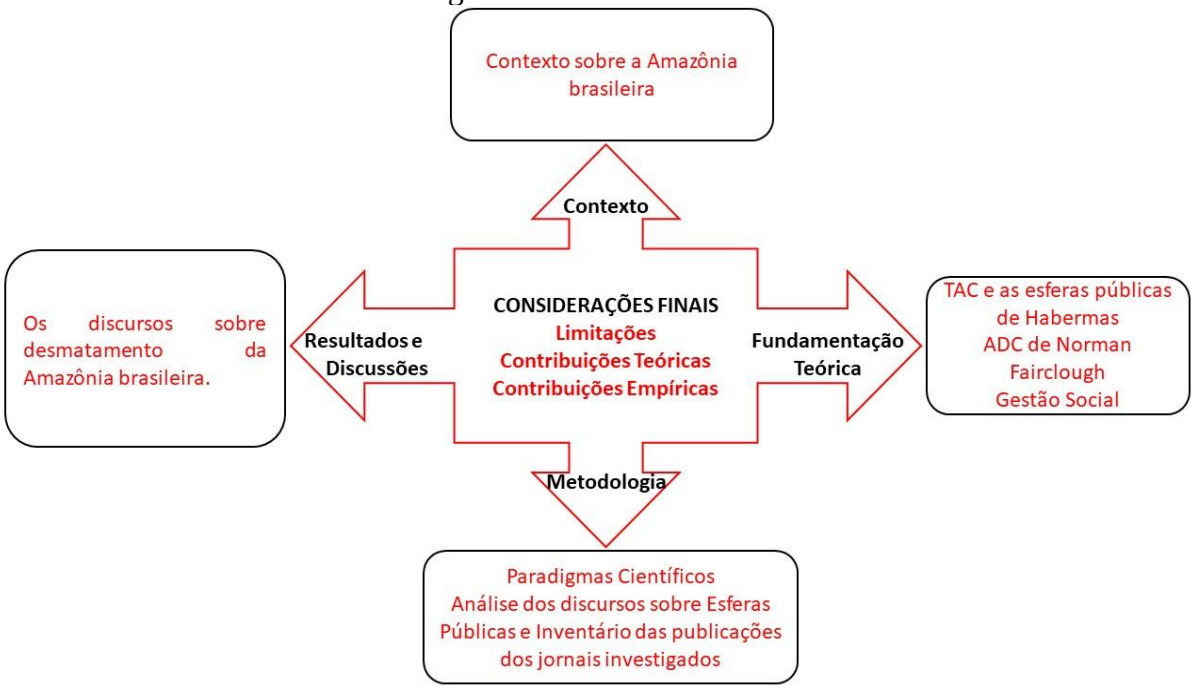
O quarto capítulo contempla a metodologia do estudo. Nessa parte, teci referência à abordagem metodológica, aos métodos e tipos de pesquisa, aos procedimentos de coletas e técnicas e de análise e/ou interpretação das informações coletadas. Também, abordo os paradigmas que guiaram a investigação, assim como a natureza de pesquisa, os *lóci* e como foram estabelecidas as buscas pelos discursos, como foram aplicados os procedimentos de coleta e analisadas as informações produzidas na pesquisa.

Após a coleta e interpretação das informações com base na ADC, apresento o quinto capítulo que trata das informações e das análises produzidas e que possibilitaram compreender como as esferas públicas sobre desmatamento influenciam as decisões políticas sobre a Amazônia, e como a sociedade local e regional se organiza com base nessas esferas públicas. No sexto capítulo, são apresentados os argumentos que sustentam as esferas públicas identificadas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira.

Por fim, teci as Considerações Finais, consolidadas a partir dos resultados, nas quais foram especificadas as principais abordagens oriundas das reflexões realizadas durante todo o processo de pesquisa, expondo a relação desses resultados com os objetivos geral e específicos e a resposta ao problema central da tese. Ainda nessa parte da tese, revelo as limitações do trabalho, as dificuldades encontradas em todo o processo de doutoramento, os avanços teóricos e empíricos, assim como as contribuições para as temáticas discutidas e proposta de agenda de pesquisa teórica e empírica.

Na Figura 1, apresento a organização estrutural da construção desta tese a partir desta introdução.

Figura 1 - Estrutura da tese.



Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir desta introdução da pesquisa e apresentação da estrutura deste trabalho, continuo as discussões da tese a partir da contextualização sobre Amazônia brasileira.

2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA

A Amazônia brasileira é um dos mais importantes territórios do País, onde se concentra parte da economia nacional, da produção agrícola e, substancialmente, as riquezas de fauna e flora. É formada por nove Estados, quais sejam: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, parte do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, também denominada como Amazônia Legal.

A Amazônia tem uma população de, aproximadamente, 29 milhões de pessoas, o que representa cerca de 13% da população brasileira, sendo que 63,45% vive na zona urbana e 36,55% na zona rural, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020).

A região se destaca economicamente pela diversidade de produtos que são extraídos do seu território tais como: minérios, cereais, sementes, oleaginosos entre outros. Na exportação, destacam-se, sobretudo, os produtos relacionados ao extrativismo vegetal associados ao uso da terra, que são considerados de menor impacto ambiental (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021; KADRI; SKAF, SOEIRO, 2021).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (2018, p.16), a Amazônia brasileira é considerada "a maior floresta tropical do planeta – cerca de 516 milhões de hectares, o equivalente à aproximadamente 60% do território nacional. Além disso, é extremamente rico em biodiversidade – possui pelo menos 13% de todas as espécies mundiais, muitas das quais existentes exclusivamente no país".

Para Moret (2020, p. 36), "A dinâmica da Amazônia pode ser entendida como uma intrincada relação entre urbano e o rural, entre o industrial e o tradicional, entre a densa floresta e as áreas desmatadas e atividades econômicas que a conectam com a economia do restante do Brasil".

Lavareda e Montenegro (2021), ao considerarem esses dados e informações sobre a importância da Amazônia brasileira para a economia nacional e internacional, além da sua riqueza em relação à biodiversidade e suas ações efetivadas para frear as mudanças climáticas, orientam para a necessária evolução da visão mundial em relação à Amazônia como pulmão do mundo, forte e indestrutível. Também argumentam que, ao longo dos anos, a ciência vem comprovando que a percepção das pessoas sobre a Amazônia brasileira foi modificada de

acordo com as descobertas e transformações ambientais que ocorreram a partir das destruições dos seus recursos naturais. É necessário destacar a importância da Amazônia para a sociedade brasileira e para o mundo já que o Brasil é responsável pela maior parte do território amazônico, o que justifica a realização de pesquisas sobre essa região.

Viana (2021) salienta que a Amazônia é um território em disputa desde antes do marco do "descobrimento" do Brasil. Tavares (2011), ao discutir a formação territorial e histórica da Amazônia brasileira, relata que a formação do território amazônico se constrói desde o período da união das coroas ibéricas (1580-1640) com a ocupação militar do Rio Amazonas, e essa ocupação foi um dos aspectos que propiciou a fundação de Belém em 1616. No século XV, havia o conflito entre Espanha e Portugal, o qual se prosseguiu até meados do século XVII, quando os espanhóis cederam o território para os portugueses. No entanto, é necessário considerar que as terras amazônicas já pertenciam aos indígenas, os quais foram explorados pelos colonizadores com apoio da igreja católica e dos militares (VIANA, 2021). Essa disputa de território assola os povos originários e tradicionais até os dias atuais por meio da lógica capitalista de exploração desenfreada dos bens naturais da Amazônia (BRITO; COSTA, 2006).

Durante o século XVII, ocorreram novos processos de ocupação do território amazônico, agora, por meio da religião, com a concentração de companhias religiosas que procuravam catequizar os povos indígenas. Para Tavares (2011), essa proposta de controle territorial tinha como base também os aspectos geográfico, religioso e econômico, os quais propiciaram a transformação das aldeias indígenas em vilas e, por consequência, em cidades.

O regime colonial português apresentou algumas especificidades que consolidaram o processo de exploração dos territórios amazônicos entre os séculos XVI e XVIII, essas ações foram estruturadas no seguinte tripé: i) na guerra, como estratégia de extermínio para a submissão dos povos colonizados; ii) cooptação dos povos por meio do processo religioso e iii) no domínio dos povos indígenas. Esse tripé coloca a Igreja Católica como protagonista em todo o processo de colonização da Amazônia, principalmente em razão do controle sobre a população indígena. Todo esse processo de domínio da força de trabalho dos povos indígenas, chamado como "ouro vermelho", foi a principal base de estruturação do violento processo colonial da região amazônica.

Para o processo de colonização da Amazônia foi fundamental o controle da língua e da linguagem indígena como fonte de poder por parte dos colonizadores e religiosos (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021; VIANA, 2021). Tavares (2011), discorrendo sobre a presença e herança negra na Amazônia brasileira, discute a

importância das populações vindas do continente africano nos séculos XVI e XVII, as quais influenciaram a cultura de todos os estados amazônicos, principalmente do Pará. No contexto paraense econtra-se um dos primeiros grandes casos de exploração econômica da Amazônia, trata-se da economia da borracha, que influenciou as transformações dos modos de vidas dos indígenas, negros, amazônidas e das populações de Belém e de Manaus no século XIX (TAVARES, 2011).

Para Silva e Colferai (2020), a ocupação do território amazônico desenvolveu-se em três grandes ciclos migratórios: 1) ciclo da borracha entre os séculos XIX e XX; 2) "*Marcha para o Oeste*" no Estado Novo na década de 1940 e 3) colonização agrícola em 1980. A "*Marcha para Oeste*" foi uma política pública que teve como objetivo estruturar as estratégias de produção das *commodities* que se concretizaram ao longo das décadas seguintes.

Em relação ao século XX, Tavares (2011) argumenta que o ciclo da borracha começou a apresentar declínio econômico e, com isso, a atividade econoômica da região iniciou um processo de mudança e as populações das cidades maiores começaram a compreender as transformações comerciais advindas da exploração da natureza, sobretudo, em Belém.

Sobre as cidades amazônicas, Becker (2013), na apresentação de seu livro *A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade*, defende que 70% das pessoas moram nelas. A autora, no entanto, faz críticas aos movimentos em prol da urbanização, os quais motivaram a criação de grupos controladores desse território, e salienta que esses processos negligenciaram cuidados sobre a natureza a favor de ocupação das terras e exploração agroextrativista.

Brandão (2007) reitera que esses processos cíclicos e essas transformações, atreladas ao Mercado, modificaram o processo de organização da Amazônia, o que refletiu diretamente no modelo capitalista industrial caracterizado por conflitos sociais e ambientais entre as populações ribeirinhas e indígenas com os migrantes, em especial, no último ciclo de exploração motivado pela utilização das terras para o plantio de *commodities*.

Para Bezerra (2012, p. 542), "A transformação da natureza em *commodities* tem se tornado cada vez mais frequente e aceita". Tanto Brandão (2007) quanto Bezerra (2012) alertam para as práticas da produção de *commotidites* na Amazônia brasileira. Para esses autores, essa maneira de produção compromete a organização e modos de vida dos amazônidas em seus territórios.

Becker (2001) explica que a ocupação da Amazônia se deu em três níveis de análise: 1) geopolítica, uma vez que se trata de ações externas de países e organizações estrangeiras que são associadas às perspectivas, principalmente de interesses econômicos, e essas associações,

em sua maioria, são consideradas malsucedidas ao estabelecerem para os amazônidas insegurança, o que resulta em instabilidade econômica; 2) político-territorial, porque influenciou as dinâmicas de ocupação e uso do território amazônico; em uma vertente. as políticas públicas de ocupação da Amazônia trouxeram resultados positivos, mas, em termos territoriais, ocasionaram conflitos que ainda não foram resolvidos. Por fim, o terceiro nível, que são 3) os módulos espaciais que tratam da articulação entre as produções e redes de exportação dos produtos e bens da Amazônia e também as ações que circulam internamente entre as populações amazônidas nos processos econômicos de seus produtos naturais. Esse processo resultou em práticas que beneficiaram os agentes estrangeiros em decorrência da exploração dos amazônidas e dos recursos naturais da Amazônia (BRITO; COSTA, 2006).

Becker (2001, p. 136), ao revisitar as políticas de ocupação da Amazônia e seus modelos, discorre que "foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional". O contexto discutido por Becker (2001) está relacionado à formação do Estado Novo de Getúlio Vargas até as transformações estruturais ocorridas no País durante o governo de Juscelino Kubitschek.

O entendimento e a aproximação das pessoas em relação às causas ambientais, ao longo da segunda metade do século XX, ocorreram também pela participação da sociedade por meio das organizações ambientalistas e de outros movimentos sociais ao denunciarem a degradação da natureza (DIAS, 2017). Esses processos geraram ações do Estado de forma a regulamentar e levou a instituir órgãos fiscalizadores e reguladores da ação das pessoas e organizações sobre o meio ambiente em geral, bem como no território da Amazônia.

Para Carvalho *et al*. (2014, p. 51), "a institucionalização da Operação Amazônia se deu em três estágios: no primeiro, em dezembro de 1965, foram estendidos à Amazônia Legal todos os incentivos fiscais e creditícios; de setembro a outubro de 1966, foram votadas as leis básicas; e, por fim, em fevereiro de 1967. foi criada, por meio do Decreto-Lei nº 288, a Zona Franca de Manaus". Na segunda metade do século XX, evidenciou-se o aumento da exploração da floresta amazônica, foram discutidas e aplicadas grandes transformações infraestruturais por meio de políticas públicas para a integralização e povoamento da Amazônia, principalmente durante o governo militar (1964-1985), por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), do primeiro e segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) e, por fim, do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), que objetivou fortalecer os

estados da região amazônica como polos agropecuário, industrial e florestal.

Na década de 1960, destacaram-se outras estratégias para o desenvolvimento do território, como a transformação do Banco de Crédito da Borracha no Banco da Amazônia (BASA); a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus, o que potencializou a economia industrial e a transformação da Amazônia brasileira em fronteira agrícola por meio das ações executadas por essas organizações públicas, o que resultou em áreas de conflitos entre camponeses e pioneiros (BECKER, 2001; CARVALHO *et al*., 2014). De acordo com Brandão (2007), nos anos de 1960, foram estabelecidas a lógica industrial, orientando as políticas públicas voltadas para o acúmulo de capital em decorrência dos malefícios ambientais que eram colocados em segundo plano. Já Moret (2020) alega que, naquele período, é que se intensificou a ocupação da Amazônia por pessoas oriundas de outras regiões do País.

Pieranti e Silva (2007, p. 3), ao discutirem a inserção das políticas do território amazônico no debate para políticas de defesa nacional, defendem que os grandes projetos foram consolidados devido ao fato de o governo militar compreender que a "Amazônia era um espaço vazio, subutilizado e, portanto, uma brecha perigosa à violação da soberania nacional". Outra intenção também era potencializar a mobilidade pela força de trabalho (TAVARES, 2011; BRITO; COSTA, 2006).

Fearnside (2005) reconhece que, a partir da década de 1970, a ocupação da Amazônia foi estabelecida de forma mais acelerada, pois segundo ele, naquela época as florestas da Amazônia foram desmatadas com intensidade. Essas ações aceleraram o surgimento das cidades para a implantação do projeto populacional do governo (BECKER, 2013). Na década de 1980, construções como a da Usina de Tucuruí no Pará, conflitos entre seringueiros e comunidades tradicionais já residentes com pessoas que invadiram a Amazônia provocaram a atenção das comunidades internacionais e uma maior pressão para o que acontecia na região amazônica (MARCOVITCH; PINSKY, 2014).

Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020) alegam que o Brasil, a partir dos anos de 1980, tornou-se o ator primordial nas discussões globais em relação aos problemas climáticos, devido à importância da floresta amazônica.

É importante relatar que houve uma luta constante e organizada por parte dos camponeses, ribeirinhos, quilombolas e indígenas para o reconhecimento dos seus direitos ao uso e ao cuidado do seu território já historicamente ocupado. Essas lutas podem ser

exemplificadas a partir do movimento dos ribeirinhos liderados por Chico Mendes na década de 1980, e, no século XXI, nas diversas comunidades indígenas e de trabalhadores rurais como o Plano Nacional da Reforma Agrária (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

Ao término da Ditadura Militar em 1985, os governantes brasileiros começaram a construir políticas públicas para coibir ou regularizar o desmatamento na Amazônia brasileira. Logo, essas políticas foram consideradas contraproducentes e contraditórias, pois ampliavam ainda mais a degradação ambiental (CARVALHO, 2009).

Tavares (2011) argumenta que, ao final do século XX, os governos federais apresentaram políticas públicas voltadas aos grandes projetos como construção de rodovias e usinas hidrelétricas para a Amazônia. Pieranti e Silva (2007) relatam sobre o potencial de produção energética da Amazônia por meio de óleos vegetais e hidroeletricidade, projetos estes que são pautas de discussões entre as pessoas vinculadas às organizações sociais, públicas e privadas. Destacam-se a Rodovia Transamazônica, Usinas Hidrelétricas de Samuel, Balbina, Tucuruí, do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e Belo Monte (MORET, 2020; PIERANTI; SILVA, 2007).

É importante considerar que, até o século XX, todo o processo logístico na Amazônia se estabelecia no modo fluvial, que tinha um menor impacto ambiental (VIANA, 2021). Essas grandes obras permitiram um processo colonizador que acarretou muitos prejuízos sociais, econômicos e ambientais. No entanto, mesmo com a construção dessas usinas hidrelétricas, os estados da região amazônica lideram os piores índices de acesso à estrutura energética do País (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021), fato este comprovado pelos apagões no Estado do Amapá e na região metropolitana de Belém-PA, no final do ano de 2020; e na crise elétrica que ocasionou em racionamento e no aumento considerável do valor da fatura de energia elétrica em 2021.

Em relação às políticas públicas, Becker (2001, p. 143) apresenta as seguintes críticas:

> As políticas públicas para a Amazônia refletem o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e essa transição se expressa hoje nas políticas públicas desarticuladas. Ambas visam o desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma e pela outra não são apenas diversos, como também opostos e conflitivos.

Cita-se, como exemplo de políticas públicas, o Sistema Nacional de Crédito Rural que ampliou o processo de industrialização da agricultura na Amazônia (BRANDÃO, 2007). As

críticas de Becker (2001) em relação às políticas públicas voltadas para a Amazônia devem ser consideradas, pois muitas políticas públicas foram articuladas sem a participação efetiva de toda a sociedade, principalmente, dos amazônidas.

Se tomar como base os conceitos da TAC de Habermas, as críticas são procedentes, afinal não houve participação social efetiva de todos os sujeitos envolvidos para atingir o consenso e entendimento que, no caso, trata-se das políticas públicas para a Amazônia. Para Brandão (2007), as políticas públicas se distanciam da regionalidade, e isso compromete as suas políticas específicas na busca de um projeto que permita o acesso à cidadania pelos amazônidas. Moret (2021, p. 63) faz a defesa de criação de políticas públicas voltadas para a cultura ao considerar que são as populações amazônidas que cooperam para o equilíbrio ambiental, assim, o autor afirma que "a manutenção dos valores culturais pode propiciar a preservação e a vida da Amazônia".

Dias (2017) expõe que os projetos e políticas públicas potencializaram ainda mais o processo migratório de pessoas de outras regiões do País para a Amazônia conforme já relatado por Tavares (2011) e Brito e Costa (2006). O movimento migratório, que ocasionou um descontrole sobre o uso e a exploração do território amazônico, modificou os modos de vida e a cultura das pessoas residentes na Amazônia e gerou conflitos com os migrantes que vieram em busca de trabalho por meio da exploração das riquezas naturais, provocando, assim, a expansão da população, transformação e exploração da natureza.

Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) criticam a expansão das políticas de exportações das *commodities* agrícolas e minerais, as quais ao longo dos anos, e, principalmente, a partir das duas últimas décadas do século XX e da primeira do século XXI, tornaram-se protagonistas nas atividades ocorridas no território amazônico. Os autores argumentam sobre as diversas formas de absorção da mercantilização dos bens e dos territórios da região, inclusive com a expansão do trabalho análogo à escravidão.

Em relação ao Estado de Rondônia, destaca-se o binômio pecuária-pastagens, além do crescimento da produção de *commodities* agrominerais, o qual desencadeou diversos conflitos agrários, envolvendo indígenas e ribeirinhos (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

Há registros de ações e movimentos de preservação da Amazônia já no início da década de 1980, das quais participaram residentes da Amazônia, seringueiros e quilombolas. Consequentemente, essas participações consolidaram uma grande agenda política devido ao movimento ambientalista motivado por grandes eventos sobre meio ambiente como a

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92), que fundamentou, ao longo dos anos, as discussões sobre o meio ambiente e a Amazônia e, consequentemente, a consolidação e formação das organizações ambientalistas (KADRI; SKAF; SOEIRO, 2021; SILVA, 2014; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2012). Essas ações, a partir da Eco-92, demonstraram a preocupação em torno da agenda ambiental na Amazônia, devido aos conflitos existentes no modo de como geri-las, respeitando os povos amazônidas, a fauna e flora.

A partir da Eco-92, a Amazônia brasileira passou a ser pauta nas discussões dos grandes eventos globais como as Conferências da ONU sobre as mudanças climáticas, Rio+10, Rio+20, entre outros sobre meio ambiente, ao longo dos últimos anos. Para Bezerra (2012), o destaque da Amazônia brasileira se consolida nos debates internacionais por duas principais razões: i) a relevância das discussões climáticas devido à riqueza de sua biodiversidade e ii) a forma como a natureza é representada nos espaços políticos e econômicos.

Para Lavareda e Montenegro (2021), a sociedade brasileira e o poder público vêm, ao longo dos anos, ampliando a preocupação com a Amazônia brasileira e com as questões ambientais. No entanto, Meirelles Filho (2021) argumenta que, como há falta de atenção da população brasileira, faz-se necessária, portanto, a participação mais efetiva da população e, essa ausência de atenção resulta na necessidade de ampliação de políticas públicas por parte do poder público e de atividades por parte das organizações socioambientais.

Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020), ao considerarem estes três períodos governamentais: 1) Governo Lula nos anos 2009 e 2010; 2) Governo Dilma-Temer entre os anos 2011-2018 e 3) Governo Bolsonaro nos anos 2019 e 2020. argumentam que o Brasil passou por diversas transformações ao longo desses anos, passando de protagonista à vilão em sua atuação na governança ambiental global.

Nos dois últimos anos do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil conseguiu atingir os melhores resultados de sua história em relação ao compromisso climático dos países (FRANCHINI; EVANGELISTA-MAUAD; VIOLA, 2020). Porém, esses resultados foram reflexos de políticas governamentais que se estenderam desde o início de seu primeiro mandato iniciado em 2003. O resultado do prestígio do discurso ambiental e, consequentemente, das políticas de desmatamento foi o desempenho expressivo da candidata ambientalista Marina Silva nas eleições presidenciais de 2010, ex-ministra do meio ambiente no governo Lula nos anos de 2003 a 2008, cuja principal bandeira política foram as causas ambientais.

Carvalho (2009) apresenta críticas em relação às políticas ambientais dos Governos Lula, apesar de acreditar que os projetos ambientais desse governo procuraram, de certo modo, equilibrar as questões ambientais em relação aos processos econômicos constituídos a partir da ocupação do território amazônico. A autora, nesse sentido, destaca, no primeiro mandato do Governo Lula, três políticas públicas: o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM); Plano Amazônia Sustentável (PAS); e Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PPCDAM foi uma política pública criada em 2004 com intuito de diminuir as taxas de desmatamento e foi dividida em quatro fases: investimento em atividades produtivas sustentáveis; monitoramento e controle do desmatamento; organização fundiária e territorial e instrumentalização das atividades econômicas e normativas (KADRI; SCAF; SOEIRO, 2021).

O PAS e PPCDAM procuravam em suas práticas fiscalizar com maior eficiência as atividades que, por ventura, gerariam alguma agressão ao meio ambiente, ambos apresentaram falhas em suas execuções. No entanto, foi possível deflagrar algumas operações importantes no combate ao desmatamento da Amazônia, ilustra-se com a *Operação Sucupira,* no ano de 2005 (CARVALHO, 2009). Makishi *et al*. (2020) ressaltam que o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), outra política do governo Lula, teve como premissa o trabalho conjunto entre sociedade civil, iniciativa privada e pública para a proteção e uso sustentável da biodiversidade. O PNPSB se diferencia de programas como POLOAMAZÔNIA por permitir e procurar que haja diálogo e a valorização das práticas e conhecimentos das comunidades locais.

Em uma transição negativa de combate moderado ao conservadorismo, tem-se o período do Governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e do seu vice-presidente, quem assumiu a presidência após o processo de impeachment/golpe, Michel Temer (2016-2018). Nesses dois períodos, os investimentos e estrutura governamental para o combate ao desmatamento foram reduzidos, o que gerou praticamente uma inércia das ações de políticas públicas federais em relação à proteção da natureza (FRANCHINI; EVANGELISTA-MAUAD; VIOLA, 2020).

Os governos dos estados integrantes da Amazônia brasileira também procuram estabelecer políticas que possam amenizar os danos ambientais. Nesse sentido, é importante mencionar que o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal que é formado pelos governadores dos Estados da Amazônia brasileira o qual produziu o Plano de Recuperação Verde (PRV). Esse Plano buscava promover mudanças de políticas públicas

que pudessem ser efetivas para a diminuição do desmatamento na Amazônia brasileira. O PRV também se inseria com o objetivo de obter recursos financeiros para as comunidades da Amazônia brasileira por meio das novas tecnologias que possibilitam a manutenção da floresta em pé, dos rios, da fauna e flora amazônica para que se desenvolvam as populações locais, além de buscarem garantir serviços básicos de infraestrutura (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021).

O PRV apresentava quatro objetivos distribuídos em cinco eixos, sendo que o seu primeiro objetivo e primeiro eixo se relacionavam ao desmatamento da Amazônia, buscando atender à Agenda 2030 com o intuito de zerar o desmatamento até o ano de 2030. Para isso, os governadores estaduais se comprometeram a investir 375 milhões de reais em ações que possibilitassem frear o desmatamento ilegal na Amazônia Brasileira (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021).

Nesse documento, há o compromisso de restaurar e contornar o desmatamento. No entanto, apesar de essas medidas serem importantes, não foram suficientes para a recuperação e diminuição considerável dos desmatamentos. Compreende-se que o PRV é uma medida que procura se relacionar com a questão econômica e com o uso dos recursos naturais da Amazônia, iniciativa que precisa ser mais bem explicada, sobretudo, por não incluir a participação dos amazônidas nos processos de formação e execução das políticas públicas.

Há três perspectivas que tratam das questões no território amazônico e das disputas e conflitos existentes. A primeira sobre a democratização do acesso as terras pelos povos tradicionais reconhecidos em busca da reforma agrária popular. A segunda se estabelece por meio da governança em relação à intenção de legalizar as terras pelas ações do Estado e das forças do mercado e, por fim, a terceira que se caracteriza como protagonista nas práticas e discursos do governo federal, os quais consistem no uso de forças de mercado e da violência utilizando-se das agroestratégias, cujos resultados são a militarização civil e a espoliação das terras de uso comum e das unidades de conservação (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

Destaca-se, na primeira posição, a participação dos movimentos sociais que exercem suas ações para a democratização do acesso as terras de maneira regular aos povos tradicionais e da defesa da reforma agrária popular que integram a transformação das práticas ambientais e agrárias. Destaca-se, aqui, o papel voltado para o meio ambiente e os valores da Amazônia de modo responsável e que garanta a sua preservação.

A segunda perspectiva se pauta no fortalecimento da regulação de mercado para uso sustentável. Para Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), essa posição é defendida pelo *mainstream* da academia tradicional e das grandes ONGs nacionais e internacionais. No entanto, deve-se considerar que há um movimento dentro dos espaços acadêmicos que apoia o protagonismo das populações amazônidas, o que acontece também com as ONGs periféricas, chamadas, por Meirelles Filho (2021), de socioambientais, e estas são a maioria na atuação nos estados da região amazônica. Nessa segunda perspectiva, houve um avanço em relação aos diálogos com as populações amazônidas, no sentido reconhecimento da participação dessa população para o avanço das discussões e defesa da Amazônia brasileira.

A terceira perspectiva, segundo os autores, envolve diretamente o cenário político contemporâneo. Para eles, desde a conjuntura política de 2015, que resultou nos processos de impeachment/golpe da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e, consequentemente, nas ações desenvolvidas durante o governo Michel Temer, as quais foram potencializadas no governo de Jair Bolsonaro.

As ações do governo federal presidido por Jair Bolsonaro (2019-2022) vem se pautando na deslegitimação dos direitos a terra dos povos tradicionais; na potencialização de grandes organizações estrangeiras; nas ações de latifundiários brasileiros que se regulam por meio do enfraquecimento de órgãos fiscalizadores para a mediação; na punição relacionada aos conflitos existentes pelo direito do território amazônico e na legalização de terras invadidas por grandes fazendeiros à margem da lei, o que tem provocado diversos problemas sociais e ambientais.

A pauta ambiental, ao contrário do que ocorria no fim dos governos Lula, durante o governo Dilma/Temer, foi se distanciando do propósito de garantir a continuidade das políticas ambientais perante a opinião pública, até chegar ao governo Bolsonaro, que se opõe sumariamente às políticas de proteção à natureza, caraterizado por negar os estudos científicos sobre os problemas causados em relação à emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (FRANCHINI; EVANGELISTA-MAUAD; VIOLA, 2020).

Como consequência do desmatamento, o Brasil é considerado um dos maiores emissores de GEE do mundo decorrentes em sua maioria do desmatamento e queimadas da Amazônia (SCHMITT; SCARDUA, 2015; FEARNSIDE, 2005). O Brasil havia assumido o compromisso de diminuir a emissão de gases até 2020 e isso não aconteceu (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, GTSC A2030, 2021; MARCOVITCH; PINSKY, 2014; DIAS; CORRÊA, 2013), devido ao desmatamento, expansão do agronegócio, aumento das queimadas na Amazônia e Pantanal Mato-grossense.

Especificamente, sobre o desmatamento na Amazônia, o governo Bolsonaro se manifesta de maneira conservadora, com políticas e ações contrárias por parte de seus ministérios, principalmente do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sobretudo quando há qualquer evidência que prejudique, na visão desse governo, as causas econômicas dos grandes agricultores, garimpeiros, grileiros de terras entre outros sujeitos que prejudicam a fauna e flora e a biodiversidade amazônica (ALENCAR, *et al*., 2022; FRANCHINI; EVANGELISTA-MAUAD; VIOLA, 2020; GTSC A2030; 2021).

Makishi *et al*. (2020) avaliam que tanto as estratégias centralizadas na mão do Estado quanto as desenvolvidas com viés liberal não foram suficientes para garantirem um desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira.

Com base nessa síntese histórica da agenda ambiental da Amazônia, principalmente, no fim do século XX e início do século XXI, é nítida a mudança de abordagem e transformação dos pressupostos da justiça social e ambiental que tem como protagonistas os povos e comunidades amazônidas para as estratégias liberais que se pautam em políticas de execuções de megaprojetos estruturais e do agronegócio, as quais interferem na ocupação da Amazônia e na regularização fundiária e proteção do território natural (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

Por meio desses grandes projetos e da ineficiência das políticas públicas ambientais, criadas por vários governos ao longo da história do País, foram modificadas as culturas dos povos amazônicos atrelados aos desmatamentos que resultaram em aumentos de índices de pobreza, superpopulação em alguns distritos e municípios amazônicos, conflitos de terra devido à exploração garimpeira, à agricultura e à pecuária que ocasionam devastação e queimadas de florestas, além da poluição dos rios e extinção de animais (CAVALVANTE; SILVA; SILVA, 2021).

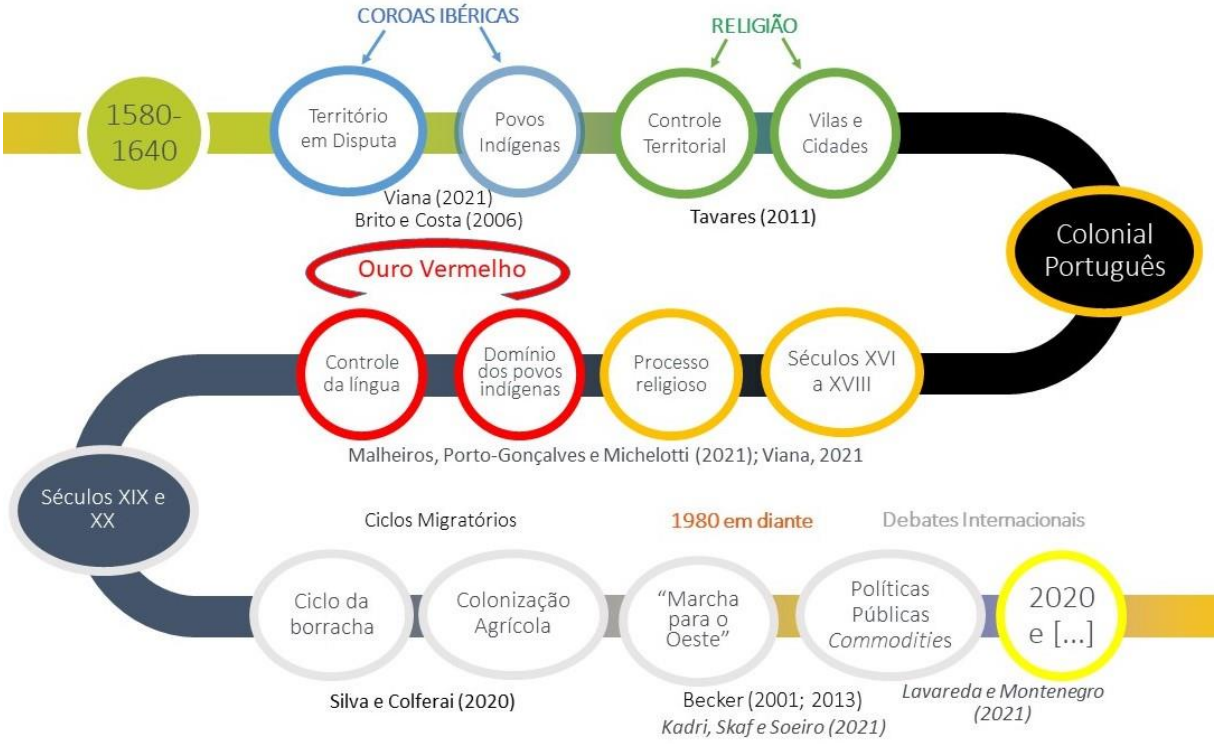
Fearnside (2020), ao discutir sobre a dinâmica, os impactos e o controle do desmatamento da Amazônia, avalia que diversos atores e fatores, como pequenos e grandes fazendeiros em suas determinadas escalas, contribuem para esse crescimento da devastação da floresta e que, desde 1991, o desmatamento na Amazônia brasileira é algo recorrente em todos os Estados. Salienta ainda que o índice de desmatamento também é influenciado de acordo com mudanças econômicas, como Plano Real (1994) e a queda das taxas para exportação em 2005, as quais interferiram nas variações das taxas de desmatamento entre os anos de 1995 e 2005.

A dinâmica do desmatamento é construída no norte dos Estados de Mato Grosso e nas regiões sul e leste do Pará com as plantações de soja e grandes fazendas de pecuária e em

Rondônia e no Amazonas, com a contribuição dos pequenos agricultores. As maiores influências, porém, são das médias e grandes fazendas. A modificação da infraestrutura com a construção de rodovias como BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-319 (Manaus-Porto Velho) resulta em grandes aberturas de florestas. O desmatamento gera impactos na floresta como o seu uso e manejo irregular, e a ameaça à sociodiversidade ocasiona a perda de qualidade de vida para os povos da floresta como ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e indígenas (FEARNSIDE, 2020; FEARNSIDE, 2005).

A partir deste contexto histórico, a Figura 2 apresenta a síntese dos processos históricos que se destacaram nas discussões abordadas. Convém informar que, a partir dos anos 2020, as ações se concentram na preocupação por parte dos ambientalistas para as discussões sobre desmatamento e os efeitos das mudanças climáticas.

Figura 2 - Síntese dos fatos do processo histórico da Amazônia.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observam-se nos fatos históricos as mudanças ocorridas durante todo o processo de colonização e invasão populacional da Amazônia. Ao longo das dinâmicas sociais havidas a partir do século XVI, as transformações se deram pelo enfraquecimento dos povos indígenas, das forças dos portugueses e espanhóis e a sua relação com a Igreja até o seu declínio e as

modificações dos processos colonizador a partir da perspectiva dos ciclos migratórios incentivados com base na perspectiva econômica e de povoamento da Amazônia. A atuação do Estado se modificava de acordo com as práticas ao longo dos séculos, o que não muda é o seu protagonismo ao atuar diretamente nos processos de povoamento, criação de cidades, de políticas públicas da Amazônia brasileira.

Por essas informações, é possível reconhecer a importância desse território para o País e para o mundo e, assim, perceber a necessidade de se realizar pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento sobre os sujeitos e atores da Amazônia para se compreender o desenvolvimento sustentável e para atuar por melhorias em diversos aspectos aos modos de vida das pessoas dessa região.

O Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (PROJETO MAPBIOMAS) (2021), ação formada em 2015 por diversos profissionais das mais variadas especialidades relacionadas ao uso da terra e ao sensoriamento remoto, apresentou estudo referente ao mapeamento das áreas queimadas no Brasil entre os anos de 1985 a 2020. O Projeto trouxe resultados bem assustadores quando se trata da área ambiental que foi queimada nesse período de 35 anos no país. Segundo a pesquisa, aproximadamente 20% do território brasileiro foi consumido pelo fogo, o bioma mais afetado é o Pantanal mato-grossense com 57,5%, já a Amazônia teve 16,4% de sua área.

Velásquez, Boas e Scwartzman (2006) salientam que o desmatamento em terras indígenas é irrisório, pois a maior parte da área queimada no Brasil acontece em espaços privadas, 60,4%, as áreas protegidas foram responsáveis por 13,9%. Para Bezerra (2012, p. 541), "a questão do desmatamento está intimamente relacionada com as áreas protegidas" e os assentamentos por 8,2% (PROJETO MAPBIOMAS, 2021).

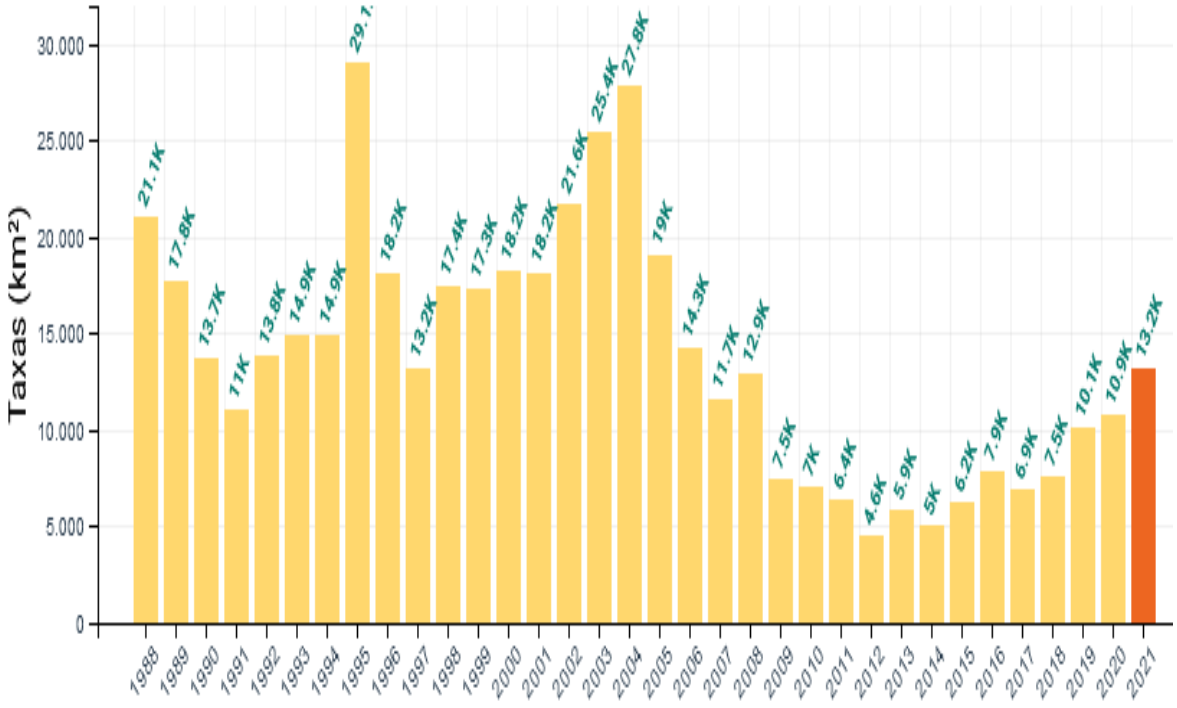
Para o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (2021), o desmatamento ocorre principalmente em terras públicas federais e estaduais e terras privadas. Alencar *et al*. (2022), ao buscarem compreender o contexto atual da distribuição geográfica do desmatamento na Amazônia, apresentam que o aumento das áreas desmatadas se concentraram em florestas públicas não destinadas ao patrimônio ambiental brasileiro, de domínio do governo federal e em áreas públicas destinadas a terras indígenas e unidades de conservação. Nesse contexto, o desencadeamento da flexibilização da fiscalização ambiental compromete a proteção dos biomas e, nesse sentido, também revela a importância das áreas protegidas e da distribuição de terras para os assentamentos rurais.

Dentre os 15 estados com maior número de áreas queimadas entre 1985 até o ano de 2020, estão todos os pertencentes à Amazônia brasileira, destaque para Mato Grosso, Pará e Tocantins que lideram a quantidade de área incendiada, respectivamente. No caso de Mato Grosso, o fato se explica pelo Estado ser composto por três biomas, além da Amazônia, há o Pantanal e o Cerrado. Já Tocantins tem parte de seu território pertencente ao bioma Cerrado, além da Amazônia (PROJETO MAPBIOMAS, 2021). Sobre desmatamento, no ano de 2021, o estado do Amazonas, pela primeira vez, superou o de Mato Grosso, e o estado do Pará se mantém em primeiro e Rondônia em quarto lugar (PROJETO MAPBIOMAS, 2022, INPE, 2022).

A imprensa, os órgãos responsáveis e o campo científico reiteram que, ao longo dos anos, a Amazônia brasileira é desmatada independentemente dos governos à frente do País. Os órgãos ambientais, que atuam diretamente com a prevenção de desmatamento, sofrem com a falta de recursos e de estrutura advindas do governo federal.

Para se ter uma ideia, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o aumento de área desmatada na Amazônia brasileira foi de 9,5% de 2019 para 2020 (GTSC A2030; 2021); de 21,97% de 2020 para 2021 (INPE, 2021b) e de 14,9% de 2021 para 2022 (PROJETO MAPBIOMAS, 2022). Para o entendimento da gravidade e evolução do desmatamento da Amazônia brasileira, no gráfico 1 estão expostos os números das taxas de desmatamento ao longo das últimas três décadas, o que tem interferido no regime de chuvas, secas dos rios e no aumento das queimadas.

Gráfico 1 - Taxas de desmatamento da Amazônia brasileira.

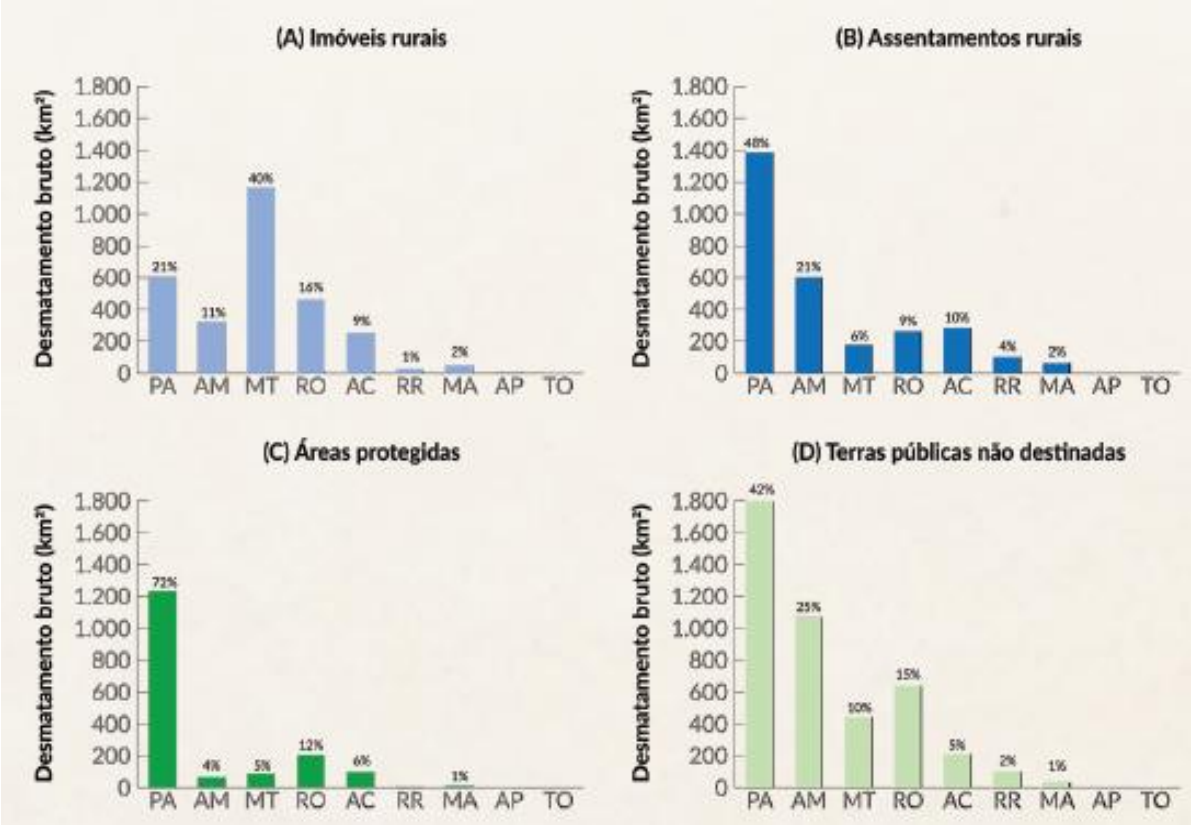


Fonte: INPE, (2022).

Nota-se uma redução do desmatamento a partir do ano de 2005, o que boa parte se deve à implementação de ações e políticas mais rigorosas do MMA no combate ao desmatamento, ao priorizar as pautas da governança ambiental para equilibrar as ações ambientais e econômicas. Essas práticas refletiram ao longo dos anos até 2016 quando se verificou uma guinada no aumento do desmatamento.

No entanto, Bezerra (2012) considera que, apesar das quedas das taxas nos anos entre 2009 e 2011, isso não era garantia de que o desmatamento estava sem controle, o que se solidificou a partir de 2019 com as taxas recordes. Alencar *et al*. (2022) pontuam a gravidade do aumento dos números do desmatamento acima de 10.000 km² que ocorreu nos anos de 2019, 2020 e 2021 em relação ao triênio 2016 a 2018. Os autores comprovam que há o aumento de desmatamento em todas as categorias fundiárias como imóveis rurais, assentamentos rurais, áreas protegidas e terras públicas não destinadas. Em relação as áreas fundiárias Brito *et al*. (2021) procura compreender as leis e práticas fundiárias dos governos estaduais da Amazônia e afirmam que 60% das áreas da Amazônia ainda não foi categorizada, o que compromete a regulamentação e controle destas terras. Na Figura 3, é possível visualizar o cenário de distribuição do desmatamento nos estados amazônicos em relação à cada categoria fundiária.

Figura 3 - Desmatamento por categoria fundiária.



Fonte: Alencar *et al*., (2022).

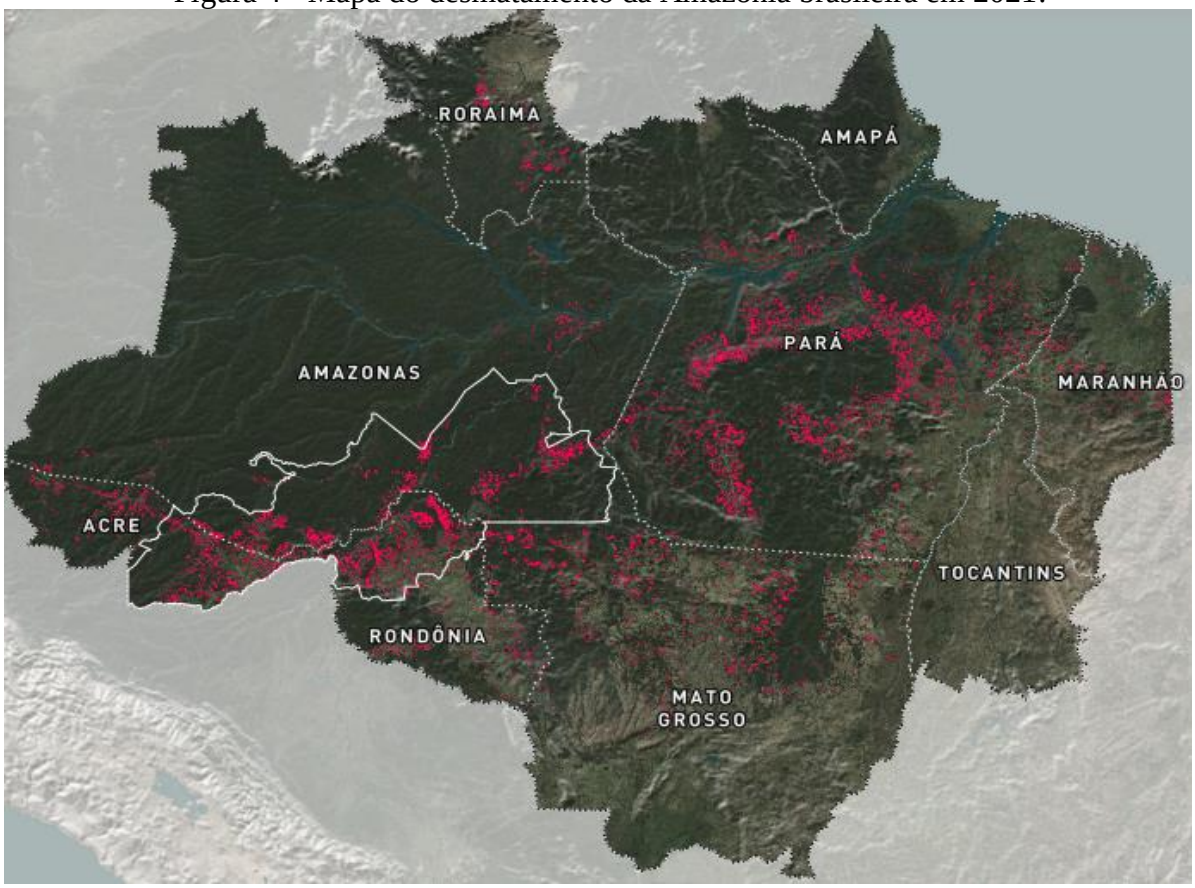
O Projeto MapBiomas (2022) reafirma as informações de Alencar *et al*. (2022) Em relação ao aumento do desmatamento em todas as categorias fundiárias, e acrescenta que apenas nas Terras Indígenas, considerada uma categoria fundiária, não houve aumento do desmatamento.

O aumento das taxas de desmatamento nos últimos três anos é fruto de diversos ataques aos povos amazônidas, às ONGs e às políticas públicas de defesa da região amazônica. São ataques articulados e com discursos e ações que potencializam a eficácia dessas ações discriminatórias ao meio ambiente amazônico. Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) apresentam essa ofensiva contra a Amazônia e seus povos, a partir de 2019, sob o Governo de Jair Bolsonaro, apesar de o discurso do presidente, na Assembleia Geral da ONU em 24 de setembro de 2019, negar todo o processo de desmatamento.

Alencar *et al*. (2022) acompanham Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) e fundamentam que os retrocessos nas políticas públicas ambientais, como afrouxamento da fiscalização e desestruturação dos órgãos ambientais, são primordiais para a escalada do aumento do desmatamento no último triênio.

Para melhor entendimento de como se encontra a disposição geográfica das áreas desmatadas na Amazônia brasileira, veja a Figura 4.

Figura 4 - Mapa do desmatamento da Amazônia brasileira em 2021.



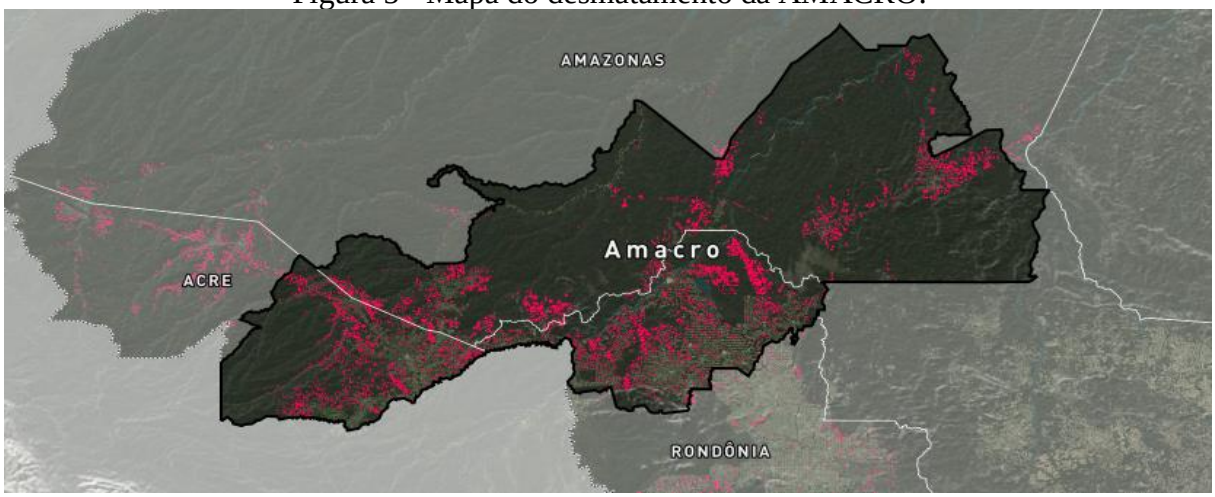
Fonte: InfoAmazônia (2021).

Alencar *et al*. (2022) indicam, em sua pesquisa, que na região do sul do Amazonas, leste do Acre e norte de Rondônia, conhecida como Amacro, concentra-se o maior volume de aumento do desmatamento nos anos de 2019, 2020 e 2021. O InfoAmazônia (2021), em estudo publicado, que apresenta a análise do Instituto de Pesquisas Ambiental na Amazônia (IPAM) sobre os números do INPE, os quais quantificavam o desmatamento da Amazônia, destaca que essa região, rebatizada como “zona de desenvolvimento sustentável”, foi devastada nos últimos cinco anos devido às seguintes causas: investimentos na expansão da BR-319; crimes ambientais, como balsas de garimpo ilegal; da grilagem de terras; da extração de madeiras e do aumento acelerado e desordenado do agronegócio, como consequência, o desmatamento dessa região corresponde a 77% do Estado de Rondônia, 63% do Acre e 82% do Amazonas. Para o Projeto MapBiomas (2022), essa região corresponde a 12,2% do desmatamento no Brasil,

20,8% da Amazônia e 28,8% de incremento do desmatamento nessa região entre os anos de 2020 e 2021.

Ao se comparar a Figura 4 com a Figura 5, é possível compreender que é a região da Amacro a que concentra o maior desmatamento na Amazônia brasileira.

Figura 5 - Mapa do desmatamento da AMACRO.



Fonte: InfoAmazônia (2021).

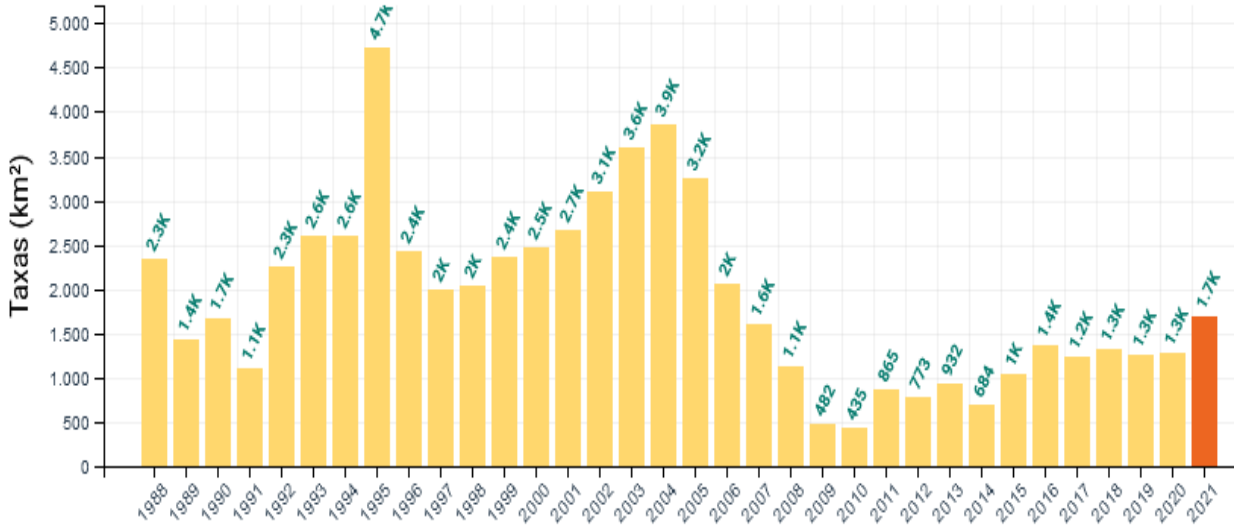
Em relação ao Estado de Rondônia, Moret (2020) relata que o desmatamento se constata, principalmente, devido às intervenções como à migração, monocultura, pecuária e extrativismo. Para Borrero (2021, p. 77) "o desmatamento ocorre em momento no qual o estado apoia seu crescimento econômico em um modelo primário exportador, cuja essência é dependente dos recursos naturais". Destacam-se, na história do Estado de Rondônia, alguns processos econômicos como a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, extração da borracha, do minério, extração da madeira, construções de usinas hidrelétricas e, contemporaneamente, a produção das monoculturas com base nas exportações de *commodities*. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (2021) destaca a exportação de carnes responsável por 55% do valor exportado pelo Estado.

Até a década de 1970, o desflorestamento em Rondônia tinha números ínfimos. Já em 1980, o processo de desmatamento superou os dois dígitos percentuais. No entanto, entre os anos de 1980 aos 2000, esses números se estabilizaram, só que, quando se analisa o desmatamento entre os anos de 1970 a 2010, chega-se ao número de 34,81% do território do estado (BORRERO, 2021). Parte considerável do desmatamento acontece em áreas protegidas pelos governos federal e estadual (INPE, 2021a), trata-se de Unidades de Conservação (UC),

Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado (FERS), além de Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, o que notabiliza a fragilidade no sistema de fiscalização dos órgãos responsáveis (ALENCAR *et al.*, 2022; CARDOZO *et al.*, 2017).

No Gráfico 2, são apresentados os números de desmatamento no Estado de Rondônia.

Gráfico 2 - Taxas de desmatamento no estado de Rondônia.



Fonte: INPE (2022).

O Estado de Rondônia é responsável pela terceira maior taxa de desmatamento acumulado entre os Estados da Amazônia legal, ficando atrás apenas de Pará e de Mato Grosso, respectivamente. Rondônia é responsável por 12,33% do território desmatado na Amazônia no ano de 2021 e teve aumento de 31,42% do seu desmatamento em relação ao ano anterior (INPE, 2022). o Estado está em segundo lugar, ficando atrás apenas do Pará, em relação ao desmatamento em APAs, especialmente nas terras indígenas e unidades de conservação (ALENCAR *et al.*, 2022).

A evolução do desmatamento em Rondônia é semelhante ao geral compreendendo todos os Estados da Amazônia brasileira. É perceptível que, a partir de 2005, houve um decréscimo e estabilidade por alguns anos até 2016, quando se inicia um aumento das taxas, reflexo do afrouxamento das políticas ambientais federais e estaduais. Brito *et al*. (2021) relatam que em Rondônia não há elementos coercitivos e proibitivos para a regularização de áreas fundiárias desmatadas.

Os municípios de Porto Velho-RO com 3.664,15 km² (3,86%) e Nova Mamoré-RO com 1.448,07 km² (1,53%) estão entre os 13 que apresentam as maiores taxas de desmatamento da Amazônia brasileira ao longo dos últimos doze anos. Esses dois munícipios representaram 43,26% do desmatamento em Rondônia no ano de 2020 (INPE, 2021a). Assim, fez-se necessária, no processo de construção desta tese, uma atenção especial às matérias jornalísticas direcionadas a esses dois munícipios para compreender por que eles se destacam negativamente em relação ao desmatamento do seu território e também como as autoridades e o poder público dessas localidades estão atuando para reduzir esses números.

Em relação aos números apresentados nos Gráficos 1 e 2, deve-se levar em consideração a articulação existente em torno do discurso ambientalista tanto por parte do governo federal, como dos governos estaduais e também dos movimentos sociais, por meio das organizações ambientalistas, tanto quanto de outros atores sociais.

Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) provocam a discussão sobre o entendimento dos ataques ao território amazônico e apontam como o processo de racionalidade instrumental, que alimenta o sistema econômico-social vigente, impulsiona a devastação e desmatamento da Amazônia. Todos esses ataques à Amazônia fazem parte de um movimento que perpassa e permanece ao longo dos tempos, desde o início, quando do processo de ocupação da Amazônia pelos portugueses, até o presente século. Assim, é importante refletir e reafirmar as palavras de Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 31) “o momento presente, portanto, é o ponto crítico de chegada de uma caminhada, na qual nos perdemos há tempos no caminho”.

Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), ao tratarem o conceito de agroestratégia, ações voltadas para facilitar a comercialização da terra e de seus produtos, mesmo ignorando o posicionamento das populações tradicionais amazônidas - e sabendo que as agroestratégias são executadas a partir de relações comerciais e jurídicas com diversos órgãos e instituições nacionais e internacionais, os quais fortalecem os discursos para as práticas dos segmentos agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio na Amazônia - discutem de modo assertivo a regressão dos processos de uso dos territórios da Amazônia.

É visível, por meio de dados já apresentados, que as práticas predominantes de produção econômica na Amazônia são de apropriação particular da terra e dos bens da natureza, o que prejudica a biodiversidade por meio da cultura de produção de *commodities*. Além disso, há os megaprojetos como rodovias, hidrovias e usinas hidrelétricas que modificam e locomovem os bens naturais da Amazônia e, assim, transformam os modos de vidas das populações

amazônidas.

Bezerra (2012, p. 541) faz críticas à construção de megaprojetos na Amazônia e é contundente em relação às usinas hidrelétricas ao discorrer que:

> as hidrelétricas estão se tornando empreendimentos cada vez mais presentes na região. Esse novo cenário é combustível para críticas de que o modelo de desenvolvimento na Amazônia é exploratório. A diferença é que agora o que é explorado são seus recursos hídricos, ainda apresentadas como energia renovável e, portanto, sustentável, do ponto de vista ambiental.

A discussão realizada por Roscoche e Vallerius (2014) apresenta os impactos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte na região do Xingu e, principalmente, no município de Altamira no Pará. Os autores alegam que a construção da usina desencadeou problemas de locomoção e de pesca das populações tradicionais, prejuízos ao atrativo turístico da região com a supressão de ilhas e praias, além de aumentar consideravelmente a população de Altamira-PA, gerando problemas estruturais, sociais e econômicos para a população local.

Investir e revisar políticas ambientais que procurem diminuir o desmatamento na Amazônia podem gerar receitas para o País. No entanto, as políticas ambientais executadas pelos governos atualmente não estão sendo eficazes. Resultado disso é o crescimento recorde de desmatamento da Amazônia, nos últimos sete anos, divulgado pelo INPE em março de 2022, de 64,19% em relação ao mesmo mês do ano anterior[1].

Diante desses cenários apresentados sobre o desmatamento da Amazônia brasileira, acentua-se ainda mais o debate sobre o cenário de aumento de desmatamento, queimadas, garimpos, grilagens de terras e abertura do agronegócio em áreas até então protegidas.

Para Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 156),

> Apesar de sua origem nas lutas sociais, o desafio ambiental, com essa captura gestorial-empresarial, correspondeu a um ajuste nos comportamentos de produção e consumo, de cálculo econômico e de formas de regulação institucional que permitiu a permanência do padrão de desenvolvimento dominante.

Para esses autores, a captura gestorial-empresarial se refere ao modo de produção capitalista, que compromete o desenvolvimento ambiental.

As tecnologias utilizadas na Amazônia, com base na exploração das culturas de soja,

[1] SANTOS, Flávia. **Primeiro trimestre de 2022 tem recorde de desmatamento na Amazônia**. Observatório do Terceiro Setor. 18 abril 2022. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/primeiro-trimestre-de-2022-tem-recorde-de-desmatamento-na-amazonia/. Acesso em: 29 maio 2022.

pecuária e demais *commodities* alicerçadas na revolução digital e industrial, comprometem a biodiversidade e preservação ambiental uma vez que são descartados os conhecimentos dos povos tradicionais, os quais são menos agressivos ao meio ambiente.

Ademais, em relação às ameaças à preservação e à conservação, não é possível responsabilizar os povos tradicionais e, sim, as grandes organizações voltadas para a perspectiva imperialista-capitalista pautada na perspectiva da racionalidade instrumental, pois as vozes representantes dos povos amazônidas e movimentos sociais não são ouvidas, apesar de se apresentarem como importantes contrapontos em relações às práticas que prejudicam a biodiversidade da Amazônia.

2.1. Estudos ambientais sobre o desmatamento na amazônia brasileira

Há investigações sobre a Amazônia brasileira produzidas por vários programas de pós-graduação no Brasil em suas múltiplas áreas de conhecimento, dentre os quais se destacam os estudos realizados no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Nacional de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Pará (UFPA), na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e em outras Universidades Federais da região amazônica. Realizei um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre teses e dissertações que tratam do desmatamento na Amazônia brasileira, com a seguinte busca: “Desmatamento” no título e “Amazônia” em todos os campos entre o período de 1994 e 2020, e os estudos apresentaram diversas perspectivas ontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas, o que demonstrou o quanto é rico esse campo de pesquisa.

Nessa busca, foram encontrados 136 trabalhos divididos em 98 dissertações e 38 teses que discutem sobre territorialidade; políticas públicas, como a criação de unidades de conservação e reservas extrativistas; direitos das populações tradicionais; uso dos recursos naturais; desmatamento, existência de diferentes conflitos e desafios entre os povos amazônicos.

Nesses trabalhos, percebe-se como essas entidades tratam o conhecimento tradicional como colonizado e superado no decorrer da construção das relações entre os povos tradicionais e os atores exógenos. Além disso, as investigações mostram o papel das organizações ambientalistas na construção de políticas públicas e abordam as transformações ocorridas com as populações amazônicas ao longo do tempo, principalmente, nas últimas três décadas. Os

métodos de pesquisas utilizados nesses estudos são característicos da abordagem qualitativa como etnografias e estudos de casos, dentre outros. É perceptível a pluralidade de discussões sobre a Amazônia, o que demonstra a preocupação e relevância de pesquisas voltadas para essa temática.

Convém ressaltar que não foram encontradas discussões que utilizam os pressupostos teóricos da Gestão Social, TAC e da ADC relacionadas às pesquisas direcionadas para a Amazônia brasileira dentro da área da Ciências Sociais Aplicadas e, consequentemente, da Administração.

Para Diegues (2019), pesquisas que procuram o diálogo entre a ciência moderna e a tradicional continuam pouco estudadas, mesmo reconhecendo que há hoje um maior interesse dos cientistas e de seus institutos de pesquisa pelo entendimento dos saberes tradicionais, confirmado pelo levantamento já citado nos programas de pós-graduação *strictu-sensu*. O autor alega que um dos percalços para esse reconhecimento dos saberes dos povos tradicionais é que os territórios habitados por eles ainda são considerados territórios vazios e, assim, invisibilizados. Devido a esse motivo, essas comunidades começam a se organizar e a resistir e, assim, começam a ser visíveis também aos olhos da ciência moderna.

A dinâmica de se fazer ciência em espaços urbanos, nas universidades e laboratórios são modelos inaptos de ecologia social. Dessa maneira, há necessidade de promover o diálogo entre os saberes científicos com os saberes tradicionais (DIEGUES, 2019). Diante disso, esta pesquisa procurou contribuir para o preenchimento dessas lacunas reconhecidas por Diegues (2019) e pelo levantamento realizado na BDTD.

A partir dessa busca realizada na BDTD, busquei ampliar a investigação a partir da publicação de artigos dentro da Administração. Para isso, realizei levantamentos de informações na base de dados e biblioteca eletrônica *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) que disponibiliza a produção científica das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo vinculada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Realizei a busca por pesquisas relacionadas aos campos “Esfera Pública”, “Amazônia Brasileira” e “Desmatamento”. Para Esfera Pública, foram encontrados dezesseis trabalhos de discussões teóricas e empíricas, mas nenhum deles relacionados às pesquisas vinculadas às discussões sobre Amazônia Brasileira e Desmatamento. Destaca-se o pesquisador e orientador desta tese professor José Roberto Pereira com quatro artigos publicados em periódicos da grande-área da Administração sobre esferas públicas.

Dando prosseguimento aos levantamentos na Spell, apresento o Quadro 1, que sintetiza como foram as buscas e as análises para se ter a dimensão de como estão consolidados os artigos científicos na base de dados do campo da Administração no Brasil.

Quadro 1 - Busca de artigos na Spell.

TERMO	CAMPO DE BUSCA	TOTAL
Desmatamento ou Amazônia	Título	113
Amazônia ou Desmatamento	Título	107
Amazônia	Título	90
Desmatamento	Resumo	23
Desmatamento	Palavra-chave	07
Desmatamento	Título	06
Desmatamento e Amazônia	Resumo	10
Amazônia	Palavra-chave	42
Desmatamento e	Título	48
Amazônia	Palavra-chave	

Fonte: Pesquisa realizada nas bases de dados Spell.

A partir da escolha da melhor forma de busca, foi realizada a leitura na integra dos quarenta e oito trabalhos para se chegar àqueles que discutiam sobre desmatamento na Amazônia brasileira. Assim, chegaram-se aos artigos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação dos artigos sobre desmatamento na Amazônia.

AUTORES	TÍTULOS	ANO
André Cutrim Carvalho; David Ferreira Carvalho; Alana Paula de Araújo Aires	Forest deforestation in the Brazilian Amazon states and its impacts on natural resources: construction of statistical-econometric panel model for 2000-2018	2020
Fausto Makishi; João Paulo Candia Veiga; Murilo Alves Zacareli; Vivian Lara dos Santos Silva; Holmer Savastano Júnior	Governança no desenvolvimento sustentável na Amazônia: arquiteturas institucionais e cadeias de sociobiodiversidade	2020
Igor Luiz Fernandes Corrêa; Rosana Quaresma Maneschy	A agricultura familiar como alternativa para o desenvolvimento territorial na Amazônia	2019
Jair Schmitt; Fernando Paiva Scardua	A descentralização das competências ambientais e a fiscalização do desmatamento na Amazônia	2015
André Cutrim Carvalho; David Ferreira Carvalho; Maurício Aguiar Serra; José Maria Ferreira Jardim da Silveira	Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense sob a Ótica da Nova Economia Institucional	2014
Jacques Marcovitch; Vanessa Cuzziol Pinsky	Amazon Fund: financing deforestation avoidance	2014
Luiz Fernando Roscoche; Daniel Mallmann Vallerius	Os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte nos atrativos turísticos da região do Xingu (Amazônia – Pará - Brasil)	2014

Bárbara Galleli Dias; Hamilton Luiz Corrêa	Projetos do Fundo Amazônia: o Fundo Dema em perspectiva	2013
Joana Bezerra	A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20	2012
Anna Júlia Lorenzzon Gelain; Daniel Benitti Lorenzett; Mauricio Neuhaus; Cláudia Bach Rizzatti	Desmatamento no Brasil: um Problema Ambiental	2012
Andre Luiz Marques Serrano; José Carneiro da Cunha Oliveira Neto; Jorge Madeira Nogueira	Política de desenvolvimento regional: uma moldura teórica para analisar a ocupação da Amazônia	2012
Argemiro Luís Brum; Wylmor Constantino Tives Dalfovo; Vitor César Benfica	A Relação Entre o Desmatamento e o Crescimento das Culturas de Grãos no Município de Sinop-MT: Uma análise para o período de 1984 a 2009	2011
Dalva Maria da Mota; Gustavo Meyer; Romy Brandão Sato; Paulo Roberto Vieira;	Ocupação e Desmatamento versus Conservação e Mudanças no uso de seus recursos naturais no Alto Moju	2010
Cristina Velásquez; André Villas Boas; Stephen Schwartzman	Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará	2006
Philip Fearnside	Desmatamento na Amazônia: histórias, índices e consequências	2005

Fonte: A partir das análises da busca nas bases de dados Spell.

Diante desses dados, é possível afirmar que há nesta tese uma contribuição teórica relevante sobre esfera pública do desmatamento da Amazônia brasileira, tendo em vista a escassez de artigos publicados sobre esse tema na área da Administração.

É importante salientar que os estudos sobre a história, as causas, as consequências e o que pode ser feito para zerar ou diminuir o desmatamento perpassa pelos estudos relacionados às diversas Amazônias, pesquisadores e pesquisadores e comunidades, governos e sociedade. Desse modo, busca-se tratar das considerações acerca do que vem sendo discutido sobre desmatamento.

O desmatamento é o principal fator de destruição de recursos naturais no Brasil e ocorre geralmente para converter floresta nativa em pastagens e para explorar as atividades madeireiras, o que vem acontecendo desde a década de 1960 no âmbito do governo militar, ou seja, o Estado contribuiu para a exploração e o desmatamento da floresta amazônica (CARVALHO; CARVALHO; AIRES, 2020). Para Fearnside (2005), as crises econômicas como a estabelecida no final dos anos de 1980 e início de 1990 contribuíram para diminuição dos índices de desmatamento, já que, sem recursos financeiros, não havia como os desmatadores investirem na operação de desflorestamento e nem os governos financiavam as obras de infraestruturas que causavam o desmatamento.

Entre 1980-2000, mesmo com as críticas à política de ocupação da Amazônia brasileira, ocorreu o fim dos incentivos fiscais. As principais críticas eram relacionadas ao baixo emprego

e renda, aumento da violência e destruição dos recursos naturais por causa do desmatamento. Independentemente dos incentivos fiscais, o desmatamento já havia ganhado dinâmica própria e continuava a aumentar, o que se tornou ponto de preocupação para o governo brasileiro e órgãos internacionais. Já entre os anos de 1995-2015, apresentaram-se outras motivações para o aumento contínuo do desmatamento na Amazônia brasileira. De certo modo, os desmatadores consolidaram as suas práticas de desmatamento por meio das atividades garimpeiras, exploração madeireira, agricultura e, em especial, a pecuária, que é considerada a principal atividade de ocupação da área pós-desmatamento (CARVALHO; CARVALHO; AIRES, 2020).

Para Fearnside (2005, p. 117), "o desmatamento acaba com as opções de manejo florestal sustentável tanto para os recursos madeireiros quanto para os farmacológicos e os genéticos". O autor aponta que há mudanças hidrológicas onde os rios têm seus fluxos d`água descontrolados devido às criações de pastagens e que esses impactos das mudanças hidrológicas causam transtornos hidrelétricos em todo o País e, consequentemente, os períodos de seca, inclusive nas regiões sul e sudeste do Brasil. O crescimento econômico e a distribuição de renda devem ser analisados em relação aos impactos ambientais, pois estes requerem o aumento da demanda de terras e da expansão agrícola (CARVALHO; CARVALHO; AIRES, 2020).

Para Marcovitch e Pinsky (2014, p. 281):

> A Política Nacional do Meio Ambiente é baseada nos mecanismos de comando e controle de impostos pelo Estado com penalidades previstas para quem descumprir as leis. A caótica distribuição de terras na Amazônica, a invasão da agricultura, a agricultura extensiva, e desmatamento contínuo e crescente são desafios para as autoridades públicas a exercerem efetivamente o comando, controle e aplicação de penalidades.

Lucena *et al*. (2022), ao revisarem as publicações científicas sobre transparência na Amazônia, concluíram que a execução de uma boa governança e de transparência possibilitam à Sociedade ter uma visão mais crítica sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos existentes no território amazônico. Entretanto, os autores afirmam que esses processos ainda estão poucos estruturados, o que implica diretamente na falta de informação e controle.

Carvalho *et al*. (2014) responsabilizam os governos sobre e para a imposição de punições aos desmatadores como um processo institucional de controle e governança e consideram o licenciamento ambiental como uma ferramenta eficaz para o combate e controle do desmatamento. Para Serrano, Oliveira Neto e Nogueira (2013, p. 9), "a percepção da impunidade para com os crimes ambientais e a ausência do estado são variáveis fundamentais

para explicar a prática de invasão das terras públicas por agentes e, em ato contínuo, seu desmatamento".

Fearnside (2005, p. 119) entende que "o governo deve investir nas aplicações da lei e endurecer no rastreamento dos movimentos financeiros para eliminar esse importante condutor de desmatamento". O poder público libera recursos para agropecuária e ela expande o desmatamento. Carvalho *et al*. (2014), por sua vez, explicam que, quanto maiores forem os gastos em governança e gestão ambiental, maior será a possibilidade de reduzir o desmatamento, o que se confirma com o relato de Lucena *et al*. (2022), ao afirmarem que os artigos científicos analisados em suas pesquisas sobre governança na Amazônia se concentraram nas discussões sobre desmatamento e desflorestamento.

Mota *et al*. (2010, p. 333) sintetizam a ideia, afirmando que:

> o desmatamento da Amazônia, que constitui um grande problema ambiental, vem sendo ocasionado, preponderantemente, pela exploração madeireira, seguido pela expansão agropecuária em grandes estabelecimentos. A principal causa desse fenômeno foi a implantação das políticas públicas que promoveram a ocupação desordenada do seu território e estimularam o estabelecimento desse tipo de exploração.

A ampliação do desmatamento foi influenciada pelo avanço da fronteira agropecuária que se consolida numa lógica capitalista, visto que os principais fatores que consolidaram o desmatamento da Amazônia foram a pecuária e o crédito rural, o crescimento econômico, os preços das terras e os gastos insuficientes com a gestão ambiental (CARVALHO *et al*., 2014; FEARNSIDE, 2005).

Gelain *et al*. (2012) afirmam que o desmatamento no Brasil se trata de uma questão histórica, cultural e, principalmente, advindo dos incentivos financeiros e fiscais para a produção agrícola e da terra. Carvalho, Carvalho e Aires (2020), ao analisarem o impacto do desmatamento sobre os recursos naturais da Amazônia Brasileira, relacionam-no com as seguintes causas: crescimento do produto, cota populacional, áreas desmatadas e distribuição de renda da população. No documento produzido pela plataforma *Sinal de Fumaça* (2022) que faz seus estudos e pesquisas para a monitoração socioambiental consta que a grilagem de terras, atividades de retirada de madeiras ilegais, agropecuária, extração de minério e garimpo são os principais vetores do desmatamento na região amazônica.

As construções de grandes obras como usinas hidrelétricas, cultivo da soja e madeira consolidados em um projeto desenvolvimentista trouxeram impactos negativos para o território amazônico (ROSCOCHE; VALLERIUS, 2014; BEZERRA, 2012; VELÁSQUEZ; BOAS;

SCHWARTZMAN, 2006; FEARNSIDE, 2005).

Para Carvalho, Carvalho e Aires (2020, p. 37), “as teorias do desenvolvimento têm se concentrado em processos de produção industrial, porém, não reconheceram a dependência das economias desenvolvidas dos recursos naturais, recursos extrativistas das regiões de abastecimento”.

Marcovitch e Pinsky (2014) discutem o modelo de desenvolvimento com base em combustíveis fosseis e agricultura extensa, o que aumenta a concentração e emissão de GEE. Os autores discorrem sobre as mudanças climáticas em relação às secas e ao aumento de temperatura devido à destruição da Amazônia brasileira. Colocam os serviços ambientais como proposta de solução e apoiam uma nova lógica de desenvolvimento sobre recursos naturais, investimentos em tecnologias sustentáveis para promoção da sustentabilidade e inovação.

Para Carvalho *et al*. (2014), as atividades econômicas, precipuamente as atividades madeireiras e a pecuária não coadunam com o uso sustentável dos recursos naturais, o que compromete a riqueza da biodiversidade da Amazônia e, também, interfere nas discrepâncias dos indicadores socioeconômicos da região, sobretudo, na questão da má distribuição de renda e qualidade de vida dos amazônidas, afetando as comunidades tradicionais. E os autores complementam que (2014, p. 69): “Logo, é legítimo argumentar que os significativos ganhos privados das atividades econômicas desenvolvidas na região amazônica são largamente excludentes, pouco tendo contribuído para aliviar as persistentes desigualdades sociais e econômicas nitidamente observadas ao nível local da região”. Fearnside (2005) critica o custo social que ocupa a pobreza da região por causa do desmatamento ocasionado pela má distribuição de renda discutida por Carvalho *et al*. (2014).

Para Makishi *et al*. (2020), as atividades econômicas, como pesca industrial, pecuária, agricultura extensiva, geração de energia, entre outras, embora tragam recursos financeiros para a região, comprometem os fatores ambientais. Eles defendem que não há ausência do Estado, mas sim investimentos nem sempre convergentes e/ou acentuados com a realidade local. Argumentam que as práticas de desenvolvimento sustentável dependem da atuação e centralidade do Estado em apoio aos órgãos ambientais e que isso pode levar aos avanços ambientais para as populações amazônidas. No entanto, os autores afirmam que estão sendo praticadas políticas desenvolvimentistas que se alicerçam na defesa da Amazônia, as quais rompem com as políticas já reconhecidas das últimas décadas e que resultam no descontrole do desmatamento, na desigualdade social-econômica e na violência.

Schmitt e Scardua (2015) discutem, em seu trabalho, quais as implicações da

descentralização ambiental para a fiscalização do desmatamento ilegal na Amazônia e apresentam a premissa de que o desmatamento na Amazônia é uma esfera pública de suma importância e preocupação na agenda ambiental brasileira e internacional.

Nesse sentido, há semelhanças com a discussão de Makishi *et al*. (2020), que defendem que o Estado procura descentralizar as suas ações e ampliar a participação das comunidades locais a partir dos anos de 1980. Bezerra (2012) acompanha Schmitt e Scardua (2015) e argumenta que os governos dos principais países alegam que há fortes discussões sobre desmatamento, porém, esses autores afirmam que os acordos internacionais entre os países não têm tido êxitos nas políticas de combate ao desmatamento.

O desmatamento da Amazônia se baseia em quatro fatores: i) o modelo de colonização da região que desencadeou uma fonte de migração para a Amazônia como válvula de escape para os problemas sociais e de outras regiões e incentivos fiscais por meio de subsídios ao agronegócio; ii) o domínio fundiário conflituoso devido à ausência de titularidade da terra e à pressão da reforma agrária; iii) o crescimento do agronegócio, em especial da pecuária, que representa a maior motivação direta para o desmatamento e iv) investimentos em infraestrutura como abertura de estradas e pavimentação da BR-163 e BR-364 (SCHMITT; SCARDUA, 2015).

Os fatores apresentados por Schmitt e Scardua (2015) e os argumentos discutidos por Carvalho *et al*. (2014) se interrelacionam ao permitir o entendimento de que o desmatamento se prolifera, principalmente, por meio de atividades econômicas relacionadas ao agronegócio, em destaque a pecuária e, também, as grandes obras desenvolvimentistas construídas na região.

Brum, Dalfovo e Benfica (2011) e Gelain *et al*. (2012) alertam também para o fortalecimento financeiro por meio de políticas públicas, o que faz com o que o desmatamento cresça e aconselham a aplicação de políticas públicas com viés voltado para o meio ambiente, medidas fiscalizatórias e investimentos nas organizações para que se possa desacelerar o desmatamento na Amazônia.

Fearnside (2005) argumenta que a política de incentivos fiscais propiciou a sonegação de impostos por parte dos profissionais liberais com grandes rendas não-declaradas e, com isso, investem em fazendas nas florestas amazônicas. Serrano, Oliveira Neto e Nogueira (2013), ao discutirem mecanismos de análises de políticas públicas para a melhoria do desenvolvimento da região amazônica, afirmam que estas foram executadas de maneira desordenada, o que fizeram potencializar as causas que resultaram em danos aos patrimônios ambientais amazônicos.

Para Bezerra (2012), é necessário buscar uma outra alternativa de desenvolvimento para região e salienta que, para o governo brasileiro, o potencial econômico da Amazônia é mais valorizado que o potencial ambiental e estratégico. Já Dias e Corrêa (2013) argumentam que a Amazônia foi ocupada de maneira errônea e que, por isso, foram solidificados graves danos sociais, econômicos e ambientais. Os autores insistem na adoção de novas possibilidades de desenvolvimento para os residentes deste território, proposta que respeitem as práticas das populações locais e garanta a preservação da biodiversidade. Para isso, reitero a sugestão dos autores da adoção da Gestão Social como proposta para um novo modelo de gestão para o desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Já Fearnside (2005) apresenta as alternativas de serviços da floresta amazônica, as quais possam substituir as atividades econômicas que causam desmatamento. Partes desses serviços ambientais se pautam em atividades que se dividem em três classes: manutenção da biodiversidade, o estoque de carbono e a ciclagem da água. No entanto, o autor reconhece que há dificuldades para implementar essas alternativas, porque esses serviços são poucos valorizados financeiramente e aponta para a relevância do papel da Amazônia em evitar o aquecimento global como base de reconhecimento de valor financeiro internacional.

Corrêa e Maneschy (2019) argumentam que a agricultura familiar deve e pode ser considerada como alternativa para o desenvolvimento territorial da Amazônia. Eles analisam que, para que essa proposta se consolide, é necessário que as relações sociais sejam fortalecidas, e sugerem que haja alternativas autogestionárias como a economia solidária. Os autores reconhecem a necessidade de se ter organizações sociais com poder de atuação para dialogar com o mercado e o poder público e, assim, terem uma governança das atividades efetiva nas ações das comunidades no território amazônico.

As políticas de assentamentos, quando executadas de forma regular e não fiscalizadas de maneira adequadas, propiciam a ação de invasores que recebem incentivos de fazendeiros para, posteriormente, serem indenizados pelo INCRA. Isso evidencia a necessidade de criação de empregos para que eles não se sujeitem a essas situações irregulares e que se faça a reforma agrária para amenizar o desmatamento a partir do momento que há a distribuição e regularização das terras para quem quer produzir com respeito à biodiversidade da Amazônia (FEARNSIDE, 2005). É necessário que haja uma reforma nas políticas públicas na formação de assentamentos para possibilitar o título de posse de terras adequadamente.

O principal instrumento legal para o combate ao desmatamento no Brasil é a fiscalização ambiental executada a partir da retenção de licenças ambientais e da aplicação de multas

(SCHMITT; SCARDUA, 2015; FEARNSIDE, 2005). Gelain *et al*. (2012) aconselham a fiscalização, criação de Unidades de Conservação e de áreas de proteção ambiental. Essas estratégias contribuem para a redução de desmatamento. Todavia, os autores refletem em como conter esse desmatamento, pois argumentam que, apesar de o instrumento coercitivo à fiscalização ambiental apresentar resultados positivos, não é a solução adequada para o problema. Faz-se necessário que se fortaleçam os órgãos ambientais.

Isso posto, Schmitt e Scardua (2015) destacam algumas questões primordiais para a estruturação dos órgãos ambientais: a) recursos financeiros: a limitação financeira implica limitação operacional; b) estrutura organizacional: para os autores as estruturas organizacionais tiveram grandes avanços nos estados amazônicos a partir da década de 1990; c) legislação: é necessário que haja uma estrutura normativa que subsidie os ritos e sanções administrativas; d) informação: insumo informacional é um dos principais ativos para se exercer a fiscalização ambiental e e) servidores: o quadro de pessoal é importante para a descentralização e fiscalização com o intuito de qualificar e promover parcerias entre as instituições, além da contratação de novos quadros por meio de concurso público.

Para Bezerra (2012), a Rio+20 deu pouco destaque à questão de desmatamento. No seu texto final, não se assumiu a demanda de "desmatamento zero" e a proposta de diminuição do desmatamento. Todavia, a sociedade se organizou e promoveu o encontro "Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável" em que se instituiu três propostas que não adentraram no documento final da conferência: i) restaurar, até 2020, 150 milhões de hectares de áreas desmatadas; ii) promover ações de investimento em conhecimento tradicional e inovação para enfrentar os desafios da floresta e iii) desmatamento zero até 2020.

Na Rio+20, o Brasil não teve uma posição de destaque nas discussões. Quatro temas prevaleceram devido ao caráter emergencial de debate: a construção da Usina Belo Monte, o desmatamento, as unidades de conservação e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) que reduziu a proteção de encostas, dos cursos d'água e da área protegida em cada propriedade. A usina de Belo Monte é um projeto da década de 1970 e, ao longo dos anos, foram realizados estudos sobre o seu potencial hidrelétrico. A obra que se tornou uma das maiores ações dos governos Lula e Dilma e, apesar das discussões sobre o impacto socioambiental e financeiro, a construção da usina foi levada adiante (BEZERRA, 2012).

Melo, Silva e Van Bellen (2012), ao pesquisarem sobre o papel dos países na perspectiva institucional do Desenvolvimento, destacam a discussão temática da economia verde e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável e aduzem que o discurso estabelecido

na Rio+20 favorece os países desenvolvidos e não busca modificar a estrutura econômica com base nas orientações e práticas ideológicas em acordos e livre mercado.

Os temas levantados por Bezerra (2012) ficaram fora da Rio+20. Não obstante, a sociedade civil discutiu fora da agenda que a manutenção do nível de desmatamento escamoteou as ações do modelo desenvolvimentista. A construção das hidrelétricas foi vista como fonte de recursos para a região, todavia a diminuição das Unidades de Conservação para aumentar as hidrelétricas não deixa dúvidas do papel da floresta para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Essas discussões ilustram nitidamente a necessidade de implementar uma nova abordagem do desenvolvimento socioeconômico para a Amazônia, que engloba a preservação de sua diversidade, conservando a floresta em pé e gerando renda e condições sociais adequadas para suas comunidades (MARCOVITCH; PINSKY, 2014). O objetivo é agir de forma equilibrada com o meio ambiente dada a necessidade socioeconômica, pois o desmatamento se consolida como o principal fator de destruição da biodiversidade e demais recursos naturais da Amazônia afetando diretamente as populações amazônidas e de todo o Planeta (CARVALHO; CARVALHO; AIRES, 2020).

A partir dessa discussão sobre o contexto histórico, social e ambiental da região e sobre os Estudos Ambientais sobre o Desmatamento na Amazônia brasileira, necessariamente, apresentarei, no próximo capítulo, a discussão sobre a TAC de Habermas bem como os conceitos de Esfera Pública, ADC e a Gestão Social.

3 TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA, ESFERAS PÚBLICAS E GESTÃO SOCIAL

A fundamentação teórica desta pesquisa está pautada na Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Habermas, especificamente, sobre Esferas Públicas, nos elementos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Crítica (ADC) de Fairclough e Van Dijk e nas referências teóricas e empíricas sobre Gestão Social.

Essa base teórica serviu para compreender o contexto histórico e político do território da Amazônia brasileira e seu desmatamento, possibilitar reflexões a respeito dos conflitos existentes e dos interesses em jogo no âmbito das relações entre Sociedade, Estado e Mercado.

3.1. Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Jürgen Habermas e a formação de esferas públicas

As discussões propostas por Habermas na TAC e, especificamente, os conceitos de esferas públicas, permitem compreender os argumentos que justificam a favor ou contra o desmatamento na Amazônia brasileira.

Para Habermas (2015) a teoria sociológica da ação se difere da teoria filosófica da ação em relação aos padrões de interação. Na primeira, eles são articulados a partir de sequências distintas em que os sujeitos compartilham suas experiências e suas práticas de maneiras coordenadas, o que limita a discussão entre consenso e conflitos à lógica da ordem social.

Para Habermas (2015, p. 3):

> As teorias sociológicas da ação exigem para os participantes da interação ao menos um conhecimento concordante: as suas interpretações da situação devem se manter suficientemente dissimuladas. Por conseguinte, todas as abordagens permitem ou admitem também a comunicação linguística, ou, em todo caso, a troca de informações. Além do mais, as abordagens sobre teoria da ação se distinguem segundo o acordo postulado pela coordenação da ação, ou seja, um conhecimento comum, ou, simplesmente, as influências externas de uns atores sobre os outros.

Sobre racionalidade, Habermas (2012a, p. 42-43) diz que:

> a racionalidade é medida pelo êxito dos processos de entendimento, então não é suficiente recorrer a capacidades como essas. Em contextos de ação comunicativa, só pode ser considerada imputável a pessoa que, como participante de uma comunidade de comunicação, seja capaz de orientar seu agir segundo pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas.

Habermas (2012a, p. 48) justifica a presença da racionalidade comunicativa no cotidiano ao argumentar que:

> a racionalidade inerente à prática comunicativa cotidiana remete à prática argumentativa como instância de apelação que possibilita dar prosseguimento ao agir comunicativo com outros meios, quando não se pode mais abrandar um dissenso por meio das rotinas do dia-a-dia, mas ainda se deve, não obstante, decidir sobre ele sem o emprego imediato ou estratégico de violência. Eis por que considero necessária uma teoria da argumentação capaz de explicitar devidamente este conceito de racionalidade comunicativa, referida a um contexto sistemático de pretensões universais de validade não esclarecido.

Ainda nessa linha de raciocínio sobre os conceitos de racionalidade comunicativa apresenta-se que para Habermas (2015, p. 24) a:

> racionalidade comunicativa traz consigo conotações que, em última instância, se remontam à experiência central da capacidade de unir sem coações e de fundar consensos que possui um discurso argumentativo em que diferentes participantes superam a subjetividade inicial de suas concepções e, graças à comunidade de convicções racionalmente motivadas se asseguram, simultaneamente, da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do plexo da vida social em que se movem.

Esses conceitos atribuídos à racionalidade comunicativa são centrais para toda a proposta da pesquisa, pois são estes que sustentam a ontologia, epistemologia e axiologia desta tese a partir das perspectivas habermasianas de racionalidade comunicativa. Habermas (2012a) utiliza os conceitos de i) ação estratégica; ii) ação comunicativa; iii) sistema e iv) mundo da vida para fazer as críticas ao funcionalismo e desenvolver sua teoria da ação comunicativa, fundamentando-se em quatro conceitos sociológicos básicos de ação, quais sejam: teleológico, normativo, dramatúrgico e comunicativo.

Bettine (2021, p. 21) fundamenta que os "agires" se consolidam numa ordem de relações entre os sujeitos e também por um processo histórico científico-acadêmico ao enfatizar, com base em Habermas, que o "O agir teleológico vem da tradição aristotélica; o agir regulado por normas é weberiana; o agir dramatúrgico é ligado a Goffmann; e o agir comunicativo é habermasiano.". O modelo teleológico, para Bettine (2021), é ampliado ao nível estratégico, sendo frequentemente interpretado de modo utilitarista.

Habermas (2015; 2012a) classifica o agir teleológico como um conceito que pressupõe um "mundo objetivo" (um mundo único) e sistemas ocupados em tomar decisões. Essa

concepção de ação se baseia em atividades meios para atingir os fins de modo racional. Para Bettine (2017, p. 343), a ação teleológica se reflete em: “Resumidamente, pode-se pensar que a ação teleológica (racional com respeito a fins) é pautada no mecanismo clássico de relação homem-objeto, [...]”. Assim, considera-se que é um agir típico da comunidade científica.

O agir regulado por normas diz respeito ao comportamento de um dado grupo social que orienta seu agir de acordo com valores em comum. Para Habermas (2012a, p. 164), “o conceito central de cumprimento da norma origina a satisfação de uma expectativa de comportamento generalizada”, o qual está contextualizado na teoria dos papéis. O conceito de agir regulado por normas pressupõe relações entre um ator e o mundo objetivo, meios de um lado e valores de outro.

Com relação ao conceito do agir dramatúrgico, Habermas (2012a, p. 165) considera “(...) os participantes de uma interação que constituem uns para os outros um público a cujos olhos eles se apresentam”. Nesse sentido, o conceito de autorrepresentação significa um comportamento estilizado, endereçado a espectadores. Habermas (2012a, p. 176) reflete que “no agir dramatúrgico o ator, ao apresentar uma visão de si mesmo, tem de relacionar com seu próprio mundo subjetivo”, no sentido de uma “totalidade das vivências subjetivas”. Para esse mesmo autor (2015, p. 5), o agir regulado por normas se apoia “em um consenso valorativo entre os participantes” e o agir dramatúrgico “na relação consensual entre um “ator” de forma mais ou menos impressionante”. No agir dramatúrgico a linguagem é utilizada como um “médium” da autoencenação.

O conceito de agir comunicativo pode ser relacionado à proposta de educação problematizadora de Paulo Freire, a qual se pauta na ação crítica para a busca da emancipação do sujeito. Essa educação busca a libertação dos sujeitos por meio do estímulo, da criticidade, criatividade e reflexão, o que resulta na possibilidade de transformação e emancipação e autonomia dos sujeitos (FREIRE, 2019b). O contexto da educação libertadora, que busca a emancipação dos sujeitos e potencializa a criticidade dentro dos grupos sociais, são pontos importantes dos conceitos habermasianos de racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2012a).

Em relação a emancipação, Pitano (2016) argumenta que, para Habermas, ela se consolida a partir da participação coletiva e ação comunicativa entre os sujeitos com base no entendimento.

Andrade, Alcântara e Pereira (2019) discutem sobre a aproximação dos pressupostos da TAC de Habermas e da Teoria da Ação Dialógica de Freire e argumentam sobre a contribuição

das teorias de Habermas e Paulo Freire como fundamentos para educação dialógica. Segundo eles, essa articulação teórica se dá pela busca e importância pelos sujeitos críticos-reflexivos em um processo dialógico, o que contribuem para as pesquisas em estudos organizacionais. Ainda complementam que Habermas e Paulo Freire se inter-relacionam, principalmente, com a discussão sobre comunicação, reconhecimento com base no sentido dialógico e a emancipação e autonomia coletiva.

Para Pitano (2016), Habermas e Paulo Freire são "utópicos" ao trabalharem na perspectiva de convergência entre os sujeitos sociais para uma possibilidade de que todos possam sobreviver de maneira harmônica e digna. A TAC de Habermas se aproxima fortemente da perspectiva freireana com base na comunicação e interação verbal que formam a consciência intersubjetiva (PITANO, 2016). Em relação às diferenças entre os teóricos, para Pitano (2017), elas perpassam pelo contexto das vivências e experiências. Exemplifica esse autor que o brasileiro convive em um sistema e mundo da vida em que os sujeitos vivem com a desigualdade social, já o alemão tem como base as divergências e crises refletidas das relações sociais resultantes das crises do capitalismo.

Apesar das diferenças ontológicas existentes entre Habermas e Paulo Freire é necessário ratificar que as teorias dos autores se complementam e convergem, como relatam Andrade, Alcântara e Pereira (2019, p. 17): "as diferenças são entendidas [...] como possibilidades de aprendizagem, um com o outro, sem eliminar a alteridade de suas obras".

Para Habermas (2012a, p. 166) "o conceito de agir comunicativo, por fim, refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais)". Habermas (2012a, p. 183-184) também explica que "somente o modelo comunicativo de ação pressupõe a linguagem como um médium de entendimento não abreviado, em que falantes e ouvintes, a partir do horizonte de seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo a fim de negociar definições em comum para as situações". A linguagem se relaciona e advém dos processos sociais, sendo o médium das relações sociais, conforme Hamel (2021) e Fernandes e Ponchirolli (2011).

Para Perez (2014), o agir comunicativo é consolidado a partir da participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos. O agir comunicativo é praticado pelos atos de fala que buscam entendimento no âmbito do mundo da vida.

Habermas (2015, p. 14) considera que o "mundo da vida se encontra presente na forma de autoevidências com as quais, os que agem comunicativamente, estão intuitivamente

familiarizados, de modo que não se pode sequer contar com a possibilidade de que se tornem problematizáveis.". Já para Pitano (2016, p. 90) o mundo da vida trata-se de "espaço não empírico de afinidades comuns a todos os indivíduos em vias de interação. Uma abstração referente ao cotidiano no qual os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo".

Assim, Habermas (2012a, p. 138) analisa que:

> sujeitos que agem comunicativamente buscam sempre o entendimento no horizonte de um mundo da vida. O mundo da vida deles constitui-se de convicções subjacentes mais ou menos difusas e sempre isentas de problemas. Esse pano de fundo ligado ao mundo da vida serve como fonte de definições situacionais que podem ser pressupostas pelos partícipes como se fossem isentas de problemas. Em suas realizações interpretativas, os envolvidos em uma comunidade de comunicação estabelecem limites entre o mundo objetivo único e seu mundo social intersubjetivamente partilhado, de um lado, e os mundos subjetivos de indivíduos e de (outras) coletividades.

O mundo da vida para Habermas (2012a) é formado pela cultura, personalidade e sociedade. Cultura diz respeito aos saberes advindos das práticas e da experiência, assim como constitui o estoque de conhecimento que as pessoas utilizam para expressar suas interpretações e sustentar seus argumentos sobre um tema-problema no âmbito de um debate público.

Em se tratando da Personalidade, esta diz respeito à formação da identidade das pessoas no âmbito do processo interativo de socialização entre o "eu e o outro" ao buscarem um entendimento por meio do processo dialógico. Já a Sociedade diz respeito às ordens legítimas que asseguram a solidariedade como os grupos sociais e organizações nas quais se inserem as pessoas.

Para Habermas (2012b, p. 228), trata-se de "uma reserva de padrões de interpretação, organizados linguisticamente e transmitidos culturalmente". Cultura está relacionada ao estoque de saber e de conhecimento dos sujeitos e é nela que buscam seus fundamentos racionais. O mundo da vida para Habermas (2012b, p. 270) "é construído pelos membros a partir das tradições culturais comuns, é coextensivo a sociedade". O mundo da vida é o *locus* de formação das esferas públicas.

> Não obstante, a racionalização do mundo da vida induzido pelo sistema, a qual abre o caminho para a reificação, também favorece paradoxalmente a perspectiva utópica, que continua atribuindo à modernização capitalista a mácula de ter dissolvido as formas de vida tradicionais sem conseguir repor sua substância comunicativa. Ou seja, ela destrói tais formas de vida, porém não as transforma de modo que o nexo entre os momentos cognitivo-instrumentais, pratícos-morais e expressivos, que existia numa prática

> cotidiana não racionalizada, seja preservado num patamar superior mais diferenciado (HABERMAS, 2012b, p. 595).

A racionalidade comunicativa nasce, portanto, no mundo da vida e se contrapõe à racionalidade instrumental que utiliza a linguagem objetiva própria do mercado capitalista. Habermas (2012a; 2012b) faz crítica à racionalidade instrumental ou funcionalista, com base nos pressupostos de Adorno e Horkheimer e compreende que ela se apoia em uma estrutura rígida, em que se procura a manutenção do *statu*s social dentro do sistema capitalista.

Para Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), é esta a racionalidade que prevalece no sistema econômico vigente ao submeterem as pessoas à condição de mercadorias, como coisas no processo produtivo, colocando-as como meros coadjuvantes em relação aos resultados econômicos. Na racionalidade instrumental a subjetividade é colocada em segundo plano, submetida aos objetivos e metas a serem alcançados e que se materializam no lucro no sistema capitalista, o que provoca consequências danosas para os seres humanos.

Nesse sentido, Habermas (2012a, p. 635), considera que:

> os custos sóciopsicológicos de uma racionalização instrumental manifestam-se enquanto fenômenos sob formas diversas – seu espaço de ação vai desde as doenças psíquicas clínicas, passando por neuroses, ocorrências de vícios, distúrbios psicossomáticos, problemas motivacionais ou educacionais, até a conduta contestatória de contraculturas de inspiração estética, seitas religiosas de jovens e grupos criminais marginalizados (que incluem também o terrorismo anarquista).

Para Habermas (2012a; 2012b), a racionalidade instrumental permeia a aproximação totalitária encontrada em regimes fascistas, o que impossibilita e se distancia da racionalidade comunicativa. Daí a geração de crises do sistema capitalista, que se transforma também em uma crise democrática, caracterizada pelos entraves como lutas de classes entre assalariados e capitalistas, ação orientada por interesses e problemas administrativos. Portanto, as crises se ampliam como (i) crise econômica, (ii) crise de racionalidade, (iii) crise de legitimação e (iv) crise de motivação, discutidas por Habermas (2002), que enfraquecem o processo democrático. As tendências de crise do capitalismo entre o sistema econômico e administrativo não se comunica de maneira igualitária com o sociocultural, sendo que esses sistemas devem ser coordenados e orientados pelo Estado.

A crise do capitalismo condicionou as ações perante a sociedade para o fortalecimento do mercado em detrimento dos processos democráticos e, com isso, o Estado se aliou ao capitalismo regulado ou organizado e acionou uma suposta democracia que permite à população

centrar seus objetivos no “individualismo possessivo” (HABERMAS, 2002). Habermas (2014) argumenta que o capitalismo tardio, diante de suas influências, como a do liberalismo enfraqueceu a posição reflexiva e crítica da esfera pública e, assim, promoveu a diferenciação entre Estado e Sociedade.

Compreender esses conceitos é primordial para, empiricamente, verificar como são constituídas as relações no ambiente societal. A racionalidade comunicativa pode proporcionar uma ação coletiva efetiva na resolução das crises, dos conflitos sociais, pois se compromete com a verdade e a busca de entendimento.

Para Silva (2009), p. 87:

> A ação comunicativa se fundamenta na forma dialógica de reconhecimento das diferenças entre atores na superação de uma racionalidade individualista e instrumental. Nesse sentido, compatibilizar diferenças pressupõe reconhecer e relacionar distintas identificações que se formam em um contexto de formulação discursiva para tais diferenças, tendo como fundamento o elemento da alteridade.

Para Pitano (2017, p. 106), o conceito de ação comunicativa em Habermas se consolida da seguinte maneira: “[...] exercida e possibilitada pelos princípios comuns do mundo da vida, contexto - gerador, implica em uma ação cognoscente coletiva. Permutando saberes, argumentando reciprocamente, os participantes complementam e elevam o nível de seus discursos, convergindo para uma reconstrução qualitativa do conhecimento”. Nesse sentido, Pitano (2016) faz uma crítica elogiosa a TAC de Habermas, ao reconhecer que os estudos habermasianos de ação comunicativa pretendem evidenciar as mazelas recorrentes do sistema econômico predominante.

Para Fernandes e Ponchirolli (2011, p. 611), “A ação comunicativa é constituída de sentidos compartilhados e envolve um esforço explícito e concentrado para alcançar um acordo sobre o espectro das reivindicações de validade”. Assim, os sujeitos, na perspectiva da ação comunicativa, interagem intersubjetivamente com base em seus argumentos racionais a partir de suas pretensões de validade, ou seja: que o enunciado seja válido, que ele seja verdadeiro e, por fim, que seja verificado a sua eficácia de regra de ação (HABERMAS, 2012a, HABERMAS, 1997a).

Bettine (2017, p. 355) argumenta que a ação comunicativa “refere-se à interação de agentes capazes de linguagem e de ação, que entram em relação. O conceito central é de interpretação, e refere-se à negociação de definições da situação

suscetível de consenso". Dessarte, justifica-se o pensamento de Bettine (2017), com base nos dizeres do próprio Habermas (2012b), cujo argumento central é que "no agir comunicativo, os participantes tentam realizar consensualmente seus planos tomando como base uma definição comum da situação".

Os sujeitos agem dentro de um contexto de linguagem compartilhada por meio de regras que são respeitadas na busca do entendimento, o que caracteriza o consenso na prática do agir comunicativo. O conceito de argumento é central na discussão do agir comunicativo. De acordo com Habermas (2012a, p. 61), os argumentos "são meios com os quais é possível obter o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade [...]". O ato de fala é ação, por conseguinte, argumentar é primordial para que os sujeitos possam exercer a racionalidade comunicativa, o que ocorre livremente no mundo da vida e onde se formam as esferas públicas. Por isso, a linguagem do direito, conforme Habermas, socializa e integra os indivíduos na sociedade.

Desse modo, a linguagem é o elemento principal para o processo dialógico e que permite a compreensão dos discursos dos sujeitos (FREEMAN, 2011; FERNANDES; PONCHIROLLI, 2011). Hamel (2021), com base em Habermas, acrescenta que a autorreflexão e a autonomia do sujeito se apresentam a partir da sua capacidade de se comunicar e da linguagem e seus diversos gêneros discursivos que são capazes de proporcionar a relação do sujeito reflexivo com o mundo. Por meio da linguagem é possível estabelecer o ato de fala reconhecido no mundo da vida organizado nos três mundos: objetivo, social e subjetivo. O Primeiro se pauta nos possíveis enunciados verdadeiros; já o segundo, pelas relações interpessoais, e o mundo subjetivo, pelas experiências e pelo acesso que os sujeitos têm sobre o público (HABERMAS, 2012a; 2012b; 2004).

Os atos de falas na TAC se alicerçam em atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Os atos locucionários são ditos de forma direta e simples, são normativos; os ilocucionários buscam levar os ouvintes à reflexão, são comunicativos, em que se estabelece uma relação entre os comunicantes,; por sua vez, os perlocucionários têm a intenção do convencimento e são pautados pela racionalidade instrumental (HABERMAS, 2012a; BETTINE, 2021).

Portanto, conforme Habermas (2012b, p. 221), "o agir comunicativo depende de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e mundo objetivo; mesmo que no ato de sua manifestação ele consiga enfatizar respectivamente apenas um dos três componentes". Esse

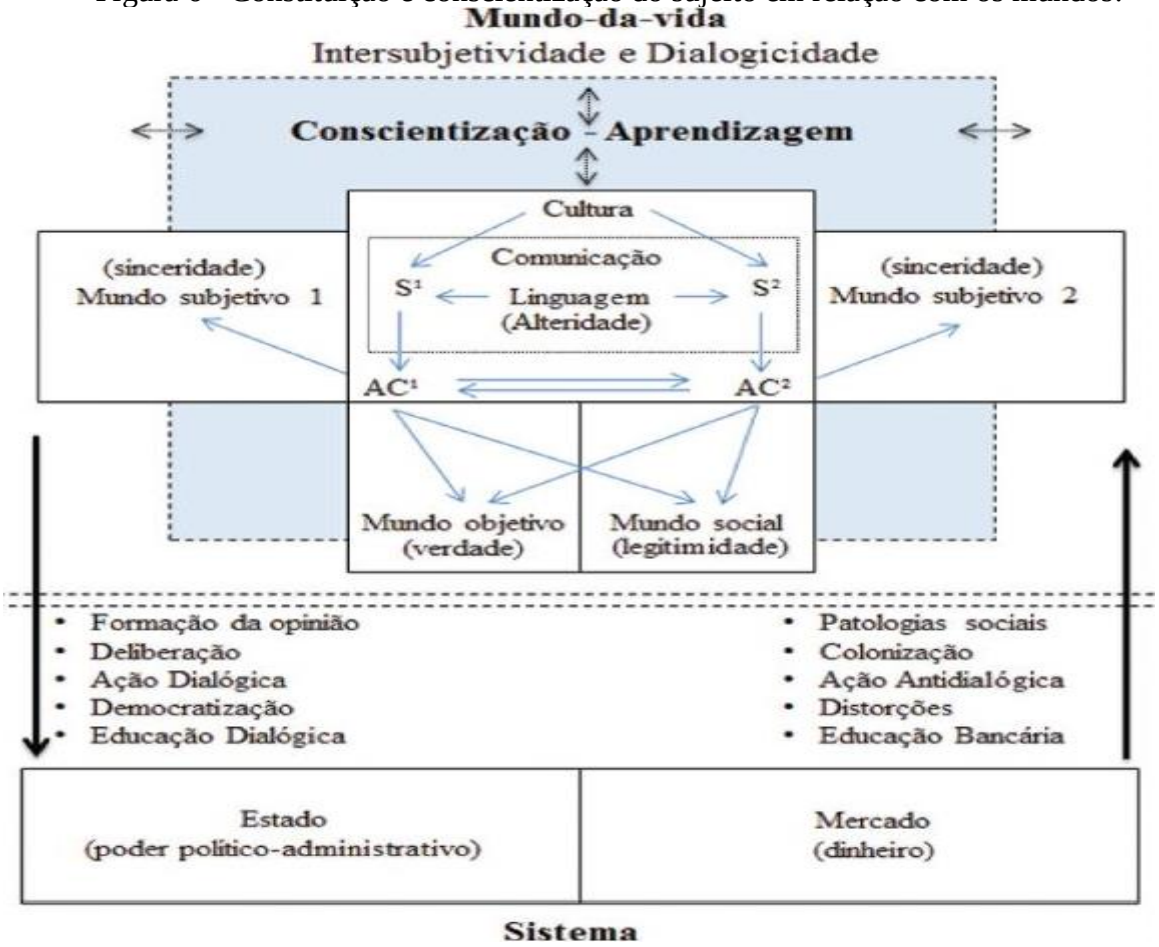
mesmo autor (2015, p. 11) considera que o mundo social é estabelecido “em ordens institucionais que fixam quais as interações que pertencem à totalidade das relações sociais e que podem se considerar justificadas, de um lado, e, simultaneamente, de todos os destinatários deste complexo de normas que são afetados pelo mesmo mundo social”.

No mundo objetivo, busca-se uma leitura com maior profundidade; no social, a intersubjetividade é um fator primordial de ação e no subjetivo se destaca a capacidade reflexiva. Essa base do mundo da vida está alicerçada nos três mundos que configuram a pré-interpretação para que os sujeitos consigam praticar a racionalidade de ação comunicativa (ONUMA, 2020). Os sujeitos se pautam nas referências ilustradas no mundo objetivo, social e subjetivo e são as referências que sustentam as manifestações de falas e de linguagem dos sujeitos.

Para compreender a complexidade da sociedade moderna na interpretação de Habermas (2012b), faz-se preciso acompanhar a estrutura conceitual que ele arquiteta, estabelecendo-se as relações entre o “mundo-da-vida” e o sistema. Este último representa o núcleo de poder, onde se tomam as decisões que afetam grande parte da população, formado pelo Estado e pelo Mercado.

Andrade, Alcântara e Pereira (2019) apresentam uma boa ilustração que caracteriza bem os conceitos de mundo-da-vida e sistema e suas complexas relações, conforme se verifica na Figura 6.

Figura 6 - Constituição e conscientização do sujeito em relação com os mundos.



Fonte: Andrade, Alcântara e Pereira (2019, p. 18).

Os autores reforçam que as categorias apresentadas na Figura 6 servem para que os pesquisadores e organizações consigam visualizar uma estrutura de análise para a constituição dos sujeitos críticos-reflexivos a partir das discussões habermasianas da TAC.

Habermas, ao longo de sua trajetória, revisou o conceito de esfera pública em três de suas principais obras, Em *Mudança estrutural da esfera pública* (1962) (2003; 2014), *Teoria do agir comunicativo* (1981) (HABERMAS, 2012a; 2012b) e em *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (1992) (1997a; 1997b) (GARCIA, *et al*., 2019; SOUZA; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2018; AVRITZER; COSTA, 2004). Apesar do reconhecimento de sua obra e a relevância de contribuição para as ciências sociais, foi criticado por outros estudiosos em relação aos conceitos de esfera pública. No entanto, ao apresentar a sua revisão conceitual, Habermas (2003; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b; 2014) comprova o seu entendimento para as mudanças sociais ao longo de sua trajetória acadêmica e como o conceito de esfera pública precisava ser readequado às novas realidades.

Para Fraser (1990), a discussão de esfera pública abordada por Habermas não engloba as populações que ficam à margem dos processos sociais e políticos e, por isso, apresenta a discussão das esferas públicas subalternas, formadas por temas-problemas que tem pouca repercussão pública.

Perlatto (2012), por sua vez, discutiu as contribuições das críticas de diversos estudiosos aos conceitos de esfera pública de Habermas e as reflexões do próprio autor sobre as mudanças ocorridas desde o conceito original apresentado em sua tese de doutorado em 1962.

Em relação às críticas, Garcia *et al*. (2018) argumentam que Habermas refletiu sobre os principais aspectos criticados, principalmente, quando se trata da pluralização das esferas públicas, conflitos e consensos. Pluralização (esferas públicas) que é reconhecida no trabalho de Souza, Alcântara e Pereira (2018).

Habermas (1997b) apresenta a sua discussão sobre o pluralismo em relação à democracia e às teorias sociológicas. Segundo ele, o pluralismo existente na sociedade civil se relaciona com o poder social e influencia a supremacia de interesses organizados e o lugar das pessoas na sociedade que seria ocupado por organizações coletivas. Nesse sentido, é necessário compreender que Habermas (1997a; 1997b) considera a pluralidade no conceito de esferas públicas como apresentado por Garcia *et al*. (2018, p. 164) em que "Longe de qualquer 'panaceia', essa 'pluralização' (tanto da expressão quanto das suas concepções) permite alguns avanços que serão desenvolvidos ao longo do texto". Assim, nesta pesquisa, procura-se apresentar as esferas públicas, tanto hegemônicas quanto subalternas, sobre desmatamento na Amazônia, que influenciaram decisões políticas entre os anos de 2011 e 2020.

Ao discutir sobre as reconstruções das esferas públicas em Habermas, Garcia *et al*. (2019) refletem as categorias para a Gestão Social a partir das reformulações do conceito de esferas públicas feitas por Habermas. São as categorias normativas e empírico-descritiva. A primeira trata de como a(s) esfera(s) pública(s) "é"-"são"; e a segunda, como a (s) esfera(s) pública(s) "deve ser"-"deveriam ser". Habermas é a principal referência para a discussões sobre esferas públicas na categoria discursiva, pois seus estudos se alicerçam no consenso, conflito e razão na busca de deliberação e democracia (GARCIA *et al.*, 2019; GARCIA *et al*., 2018).

Uma das críticas realizadas por Habermas em relação ao conceito de esfera pública se encontra quando ele discute sobre a sociologia da comunicação de massas e a sua relação com as esferas públicas burguesas.

Perez (2014), ao discutir sobre as esferas públicas, democracia e tecnologia, argumenta que a esfera pública burguesa na perspectiva habermasiana constitui um espaço de discussão

privado alicerçado por autoridades para uma discussão coletiva. Habermas (1997b) argumenta que as esferas públicas tradicionais dominadas pelas mídias, jornais, audiovisual e redes sociais, e pelo poder político prejudicam a democracia ao focalizarem nos conteúdos de entretenimento, obscurecendo os principais temas-problemas da sociedade.

Habermas (1997b) alerta que os discursos generalistas da esfera pública burguesa não conseguem se manter por si próprio. É relevante que sejam retroalimentados pelos discursos advindos dos movimentos sociais tais como o feminista e o movimento ambientalista, por exemplo, que buscaram romper as estruturas ao pontuar o discurso da esfera pública burguesa.

Habermas (1997a; 1997b) considera que as esferas públicas só se consolidam em um processo democrático com a participação ativa da sociedade civil, atrelada às decisões do Estado e às interferências do Mercado. O autor argumenta que as esferas públicas são pensadas nas relações entre o sistema institucionalizado e estruturado e o mundo da vida, uma vez que são nessas relações que as esferas públicas se movimentam e se articulam para um processo deliberativo.

Quando se trata das possíveis esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira, é necessário considerar as novas categorias de esferas públicas, apresentadas por Avritzer e Costa (2004), relacionadas aos movimentos sociais de gênero, étnico, assimétricos de poder, racial, entre outros. Os movimentos sociais contribuem para a participação e interlocução com o Mercado e poder público, criando assim, arenas de coordenação de interesses, de diálogos, de conflitos e de consensos (BRANDÃO, 2007).

Para Habermas (1997a), o amplo número de movimentos e associações representam o fortalecimento da democracia e do Estado de direito. O autor (1997a) considera também que essas associações formam opinião e fortalecem uma estrutura de esfera pública assessorada pelos meios de comunicação de massa, meios estes que são ambivalentes em relação a sua participação para o fortalecimento da democracia nas esferas públicas (HABERMAS, 2014). Esse debate das novas categorias de Avritzer e Costa (2004), já reconhecidas por Habermas (1997a), é representado nesta tese pelos jornais.

Habermas (1997b, p. 84) considera que:

> O sistema político, estruturado no Estado de direito, diferencia-se internamente em domínios do poder administrativo e comunicativo, permanecendo aberto ao mundo da vida. Pois a afirmação institucionalizada da opinião e da vontade precisa abastecer-se nos contextos comunicacionais informais da esfera pública, nas associações e na esfera privada. Isso tudo porque o sistema de ação política está embutido em contextos do mundo da

> vida.

O autor continua a discussão (1997b, p. 85):

> E, em muitos domínios altamente organizados, o sistema científico e educacional adquire um sentido próprio que eles opõem às intervenções diretas do Estado; esse sentido, porém, não deriva de um código próprio ou de um *médium* de regulação, análogo ao dinheiro, mas da lógica de seus questionamentos específicos. E o sentido da "constitucionalização" dos sistemas de ação através da "regulação do contexto" por parte do Estado não é único, devendo-se levar em conta, de um lado, domínios integrados comunicativamente, como é o caso da família e da escola, e, de outro lado, os domínios de grandes organizações e de redes integradas sistematicamente, tais como, por exemplo, os mercados.

Os grupos sociais formados por negros, mulheres, trabalhadores rurais, movimentos sociais e as matérias veiculadas nos jornais podem influenciar na formação de esferas públicas, o que será tratado no contexto amazônico. Nesse sentido, Habermas (1997b, p. 71) relata que:

> nem todos os interesses podem ser representados publicamente. Por isso, a esfera pública das comunicações políticas (destacada por Kant) e aliada a expectativa de que os proponentes são consistentes em seus proferimentos e capazes de explicar coerentemente as suas propostas – exerce uma coerção procedimental saudável.

Para o autor (1997b, p. 104),

> o jogo que envolve uma esfera pública, baseada na sociedade civil e na formação de opinião e da vontade institucionalizada no complexo parlamentar (e na prática de decisão dos tribunais), forma um excelente ponto de partida para a tradução sociológica do conceito de política deliberativa.

A esfera pública se estabelece na linguagem tratada dentro dos sistemas e do mundo da vida. Habermas (1997b, p. 75) argumenta que,

> as linguagens especializadas esgotam de tal maneira a linguagem comum – e os sistemas funcionais o mundo da vida – que essa linguagem e esse mundo da vida não representam mais uma caixa de ressonância suficientemente complexa para a tematização e o tratamento de problemas que envolvem a sociedade como um todo.

Nesta tese, são tratados diversos discursos e formas de linguagem tanto ordinária (mundo da vida), quanto especializada, que podem pertencer ao mundo da vida e ao sistema. A

linguagem ordinária estruturada no mundo da vida é importante para a constituição das esferas públicas (SOUZA; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2018).

A linguagem articula os sujeitos e os orienta para o entendimento dentro do mundo da vida, ela desempenha as funções que garantem as relações entre núcleo privado e mundo da vida, o que resulta em uma relação entre esfera pública e esfera privada (HABERMAS, 1997b). Esse contexto de esfera privada, que protege as associações dentro das esferas públicas, significa a possibilidade de esses sujeitos organizarem privativamente os seus discursos para *a posteriori* os expor publicamente nas esferas públicas.

Habermas (1997a) retrata que as linguagens do Direito surgem de reflexos do mundo da vida, assim, é possível relatar que o discurso ambiental também se apropria desse mesmo caminho nas esferas públicas e privadas até circular em toda a sociedade.

No contexto da discussão sobre as esferas públicas em relação ao desmatamento na Amazônia, Habermas contribui com os conceitos de linguagem e esferas públicas. O autor (1997b) tece críticas em relação às políticas negociadas neocorporativisticamente, justificando que essas políticas entram em conflito com grupos periféricos, movimentos sociais, associações e sociedade. Nessa consoante, Habermas (1997b, p. 90-91) adverte que:

> A periferia consegue preencher essas expectativas fortes, na medida em que as redes de comunicação pública não institucionalizada possibilitam processos de formação de opinião mais ou menos espontâneos. Ora, esse tipo de esferas públicas autônomas e capazes de ressonância, dependem de uma ancoragem social em associações de sociedade civil e de uma introdução em padrões liberais da socialização e da cultura política, numa palavra: dependem da contrapartida de um mundo da vida racionalizado.

Foi tratado até o momento, por diversas vezes, o chamamento aos conceitos de esferas públicas e mundo da vida, de uma forma geral. Defende Habermas (1997b, p. 92) que o conceito de esferas públicas já foi remodelado a partir das suas reflexões sobre as críticas recebidas e que "esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade", e complementa que esfera pública:

> não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis.

Segundo Habermas (1997b), as esferas públicas se relacionam com maior força nos espaços com participação de públicos atuantes, o que não se condiciona necessariamente a um espaço físico. Nesse sentido, o campo virtual e a mídia social cumprem as funções de circular amplas informações de diversos temas-problemas da sociedade que podem se transformar em esferas públicas dominantes e subalternas, dependendo da relevância e alcance de público.

Bettine (2017, p. 357) considera que a esfera pública é "caracterizada pelo seu acesso livre, universal, desimpedido do público, pela publicidade e, com isso, pela possibilidade da crítica ao Estado autoritário e da decisão autônoma do cidadão. Ela não é nenhuma organização, constitui-se uma forma de se apresentar o agir comunicativo". Neste contexto, é apresentada a correlação com os sujeitos e atores sociais participantes desta pesquisa que apresentam seus discursos em espaços virtuais, como no caso dos jornais analisados nesta tese.

Para Habermas (2003; 2014), é no mundo da vida que se formam as esferas públicas. Ele (1997b) considera a capacidade de influência das organizações da sociedade nas decisões políticas do sistema, como das próprias organizações ambientalistas e movimentos sociais que já tem legitimidade perante os sujeitos sociais. O autor considera, sobretudo, o prestígio direcionado às lideranças religiosas, cientistas, especialistas em meio-ambiente, artistas e atletas que se identificam com alguma causa social, pois são esses sujeitos que influenciam majoritariamente as formações de esferas públicas, o que poderá ser verificado neste trabalho em relação as decisões políticas sobre desmatamento na Amazônia brasileira.

De acordo com Habermas (2014), os canais de comunicação da esfera pública se entrelaçam nas esferas da vida privada – aqui o autor considera as relações mais íntimas que são enraizadas nas esferas privadas como grupos religiosos, de família, de trabalho, nos quais as discussões sobre determinadas esferas são conduzidas e abstraídas; essas interações têm influência considerável na formação da opinião e, consequentemente, no discurso circulante nas esferas públicas.

Outra dimensão importante em Habermas (1997a; 1997b) trata das discussões sobre sociedade civil. Para o autor, são núcleos que compreendem as associações, organizações ambientalistas, empresas relacionadas ao mercado ou não, as quais suportam as esferas públicas e são componentes do mundo da vida.

Esta tese fundamenta-se em Habermas (1997b, p. 99-100) ao investigar e analisar os discursos apresentados nos jornais impressos e online:

> Certamente tais condições de associação não constituem o elemento mais

> evidente de uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa e pelas grandes agências, observada pelas instituições encarregadas da pesquisa da opinião e do mercado e, sobrecarregada com o trabalho de publicidade e de propaganda dos partidos e organizações políticas. Mesmo assim, elas formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais, exercendo influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da verdade.

Assim, Habermas (1997b) também considera que as esferas públicas estão apoiadas na estrutura social e que a liberdade de opinião é um direito fundamental. Aqui deve ser ressaltada a importância dos reflexos dos discursos proferidos pelas universidades, as organizações ambientalistas, bem como das associações de povos tradicionais, de representantes dos agronegócios de *commodities* que são mais atrelados à proposta mercantilista, assim como outros setores da sociedade que discorrem sobre o desmatamento na Amazônia brasileira.

Habermas (1997b), ao analisar os discursos universalistas da esfera pública burguesa, faz críticas ao modo como esses discursos são constituídos, afirmando que é necessário que os discursos e a linguagem sejam atrelados aos veículos de comunicação em massa e que estejam ao alcance de todos os membros da sociedade civil. Nesse sentido, o autor (1997b, p. 109) considera que, "para os movimentos sociais, é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que permitem esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicativas existentes".

Ao tratar dos amazônidas, Carvalho (2009) argumenta que eles não são ouvidos como deveriam, o que denota um viés na rotina nos processos jornalísticos de construção das matérias que focalizam nas mesmas pautas e em entrevistados dos governos.

O que se deve verificar no trabalho dos jornalistas e profissionais das mídias de massa é como eles influenciam as esferas públicas, por meio de sua qualificação profissional, abrangência, convencimento e respaldo, perante a opinião pública (HABERMAS, 1997b). Para Gaissler, Andrade e Acquaro (2015, p. 115) "é um dos principais lugares em que as pessoas buscam informações para formar suas opiniões [...] e assim é um agente de grande importância na escolha e inclusão dos temas ambientais".

Habermas (1997b) e Gaissler, Andrade e Acquaro (2015) também demonstram preocupação com a mídia, notadamente, em relação aos grandes veículos de divulgação em massa, sujeitos chaves desta pesquisa, em suas ações no processo de circulação de discurso e de informação. Avritzer e Costa (2004) já alertaram sobre essa ambivalência entre os meios de comunicação, em relação a sua contribuição e equilíbrio para a formação de esferas públicas.

Os autores, todavia, reconhecem a importância da mídia para o fortalecimento da democracia e para a circulação discursiva das esferas públicas.

Hamel (2021), ao discutir a hermenêutica crítica e a filosofia de Habermas, pondera que a ciência e a técnica são fatores importantes para o controle social dos veículos de comunicação em massa e indústria cultural. Perez (2014) acompanha Hamel (2021) e diz que os meios de comunicação não se apresentam para Habermas possibilidades de recuperação da esfera pública, apesar de compreender a sua importância e característica inovadoras para as interações e manifestações sociais. Habermas (2015) argumenta que os meios de comunicação são importantes para o abastecimento de informações e para as interações estratégicas entres os sujeitos sociais, o que resulta em uma influência orientadora para as consequências das formações e estruturação das esferas públicas. No entanto, também se justifica a coleta e análise sobre o discurso nos jornais selecionados nesta pesquisa.

Ao considerar os papéis da mídia, como estas influenciam a formação da opinião pública, o modo como o discurso é divulgado e as relações de poder decorrentes entre os atores sociais envolvidos, questiona-se como as esferas públicas podem influenciar de fato o sistema (Estado e Mercado). Nesse sentido, Habermas (1997b, p. 113) faz a seguinte reflexão: "Quando tomamos consciência da imagem difusa da esfera pública veiculada pela sociologia da comunicação de massa, que aparece submetida ao poder e à dominação dos meios de comunicação de massa, cresce nosso ceticismo com relação às chances de a sociedade civil vir a exercer influência sobre o sistema político". Essa avaliação de Habermas (1997b) é importante para a compreensão de como historicamente, são contextualizadas, o discurso sobre desmatamento da Amazônia brasileira, pois há interferência devido as correlações de força entre Sociedade, Estado e Mercado.

As discussões habermasianas oferecem, portanto, reflexões fundamentais para esta tese. Nesse sentido, destaca-se que o movimento ambiental, por meio de todo o seu contexto histórico, contribuiu para os grandes temas relacionados às destruições das florestas, energia limpa, criação de UCs, RESEX e as questões das políticas públicas e modificações sociais e econômicas ocorridos na Amazônia brasileira.

No entendimento de Habermas (1997b), os sujeitos envolvidos com problemas sociais são os responsáveis por colocar na arena as grandes discussões, portanto, não são o Estado, nem as grandes organizações ou sistemas sociais os responsáveis. Esses sujeitos que são críticos-reflexivos, consolidados pelos movimentos sociais, vão criando culturas e subculturas e, quando não é possível dialogar com os demais atores sociais, busca-se institucionalizá-las

através de protestos. Para esse autor (1997b), os protestos buscam legitimação por meio de pressão social e cujos argumentos são a forma de diálogo em contraposições impositivas. Já Garcia *et al*. (2019) argumentam que a mídia conecta as pessoas com as esferas públicas e tem papel fundamental na divulgação dos "eventos" onde acontecem os protestos.

Perlatto (2012) acompanha Habermas (1997b) ao argumentar que as esferas públicas são configuradas em arena por meio da qual se sobrepõe à vontade coletiva e, assim, são formadas as decisões regulamentadas e as políticas públicas.

Para Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020), o mercado - aqui representado pelos empresários - ocupa um espaço marginal nas discussões que tratam das políticas ambientais, porque estão mais preocupados com uma agenda macroeconômica.

Ao discorrer sobre as críticas de esferas públicas em Habermas, Matos (2010) e Losekann (2009) se alinham a Nancy Fraser, contribuindo com a reflexão sobre o potencial de igualdade das relações dentro das esferas públicas, da separação entre sociedade civil e Estado, da existência de múltiplas esferas públicas e dos impactos para a democracia. Em relação a essas críticas, Habermas (1962; 1981; 1992) revisou seus estudos incorporando-as ou as refutando no sentido de ampliar suas potencialidades (GARCIA *et al.*, 2018).

Portanto, ao discutir as esferas públicas no contexto amazônico, procura-se suprir uma das lacunas identificadas por Garcia *et al*. (2018), qual seja: verificar como são estabelecidas as relações entre os meios de comunicação de massa, representados por importantes jornais, e as esferas públicas. No caso desta tese, sobre o desmatamento na Amazônia em relação às decisões políticas referentes a este território e seus conflitos ambientais. Para isso, tornou-se necessário recorrer a fundamentação teórico-metodológica voltada para análise dos discursos, o que se verificou plena adequação com a Análise do Discurso Crítica (ADC), de Norman Fairclough (2001; 2008) e de Van Dijk (2005). O conteúdo dessa fundamentação teórico-metodológica está apresentado na próxima seção, na perspectiva teórica e metodológica.

3.2. Análise do Discurso Crítica (ADC)

Na linguística aplicada e discursiva são apresentadas diversas modalidades de se realizar uma pesquisa crítica. Pennycook (2006) apresenta a linguística aplicada transgressora, além do letramento crítico, a pedagogia crítica e a ADC como algumas dessas modalidades, analisando-as mais profundamente. No contexto desta pesquisa, por se tratar de um campo das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente da Administração e da Gestão

Social, a ADC se apresenta adequada como fundamentação teórico-metodológica para identificar e analisar os argumentos proferidos no âmbito das estruturas institucionalizadas das esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira.

O discurso é proposto por Fairclough (2001) como o uso da linguagem como prática social, uma ação que se constitui de forma coletiva e não individual dentro de um ambiente social. O autor enquadra o discurso em três implicações: 1) como modo de ação e modo de representação; 2) em uma relação dialética entre o discurso e a prática social e 3) o discurso é uma ação que também é interferida pela estrutura social e pelas instituições que têm naturezas discursivas próprias. Na primeira, o discurso é praticado de forma natural, em uma linguagem rotineira e familiar entre os atores individuais e os outros sujeitos; na segunda, o discurso se constitui como importante fator para a construção das relações sociais entre as pessoas e, neste ponto, ele circula de forma mais abstrata. Na terceira implicação, o discurso avança para a criação de sistemas de conhecimentos e crenças.

O discurso contribui para a construção das identidades sociais, formação e identificação dos sujeitos e suas posições no ambiente social, para as relações sociais e construção de saberes e sistemas de aprendizado e conhecimento. Aqui se considera também a criatividade e polivalência do discurso e em como o discurso se comporta em meio às transformações sociais que são plurais e têm características próprias. Nesse sentido, para Fairclough (2001, p. 92), "é importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social no discurso".

De acordo com Fairclough (2001), as práticas sociais têm diversas bases que a suportam – econômica, política, cultural, ideológica – na realidade, e o discurso perpassa todas elas, já que, para Fairclough (2008), o discurso também está relacionado como prática política e ideológica quando se trata de poder.

A ideia de prática social permite a compreensão de como são envolvidas a ação e a estrutura correlacionados ao modo de agir da sociedade (FAIRCLOUGH, 2012), o que, para Habermas (2012b, p. 252-253), é definida como "meio das ordens legítimas pelas quais os participantes da comunicação regulam sua pertença a grupos sociais, assegurando como conjunto de competências que tornam um sujeito capaz de fala e de ação".

Fairclough (2001) tem como proposta teórica analisar criticamente o discurso por defendê-lo como pressuposto básico para o estudo de mudança social. Conforme o autor (2012, p. 316), "o discurso e o gênero de negociação, por exemplo, fluem na vida familiar, militar,

política e econômica" e deve ser analisado de modo tridimensional como texto, prática discursiva e prática social.

A ADC é uma teoria social do discurso que discorre sobre a língua e a semiose (diversos modo de linguagem) e possibilita o seu uso de modo transdisciplinar com outros métodos científicos e teorias sociais (FAIRCLOUGH, 2012). Assim, nesse contexto apresentado pelo linguista (2012; 2001), a ADC é tanto uma abordagem metodológica da linguagem como também uma teoria social. Van Dijk (2005) argumenta que a ADC se faz presente com maior relevância ao nível micro do discurso e das práticas sociais.

Para Van Dijk (2005), a Análise do Discurso surge entre os anos de 1960 a 1970, como um novo campo de estudo transdisciplinar no âmbito de várias correntes disciplinares, tais como antropologia, psicologia, linguística, humanidades e ciências sociais. ADC, desse modo, é uma teoria e, ao mesmo tempo, uma abordagem metodológica, conforme já exposto, que procura, em suas aplicações, analisar o discurso pelo ponto de vista do abuso por parte das forças predominantes e dos sujeitos que resistem às diferenças de poder e de discurso (VAN DIJK, 2005).

É primordial que o analista de discurso se posicione em relação aos discursos e suas relações de poder social perante os sujeitos envolvidos no campo de pesquisa. Van Dijk (2005, p. 20) explica que "a ACD centra-se nos modos como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e de dominância da sociedade". É o que se pretende analisar nesta pesquisa ao discutir sobre as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira.

Van Dijk (2005) estimula, e tem como princípio em suas investigações, a abordagem discursiva da imprensa, o que se articula com a proposta de campo de estudo desta tese. O autor expõe que analisar os discursos apresentados na imprensa diz respeito a uma das atividades mais complexas para os pesquisadores e, por isso, também considera que as atividades de análises de discursos nesse gênero são tão importantes para a ciência. O autor (2005) faz críticas a Fairclough por acreditar que este não analisa o contexto. Porém, o próprio Fairclough (2005) admite que suas abordagens dos discursos não são completas e necessitam serem complementadas, o que faz Van Dijk (2005) em suas análises.

Fairclough (2005) afirma que é incorreto, numa investigação, privilegiar a organização como autoridade perante a mudança. Considera que a organização faz parte do processo de mudança organizacional, pois se origina das propriedades das mudanças. Apresenta, para explicar sua posição, alguns pressupostos conceituais sobre estruturas organizacionais, situação

de crise; estratégias; mudanças no processo social e implementação de novas estratégias e, a partir dessas reflexões, sugere quatro questões de pesquisas: 1) surgimento de novos discursos; 2) hegemonia dos processos discursivos e narrativas das organizações; 3) recontextualização do discurso hegemônico através das fronteiras estruturais e 4) operacionalização dos discursos.

Fairclough (2005) é crítico em relação à forma de ADC que tenta contribuir com a abordagem pós-modernista do discurso organizacional, pois compreende que há diversas maneiras e posições teóricas-metodológicas de se realizar pesquisas sobre discurso organizacional. Para ele, a comunicação organizacional possui efeitos causais na relação entre agência e estrutura, isso é caracterizado como um movimento cíclico de retroalimentação que resulta nas mudanças organizacionais.

Sobre narrativa, relato o conceito de Habermas (2012b, 249), no qual o autor afirma que se trata de "uma forma especializada da fala constatativa que serve à descrição de eventos socioculturais e objetos". O uso da ADC possibilita aos pesquisadores a identificação de quais são os dissensos que regulam a ação dos sujeitos nos ambientes investigados para, em seguida, eles considerarem as diferenças existentes sobre o acesso e a circularidade do discurso e quais são as suas relações com os sujeitos dominantes e subalternos e, por último, verificar se há dominância, se há resistência.

Para isso, faz-se necessário ouvir e compreender as práticas discursivas e sociais dos sujeitos vinculados à subalternidade e à resistência (FAIRCLOUGH, 2012). Fairclough (2012) alerta aos pesquisadores para algumas reflexões sobre a maneira que estes pesquisam e publicam suas investigações. Estes devem se atentar pela forma que escrevem para tornar os seus estudos mais palpáveis e atrativos sem perder o rigor, a cientificidade e a qualidade das análises e resultados dos estudos.

A ADC é ciência social crítica com intuito de trazer à luz os problemas dos sujeitos em situação marginal e, com isso, contribuir para que se consiga recursos para a melhoria de vida dessas pessoas, é uma atividade de efeito coletivo, que não pode, consequentemente, ser considerada uma atividade individual ou situacional (FAIRCLOUGH, 2001; 2008).

A concepção tridimensional do discurso de Fairclough: texto, prática discursiva e prática social são divididas em sete dimensões, três relacionadas às atividades cognitivas, produção, distribuições e consumo de texto e quatro, à força, ao contexto, à coerência e intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2008; 2001).

Para a explanação do discurso como texto é necessária a análise dos signos que, de alguma forma, expressam um significado. Para Fairclough (2001), os signos são impulsionados

para dar ênfase a significados particulares. Sobre a análise textual, o autor (2001) orienta que esta deve ser estruturada em vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Compreender essas bases de textos permite analisar a prática discursiva que "envolve processos de produção, distribuição, consumo textual e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discursos de acordo com os fatores sociais" (FAIRCLOUGH, p. 106-107).

Seguindo as orientações de Fairclough (2008), os textos que constituem o trabalho como os produzidos em diferentes jornais devem ser inter-relacionados, pois essa relação intertextual influenciará nos processos interpretativos. Nesse sentido, consolida-se também o processo de interdiscursividade, ordem do discurso, por se tratar de textos heterogêneos. A ordem do discurso é um sistema aberto que pode sofrer alternâncias devido às interações entre os sujeitos e, por isso, influenciar consideravelmente as discussões sobre mudança social (FAIRCLOUGH, 2012; 2001).

O autor (2001) demonstra que os textos são produzidos em ambientes específicos como, por exemplos, de jornais, que são escritos em lugares de atividades programadas e com ações objetivas. Nesse momento, lembramos do campo de pesquisa desta tese que são os textos jornalísticos por, justamente, cumprirem uma ação discursiva intencional sobre o desmatamento da Amazônia e de possibilitarem uma ação social que envolvem vários processos discursivos.

Os textos podem ser distribuídos de maneira simples, como em conversas; ou de maneira mais complexas, como em documentos e, desse modo, procura-se investigar a distribuição dos discursos dos sujeitos investigados por meio das análises dos documentos que possibilitarão a compreensão de como o texto é consumido. Para Fairclough (2001), os aspectos cognitivos se concentram na inter-relação entre os recursos dos sujeitos para o entendimento textual e do próprio texto.

Para complementar a discussão da análise tridimensional, a análise de discurso como prática social é dividida por Fairclough (2008; 2001) em ideologia e hegemonia. Por ideologia, o autor (2008) aponta que as práticas discursivas se materializam nas práticas das instituições, aborda os sujeitos e, com isso, produz efeitos diversos. Considera também que o Estado, jornais e universidades são aparelhos ideológicos que marcam o discurso orientado ideologicamente.

Já Van Dijk (2005, p. 114) expõe que "o discurso desempenha um papel central na formação e mudança de ideologias. Através do discurso, as ideologias podem ser explicitadas em parte e, assim, transmitidas, normalizadas ou legitimadas.". Com a aplicação da ADC, são dadas as devidas relevâncias à ideologia e à capacidade dos sujeitos de agenciar de forma

criativa suas próprias práticas (ONUMA, 2020).

Sobre hegemonia, Fairclough (2008) diz que é o foco marcante para entender as forças discursivas. Trata-se de um campo de luta discursiva para ter o poder do discurso circulante. Aqui, considera-se hegemonia na perspectiva de Fairclough (2001, p. 122) como "poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'".

A partir da exposição das categorias de análises, é possível compreender como se analisa os processos de mudança social que transitam no ambiente discursivo que estão diretamente relacionadas ao mundo da vida de Habermas (2012a).

Fairclough (2001), de maneira crítica, aborda o exercício e a atuação das práticas discursivas e sua relação com a prática social, que se dá numa concepção gramsciana de poder, da luta pelo poder, quando se trata de hegemonia.

Sobre a dimensão força, consolida-se pela ação da fala do componente e, também, pelo modo como gera uma ação interpessoal, o que compromete a intenção do falante e o componente interpretativo da fala no sentido de propiciar uma ordem, um questionamento, ameaça, promessa entre outras ações imperativas. A força de um texto comporta valor e interpretação ambivalente, como em uma sugestão, reclamação ou pergunta, o que se permite interpretar por um ato de fala de força direta, caso de uma pergunta; ou de força indireta, como um pedido velado (FAIRCLOUGH, 2001).

Já a coerência relaciona-se a sentidos regulares. Os intérpretes compreendem e fazem conexões entre textos para gerar interpretações, trata-se das relações de sentido para os leitores que precisam compreendê-las. Assim, em um texto coerente são apresentados elementos discursivos que possibilitam o entendimento do sentido dado ao texto pelo autor e as interpretações dos leitores.

Fairclough (2005) discorre sobre texto e contexto como discurso micro e macro. Considera importante que a análise do discurso seja realizada de maneira intertextual e/ou interdiscursiva e que envolva tanto os pequenos discursos como os grandes (contextos) em textos compostos por estilos diferentes. O contexto se consolida no efeito da produção do texto, já que o ambiente discursivo interfere diretamente no discurso produzido (FAIRCLOUGH, 2008; 2001).

Melo, Salles e Van Bellen (2012) denotam a necessidade de se compreender o contexto. Em relação à tese, o contexto se passa pelas questões direcionadas ao desmatamento na

Amazônia brasileira e rondoniense nos últimos 10 anos.

Em se tratando da intertextualidade, Fairclough (2001, p. 114) assevera que "é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante". A intertextualidade nos permite compreender e identificar a historicidade do discurso (SILVA; GONÇALVES, 2017), o que é muito importante para verificar as narrativas estabelecidas nos discursos dos jornais sobre desmatamento da Amazônia.

Outra abordagem estrutural da ADC proposta por Fairclough (2012) divide-se em cinco estágios: o primeiro procura trazer à tona os assuntos problemáticos que interferem na vida das pessoas; já o segundo se baseia na abordagem do diagnóstico do problema levantado; no terceiro estágio deve ser discutida a ordem social de forma crítica e a problematização de ideologia nas relações de poder; no estágio quatro, discorre-se sobre a apreciação das lacunas e divergências dentro do espectro dominante da ordem social e no último deve-se fazer a análise reflexiva, que possibilita a emancipação dos atores/sujeitos em relação ao Mercado e ao Estado.

Para Misoczky (2005), a ADC tem como propósito descortinar como o capitalismo, sistema econômico hegemônico, consolida seus processos de dominação social, o que resulta em empecilhos que impedem a emancipação dos sujeitos sociais. Silva e Gonçalves (2017) argumentam que a Análise do Discurso se inter-relaciona apenas com o discurso e texto, sem contar com a sustentação teórica e não incorporando o contexto e a perspectiva sociológica dos sujeitos.

Guimarães (2012), ao tratar das análises de contextos nas perspectivas de Fairclough e Van Dijk, argumenta que a ADC se originou dessas correntes e que tem como pontos fortes "a multidisciplinaridade, a preocupação social, o posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso de poder" (GUIMARÃES, 2012, p. 440).

A ADC faircloughiana vai além de uma análise sistemática de discurso por meio de textos, pois, em sua raiz crítica e reflexiva, apresenta um novo olhar sobre os ambientes investigados nos Estudos Organizacionais (ONUMA, 2020; SILVA; GONÇALVES, 2017).

Tartaglia (2021) argumenta, com base nas discussões de Norman Fairclough, que a ADC se torna um importante arcabouço teórico-metodológico justamente por propiciar pesquisas com os subalternos e sobre as disputas ideológicas em relação aos grupos hegemônicos que detém supremacia nas relações de poder. Também discute como os sujeitos

negros da Amazônia resistiram às práticas opressoras durante os séculos XIX, XX e até as duas primeiras décadas do XXI e utiliza na discussão a ADC como uma perspectiva teórica-metodológica. O autor destacou as múltiplas possibilidades de uso da ADC de Fairclough em diversas áreas do conhecimento, desde a sua raiz na Linguística até à Sociologia.

A ADC tem sua base ontológica no realismo crítico de Roy Bhaskar (FAIRCLOUGH, 2012; 2005). Cederström e Spicer (2014) demonstram que é possível abordar a ontologia do discurso por meio do "real". Os autores apresentam três variáveis do discurso organizacional: 1) paradigmas dos estudos organizacionais; 2) estudos focalizados no texto; 3) estudos dos discursos realistas. Sobre os paradigmas dos estudos organizacionais, argumentam que o texto constrói a realidade, cuja abordagem é criticada nas raízes construtivistas. Destacam também como é entendida a concepção de agência, que se reduz conforme a percepção do discurso.

No entanto, apesar de Alvesson e Kanneman (2011) e Onuma (2020) reconhecerem que a análise crítica faircloughiana tem base no realismo crítico, esses autores, assim como Silva e Gonçalves (2017), recomendam o uso dessa abordagem teórica-metodológica em estudos organizacionais, bem como em pesquisas construtivistas e interpretativas, que é o caso deste estudo. Ao discorrer sobre o uso do discurso em pesquisas organizacionais, justifico a riqueza deste método e reitero que esta pesquisa também se baseia em um estudo sociológico.

Para estudos focalizados no texto, a questão principal é que os textos só ganham importância se utilizados (ALVESSON; KANNEMAN, 2011). Esses autores acreditam que o discurso constitui as organizações e, portanto, as organizações resultam dos elementos e das práticas do discurso e defendem os estudos dos discursos realistas. Ao contrário das duas abordagens anteriores, cujas origens são pautadas no construtivismo social.

Para Onuma (2020, p. 600), "os efeitos constitutivos do discurso ocorrem porque, por meio do discurso, os sujeitos constroem realidades sociais, podendo, por exemplo, antropomorfizar e atribuir autoridade às organizações, que são, concretamente, inanimadas". Nesse sentido, o estudo de discurso realista aborda tanto materiais discursivos quanto não discursivos e procura preencher as lacunas não exploradas pelas abordagens construtivistas de discursos, como a materialidade ir além do discurso.

Cederström e Spicer (2014) entendem que a ADC também pode ser utilizada em pesquisas com base ontoepistemológicas do construtivismo social. É importante abordar que o discurso para Berger e Luckmann (2004) é uma ação individual e social. Assim, esses autores (2014) recomendam, que não se pode apoiar apenas na visão paradigmática, o que me permite compreender que é possível utilizar a ADC também em pesquisas com outros paradigmas

ontoepistemológicos como nesta tese, cujo paradigma é o do Humanista Radical. Defendem ainda o realismo crítico como necessário para entender a ontologia e as mudanças organizacionais.

Cederström e Spicer (2014) abordam a relevância dos aspectos emocionais para o discurso das organizações. Em relação às dimensões da análise do discurso pós-fundacional, são enumerados três: 1) falta; 2) pontos nodais e 3) afeto. O primeiro, sobre a falta da empiria dentro dos estudos organizacionais e o que pode ser feito para suprir essa falta é buscar compreendê-la, pois esta não pode ser identificada ou respondida com afirmações simples e direta; em relação aos pontos nodais, faz-se preciso identificar e verificar quais os discursos que se entrelaçam a esses pontos e o que não foi possível identificar. Assim, é fundamental que os pesquisadores identifiquem os recursos menos frequentes ou excluídos dos processos organizacionais. Sobre a terceira dimensão, afeto, é o momento em que se identifica que o objeto vai além dele mesmo pelo seu caráter emocional e afetivo. Os autores concluem que a abordagem pós-fundacional para análise do discurso organizacional fornece a teoria do "real" e do discurso, ao invés de centralizar apenas em elementos dos discursos. Orientam que os pesquisadores devem procurar entender o "objeto" real e do discurso.

Sobre grande discurso, Alvesson e Kanneman (2011) retratam a influência da análise discursiva de Foucault, que se refere menos sobre conversas corriqueiras e mais sobre sistemas macros das organizações e suas ideias, como relações de poder e de práticas. Para esses autores, Foucault inspirou inúmeros teóricos organizacionais que postulavam trabalhos sobre organizações e seus discursos, o que se configura como avanços teóricos responsáveis por gerarem inovações conceituais nos estudos organizacionais. Fairclough (2008; 2005) afirma que a análise discursiva de Foucault representa uma importante contribuição para aplicação das análises de discursos nas ciências sociais, sociais aplicadas e humanidades.

Porém, os discursos foucaultianos apresentam como desvantagem o não entendimento de como o discurso influencia as pessoas (ALVESSON; KANNEMAN, 2011). Por isso, compreendem que são necessários que os discursos foucaultianos sejam endereçados às análises organizacionais dos pontos de vistas das organizações, momento em que já se identificará um recorte no ponto de vista dos trabalhadores.

A teoria do discurso pequeno é adequada para casos em que são utilizadas as palavras como elemento principal, já os estudos dos paradigmas discursivos devem ser usados para casos mais abstratos, como analisar os fenômenos ideacionais. Ainda com base em Foucault, discute-se que essa análise é importante para se empreender processos mais profundos e complexos

(ALVESSON; KANNEMAN, 2011). Os autores não se mostram convictos ao enfatizar a massa muscular do discurso, por compreenderem que a força dos discursos pode se anular e como interesse deve ser direcionado para o contexto e uso da linguagem.

Para Greckhamer e Cilesiz (2014), as recomendações são elaboradas com base na grande construção dos discursos, as quais são também abordadas por Alvesson e Kanneman (2011) e Fairclough (2005), quando tratam do nível macro das organizações; no caso desta tese, no nível macro da sociedade. As abordagens descritivas estudam as linguagens sem aprofundar as análises das relações existentes entre os elementos discursivos e suas conexões com as suas estruturas sociais.

Os discursos não são meras palavras, são ideologias que, às vezes, ditas e contextualizadas de formas vazias escondem a sua verdadeira intenção. As análises de discursos são instigantes e, para serem realizadas, exigem muito do pesquisador, uma vez que se faz necessário ter detalhes para que a confiabilidade seja percebida nas interpretações (GRECKHAMER; CILESIZ, 2014). Desse modo, analisar um discurso, em qualquer área do conhecimento, exige esforços nos processos de investigação para que seja possível construir uma compreensão sólida, de modo a não cometer erros de superinterpretação ou forçar antinarrativas.

Alvesson e Kanneman (2011) e Onuma (2020) provocam os pesquisadores em Estudos Organizacionais para refletirem sobre a aplicação da teórica da ADC em suas pesquisas. Postulam ser importante o uso da abordagem de maneira coerente para que o investigador não caia nas armadilhas dos discursos nas pesquisas sociais. A cautela é um princípio básico a ser seguido antes de afirmar que o discurso realiza, pois, o discurso é difícil de ser investigado e analisado.

Guimarães (2012) argumenta que cada pesquisador cria as suas análises e textos singulares devido as variações de contextos, temas, sujeitos, áreas e campos de pesquisa. Para Van Dijk (2005), a ADC não oferece um método de análise discursiva pronto a ser aplicado em geral, uma vez que necessita de uma análise teórica sobre as relações do assunto, das suas estruturas discursivas e sociais. Para isso, faz-se indispensável referência à discussão sobre TAC, Gestão Social e Amazônia apresentada neste trabalho.

3.3. Gestão social e a amazônia brasileira

A Gestão Social constitui uma importante teoria para a instituição de uma racionalidade

voltada para as questões ambientais e para a sustentabilidade, pois esses processos se consolidam por meio de um conjunto de ações que envolvem essas instâncias, porquanto é uma lente que proporciona ao pesquisador enxergar a realidade investigada em maior profundidade e focalizada na sociedade e nos povos amazônidas.

A Gestão Social se configura em processos dialógicos, nos quais as decisões são partilhadas entre todos os sujeitos envolvidos dentro de um espaço público (SILVA JÚNIOR *et al*., 2008). Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020) afirmam que a Gestão Social apresenta elementos teóricos e empíricos para ser considerada um paradigma. Alcântara e Pereira (2017) destacam a importância da linguagem para as análises teórico-empíricas dentro da Gestão Social.

Neste trabalho, entretanto, utiliza-se como conceito central de Gestão Social a proposta de Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697). Para eles, a Gestão Social "[...] pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último". Esse conceito será considerado para as análises das relações entre os discursos dos meios de comunicações e as esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira.

Cançado, Pereira e Tenório (2015a) procuram consolidar a proposta de construção paradigmática da Gestão Social ao tratar das categorias teóricas explicativas dessa área, quais sejam: interesse bem compreendido; esferas públicas; emancipação social. Portanto, essa tese se baseia nessas categorias ao considerar a gestão social como uma possibilidade objetiva de gestão ambiental da floresta pelos povos amazônidas. Na Figura 7 são apresentadas as categorias teóricas da Gestão Social e suas interações.

Figura 7 - Categorias Teóricas da Gestão Social.

Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2015b, p. 14).

A Dialética Negativa, que foi proposta por Theodore Adorno, tem a função de apresentar aquilo que não é visto de maneira discursiva. Para Habermas (2012a), tem, no entanto, uma função analítica mais profunda, indo além do que meras práticas dialógicas. Para Cançado, Pereira e Tenório (2013), ela é fundamental para estruturar a Gestão Social, pois se baseia na síntese reflexiva dos processos discutidos nas aplicações das categorias de Gestão Social, que, por sua vez, tem como mola propulsora a reflexão dos sujeitos e, nesse contexto, a Dialética Adorniana se faz importante, pois provoca o pensamento ao mesmo tempo em que busca a emancipação dos sujeitos por meio das práticas dialógicas e intersubjetivas.

A primeira categoria da Gestão Social é a IBC, que possui duas micros categorias apoiadoras, a solidariedade e sustentabilidade. O IBC é o ponto inicial para a ação da Gestão Social, cujo lócus se encontra nas esferas públicas produzidas pelo mundo da vida por meio da ação comunicativa. A micro categoria solidariedade é entendida como aquela em que os sujeitos são revelados por meio das práticas coletivas e interdependentes, busca a unidade dos sujeitos pertencentes ao grupo, ao objetivo e à ação comunitária a que se pretende atender (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015b; 2013). Para Perez (2014), a solidariedade deve ser um instrumento de controle superior ao poder e dinheiro nas relações da sociedade.

Outra categoria da Gestão Social é a Emancipação, que se baseia no marxismo e na teoria crítica da Escola de Frankfurt (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015b). Vizeu,

Meneghetti e Seifert (2012, p. 573), ao se apoiarem na discussão da teoria crítica, discorrem que:

> Emancipar é refletir criticamente sobre a realidade em que os sujeitos estão inseridos, não se limitando, portanto, ao simples ato de pensar a realidade, mas de transformá-la por meio da *práxis*. Emancipar não é renunciar ao esclarecimento, é incorporá-lo e distingui-lo da simples ação de domínio sobre a natureza e requer entender o indivíduo no seu contexto social-histórico, de forma a fazer de todos os agentes senhores de suas ações.

Cançado, Pereira e Tenório (2015b) consideram a emancipação como objetivo último da Gestão Social. A pesquisa aqui proposta buscará, a partir da Emancipação, caracterizar as mudanças das práticas dos sujeitos pesquisados da comunidade de povos tradicionais e da organização ambientalista. A pesquisa também buscará verificar se há um processo manipulativo na construção da esfera pública e na aplicação dos modos de gestão e atuação da população tradicional e da organização ambientalista participantes da pesquisa.

Acredito que, ao concluir todo o processo de pesquisa, será possível descrever a consolidação da justaposição entre a Emancipação e o IBC em seu caráter solidário e cooperativo. Para Rodrigues, Cançado e Pinheiro (2020), a esfera pública atua na relação entre a Dialética Negativa, IBC e Emancipação.

Por último, as esferas públicas constituem o principal foco de investigação desta tese e representam a categoria teórica intermediária da gestão social. Segundo Tenório (2008, p. 41), esfera pública "é o espaço intersubjetivo, comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo".

Para Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 101) constituem "[...] um fenômeno social e como tal não pode ser entendida como uma instituição ou organização nem como um sistema". Para eles (2015b), essa esfera é representada por quatro categorias teóricas: Democracia Deliberativa, Ação Racional Substantiva, Intersubjetividade e Dialogicidade. A primeira concentra o poder decisório da Gestão Social, no contexto democrático em que se encontram as possibilidades de participação e emancipação das pessoas nos exercícios dos processos políticos decisórios. Os mesmos autores (2013, p. 156) consideram a Democracia Deliberativa como "[...]a forma de tomada de decisão dentro desta esfera pública na qual acontece a Gestão Social, [...]".

A segunda categoria, Ação Racional Substantiva, refere-se ao equilíbrio entre as racionalidades, subordinação da lógica instrumental e agir comunicativo (CANÇADO;

PEREIRA; TENÓRIO, 2013). O equilíbrio entre as racionalidades se pauta na indispensabilidade de se manter integradas às estratégias e ações para que se possa atender às necessidades econômicas e sociais dos grupos envolvidos nos processos da esfera pública e no desenvolvimento da Gestão Social.

Fernandes e Ponchirolli (2011), ao discutirem as contribuições da racionalidade comunicativa, substantiva e ambiental para os estudos organizacionais, reconhecem as aproximações entre os conceitos de racionalidades defendidos por Jürgen Habermas e Enrique Leff. Pitano (2017), por sua vez, argumenta que o objetivo principal de Habermas em relação às racionalidades são as junção e articulação entre elas para uma sociedade mais igualitária.

Nesse contexto, a ação racional substantiva permite compreender a importância de se equilibrar as racionalidades nas discussões dentro do contexto amazônico, em detrimento da racionalidade da lógica instrumental econômica em relação à racionalidade ambiental e à preservação do meio ambiente.

As discussões sobre desenvolvimento sustentável se baseiam em uma racionalidade econômica e instrumental, que, para Leff (2006), pretere a natureza em favorecimento dos ganhos econômicos. Essa afirmação se materializa no estudo de Melo, Salles e Van Bellen (2012) ao reconhecerem que as discussões sobre desenvolvimento sustentável se pautam na proposta ideológica do mercado. Leff (2006, p. 223) explica que "a viabilidade do desenvolvimento sustentável converteu-se em um dos maiores embates históricos e políticos de nosso tempo". Essa ideia contradiz, numa perspectiva ontológica e axiológica, o conceito apresentado por Feil e Schreiber (2017, p. 676), para quem o desenvolvimento sustentável é considerado "uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade".

Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) caracterizam o desenvolvimento sustentável como um importante processo ideológico do capitalismo tardio, pois se trata de uma ideologia que procura subsidiar técnicas para a perpetuação da busca de valores econômicos em relação aos processos de exploração e uso da natureza.

Leff (2006, p. 237, inserções nossas), por sua vez, pensa a "racionalidade econômica (como aquela que) mercantiliza a natureza, as condutas ecológicas e os valores culturais". E a racionalidade ambiental como aquela que:

> [...] questiona a racionalidade da modernidade, para valorizar outros princípios de produtividade e convivência. Isso leva a descobrir práticas cotidianas, os sentimentos, os saberes empíricos e as tradições, os mitos, e os

> ritos que constituem diferentes matrizes de racionalidade que dão coerência e sentido às diferentes formas de organização cultural (LEFF, 2006, p. 237).

Para Nabaes e Pereira (2016, p. 190), "a racionalidade ambiental emerge do questionamento dos excessos do pensamento objetificador e utilitarista, que conduziu à coisificação do Ser e à superexploração da natureza". O que se considera, ao discutir os elementos apresentados por Leff (2006) e Nabaes e Pereira (2016), é que há uma crise dentro da racionalidade econômica e instrumental que coloca em risco a vida dos seres humanos e da natureza.

Para resolver a ecologização da economia é essencial, de acordo com Leff (2006), ir além das mudanças de práticas e buscar a mudança de racionalidade e de conceitos, os quais solidificam o desenvolvimento sustentável aplicado na modernidade.

Nabaes e Pereira (2016) acompanham Leff (2006) e apresentam a racionalidade ambiental como uma ontologia que tem como pressuposto a mudança das formas de como o Ser vê o mundo ao transcender a racionalidade instrumental para a compreensão da natureza e de suas peculiaridades. Nesse contexto, esta pesquisa realiza uma reflexão apoiada na racionalidade comunicativa de Habermas e na proposta dos ecologistas políticos "já que o sistema científico e institucional – tem sido incapaz de assimilar a crítica apresentada pela racionalidade econômica" (LEFF, 2006, p. 225).

Pereira e Gonçalves (2013) e Fernandes e Ponchirolli (2011) reconhecem a aproximação entre a racionalidade comunicativa de Habermas e a racionalidade ambiental de Leff quando se trata, especialmente, das discussões sobre crise ambiental.

A Dialogicidade, quarta categoria, trata da capacidade de se comunicar e, por consequência, entender outras pessoas (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015b). Para Freire (2019a), Dialogicidade e comunicação estão imbricadas, não há uma sem a outra e a comunicação é o ponto central para entendimento do ambiente. A Dialogicidade é complementada pela terceira categoria, que é a Intersubjetividade. Esta, por sua vez, consolida-se pela capacidade de entendimento dos sujeitos.

Para Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 161) "a intersubjetividade é a capacidade dos indivíduos de entender a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, entender o que se está sendo dito e, também, como está sendo dito". Para que ocorra Intersubjetividade, faz-se mister que se tenha um processo de comunicação bastante sólido e compreensível, pois o processo de entendimento acontece na percepção dos discursos dos sujeitos participantes. Nesse ponto, a ADC é considerada como uma proposta significativa para identificar o grau de

dialogicidade e intersubjetividade que existe na esfera pública.

A perspectiva de Habermas, considerado o teórico mais influente nas discussões conceituais de esfera pública (GARCIA, *et al*., 2019), reestrutura a abordagem que se apresentava de maneira desvinculada da sociedade com atenção maior para o Estado e para o Mercado. A esfera pública, a partir dos anos de 1970, reconhece as mobilizações promovidas pela sociedade as quais modificam as relações sociais e políticas (SILVA, 2009).

Os conceitos de esferas públicas foram ao longo do tempo rediscutidos e reconfigurados, inclusive pelo próprio Habermas (GARCIA, *et al.*, 2019; LOSEKANN, 2009). Nesse contexto, Garcia *et al*. (2018) apresentam seis argumentos que comprovam a reconfiguração das esferas públicas para utilizá-las no âmbito da Gestão Social: 1) *Lócus* do consenso e do conflito, da pluralidade de opiniões e interesses; 2) São ambíguas – podem ser emancipatórias e opressivas; 3) Diversidade de Públicos – acesso e argumentação; 4) A existência das Esferas Públicas subalternas; 5) As esferas públicas não podem ser importadas e 6) as esferas públicas são influenciadas pelas estruturas sistêmicas da Sociedade, Estado e do Mercado.

Para Garcia *et al*. (2018), as esferas públicas se constituem de práticas discursivas, conflitantes e consensuais, e não podem ser consideradas como apenas um espaço do consenso. Perez (2014) discorre sobre o pluralismo cultural que influencia e origina diferentes pontos de vistas entre os sujeitos e grupos, que se consolida nas múltiplas visões de mundo.

O segundo argumento pautado por Garcia *et al*. (2018) é baseado na ambiguidade das esferas públicas, que tanto podem ser emancipatórias, cenário ideal; quanto opressivas, cenário que deve ser revisado. O contexto e o discurso das esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira podem possibilitar a emancipação, autonomia e/ou opressão dos sujeitos.

Em relação ao discurso, os autores chamam atenção para o uso da ADC, que se trata de uma perspectiva metodológica emancipatória por meio do discurso como prática social (ONUMA, 2020; RESENDE; RAMALHO, 2004) em pesquisas sobre esferas públicas e gestão social. Neste estudo, a ADC foi utilizada como principal abordagem metodológica para análise de informações por se tratar de uma perspectiva emancipatória.

Em relação ao argumento que concebe as diversidades de públicos e suas capacidades de acessos às informações e de reflexão na esfera pública, esta pesquisa procurará atendê-lo ao levantar diversos sujeitos em locais de pesquisa específicos.

Garcia *et al*. (2018) contextualizam a necessidade de pesquisas empíricas para realizar análises que se referem às interferências das esferas públicas. Portanto, assinala esses autores que, ao propor uma pesquisa empírica com essa referência, o pesquisador estará diante da

possibilidade de compreender como foram ou estão postas as esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira e rondoniense e, consequentemente, como se deu ou se dá o uso da gestão social apoiado nos conceitos centrais de Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015a).

As discussões conceituais habermasianas de esferas públicas recebem críticas da filósofa Nancy Fraser. Autora com grande contribuição para a teoria política e feminista, ela também se destacou no cenário acadêmico por atribuir críticas aos conceitos de esferas públicas (SOUZA; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2018; PERLATTO, 2012; MATOS, 2010; LOSEKANN, 2009). As críticas de Fraser (1990) se concentram na exclusão e invisibilidade das mulheres, operários, camponeses nos processos de formação de esferas públicas; nas diferenças estruturais e de culturas dos sujeitos; nas desigualdades existentes dentro da sociedade. Nesse contexto, apresenta-se o quarto argumento que se trata das esferas públicas subalternas (GARCIA *et al*., 2018).

O quinto argumento é referente às características das formações de esferas públicas que tem contexto sócio-históricos, políticos, econômicos e sociais próprios. Garcia *et al*. (2018) afirmam que as esferas públicas no Brasil podem se desenvolver a partir de sua forma e construção histórica. Baseando-se nessa noção, esta pesquisa compreenderá que, no Brasil e na Amazônia brasileira, as formações de esferas públicas subalternas dependem do seu contexto sócio-histórico, cultural e de práticas. Por isso, é importante que não se tenha como referências esferas públicas consolidadas internacionalmente e fora do contexto das esferas públicas investigadas.

O sexto e último argumento de formação das esferas públicas apresentado por Garcia *et al*. (2018) trata das efetividades das esferas públicas e como elas são influenciadas pelas estruturas do mercado e do Estado. Os autores buscam na TAC de Habermas e na gestão social argumentos que sustentam a inter-relação entre as formações de esferas públicas e como elas são influenciadas pelo sistema, formado pelo mercado e pelo Estado.

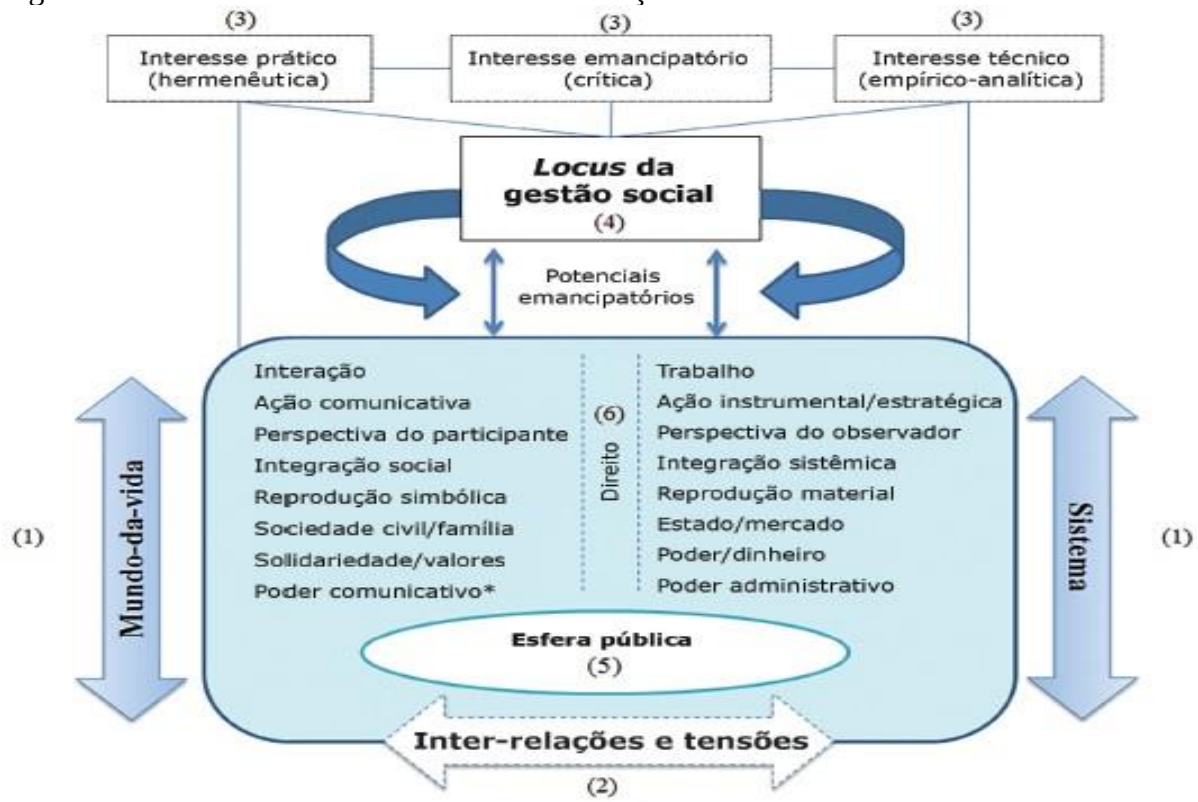
Cançado, Pereira e Tenório (2013) alegam que as esferas públicas permitem a aproximação da população com a política e, nesse sentido, a gestão social precisa se desenvolver em espaços que conduza à emancipação dos sujeitos, o que se relaciona com o interesse emancipatório proposto por Habermas (HAMEL, 2021).

Alcântara e Pereira (2017) argumentam que os *loci* da gestão social necessitam serem discutidos a partir da relação dos conceitos de Habermas sobre sistema e mundo da vida tratados na seção 3.1. Os autores defendem que é necessário problematizar de maneira teórica e empírica

as inter-relações e tensões existentes entre mundo da vida e o sistema.

Para melhor explicação dos argumentos defendidos por Alcântara e Pereira (2017), na Figura 8, sinteticamente, apresenta-se o *lócus* da Gestão Social e suas inter-relações entre mundo da vida e sistema.

Figura 8 - O *lócus* da Gestão Social e as inter-relações e tensões entre sistema e mundo da vida.



Fonte: Alcântara e Pereira (2017, p. 423).

Assim, acompanho Alcântara e Pereira (2017) ao reconhecer que se deve refletir sobre as limitações de investigar o sistema e mundo da vida em uma relação antagônica, pois esta leitura apresenta limitações para compreender as relações entre Estado-Sociedade-Mercado e, no caso desta pesquisa, em relação às discussões das esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira.

Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020), ao reconhecerem a importância da gestão social para os ambientes organizacionais, procuram em seu trabalho apresentar a evolução desse conceito entre 1990 e 2018 e sua amplitude entre os mais variados elementos como participação, consensos, consciência e visões pluralistas. Esses autores afirmam que a gestão social é um campo que ainda se consolida na Administração e nos Estudos Organizacionais.

Cunha e Souza (2022), ao discutirem o interesse da pesquisa *strictu sensu* sobre

administração e comunidades indígenas, destacam a participação das universidades da Amazônia como Universidade Federal da Amazônia - UFAM e Universidade Federal de Rondônia - Unir. Entre os 36 trabalhos analisados pelos autores encontraram apenas uma investigação que se utilizou da gestão social como abordagem teórica e, conforme a análise realizada por eles, os conceitos não foram utilizados adequadamente.

Diante disso, uma proposta, para além desta pesquisa, baseia-se na discussão de que a gestão social vem se consolidando como teoria. Destaca-se o dossiê "Amazônia e Gestão Social" organizado por Azerêdo *et al*., (2022) publicado na *Revista Nau Social* que teve como objetivo aproximar o campo da gestão social e suas aplicações na Amazônia por meio de diversos estudos realizados por autores de universidades localizadas na Amazônia brasileira. Nesse movimento, os autores buscam evidenciar as pesquisas que estão sendo praticadas na Amazônia no campo da gestão social, além de suprir e afirmar que é necessário ampliar os espaços de publicação dessas pesquisas. Ainda há, por conseguinte, um vasto campo de pesquisas a serem realizadas com a aplicação desta teoria, o que justifica a utilização da gestão social e sua proposta epistemológica em uma pesquisa que trata sobre a Amazônia brasileira, e os discursos apresentados pelos jornais sobre desmatamento.

Em seguida, apresento a metodologia, a posição ontológica e epistemológica que guia esta pesquisa, os processos de coleta e de análises das informações produzidas.

4 PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Nesta seção, são apresentados os caminhos metodológicos que foram percorridos para o desenvolvimento desta pesquisa. Desde a ontologia, a epistemologia e a natureza da pesquisa, o contexto histórico-local, os procedimentos e as técnicas de coleta de informações, os aspectos necessários para a investigação e as escolhas de análise e interpretação dessas informações.

O processo de definição ontoepistemológica e metodológica sustenta uma investigação científica, principalmente uma pesquisa de doutorado. Essa ação de maturação das escolhas metodológicas se trata de um dos mais importantes momentos de construção de uma tese, pois se compreende que "ao escolher o seu método de trabalho, o pesquisador o faz conforme a sua ciência e conforme a sua existência" (PIMENTEL, 2009, p. 130).

O processo metodológico de uma pesquisa não é fixo, perpassa reflexões e mudanças durante a construção e consolidação de uma tese. No entanto, importa planejar ações e ter um mapa de como atuar e construir todo o processo de pesquisa. Ao agir assim, o pesquisador pode definir da melhor maneira as abordagens metodológicas e as técnicas de coleta, processo e análise das informações dos campos de pesquisa.

A ilustração exposta na Figura 9 tem como objetivo demonstrar e também orientar a trajetória do processo e condução de pesquisa, desde as primeiras reflexões sobre a tese junto ao orientador até a conclusão do trabalho.

Figura 9 - Etapas da construção da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria (2022).

As reflexões, que são desenvolvidas nas três etapas metodológicas, enriquecem a pesquisa e seu processo reflexivo, pois, ao analisar a Figura 9, percebe-se o "ir e vir" entre os processos e as etapas da construção da pesquisa desenvolvidos entre as etapas de 4 e 7. Percorrer todos esses caminhos permitiu conduzir a pesquisa com maior rigor.

4.1. Paradigmas científicos, ontologia e epistemologia aplicada na tese

Uma das mais complexas atividades dos pesquisadores é a definição da matriz epistemológica de sua pesquisa. Definir o pressuposto epistemológico é essencial para a condução do trabalho e para a eficácia das análises durante todo o processo de investigação.

A Administração possui dimensões epistemológicas variadas, não condicionadas apenas a um domínio epistemológico (FARIA, 2012). Nesse campo do saber, a posição epistemológica é sistemática, cujas bases podem se fazer também na filosofia, nas ciências sociais e na tecnologia, ciências que permitem estruturar as relações aplicadas aos resultados. Essas diversificações de paradigmas podem ser reflexos das abordagens de Estudos Críticos em Administração e da Teoria Crítica. Nesta pesquisa, essas pluralidades são consideradas e tratadas de maneiras reflexivas.

Compreendo que o surgimento dos paradigmas científicos na Administração ocorreu a partir das críticas feitas aos paradigmas kuhnianos considerados não suficientes para realização de pesquisa de forma ontológica e epistemológica nas áreas de ciências sociais e ciências sociais aplicadas.

Cunliffe (2011) apresenta o contexto histórico da evolução das pesquisas qualitativas em análises organizacionais ao longo dos anos e, com isso, os paradigmas funcionalistas, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical informados por Burrel e Morgan (1979; 1980) e Burrel e Smircich (1980) devem ser debatidos.

A discussão sobre os paradigmas e métodos de pesquisas nos estudos organizacionais é o ponto central dos estudos de Paes de Paula (2016) e de Silva e Roman Neto (2010). Esses autores discorrem sobre os avanços nas noções de Burrell e Morgan (1979). Para isso, Paes de Paula (2016) se apoia em Habermas e em suas discussões sobre interesses cognitivos para propor que, para o avanço das ciências, tem de se estabelecer uma integração entre os paradigmas. Os paradigmas em estudos organizacionais devem superar a discussão de incomensurabilidades feita por Thomas Kuhn que serviu de base para os modelos

paradigmáticos de Burrell e Morgan (PAES DE PAULA, 2016; SILVA; ROMAN NETO, 2010).

Cançado, Pereira e Tenório (2013) apresentam a discussão epistemológica das pesquisas em gestão social e estabelecem as dimensões relacionadas às investigações que se amparam na teoria. Desse modo, as características desta pesquisa ancoram-se na perspectiva ontológica nominalista e de natureza voluntarista, pois se baseia no pressuposto da intersubjetividade e na busca do entendimento da realidade investigada junto aos sujeitos participantes da pesquisa. Nesse sentido, convergem com a epistemologia e racionalidade ambiental de Enrique Leff (2002; 2006), as quais se apoiam na estrutura de processos comunicativos intersubjetivos entre os sujeitos em uma perspectiva de respeito à natureza.

A aproximação da gestão social, da racionalidade comunicativa de Habermas com a epistemologia e racionalidade ambiental de Leff (2002; 2006) foi feita, nesta tese, na perspectiva de compreender como se dá a relação entre população amazônida e território amazônico com base na ontologia da racionalidade ambiental que, para Nabaes e Pereira (2016), trata-se de um processo social que, fundamentada na educação, procura estabelecer a construção do saber de forma integral entre os sujeitos de maneira que se valorize os seus saberes e suas relações com a natureza. Sendo assim, as bases orientadoras em relação ao paradigma desta pesquisa é o humanismo radical (CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011; CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2013).

Este estudo, portanto, utiliza o paradigma humanista radical ao tratar o processo metodológico como um processo em curso e, ontológica e epistemologicamente, como esse processo provoca mudanças no modo de ser dos sujeitos e na construção do conhecimento científico sobre a Amazônia brasileira.

Habermas (2012b) elabora críticas contundentes sobre a filosofia da linguagem e psicologia do comportamento, que se baseiam na relação "Sujeito/Objeto", numa perspectiva positivista, de racionalidade instrumental. A ontologia desta pesquisa parte da "Interação Sujeito/Sujeito" nos pressupostos da TAC e da ontologia ambiental, discutidas por Leff (2006), e busca em todo o processo de pesquisa uma relação entre pesquisador e os discursos analisados.

Habermas tem posicionamento contrário à predominância do Positivismo como filosofia de pesquisa da ciência (HAMEL, 2021). Freire (2019a) alega que a relação dialógica entre sujeitos se consolida pela comunicação e pela intercomunicação, o que se encontra na perspectiva da TAC que Habermas (2012a; 2012b) propõe. Nesse contexto, o pesquisador procura se relacionar de maneira horizontalizada com os discursos analisados na pesquisa em

uma perspectiva dialógica/dialética em relação ao conhecimento acadêmico e ao conhecimento empírico e teórico. A dialógica e a dialética são perspectivas que oportunizam o rigor e a crítica por parte do pesquisador (MACEDO, 2009).

Busca-se, em vista disso, realizar estudos sobre as esferas públicas e, nesse sentido, alinhar e aproximar os conhecimentos científicos dos conhecimentos tradicionais existentes no campo de pesquisa, utilizando-se de técnicas de coletas e análises dos textos, consideradas como um processo de aprendizagem intersubjetiva.

Esta pesquisa se apoia nos preceitos da gestão social que se pautam na articulação dos diferentes saberes e práticas dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. Considera-se como base os processos de formação de conhecimento que valorizam os diferentes saberes, acadêmicos e não acadêmicos, com suas diferentes formações e histórias de vidas (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2013; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2008). Nesse sentido, destaco a produção de conhecimento que fomentam o entendimento de como são estabelecidas as esferas públicas.

São nas práticas comunicativas cotidianas que as pessoas se relacionam umas com as outras com o objetivo de interagir de forma protagonista, formando uma opinião comum que poderá resultar na formação de esferas públicas temáticas (HABERMAS, 2012b). Busco, nesse contexto de significações, compreender como são formadas as esferas públicas nos textos analisados nos jornais investigados. Quando o pesquisador aborda as decisões tomadas na condução do processo de pesquisa e seu posicionamento e as relaciona com a dos sujeitos pesquisados, intenta demonstrar a superação entre o Positivismo e a opção pela intersubjetividade em todo o processo de construção do trabalho.

Freire (2019b) orienta a pensar a objetividade e subjetividade de modo que não existe uma sem a outra e, portanto, ambas não podem ser colocadas antagonicamente, já que só assim é possível compreender a realidade dos ambientes e sujeitos investigados. Para o autor (2019b, p. 54), "quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se "inserem" nela criticamente". Desse modo, o mais importante no contexto ontoepistemológico é o rigor e reflexividade utilizados em todo o desenvolvimento metodológico da pesquisa, principalmente, em relação às maneiras de como os as informações serão coletadas e analisadas. Nesse sentido, não posso romper com a minha vivência como pesquisador em relação aos discursos pesquisados, uma vez que minha história de vida se inicia e continua no contexto da Amazônia brasileira.

Esta pesquisa se ampara nos princípios qualitativos de interpretação de informações, se

fundamentada nas realidades construídas pelos discursos encontrados nos jornais investigados como meio para compreender a formação de esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira, com objetivo de identificar e caracterizar como essas esferas públicas influenciaram as políticas públicas no âmbito internacional, nacional e regional por meio de leis, decretos, relatórios da ONU, do governo federal e do Estado de Rondônia entre os anos de 2011 e 2020. Diante disso, a justificativa de Inocêncio e Favoreto (2020), que aconselham a necessidade de analisar de forma empírica a teoria habermasiana na perspectiva de gestão social, corrobora com as novas possibilidades dentro da própria abordagem qualitativa, tal qual se propõe realizar neste estudo.

A pesquisa qualitativa deve considerar o contexto histórico e cultural em que se realiza o processo investigativo para que se possa compreender a materialidade do ambiente e discursos dos sujeitos pesquisados (FARIA, 2015). Para a efetividade de uma pesquisa baseada na abordagem qualitativa, faz-se necessário buscar a totalidade complexa das atividades do ambiente pesquisado, envolvimento dos investigados como sujeito participante da pesquisa, o que supera a dicotomia entre sujeito e objeto numa perspectiva totalizadora (FREIRE, 2019a; GALEFFI, 2009).

Para Denzin e Lincoln (2006, p. 18), "a pesquisa qualitativa envolve o estudo de uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos [...] que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos".

A aplicação de pesquisas com base na abordagem qualitativa se consolida nos estudos em Administração (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011). Para Jonsen, Fendt e Point (2018), há a necessidade de se ampliar e consolidar as pesquisas qualitativas nos Estudos Organizacionais, o que justifica o uso dessa abordagem nesta investigação. Não obstante, é importante que, na aplicação dos métodos de pesquisas, no ambiente e na redação da tese estejam consolidadas algumas características da pesquisa qualitativa como: confiabilidade, reflexividade, validade, rigor e a forma de escrita que, para Oliveira e Piccinini (2009) e Latusek e Vlaar (2015), são elementos centrais em uma pesquisa qualitativa.

Shenton (2004), com base nos conceitos de Guba (1981) e Lincoln e Guba (1985; 1989), discutem quatro critérios de validade na pesquisa qualitativa: 1) credibilidade; 2) transferibilidade; 3) confiabilidade e 4) confirmabilidade. 1) Credibilidade: é um dos principais critérios da pesquisa qualitativa para alcançar a confiança no trabalho produzido. Para isso, é necessário adotar métodos de pesquisas bem estabelecidos que coadunam com o problema e a teoria investigados. 2) Transferibilidade: apesar de as pesquisas qualitativas terem como campo

um número pequeno de investigados, é necessário se ater à possibilidade de se transferir o estudo para outras pesquisas. Negligenciar ou postular a transferência na íntegra pode ser considerado um erro nas pesquisas qualitativas. 3) Confiabilidade: Nesse caso, é orientado ao pesquisador detalhar todo o processo de pesquisa aos leitores como se fosse um protótipo. 4) Confirmabilidade: é a busca da objetividade na pesquisa.

É importante que se tenha na escrita da pesquisa qualitativa a percepção do comprometimento e da criatividade do pesquisador para alcançar, em seus resultados, o rigor e a validade junto à comunidade científica (JONSEN; FENDT; POINT, 2018). A escrita é um ponto chave para que se possa aplicar os métodos qualitativos e trazer para o produto (texto) a essência da experiência no campo junto com os seus resultados de pesquisa. A escrita, na pesquisa qualitativa é, pois, difícil de ser feita, mas é necessário que seja produzida da melhor maneira para que os trabalhos qualitativos vençam os desafios de rigor e de validade científica. Por isso, a escrita da tese, resultado desta pesquisa, será desenvolvida com rigor e com a atenção devida às informações coletadas.

Para Galeffi (2009, p. 38),

> pensar rigorosamente o rigor na pesquisa qualitativa é compreender sua contrapartida complementar: a flexibilidade. Rigor e flexibilidade andam juntos na pesquisa qualitativa, porque o excesso de rigidez deve ser corrigido ou equilibrado com a flexibilidade, assim como o excesso de flexibilidade tem que ser corrigido com o tensionamento justo.

Rigor, para Macedo (2009, p. 75), "significa a busca da *qualidade* epistemológica, metodológica, ética e política, socialmente referenciadas, da pesquisa dita qualitativa". Para Cunliffe (2020), a reflexividade se relaciona com a capacidade de o pesquisador investigar o ambiente, no sentido amplo, suas identidades de maneira que seja possível desenvolver críticas profundas, o que permite interpretar a realidade de maneira mais precisa. Por conseguinte, a reflexividade e o rigor são pontos importantes para executar pesquisas qualitativas.

O trabalho de Jonsen, Fendt e Point (2018), sobre como preparar e utilizar a criatividade para conseguir o rigor e a validade em pesquisa constitui uma das tarefas mais árduas para o cientista qualitativo. É o desafio metodológico colocado para a elaboração desta tese, como nos apresenta Galeffi (2009, p. 37): "a resultante de uma pesquisa qualitativa constituída consistentemente é sempre uma combinação nova, um arranjo desconhecido em relação ao acervo já dado no passado da tradição na qual se inscreve a pesquisa".

A partir dessas considerações teórico-metodológicas sobre a natureza da pesquisa, a

orientação ontológica e epistemológica, procura-se, nas próximas seções, colocar em prática a análise contextual sobre a Amazônia brasileira, seu desmatamento e os discursos sobre essas temáticas apresentados nos jornais.

4.2. Análise dos discursos que consolidam as esferas públicas sobre desmatamento na amazônia brasileira

A agenda ambiental, a partir dos anos de 1990, torna-se ponto comum em todas as discussões internacionais, o que, consequentemente, colocou o Brasil e a Amazônia brasileira como pauta importante nos espaços comunicativos. Lavareda e Montenegro (2021) argumentam que o fortalecimento da consciência ambiental da população brasileira se consolida a partir das décadas finais do século XX e início do XXI, e que, além disso, percebe-se o aumento do o espaço dado aos temas ambientais nos meios de comunicação.

A partir desse contexto, cria-se uma nova ordem discursiva fortalecendo uma agenda comum entres os líderes de países, órgãos e movimentos sociais que representam a sociedade para o combate às desigualdades sociais e às agressões ambientais (MEIRELLES FILHO, 2021; DIAS, 2017), e, nesse contexto, a Amazônia brasileira é o ponto central das esferas públicas dentro dos debates ambientais e econômicos, pois o mercado é parte interessada nessas discussões e mudanças do comportamento social em relação às causas ambientais na Amazônia.

Destarte, justifica-se o período longitudinal escolhido para este estudo, entre os anos 2011 e 2020, período este quando se solidificam as discussões ambientais a partir da Eco-92, assim com a criação dos ODM/ODSs e de legislações e políticas ambientais por parte dos governos. Neste espaço temporal, foi possível realizar uma coleta em que se foi permitido encontrar as diversas nuances dos discursos e as mudanças de hegemonia entre as esferas públicas relacionadas ao desmatamento na Amazônia brasileira.

Nesse mesmo período também se constata que a sociedade civil assentou-se rapidamente, surgindo um número incontável de organizações ambientalistas e demais representações políticas por meio dos movimentos sociais organizados que começaram atuar nas questões relacionadas com o meio ambiente, energia, biodiversidade, águas, florestas, animais em extinção entre outros.

Essas organizações ambientalistas formam, atualmente, grupos de pressão em todos os níveis de organização política da sociedade: municipal, estadual e nacional; com atuação destacada em termos globais, participando de todos os fóruns sobre o tema, pressionando

governos, empresas, órgãos de financiamento entre outros, para alternarem suas políticas em prol de um desenvolvimento sustentável (DIAS, 2017).

Velásquez, Boas e Schwartzman (2006), ao discutirem os possíveis caminhos para a gestão de território na Amazônia, destacam a importância das organizações ambientalistas para intermediar as ações do Estado junto aos amazônidas. Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2012), ao analisarem a atuação das organizações ambientalistas como intermediárias na execução de políticas públicas para as comunidades localizadas na Amazônia e o Governo Federal, afirmam que essas organizações contribuem para o fortalecimento e compressão dos anseios das comunidades amazônidas para que as estratégias e ações das políticas públicas tenham êxito e interação entre a Sociedade e Estado.

O papel das organizações ambientalistas no combate ao desmatamento na Amazônia brasileira é primordial para a construção de políticas públicas, pois elas têm capacidade de influenciar os discursos por parte da Sociedade, Estado e Mercado (MEIRELLES FILHO, 2021; FRANCHINI; EVANGELISTA-MAUAD; VIOLA, 2020; SILVA; SIENA, 2020). Estes autores reconhecem que essas organizações saíram de participantes diretos das políticas públicas ambientais nos anos de 2010 para o papel de total irrelevância, conformea visão do atual governo federal (2018-2022).

Todos esses processos comunicativos e contextualização prévia sobre o território amazônico e sua constituição nos últimos anos permite entender que há um interesse por parte da Sociedade, do Estado e do Mercado nas discussões sobre as questões ambientais, o que institui o estabelecimento de esferas públicas sobre desmatamento em diversos setores, que serão discutidos nesta tese.

Para isso, a base de análise para a construção desta pesquisa fundamentou-se na aproximação e articulação entre a TAC e o conceito de esfera pública de Habermas e a ADC de Fairclough.

Esta tese se baseou nas análises de gêneros discursivos secundários, como as notícias publicadas nos jornais, nos relatórios sobre a ODM/ODS ONU/PNUD, decretos, leis e outros documentos oficiais publicados pelo governo federal e do estado de Rondônia durante o período pesquisado.

As normas ambientais, promulgadas pela União e estado de Rondônia, procuram estabelecer a preservação e a conservação ambiental - orientações que, em alguma medida, tem como objetivo diminuir os modos de exploração dos recursos naturais - tornam-se um desafio para que se tenham resultados positivos e, assim, garantam melhores condições de vida para as

gerações futuras (CRUZ, 2020).

A partir disso, foram utilizadas as categorias analíticas de atividade, relações sociais e tecnologias comunicacionais discutido por Habermas (2014; 2012) e Fairclough (2003).

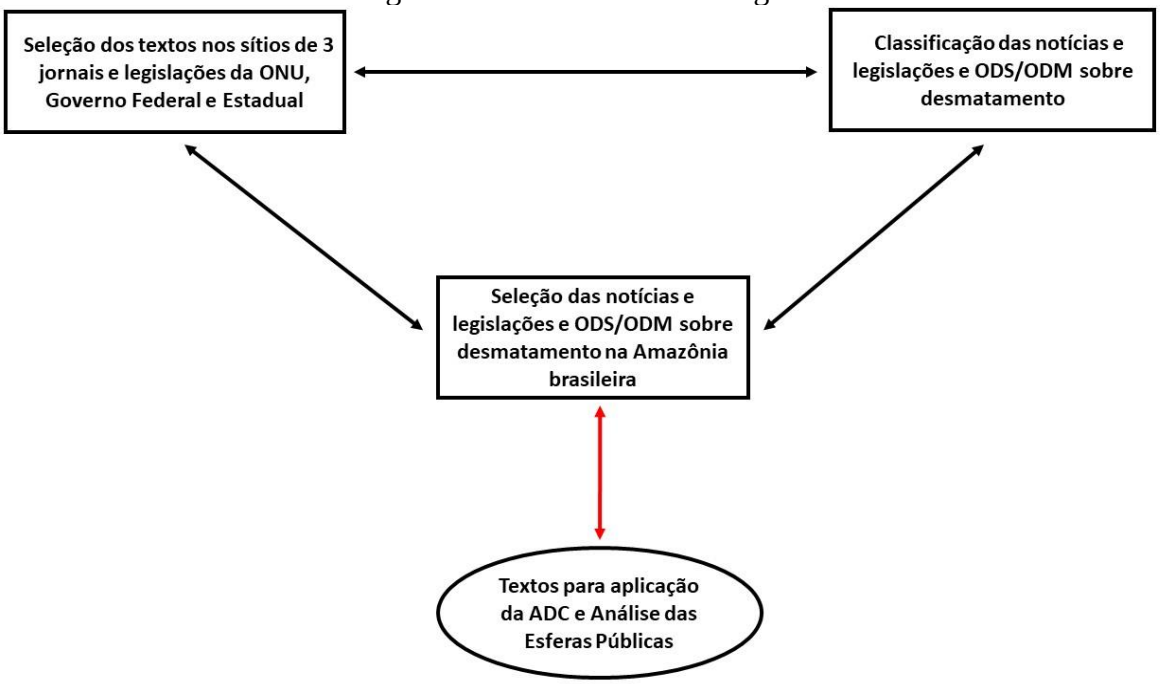
Reconhece-se que há diversos sujeitos sociais correspondidos nos discursos a serem analisados. Há a participação de representantes do setor público, da ONU, da iniciativa privada, das ONGs, dos ribeirinhos, quilombolas e trabalhadores rurais que se apresentaram na discussão sobre as esferas públicas relacionadas ao desmatamento na Amazônia brasileira.

Souza, Alcântara e Pereira (2018) alertam que, para a organização dos dados coletados, é relevante que se observe o contexto sócio-histórico; as questões ideológicas; as relações de poder em relação à capacidade de acesso do conteúdo publicado e a quem e para quem foi publicado e como se caracteriza as relações de poder entre o poder público a iniciativa privada e os amazônidas.

Compreende-se também que o desmatamento da Amazônia brasileira é considerado um importante tema não só dentro da Administração Pública, como da Administração, da Gestão Social, dos Estudos Organizacionais e Sociológicos, sendo que, conforme os autores citados, a temática discutida é importante, pois estabelece relações entre Sociedade, Estado e Mercado para a implementação de políticas públicas por meio da formação e consolidação de esferas públicas.

Apresenta-se, na Figura 10, desde a sua primeira etapa, o percurso metodológico da pesquisa, da classificação e escolhas dos textos que foram analisados por meio das reflexões da ADC e das análises das esferas públicas.

Figura 10 - Percurso Metodológico.



Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir dessas considerações, estão refletidos, separadamente, os procedimentos metodológicos de todo o processo de análise e seleção dos textos publicados nos jornais para o desenvolvimento desta tese.

4.3. Inventário das publicações dos jornais investigados

A imprensa se caracteriza neste trabalho por meio da escrita jornalística. Para Habermas (2012b), essa escrita se desenvolve na pós-modernidade e permite ao agir comunicativo se movimentar, de modo especial, quando se trata dos meios de comunicação concentrados na internet. Há um conflito entre a disparidade e a qualidade da distribuição do conteúdo discursivo exposto na mídia para os sujeitos desta pesquisa em relação à capacidade deles de acesso às informações. Esse conflito pode gerar um contexto discursivo em que a autonomia, doutrina e crítica são comprometidas para o leitor. Isso provoca o que Habermas (2012b) chama de "violência estrutural", pois ela acontece quando os meios de comunicação não estão sendo, de maneira equitativa, apropriados.

Gaissler, Andrade e Acquaro (2015) argumentam que, ao longo dos anos, entre a Eco-92 e a Rio+20 houve um avanço em relação às publicações e à cobertura ambiental dentro da imprensa tradicional, principalmente pelo surgimento de novos meios de comunicação como as

mídias sociais *Twitter, Facebook* e a imprensa *on-line,* permitindo, dessa forma, a ampliação da cobertura e a criação de novos meios de comunicação livres e específicos como o *Amazônia Real,* órgão de imprensa selecionado para esta pesquisa.

As representações da Amazônia perpetuada na mídia por meio de imagens e discussões são como uma região misteriosa, repleta de estórias relacionadas aos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas e também rica em recursos naturais (COLFERAI, 2009). Estas representações devem ser problematizadas ao apresentar a imagem deturpada sobre a realidade das diversas populações amazônicas e ir, além disso, até a importância de se preocupar com a degradação e diminuição da fauna e flora amazônica.

Para Silva e Colferai (2020), a imprensa continua a reproduzir a imagem de uma Amazônia mítica, o que dificulta o entendimento da realidade das populações da Amazônia por parte da Sociedade, Estado e Mercado em relação aos modos de vida dos amazônidas com os bens naturais amazônicos.

Carvalho (2009) reconhece o papel relevante da imprensa no processo de discussão e negociação das políticas ambientais para a formação da opinião pública, além de influenciar as esferas públicas com as narrativas tratadas em suas publicações sobre o desmatamento da Amazônia brasileira. Porém, a autora argumenta que a cobertura jornalística sobre desmatamento, por parte dos veículos investigados por ela, foi esporádica, os setores da sociedade que consomem esses jornais têm privilégios, pois se utilizam desses meios para influenciar e modificar a opinião pública. Aqui, apresenta-se a necessidade de se discutir e executar políticas públicas de democratização da comunicação.

A partir deste preâmbulo, apresenta-se, nesta parte do trabalho, o inventário de pesquisa, cujo objetivo consiste em descrever como se deram os processos de seleção dos jornais e critérios de escolhas dos textos cujos conteúdos transversalizavam a discussão de esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia.

A pesquisa dos discursos sobre desmatamento na Amazônia ocorreu em três jornais: um com perspectiva regional: O *Amazônia Real,* agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos com objetivo principal de publicar sobre a Amazônia e suas populações; outro, de ampla repercussão nacional, a *Folha de São Paulo,* um dos principais e mais tradicionais jornais do Brasil e, por fim, em um de perspectiva internacional, o *The New York Times*; considerado o jornal mais lido no mundo ocidental. Em todos eles foram analisados os discursos sobre desmatamento na Amazônia brasileira entre os anos de 2011 a 2020 e a influência das esferas públicas para as tomadas de decisões em relação às ações voltadas para o Desenvolvimento

Sustentável e Sustentabilidade no território amazônico.

A escolha desses jornais se deu pelos seguintes critérios: reconhecimento público e tradição e credibilidade junto à opinião pública; por serem veículos de imprensa que possuem um número significativo de acessos e assinantes, sendo, portanto, reconhecidos regionalmente, no caso do *Amazônia Real*; nacionalmente, *Folha de São Paulo* e mundialmente, *The New York Times* e ainda pela qualidade e quantidade dos materiais levantados nesses veículos de imprensa.

A escolha desses periódicos não se deu de forma aleatória. Foram estudadas, previamente, oportunidades de pesquisas que se concentraram em leituras e análises nos jornais *El País*, *Folha de São Paulo*, *The New York Times*, *The Guardian* e *Le Monde*, para se obter o maior número de informações e realizar a seleção mais adequada ao propósito da pesquisa, que é o de verificar a formação de esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira.

Nessa investigação, obteve-se mais de 14.000 matérias a partir da busca dos termos "Amazônia" ou "Amazon". A escolha desses termos se deu diretamente pela significância das palavras no sentido de representar as maiores possibilidades de identificação com a discussão da Amazônia no campo de busca dos sítios dos jornais, sendo que a maior parte do material identificado não se encaixava no escopo da pesquisa. Destaca-se que alguns dos veículos internacionais apesar de ter grande relevância e tradição na sociedade não apresentaram uma organização para a coleta das notícias publicadas sobre a Amazônia brasileira.

Para que se possa ter uma noção da quantidade e a distribuição do material jornalístico que foi levantado, foi construída a Tabela 1.

Tabela 1 - Textos produzidos pelos portais de notícias[2].

JORNAL	**NACIONALIDADE**	**QUANTIDADE DE NOTÍCIAS**
Folha de São Paulo	Brasil	1.338
Le Monde	França	1.071
The Guardian	Grã-Bretanha	589
El País	Espanha e América Latina	10.023
The New York Times	EUA	1.688
TOTAL		**14.120**

Fonte: Pesquisa realizada nos jornais citados (2020).

[2] Pesquisa realizada no dia 10 ago. 2020.

A pesquisa na *Folha de São Paulo* foi realizada da seguinte forma: acesso ao *link* de busca, selecionado "editorias", depois clique no título "ambiente" e, na função "pesquisar", digitada a palavra-chave "Amazônia".

Em relação aos jornais *Le Monde, El País* e *The Guardian,* digitada a palavra-chave "Amazônia" no *link* de busca dos seus respectivos sítios eletrônicos. Em relação ao *The New York Times,* a busca se deu da seguinte forma: acesso ao sítio eletrônico, digitada a palavra-chave "*Amazon*" e acessada a seção "Mundo".

Após o processo de análise e reflexão e leitura prévia das matérias encontradas, decidiu-se pela escolha destes três jornais: *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e *The New York Times*. Com a análise desse material, identificou-se que apenas o *The New York Times* e a *Folha de São Paulo* permitiam uma razoabilidade para se qualificar na pesquisa, mas apenas esses dois jornais não eram suficientes para sustentar a tese. Por isso, foi proposto pela orientação que fizéssemos novas buscas e análises para inserir um terceiro jornal na pesquisa. Diante disso, foram realizadas buscas de veículos de imprensas regionais, quando, primeiro foram pesquisados os jornais de Rondônia. Posteriormente, os veículos de circulação regional por toda Amazônia. Nesse sentido, foi que se notou possível refletir sobre a necessidade de investigar um jornal de circulação da Amazônia voltado para o jornalismo ambiental. Com estes procedimentos chegou-se a escolha do jornal *Amazônia Real,* completando os três jornais escolhidos.

Por fim, a partir da busca nos sítios dos jornais, na Tabela 2, relaciona-se a quantidade de matérias encontradas para se conhecer e verificar a distribuição do material jornalístico sobre a Amazônia brasileira e o contexto do seu desmatamento.

Tabela 2 - Número de textos produzidos pelos portais de notícias no período de 2011 a 2020.

JORNAL	**NACIONALIDADE**	**QUANTIDADE DE NOTÍCIAS**
Amazônia Real	Brasil	519
Folha de São Paulo	Brasil	951
The New York Times	EUA	163
TOTAL		**1.633**

Fonte: Pesquisa realizada nos jornais citados (2021).

A pesquisa no portal do *Amazônia Real* adotou o seguinte procedimento: digitada a palavra-chave "desmatamento" e contabilizada a quantidade de artigos públicos relacionados a essa palavra-chave. Já a pesquisa na *Folha de São Paulo,* o procedimento deu-se da seguinte

forma: acesso ao *link* de busca, selecionando "editorias", depois clique no título "ambiente" e, na função "buscar", digitada a palavra-chave "Desmatamento na Amazônia". Em relação ao *The New York Times*, o procedimento foi: acessado o sítio eletrônico, digitado a palavra-chave "*Amazônia*" no *link* procurar e selecionado o período da pesquisa, a princípio entre 2001 e 2020 para todos os jornais.

Em relação à justificativa do período de 2011 a 2020 para análise, além dos motivos já citados na seção anterior - que se vinculam à discussão sobre meio ambiente que mobilizou a sociedade civil, o poder público e o mercado -, a escolha também se deu pela quantidade de material disponível relacionados às palavras selecionadas para a busca e pela facilidade no acesso as informações e disposição das matérias publicadas nos portais eletrônicos dos respectivos jornais, já que começaram a disponibilizar as notícias sobre Amazônia em seus arquivos na internet a partir dos anos 2010, e se tivesse de buscar material impresso tornaria o processo de coleta complexo e inviável, o que comprometeria o prazo de execução da pesquisa, além da dificuldade de acesso a essas fontes durante a pandemia da Covid-19.

O Amazônia Real, por sua vez, só apresenta suas matérias de maneira digital em seu portal. A *Folha de São Paulo* e *The New York Times*, além de terem a edição imprensa, que é reproduzida na integra, atualizam as notícias momentaneamente em seus portais eletrônicos, o que se torna mais uma justificativa para a escolha desses jornais.

Definido o período de análise, entre 2011 e 2020, a quantidade de matérias encontradas ano a ano são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de textos produzidos por ano pelos portais de notícias, no período de 2001-2020.

JORNAL	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**TOTAL**
Amazônia Real			32	34	69	42	58	56	112	116	519
Folha de São Paulo	51	31	17	34	14	19	63	41	229	153	652
The New York Times	03	11	05	18	07	07	04	07	18	21	101
Total de Reportagens	**54**	**42**	**54**	**86**	**90**	**68**	**125**	**104**	**359**	**290**	**1.272**

Fonte: Pesquisa realizada nos jornais citados (2021).

A organização das leituras dos sítios se estabeleceu a partir da leitura prévia do título para identificar se a matéria estava relacionada com a temática da tese. O título para o

jornalismo digital é importante, pois tem como função chamar a atenção do leitor e orientá-lo em relação ao assunto/tema discutido, assim como apresentar, em síntese, o conteúdo da matéria. As matérias foram salvas a partir do acesso aos sítios dos jornais selecionados em formato *Portable Document Format* (PDF) e organizadas em pastas por ano e data. A partir dessa organização, foram lidas na integra, totalizando mais de 7.400 páginas apenas na primeira leitura de todas as reportagens.

A partir da leitura do título, se identificada a relação da matéria com a proposta da pesquisa, a notícia foi guardada em uma pasta, para, posteriormente, a reportagem ser lida na íntegra. Nesse arquivo, organizou-se uma pasta para cada jornal, a qual foi dividida em sub-pastas, conforme sequência: ano, reportagens selecionadas na primeira leitura, reportagens selecionadas na segunda leitura. Com estas pastas e sub-pastas, foi possível sistematizar melhor os dados para permitir a análise e organização das informações coletadas no *software* de análises de dados *MAXQDA* para, desse modo, orientar as reflexões discutidas nos capítulo 5 "Os Discursos Sobre o Desmatamento da Amazônia Brasileira no Período Entre 2011 e 2020" e 6 "Principais Argumentos das Estruturas Discursivas que Sustentam as Esferas Públicas Sobre Desmatamento da Amazônia".

A partir disso, concentrou-se na segunda fase do processo de análise que foi a da identificação, exclusão e seleção das reportagens, dividida em dois processos de leituras devido à complexidade e o volume de reportagens: na primeira leitura, com o contato inicial, com o material em sua integra, foram selecionados, dos 1.272 textos, 676 para a continuidade da pesquisa, que foram analisados a partir da revisão teórica da ADC de Fairclough, dos materiais da Agenda 2030 e das anotações e destaques das leituras sobre a TAC de Habermas. Após 40 dias da primeira leitura dos textos selecionados, foi dado início à segunda leitura das reportagens e, com isso, foram excluídas algumas matérias que não se relacionavam com a discussão sobre desmatamento e/ou Amazônia brasileira.

Os critérios para a exclusão das matérias foram os seguintes: i) relação com a discussão sobre a Amazônia; ii) identificar, a partir do título, se a matéria endereçava ao debate sobre a Amazônia brasileira; iii) identificar, a partir do título, se a matéria apresentava alguma menção ao desmatamento; iv) identificar se no decorrer da matéria se apresentava alguma discussão sobre desmatamento; v) identificar se havia algum trecho da matéria relacionado ao desmatamento na Amazônia brasileira. A partir destes critérios foi possível levantar as matérias que discutiam e/ou apresentavam elementos contribuitivos para a discussão do desmatamento na Amazônia brasileira. Ao final das fases de identificação, exclusão e seleção, restaram 629

textos jornalísticos (veja Tabela 4), processo este que serviu para o amadurecimento e aproximação de modo mais aprofundado com a temática principal da tese.

Tabela 4 - Número de matérias excluídas a partir das leituras.

JORNAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Amazônia Real			17	18	41	28	30	34	64	56	288
Folha de São Paulo	16	16	07	12	03	12	35	19	92	58	270
The New York Times	02	07	05	17	06	06	02	04	03	19	71
Total de Matérias Excluídas	**18**	**23**	**29**	**47**	**50**	**46**	**67**	**57**	**159**	**133**	**629**

Fonte: Elaborada a partir das análises da pesquisa (2022).

Em síntese, na primeira leitura, das 1.272 reportagens, foram excluídas das análises 596 matérias, restando, portanto, 676. Na segunda, foram feitas as leituras apenas dos textos não excluídos na primeira parte da seleção, momento este que foram excluídos mais 33 textos, restando para coleta 643 matérias das 1.272 identificadas, as quais seguiram para a fase de análise da pesquisa com a aplicação da ADC de Fairclough, separados em discussões sobre as esferas públicas do desmatamento na Amazônia brasileira e, especificamente, a rondoniense e o contexto que se relaciona com as discussões sobre o seu desmatamento em busca do atendimento ao problema e objetivos da tese.

A exclusão dessas 629 matérias se deu porque, em linhas gerais, não se adequavam ao propósito da tese, pois apresentaram discussões sobre a Amazônia latino-americana, desmatamento do cerrado, mata atlântica, pantanal e outros biomas do Brasil e do mundo, além de textos que discutiam de forma generalizadas questões ambientais nas mais variadas localidades.

Na Figura 11, sinteticamente, demonstra-se como foi estabelecida e estruturada as fases de identificação, exclusão e seleção das reportagens e dos veículos de imprensa.

Figura 11 - Fases de identificação, exclusão e seleção das reportagens.

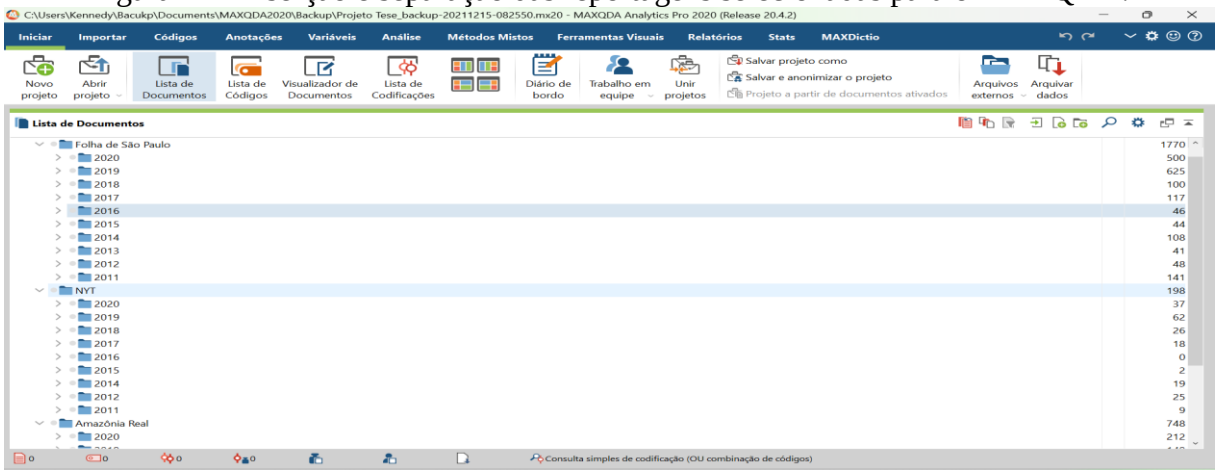
Fonte: Elaboração própria (2022).

Com o fito de melhorar o processo de sistematização e da análise dos discursos nas reportagens, foi necessário utilizar *software* de análises de dados que foi escolhido a partir de uma pesquisa em outras teses e dissertações, quando se selecionou o *MAXQDA* por permitir realizar análise discursiva e longitudinal. Conforme Silva e Gonçalves (2017), o *corpus* discursivo longitudinal é enriquecedor para o trabalho de pesquisa, e também pela melhor adaptação do pesquisador a esse *software* de análises de dados qualitativos.

4.3.1 Sistematização da coleta e análises das reportagens

Em relação a sistematização do *corpus* para a realização das análises dos discursos foi realizada a seguinte operação com base no *MAXQDA*: a) As reportagens selecionadas nos jornais foram separadas por jornal e ano como apresentado na Figura 12.

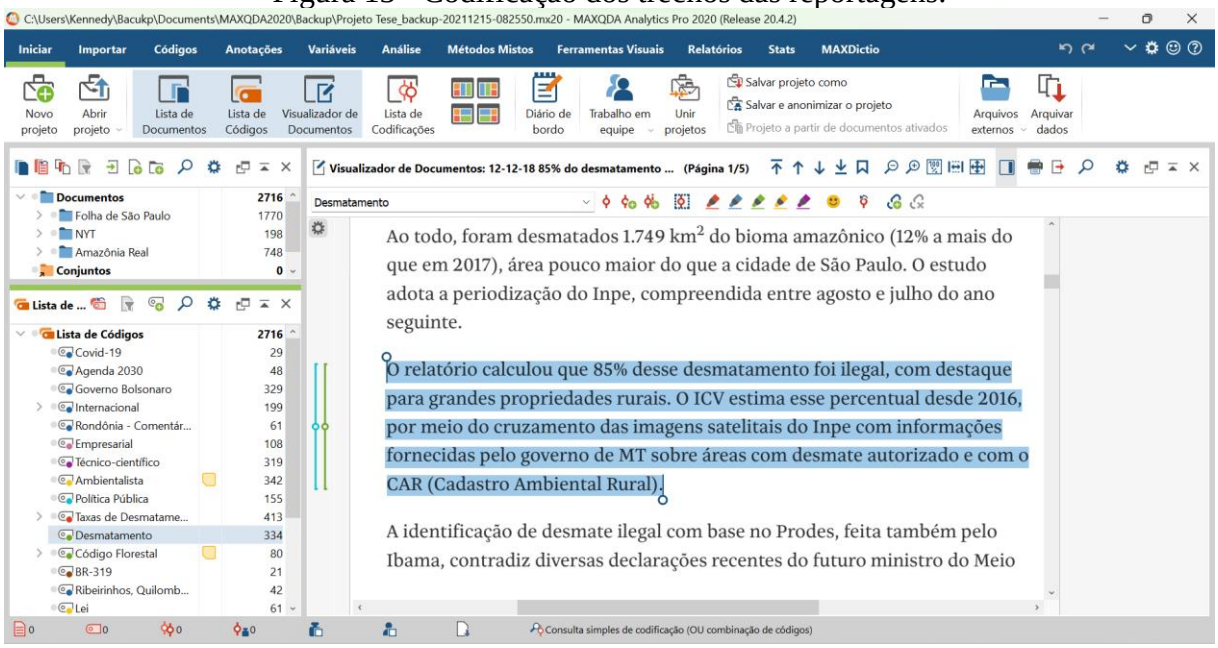
Figura 12 - Inserção e separação das reportagens selecionadas para o MAXQDA.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações estruturadas no *MAXQDA* (2021)

Em seguida da seleção das reportagens, elas foram lidas e, posteriormente, criados códigos a partir dos trechos selecionados nas reportagens que se relacionavam com as discussões das estruturas discursivas, como, por exemplo, o que é apresentado na Figura 13.

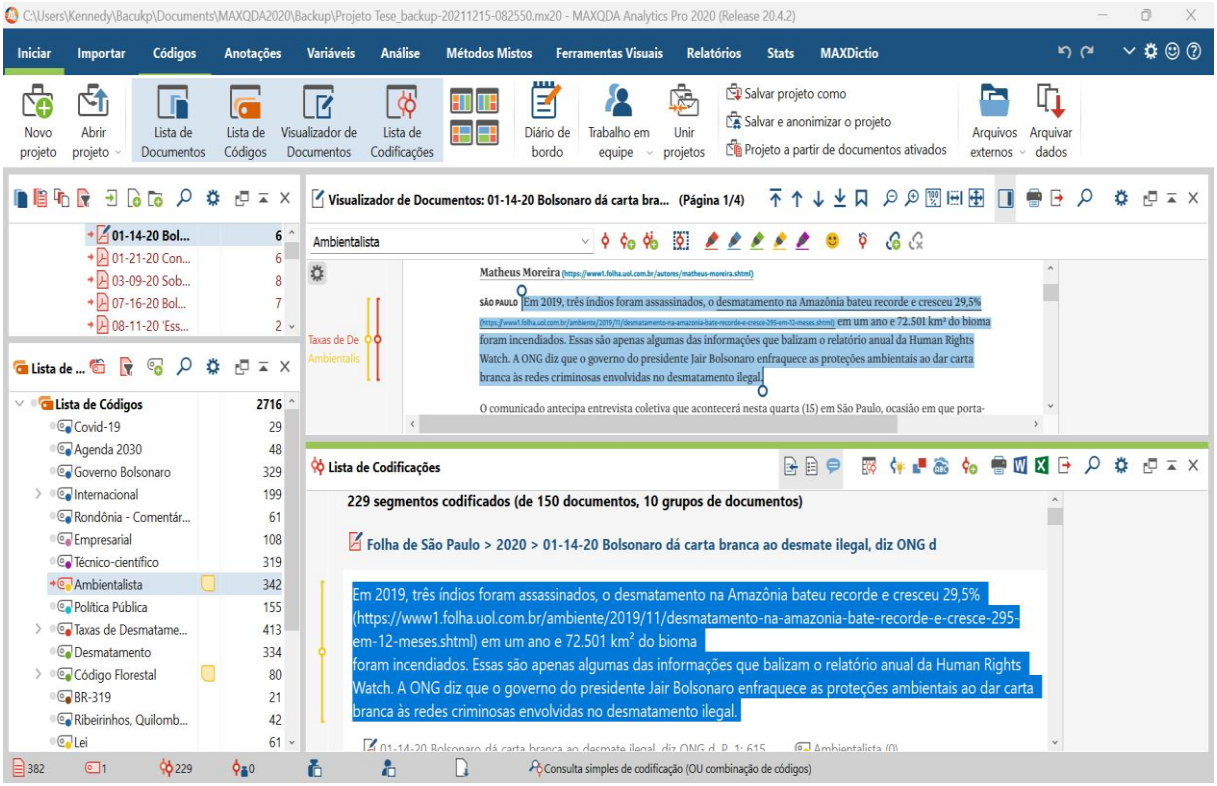
Figura 13 - Codificação dos trechos das reportagens.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações estruturadas no *MAXQDA* (2022).

O sistema possibilitou que fosse realizada a seleção dos trechos selecionados e que fosse possível correlacionar às estrurturas discursivas selecionadas e ao jornal selecionado, sendo que esta operação facilitou o processo de análise e de construção da ADC a partir da operação e organização do segmento codificado com a sua respectiva estrutura discursiva e do jornal, conforme exemplificado na Figura 14.

Figura 14 - Seleção e análise dos segmentos codificados, estrutura discursiva e jornal.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações estruturadas no *MAXQDA* (2022).

Desta forma, o sistema *MAXQDA* foi primordial para a possibilidade de fazer o trabalho com tamanha quantidade de informações e textos a serem analisados. Foi possível, a partir do sistema, categorizar e sistematizar os discursos apresentados nas reportagens analisadas nos jornais investigados. Nas próximas três subseções são apresentadas como se deu a organização das notícias, bem como a estrutura de análise específica de cada jornal.

4.3.2. A publicação de notícias no *Amazônia Real*

O *Amazônia Real*, financiados pela Fundação Ford e com diversos prêmios nacionais e internacionais pelo seu trabalho jornalístico, é um portal de notícias direcionado às publicações voltadas às discussões da Amazônia e pratica um jornalismo colaborativo, investigativo. O jornal, com sede em Manaus-AM, foi fundado em 2013 por duas jornalistas, Katia Brasil e Elaíze Farias e contou com a participação de diversos parceiros jornalistas reconhecidos nacional e internacionalmente, além de uma rede de jornalistas residentes em todos os Estados da Amazônia Legal. Tem como perspectiva e alinhamento editorial a busca à defesa da democratização e da liberdade de imprensa no tocante às histórias das populações amazônidas

que ficam à margem dos olhares dos grandes veículos de imprensa.

Além das pautas direcionadas aos povos amazônidas, a agência tem como propósito fortalecer aquelas direcionadas ao combate à violência contra mulheres e à comunidade de lésbicas, gays, bi, trans/queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agenêro, pan/poli, não-binárias e mais (LGBTQIAPN+) entre outras pautas identitárias marginalizadas pela Sociedade em geral. Essas características fazem com que o *Amazônia Real* se torne um veículo necessário a ser investigado nesta pesquisa.

Para melhor sistematização e publicidade dos dados analisados no material coletado no portal do *Amazônia Real*, apresenta-se na Tabela 5 a quantidade de matérias publicadas que se relacionam com a discussão sobre o desmatamento na Amazônia, desde a abertura do portal (em 2013) até o dia 31 de dezembro de 2020.

Em uma primeira leitura, dos 519 textos levantados, foram excluídos para prosseguimento da análise, 265 reportagens, porque tratavam de discussões sobre esportes, cultura e conflitos não relacionados aos propósitos da tese. Dessa exclusão, resultou, para análise seguinte, 254 trabalhos. Diante da quantidade excessiva de conteúdo, foi necessário realizar uma segunda leitura dos textos selecionados. Com a primeira leitura dos textos dessa segunda seleção, foi possível se familiarizar com as discussões contidas nas reportagens, o que garantiu maior segurança nas análises e a criação de categorias temáticas, que foram posteriormente aprofundadas.

Tabela 5 - Resumo quantitativo das notícias publicadas no *Amazônia Real*.

	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**TOTAL**
MATÉRIAS COM "DESMATAMENTO" NO TÍTULO	05	01	03	01	03	01	06	17	37
MATÉRIAS COM "DESMATAMENTO" NO DECORRER DO TEXTO	27	33	66	41	55	55	106	99	482
QUANTIDADE DE MATÉRIAS	32	34	69	42	58	56	112	116	519
MATÉRIAS SELECIONADAS	**15**	**16**	**28**	**14**	**27**	**22**	**48**	**60**	**230**

Fonte: Pesquisa realizada nos jornais citados (2021).

Com base nas duas leituras, foram selecionadas 230 reportagens para análises sistemáticas que foram para etapa seguinte. Essas matérias tratam de discussões sobre o Código

Florestal, críticas ao governo Bolsonaro, conflitos agrários, discussões internacionais, Covid-19 entre outros assuntos relacionados ao desmatamento na Amazônia brasileira, o que foi considerado para as etapas posteriores desta pesquisa como categorias de análises das esferas públicas.

No entanto, ao analisar os textos na primeira etapa, verificou-se o aumento das publicações sobre desmatamento no portal *Amazônia Real*. A partir das leituras dos textos da Tabela 1 e por meio da ADC de Fairclough foram selecionados os textos que estão relacionados com as discussões sobre o desmatamento da Amazônia.

4.3.3. A publicação de notícias na *Folha de São Paulo*

O jornal *Folha de São Paulo*, fundado em 1921, é considerado um dos mais influentes e tradicionais do Brasil. Desde a década de 1980, é o mais vendido no país e tem como um de seus principais valores seu projeto editorial, que busca equilíbrio entre informação factual investigativa e jornalismo de opinião, considerando a pauta ambiental em suas publicações produzida por jornalistas especializados na área.

Carvalho (2009), que pesquisou em seus estudos a *Folha de São Paulo*, reconhece que foi o jornal que mais publicou matérias sobre desmatamento na Amazônia brasileira e que em sua medida destacou as ações governamentais de combate ao desmatamento e aos conflitos discursivos que permeiam a falsa dicotomia entre ambientalismo e economia. A autora tece algumas críticas aos jornais brasileiros que investigou. No entanto, enaltece a mudança de postura editorial da *Folha de São Paulo* ao dar maior importância as pautas ambientais que os demais jornais analisados e, nesse sentido, apoiamo-nos nos resultados da pesquisa da autora para justificar a escolha deste veículo de comunicação para esta tese.

Silva e Colferai (2020), ao identificar a representação social do estado de Rondônia realizada pelo jornal *Folha de São Paulo*, afirmam que este veículo de imprensa é um dos mais importantes do país e cobre todos os Estados da nação. Com isso, tem como um dos temas da sua vasta cobertura jornalística o estado de Rondônia e a Amazônia brasileira em todas as suas especificidades e temáticas.

Conforme estudos de diversos pesquisadores na área de Comunicação, a *Folha de São Paulo* procura impor as suas narrativas e influenciar a opinião pública, mesmo o jornal afirmando que não trabalha desta maneira. Esse formato editorial resulta em interferências políticas, número baixo de entrevistas e falta de pluralidade de opiniões no material jornalístico

disponibilizado para os seus leitores (SILVA; COLFERAI, 2020).

Apesar dessas críticas, o jornal contribui para a opinião pública e, consequentemente, para o incentivo de esferas públicas nos mais variados assuntos dentro do Brasil pela sua capacidade de circulação e acesso em todo país.

Em relação ao material coletado para a análise a ser realizada nesta pesquisa, a Tabela 6 traz a síntese da quantidade de material coletado, um total de 652. A busca foi realizada a partir da palavra-chave "Desmatamento na Amazônia" em "editoriais – ambiente" no sítio do portal. Na primeira leitura, foram separados 391 trabalhos e, partindo do mesmo pressuposto de se realizar uma segunda leitura, como foi feito nas reportagens do *Amazônia Real*, foram excluídas nove reportagens e definidas algumas categorias/tópicos para a análise, restando, 382 para serem analisadas.

Tabela 6 - Resumo quantitativo das notícias publicadas na *Folha de São Paulo*.

	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**TOTAL**
QUANTIDADE DE MATÉRIAS	51	31	17	34	14	19	63	41	229	153	652
MATÉRIAS SELECIONADAS	**35**	**15**	**10**	**22**	**11**	**7**	**28**	**22**	**131**	**101**	**382**

Fonte: Pesquisa realizada no jornal Folha de São Paulo (2021).

Nota-se, na Tabela 6, que, ao longo dos anos, houve um crescente número de matérias publicadas sobre desmatamento na Amazônia. Destaca-se o ano de 2019 com maior número de publicação, e 2020 como segundo ano de maior publicação, desde 2007. Os anos de 2019 e 2020 representam sozinhos 60,73% de todas as matérias publicadas nos anos selecionados para a coleta. Na primeira leitura, foram excluídas 261 reportagens e, na segunda, 9 que, no geral, tratavam de temas não correlatos com a proposta de pesquisa da tese. Já as 382 reportagens selecionadas para análise concentram as suas discussões sobre a Rio+20, Código Florestal, críticas ao governo Bolsonaro e sua relação com a proteção da Amazônia e conflitos com lideranças internacionais, índices de desmatamento, discussão sobre a demissão de Ricardo Galvão do INPE, Covid-19, entre outros assuntos relacionados ao desmatamento, o que foi considerado para etapas posteriores desta pesquisa como categorias de análises das esferas públicas.

Considera-se aqui, a partir das reflexões de Franchini, Evangelista-Mauad e Viola

(2020), que este aumento nas publicações nos anos de 2019 e 2020 tanto na *Folha de São Paulo* quanto no *Amazônia Real* é reflexo da atuação das esferas públicas na Sociedade, Estado e Mercado devido ao discurso negacionista do atual governo federal em relação às políticas ambientais e às mudanças climáticas.

4.3.4. A publicação de notícias no *The New York Times*

O *The New York Times* é um jornal de suma importância para este trabalho, pois, através de suas publicações, é possível observar como é a representação discursiva sobre o desmatamento da Amazônia brasileira no âmbito internacional. É um jornal reconhecido e premiado mundialmente em diversas categorias jornalísticas.

Ao analisar a cobertura jornalística nos editoriais sobre o Brasil no período da Ditadura Militar entre 1964 e 1985, Itagyba (2013) relata o histórico e a influência política desse jornal desde a sua fundação em 1851 nos EUA e no mundo, perpassando por momentos históricos como a Primeira Guerra Mundial, Guerra Civil Espanhola, Revolução Cubana e Guerra Fria e que, ao longo do tempo, apresentou incoerências em seus posicionamentos e decisões editoriais que não afetaram a sua influência nas esferas públicas.

Na Tabela 7, essão apresentados o resumo quantitativo de material publicado no *The New York Times.*

Tabela 7 - Resumo quantitativo das notícias publicadas no *The New York Times*.

	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**TOTAL**
QUANTIDADE DE MATÉRIAS	03	11	05	18	07	07	04	07	18	21	101
MATÉRIAS SELECIONADAS	**01**	**05**	**00**	**01**	**01**	**01**	**02**	**02**	**10**	**08**	**30**

Fonte: Pesquisa realizada no jornal *The New York Times* (2021).

Ao analisar o quantitativo de 101 matérias publicadas, identificou-se que, no ano de 2014, foi encontrado um número elevado de publicações, em relação aos anos de 2014 a 2018. No entanto, ao analisar os títulos e conteúdo das matérias justifica-se este número por serem matérias relacionadas à realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, no Brasil, sobre cultura, ciência e Amazônia sul-americana. Também se percebe o aumento de publicações

relacionados à Amazônia nos anos de 2019 e 2020, reflexo da quantidade de discursos que circulam sobre esse território, nesses dois anos.

Foi realizada a leitura de todas as matérias identificadas na fase anterior da pesquisa e, como nos demais materiais, foi realizada uma segunda. Nesse segundo momento, fez-se a exclusão de uma matéria, restando 30 reportagens que, especificamente, tratam de esferas públicas sobre as Amazônias brasileira. Destaca-se que, entre essas notícias, apenas o ano de 2013 não teve nenhuma matéria selecionada para a análise e o ano de 2019, com 10, apresentou o maior número de matérias. Os textos selecionados para análise concentram as suas discussões sobre mudanças climáticas, Código Florestal, críticas ao governo Bolsonaro entre outros assuntos relacionados ao desmatamento, o que foi considerado para etapas posteriores desta pesquisa.

Diante das análises realizadas nos jornais investigados, foi possível considerar que havia publicações suficientes para que se pudesse realizar a condução deste trabalho, de modo que fosse possível confrontar as decisões sobre desmatamento na forma de resoluções, leis, normas e regulamentos ou políticas públicas no âmbito da ONU, do governo federal brasileiro e do governo estadual de Rondônia ao longo dos últimos vinte anos. Para que se pudesse organizar e esquematizar as análises dos discursos dos sujeitos foram tratadas as Estruturas Discursivas que formam as esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira, o que é apresentado na próxima seção.

4.4. Estruturas discursivas das esferas públicas sobre desmatamento da amazônia brasileira

As estruturas discursivas que formam as esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira são as seguintes: i) *Política Pública* – discursos argumentativos pautados nas políticas públicas que se relacionam com o poder público no âmbito federal, estadual e municipal, cujo objetivo esteja voltado para evitar o desmatamento e suas consequências; ii) *Empresarial* – discursos argumentativos sobre o desmatamento proferidos pela classe empresarial, sejam empresários individuais ou associações e representações desses setores, envolvida em atividades de mineração, indústria madeireira, agronegócios de *commodities* e a pecuária; iii) *Ambientalista* – discursos argumentativos das organizações ambientalistas, representações indígenas, de ribeirinhos, de amazônidas em relação ao desmatamento; iv) *Técnico-científico* – discursos fundamentados nas razões técnicas e científicas e

institucionalizados pelos centros de pesquisas e universidades.

Essas estruturas discursivas foram identificadas a partir da leitura das matérias selecionadas nos jornais investigados, tomando como referência teórica o estudo de Habermas (2003, p. 46) sobre a Mudança Estrutural da Esfera Pública e, especificamente, ao tratar das instituições da esfera pública: "a esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade". Portanto, consideram-se essas estruturas discursivas como representativas dos discursos argumentativos que se contrapõem publicamente no processo de formação da opinião pública e, por conseguinte, das esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira.

Neste processo de pesquisa, foi possível identificar outras temáticas relevantes e correlacionadas ao desmatamento, tais como: Código Florestal, biodiversidade, mudanças climáticas, usinas hidrelétricas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares e conflitos agrários. Em todas essas temáticas, percebeu-se a relevância da discussão da Amazônia brasileira.

Em relação à *Política Pública*, são considerados os discursos estabelecidos pelos órgãos públicos como Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, Secretarias Municipais do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), FUNAI, INPE, políticos federais, estaduais e municipais com mandatos vigentes. Nesta estrutura, são apresentados os argumentos materializados nas políticas públicas, ou mesmo na ausência delas, em relação ao desmatamento da Amazônia brasileira.

Os discursos argumentativos da Classe *Empresarial* são representados pelas ações dos grandes e médios fazendeiros, multinacionais do ramo do agronegócio e de outros setores da economia, construtoras de grandes obras na região amazônica, industriais e suas organizações representativas. Esta estrutura institucionalizada do discurso empresarial tem como objetivo analisar os argumentos de natureza mercadológica dos recursos ambientais. Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020) argumentam que há, por parte dos setores, que são representados e se enquadram nesta categoria, a incumbência de influenciar e direcionar as políticas públicas voltadas para o (des) "controle do desmatamento".

No que diz respeito aos discursos da estrutura *Ambientalista*, são retratados aqueles provenientes dos representantes das organizações ambientalistas diretamente vinculadas à Amazônia brasileira e das organizações internacionais, de representantes dos movimentos ambientalistas, dos povos indígenas, agricultores, ribeirinhos e quilombolas. Esta estrutura institucionalizada tem como objetivo apresentar a defesa do meio ambiente frente aos interesses

do mercado nas atividades econômicas de exploração dos recursos naturais. Para Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020), os discursos institucionalizados nesta estrutura buscam influenciar as ações do Estado no sentido de controlar e normatizar os interesses e comportamentos do Mercado.

Por fim, a estrutura *Técnico-científica*, cujos argumentos estão fundamentados nos estudos científicos em relação às causas e aos efeitos do desmatamento na Amazônia brasileira. São descritas as posições dos estudiosos renomados das ciências humanas, exatas, sociais, sociais aplicadas, engenharias e tecnológicas de diversos centros e institutos de pesquisas e universidades do país e no âmbito internacional que pesquisam sobre a Amazônia brasileira.

Para prosseguir no processo de análise e organização das informações coletadas por meio dessas estruturas, seus argumentos convergentes e divergentes encontrados nos jornais pesquisados foi realizada uma triangulação para a análise dos documentos analisados que será abordada a seguir.

4.5. Triangulação e análise dos documentos

Em se tratando da análise de documentos, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) consideram que a utilização de documentos é um procedimento de pesquisa baseado em métodos e técnicas para análises que possibilitem compreender os diversos tipos de documentos. Os autores apresentam elementos que justificam a importância da utilização das análises de documentos em pesquisa organizacionais, pois a aplicação desse método como procedimento de coleta de informações permite a contextualização histórica das organizações e a evolução sociocultural dos indivíduos.

Os autores ainda orientam que, para realizar uma análise documental, é essencial: 1) na avaliação preliminar do documento, compreender o contexto histórico em que se permeou a construção do documento; 2) conhecer o perfil dos autores para compreender a maneira mais adequada do que trata o documento e sua credibilidade; 3) precaver-se e verificar a confiabilidade e autenticidade do documento, se o autor coletou as informações em primeiro documento ou quem eram os sujeitos que transcreveram os documentos; 4) observar a natureza do texto e 5) compreender a lógica do documento, por meio do entendimento da linguagem textual.

Na etapa da análise documental, esses mesmos autores articulam que é indispensável produzir ou reelaborar conhecimentos para a compreensão do fenômeno a partir da seleção dos

documentos e se baseiam em métodos rigorosos de reflexividade que envolvem investigar características divergentes de maneira que possam ser relacionadas. O pesquisador deve sempre revisar o material e para enriquecer seu campo de análise e, assim, possibilitar o aumento de sua capacidade de interpretação dos documentos.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) explicitam que a pesquisa documental em sua maior parte é formada por material escrito, que pode ser caracterizado como documento. O uso da pesquisa documental está relacionado à pesquisa histórica, pois esse tipo de pesquisa tem como intenção a reconstrução crítica das informações, o que gera novas inferências sobre o futuro. Ainda sobre a pesquisa documental, salientam que ela é fundamental para a construção de novos conhecimentos e possibilita aos investigadores organizacionais a compreensão dos fenômenos organizacionais.

A perspectiva histórica possibilita o entendimento do ambiente pesquisado, propicia ao pesquisador um campo de análise profunda, pois, por meio da perspectiva histórica, compreende-se de maneira mais rigorosa os pressupostos da construção e atuação dos sujeitos e atores do ambiente investigado (FERREIRA, 2010; COSTA; BARROS; MARTINS, 2012; CORAIOLA, 2012). A proposta de perspectiva histórica e documental vem subsidiar os pesquisadores com uma abordagem mais comprometida com a epistemologia, ontologia e metodologia para a prática da teorização nas investigações organizacionais.

Neste trabalho, a pesquisa documental e a pesquisa histórica, apesar de serem métodos de pesquisas com características e abordagens diferentes, são tratadas de forma conjunta por entender que convergem em muitas de suas proposições e no contexto de aplicação nos estudos organizacionais. Parte-se do princípio de que não há como realizar uma pesquisa histórica com qualidade sem uma pesquisa documental.

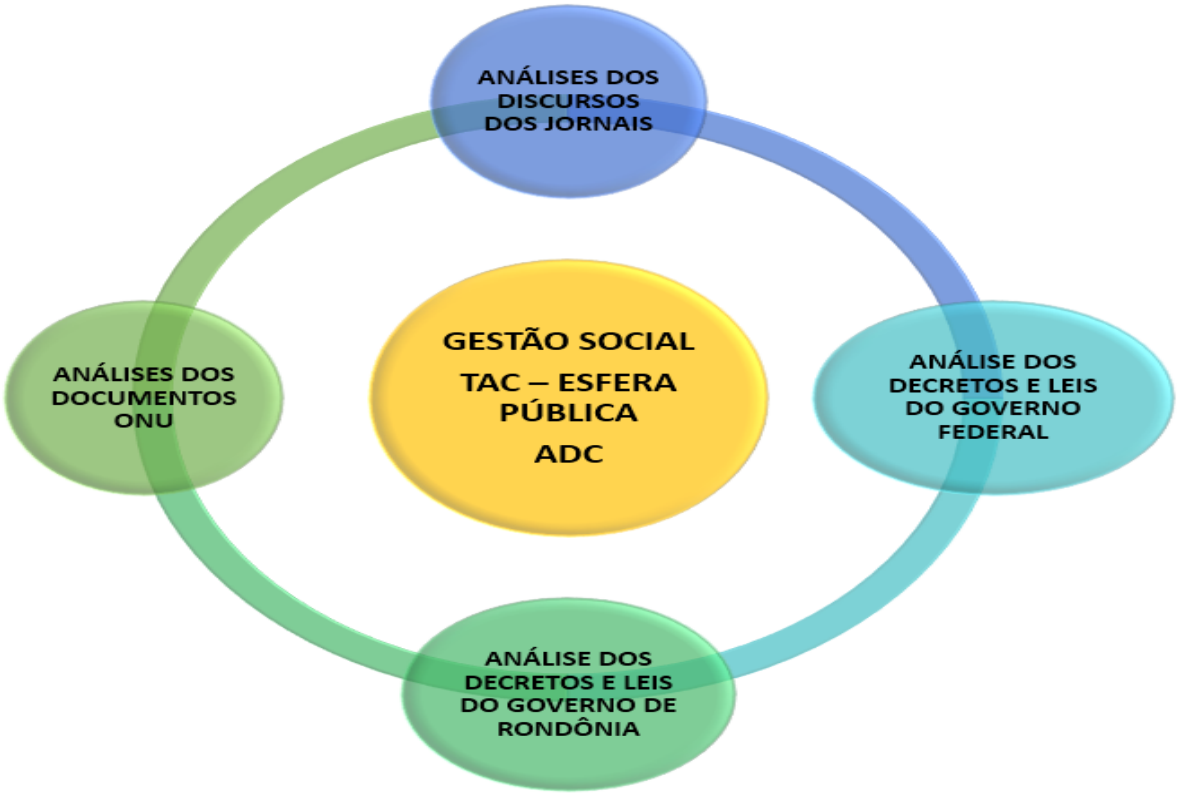
Reiterando que os *lóci* desta tese são o desmatamento na Amazônia brasileira e rondoniense, em alguns dos principais jornais do mundo. Foram selecionadas para as pesquisas reportagens e documentos entre os anos de 2011 a 2020, que contribuíram discursivamente para a formação e consolidação de esferas públicas sobre desmatamento do território amazônico e como essas esferas públicas influenciam nas tomadas de decisões para a criação de políticas públicas no âmbito internacional, nacional e estadual.

Cada jornal selecionado foi pesquisado de modo que se pudesse triangular informações com os demais textos analisados e que assim fosse atendido o rigor e reflexividade exigidos numa proposta que se baseia na Gestão Social, na TAC de Habermas e nas discussões de esferas públicas por meio da ADC de Fairclough.

A análise e a interpretação das informações ocorreram de forma concomitante e circular, em consonância com a dinâmica de coleta e de análise das informações e correlacionada com o referencial teórico sobre Gestão Social, TAC, principalmente sobre as discussões de Esfera Pública, e ADC. O processo reflexivo e o processo de formações sobre as esferas públicas e a sua influência na tomada de decisões nas políticas ambientais se deu com base na articulação de pesquisa histórica documental proposta por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).

Por fim, a análise se configurou na forma triangulada com base nas informações dos órgãos investigados e dos jornais como demonstrada na Figura 15.

Figura 15 - Triangulação para análise das informações.



Fonte: Produzido a partir das reflexões sobre os procedimentos metodológicos.

Após a explanação da metodologia e construção do trabalho, no próximo capítulo estão a consolidação das análises das resoluções da ONU relacionadas aos ODMs/ODSs, as leis, decretos e resoluções da União e do estado de Rondônia, o que se caracteriza como o princípio das análises e discussão dos resultados desta tese.

5. ANÁLISES DOS ODMs/ODSs, DAS LEIS FEDERAIS e DO ESTADO DE RONDÔNIA

São apresentadas neste capítulo, as resoluções dos ODMs/ODSs da ONU, as leis, decretos e resoluções emitidas pelo governo federal, pelo governo estadual de Rondônia relacionadas aos discursos que fundamentaram a consolidação das esferas públicas sobre os desmatamentos na Amazônia brasileira.

5.1. Análises sobre os Objetivos do Milênio e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os ODM/ODS surgiram a partir de uma reunião dos países outorgada pela ONU, no ano de 2000, com o objetivo de diminuir a desigualdade e ampliar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, principalmente daqueles que apresentaram os piores resultados em relação às deficiências sociais, econômicas e ambientais (IPEA, 2004; DIAS; FIGUEIREDO; FARIAS, 2021). Para Cruz (2020), é primordial a compreensão por parte das organizações, poder público e sociedade sobre os ODM/ODS, seu alinhamento em relação à conjuntura social, econômica e ambiental para que se possa configurar novas leis e práticas institucionais de maneira compartilhada entre esses sujeitos sociais e, assim, ser possível obtenha benefícios para a Amazônia brasileira.

Dias, Figueiredo e Farias (2021) justificam em seu trabalho sobre as estratégias de implementação da Agenda 2030 e dos ODS, por meio das atividades de extensão no ensino superior, que os ODM/ODS são estudados por diversos pesquisadores distribuídos em várias áreas do conhecimento dada a importância da efetivação de políticas públicas voltadas para a execução e atendimento da Agenda 2030. Nesse contexto, esta tese no campo da Administração se aproxima dessa discussão apresentada pelos autores e tem por objetivo participar do processo de investigação sobre os ODM/ODS.

Para que os países pudessem implementar, executar e atender as orientações dos ODM/ODS foram criadas resoluções e decisões, quais sejam: Resolução da 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU, Resolução da 65ª sessão da Assembleia Geral da ONU de 22 de setembro de 2010, Resolução da 63ª sessão da Assembleia Geral da ONU de 18 de fevereiro de 2009, Resolução da 62ª sessão da Assembleia Geral da ONU de 19 de dezembro de 2007 e a Resolução da 61ª sessão da Assembleia Geral da ONU de 20 de dezembro de 2006.

A princípio, foram criados oito ODMs que procuravam, em linhas gerais, orientar, traçar metas e indicadores para auxiliar os municípios, estados e países na busca pela dignidade da vida humana e cidadania. Os ODMs foram assim estabelecidos: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome do mundo; 2) educação básica de qualidade para todos; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a aids, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (ROMA, 2019; BRASIL, s.d.; IPEA, 2004).

No Quadro 3, são apresentados os ODMs e as suas respectivas metas que foram estabelecidas entre 1990, por meio de dados coletados a partir daquele ano, até o de 2015.

Quadro 3 - ODMs e suas metas.

ODMs	Metas
1) Erradicar a extrema pobreza e a fome do mundo	1) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar ppc por dia
	2) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome
2) Educação básica de qualidade para todos	3) Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino
3)Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	4) Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015
4) Reduzir a mortalidade infantil	5) Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade
5) Melhorar a saúde das gestantes	6) Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna
6) Combater a aids, a malária e outras doenças	7) Até 2015, ter detido a propagação do hiv/aids e começado a inverter a tendência atual
	8) Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual
7) Garantir a sustentabilidade ambiental	9) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais
	10) Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário
	11) Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários
8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento	12) Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório
	13) Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos
	14) Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
	15) Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo
	16) Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo
	17) Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento
	18) Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicações

Fonte: Adaptado com base em Brasil (s.d.) e IPEA (2004).

Os ODMs e suas metas não se relacionam diretamente com o desmatamento da Amazônia, é necessário analisá-los e entender quais se aproximam da discussão sobre o desmatamento, ou seja, os ODMs 6) combater a aids, a malária e outras doenças e 7) garantir a sustentabilidade ambiental e suas respectivas metas. É reconhecido que no Brasil houve uma redução das taxas de desmatamento da Amazônia brasileira de 83,5% entre os anos de 2004 a 2012 (ROMA, 2019).

Ao longo dos anos, os ODMs estabeleceram algumas melhorias para a sociedade em todo o mundo. No entanto, alguns índices tiveram que ser remodelados e ampliados. Em 2012, foi discutido na Rio+20, com a presença de diversos países para a avaliação dos ODMs, uma proposta para implantar a partir de 2015, que, após dois anos de estudos, consolidaram-se nos ODS, chamando uma nova agenda para os anos de 2015 a 2030. Um dos propósitos desta nova agenda conhecida como Agenda 2030 é o de "não deixar ninguém para trás" (ROMA, 2019; IPEA, 2018). É importante salientar que ao término do ciclo dos ODMs em 2015, o Brasil obteve bons resultados relacionados às metas estabelecidas (COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNODS), 2017).

O processo histórico da criação dos ODM e justaposição dos ODS perpassa pelas discussões evidenciadas desde a Conferência de Estocolmo em 1972, Eco-92, Protocolo de Kyoto, Rio+10 e Rio+20 (DIAS; FIGUEIREDO; FARIAS, 2021), ou seja, trata-se de um processo de reflexões dos ambientalistas, governos e a sociedade e, nesse sentido, busca-se implementar as orientações por meio de políticas públicas.

Os ODS ampliam as possibilidades de novas propostas de políticas públicas e de uma agenda mais apropriada para os diversos problemas da sociedade em todo mundo. São 17 objetivos que se justificam a partir do pensamento voltado para a melhoria do Desenvolvimento Sustentável, o que se torna um desafio para os governos, entidades privadas e toda a Sociedade brasileira. Nesse sentido, tramita no congresso nacional o projeto de lei nº 1308/2021, que institui a política de promoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável nos âmbitos federal, estaduais e municipais com intuito de popularizar ainda mais no Brasil as propostas de desenvolvimento apresentadas nos ODSs.

Como o trabalho faz uma análise longitudinal entre os anos de 2011 a 2020, utilizaremos como base as análises dos ODMs, 6 e 7 e suas respectivas metas até 2015, e a partir de 2015 com os ODSs e metas apresentadas no Quadro 5.

Os 17 ODS são os seguintes: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes e 17 parcerias e meios de implementação.

A ONU encaminhou ao Brasil 169 metas globais que foram estudadas por diversos órgãos e profissionais brasileiros para adequar essas propostas à realidade do País, além da

criação de novas metas, que resultaram em 175 metas estabelecidas (ROMA, 2019; IPEA, 2018).

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), formado por diversas ONGs e demais federações e associações brasileiras atua desde 2014 para formação de políticas para a divulgação e execução dos ODS e da Agenda 2030. Desde 2017, produz o Relatório Luz com intuito de apresentar o desempenho do Brasil em relação ao atendimento dos ODS e o cumprimento da Agenda 2030.

Esse Relatório hoje é considerado o documento guia para acompanhar como o Brasil se comporta e toma medidas para atingir as metas nacionais da Agenda 2030. De acordo com o V Relatório Luz (2021), o país passa por um processo de enfraquecimento das mais variadas categorias de direitos, principalmente sociais, ambientais e econômicos, o que interfere diretamente nos resultados do País em relação às metas, cujos resultados contidos no Relatório do ano de 2021 não houve avanços, sendo 92 metas classificadas como retrocesso, 27 estagnadas, 21 ameaçadas, 13 em progresso insuficiente e 15 que não dispõem de nenhuma informação e, por isso, não foi possível realizar análise, o que possibilita inferir que não são geridas de maneira efetiva (GTSC A2030, 2021). Conforme o VI Relatório Luz (2022), houve uma piora da situação referente ao atendimento dos ODS em relação ao ano de 2021, foi considerada apenas uma meta, a 15.8, como satisfatória; onze permaneceram estagnadas; 14 ameaçadas, 110 em retrocesso e insuficientes em 24 (GTSC A2030, 2022).

Para melhor entendimento apresenta-se a classificação metodológica do GTSC A2030 (2021, p. 7) para as metas da ODS, em que neste estudo é considerado:

> retrocesso (quando as políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento orçamentário); ameaçada (quando, ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões comprometem seu alcance); estagnada (se não houve nenhuma indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente significativos); progresso insuficiente (se a meta apresenta desenvolvimento lento, aquém do necessário para sua implementação efetiva); e progresso satisfatório (a meta está em implementação com chances (destaques do original).

Ao analisar os 17 ODS e suas metas, verificou-se quais estão relacionadas à natureza e ao desmatamento da Amazônia para que, a partir disso, pudesse se ter a referência de análise do que é proposto para a tese em seu primeiro objetivo específico. Para melhor entendimento, no Quadro 4, são apresentados somente os ODS e metas que se relacionam com esta pesquisa.

Quadro 4 - Os ODS e metas que se relacionam com a discussão das esferas públicas sobre desmatamento da Amazônia.

ODS	METAS	CLASSIFICAÇÃO
2) fome zero e agricultura sustentável	2.3) Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: *i*) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; *ii*) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; *iii*) a linhas de crédito específicas; *iv*) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; *v*) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e *vi*) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola.	Retrocesso
	2.4) Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.	Retrocesso
	2.5) Até 2020, garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação *ex situ*, *in situ* e *on farm*, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional.	Retrocesso
3) saúde e bem-estar	3.3) Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis.	Estagnada
	3.9) Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo.	Retrocesso
4) educação com qualidade	4.7) Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Retrocesso
6) água potável e saneamento	6.4) Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.	Retrocesso
	6.6) Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.	Ameaçada
7) energia acessível e limpa	7.a) Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.	Ameaçada

	7.b) Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.	Insuficiente
	7.1) Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.	Retrocesso
	7.2) Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.	Estagnada
	7.3) Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.	Retrocesso
11) cidades e comunidades sustentáveis	11.b) Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.	Insuficiente
	11.3) Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.	Retrocesso
	11.5) Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.	Retrocesso
12) consumo e produção responsáveis	12.b) Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.	Ameaçada
	12.2) Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	Retrocesso
	12.3) Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos *per capita* nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.	Retrocesso
13) ação contra a mudança global no clima	13.b) Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.	Retrocesso
	13.1) Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.	Retrocesso
	13.2) Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.	Retrocesso
	13.3) Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.	Retrocesso
14) vida na água	14.4) Até 2020, efetivamente regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e com as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, de forma a recuperar os estoques pesqueiros no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas	Retrocesso
	14.5) Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a	Estagnada

	biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.	
	14.6) Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abstendo-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.	Estagnada
15) vida terrestre	15.a) Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.	Retrocesso
	15.b) Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.	Retrocesso
	15.c) Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.	Ameaçada
	15.1.1) Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.	Retrocesso
	15.2) Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.	Retrocesso
	15.3) Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.	Retrocesso
	15.5.1) Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente. 15.5.2) Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.	Ameaçadas

	15.5.3) Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.	
	15.8) Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.	Satisfatória
	15.9) Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.	Estagnada
16) paz, justiça e instituições eficazes	16.b) Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.	Retrocesso
17) parcerias e meios de implementação	17.7) Até 2030, promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.	Retrocesso
	17.16) Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	Retrocesso
	17.19) Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.	Retrocesso

Fonte: Adaptado com base em GTSC A2030 (2022) e IPEA (2018).

A base de análise são 12 ODSs e 41 metas relacionadas à discussão de desmatamento. Todavia, apenas a meta 15.2 do ODS "vida terrestre" é a única que menciona, de forma direta e na íntegra, a preocupação com o desmatamento da Amazônia. As demais que mencionavam indiretamente sobre desmatamento foram selecionadas de acordo com escolhas metodológicas desta tese por estar interligadas com a discussão da natureza, da Amazônia e das causas que refletem as consequências do desmatamento e ampliam a capacidade de análises das esferas públicas e suas influências nas políticas públicas por meio dos ODSs da ONU.

Sobre as 41 metas que estabelecem conexão com a discussão da tese, pode-se inferir com base na classificação do Relatório Luz da GTSC A2030 (2022) que, dentre as metas, 26 tiveram retrocesso, 7 estão ameaçadas, 5 estagnadas, 2 insuficientes e 1 é satisfatória. Essas informações são importantes para as considerações da análise deste trabalho, pois já indicam especificamente que os discursos tratados nas esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira devem ser coerentes com os dados apresentados nos estudos da GTSC

A2030 (2022).

Diante dos dados apresentados pelo Relatório Luz da GTSC A2030 (2022), é fundamental que se acelere o processo de tramitação da proposta de lei nº 1308/2021 para que se possa executar estratégias nos municípios e estados para a popularização e consolidação de todos os ODSs no País, principalmente diante dos resultados apresentados. Reconhece-se que o governo federal não demonstra interesse para promulgar e investir em políticas públicas que possam propiciar melhorias nos índices das metas dos ODSs apresentados nos Relatórios Luz da GTSC A2030.

5.2. Leis, decretos e resoluções emitidas pela união

Esta parte foi redigida para atender a análise do objetivo específico que busca investigar e analisar os discursos que formaram as esferas públicas nacionais sobre os desmatamentos na Amazônia brasileira, entre os anos de 2011 a 2020, por meio dos principais jornais brasileiros capazes de influenciar decisões no âmbito do Congresso Nacional e no governo federal por meio de políticas públicas, leis e decretos.

O governo brasileiro procurou estabelecer políticas públicas e criação de legislações que visavam o fortalecimento de discursos e práticas que envolviam sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Para Bezerra (2012), a partir de 2005, foram realizadas revisões importantes das leis existentes com base no diálogo com os atores do Mercado e da Sociedade. Houve, de modo incipiente, o fortalecimento de órgãos ambientais importantes como o IBAMA e os órgãos estaduais em conjunto com as Secretárias de Meio Ambiente dos Estados para que se pudesse fortalecer a proteção das florestas e, consequentemente, da Amazônia brasileira. A consolidação da criação de Unidades de Conservação e de políticas como a da Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco/Ibama) e Programa Nacional das Florestas (PNF) (IPEA, 2004).

As diretrizes legais criadas em decorrência dos ODMs e ODSs e que são base prioritária à análise realizada para responder o problema, objetivo geral e, principalmente, o objetivo específico “B” desta tese são as apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Leis, Decretos, Resoluções e planos dos ODMs e ODSs.

DIRETRIZES LEGAIS	ODM/ODS	METAS
Lei nº 9.605/88 Lei nº 11.280/06 Lei nº 9.985/00 Decreto nº 4.339/02 Lei nº 12.305/10 Decreto nº 99.274/00	ODM 7	9, 10 e 11
Lei nº 11.326/06	ODS 2	2.3
Lei nº 9.985/00, Decreto nº 1905/96	ODS 6	6.4 e 6.6
Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e Projeto de Lei 191/2020.		
Plano Nacional de Energia (PNE)	ODS 7	7.1 7.2 7.3
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)	ODS 11	11.3
Lei nº 12.608/12 e Decreto nº 10.593/14		11.5
Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Emenda Constitucional 95 e Lei nº 12.305/2010	ODS 12	12.b, 12.2 e 12.3
Plano Nacional de Adaptação à mudança no clima e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desatres		13.1
Lei nº 12.187/09, Decreto nº 6.263/10, Fórum Brasileiro de Mudanças no Clima e Plano Nacional sobre Mudança no clima	ODS 13	13.2
Portaria MMA nº 445/2014 e Decreto 10.179/2019		14.4
Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO)	ODS 14	14.5
Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), Lei nº 13.493/2003, Lei nº 13.493/2017 e Lei nº 14.119/2021.		15.a e 15.b
Lei nº 12.651/12; Lei nº 9.985/00; Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO); Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio); Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)		15.1.1
Decreto nº 8.972/17, Lei nº 12.651/12 e Política Nacional de Recuperação Vegetal	ODS 15	15. 2
Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) metas 5, 12 e 13; Portaria nº 43 de 31 de janeiro de 2014 do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Pró-espécies		15.5.1
Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) metas 5, 12 e 13		15.5.2
Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) metas 5, 12 e 13		15.5.3
Resolução nº 07 de 29/05/2018 do CONABIO e Planos Nacionais de Prevenção e Monitoramento de Espécies Exóticas Invasores		15.8
Resolução nº 06 de 03/09/2013 do Conabio e PainelBio		15.9

Fonte: Elaborado pelo autor com base em GTSC A2030 (2021; 2022) e IPEA (2004; 2018).

A partir desse levantamento, foram analisadas essas legislações e planos por meio da ADC e feita correlação com os discursos encontrados nas matérias publicadas nos jornais.

Na próxima parte do trabalho, foram levantadas as diretrizes legais publicadas pelo governo de Rondônia que se correlacionam com o objetivo e problema proposto nesta tese.

5.3. Leis, decretos e resoluções emitidas pelo governo de rondônia

Esta seção busca, ao levantar as diretrizes legais emitidas pelo estado de Rondônia, por meio das decisões da Assembleia Legislativa e dos Governos Estaduais, atender ao objetivo específico "C" que pretende, por meio dos discursos, verificar como foram formadas as esferas públicas em Rondônia sobre os desmatamentos na Amazônia rondoniense, entre os anos de 2011 e 2020, nos principais jornais estaduais que foram capazes de influenciar decisões por meio de leis, decretos e resoluções.

Ao longo dos anos em que se contextualiza o *lócus* temporal desta pesquisa, o estado de Rondônia teve seis governadores de diferentes partidos, José Bianco do antigo PFD e atual DEM, entre os anos de 1999 a 2002; Ivo Cassol do PSDB e PPS, entre os anos de 2003 a 2010; Confúcio Moura do antigo PDMB e atual MDB, entre os anos de 2011 a 2018 e Marcos Rocha eleito pelo PSL em 2019 e, atualmente, sem partido, com previsão de término de mandato em 2022. Todos esses governadores se relacionam com o espectro político de centro, de direita e extrema direita, o que, de certo modo, influencia na construção, discussão e implementação das políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

A partir da década 1990, no estado de Rondônia, foram criadas e institucionalizadas diversas políticas públicas como a criação de UCs, Áreas de APAs, RESEX, FERS, Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (CARDOZO, *et al*., 2017). Essas políticas públicas são recorrentes também a partir das legislações que possibilitaram a implementação e execução com base em diversas leis, decretos e planos do Estado de Rondônia, tais como: Artigo 31º do Decreto-Lei nº 1.144 de 12/12/2002, que institui o Sistema Estadual de Conservação da Natureza de Rondônia (SEUC-RO); Decreto Legislativo do Estado de Rondônia nº 145/14; Artigo 6º da Lei Complementar n. 633 de 13/09/2011; Plano do Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES); Decreto nº 6047/07; Lei Complementar nº 414/2007; Decreto Federal nº 7378 que instituí o ZEE da Amazônia Legal; Lei Complementar nº 233/2000 substituída pela Lei Complementar nº 312/05; Decreto Estadual nº 16.612/2012, Lei Estadual nº 4.892/2020, Lei Complementar Estadual n.º 965/2017 e o PNMC. A partir desse levantamento, essas legislações e planos foram analisadas por meio da ADC e correlacionadas com os discursos encontrados nas matérias publicadas nos jornais e nas legislações federais.

Adiante, são apresentados as análises e discursos sobre o desmatamento da Amazônia brasileira encontrados nas matérias dos três jornais investigados. Nesta seção se consolida uma parte essencial do trabalho relacionada ao trabalho de leitura, construção de categorias e

análises dos discursos identificados no material coletado e analisado.

6 OS DISCURSOS SOBRE O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO PERÍODO ENTRE 2011 e 2020

Antes de iniciar a análise dos discursos, nesta seção estão descritos os números de matérias identificadas em cada um dos três jornais pesquisados nas quatro estruturas discursivas sobre o desmatamento na Amazônia, como se verifica na Tabela 8.

Na estrutura discursiva *Ambientalista*, foram identificadas, respectivamente, 62, 150 e 17 matérias no *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e no *The New York Time*s, e um total de 342 segmentos codificados, trechos das reportagens dos jornais que foram associadas às estruturas discursivas, os quais representam.

Na estrutura discursiva *Técnico-científica*, foram identificadas 85, 139 e 14 matérias no *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e no *The New York Times*, respectivamente, e um total de 319 segmentos codificados.

Na estrutura discursiva *Política Pública*, foram identificadas, respectivamente, 34, 79 e 7 matérias no *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e no *The New York Times*, e um total de 155 segmentos codificados.

Na estrutura discursiva *Empresarial*, foram identificadas 13, 52 e 12 matérias no *Amazônia Real*, *Folha de São Paulo* e no *The New York Times*, respectivamente, e um total de 108 segmentos codificados.

Tabela 8 - Número de matérias relacionadas às estruturas discursivas nos jornais pesquisados.

Estruturas Discursivas	***Amazônia Real***	**Matérias**	***Folha de São Paulo***	**Matérias**	***The New York Times***	**Matérias**	**Segmentos Codificados**
Ambientalista	**82**	62	**229**	150	**31**	17	**342**
Técnico-Científica	**120**	85	**180**	139	**19**	14	**319**
Política Pública	**40**	34	**104**	79	**11**	7	**155**
Empresarial	**15**	13	**77**	52	**16**	12	**108**
Total	**257**	146	**590**	288	**77**	23	**924**

Fonte: Elaboração própria (2022).

O discurso ambientalista se destaca nos três jornais, principalmente, na *Folha de São Paulo* e no *The New York Times*. No *Amazônia Real*, a estrutura discursiva que mais se destaca é a *Técnico-Científica*, apesar de ter em seu escopo voltado para o jornalismo ambientalista e investigativo.

A *Folha de São Paulo*, por ser um jornal que se destaca nacionalmente e tem uma

estrutura ampla, concentra a maior parte dos segmentos codificados entre os jornais investigados, cerca de 64%. A estrutura discursiva *Ambientalista* é a que produziu o maior número de segmentos codificados nesse jornal. Há uma diferença discursiva entre os outros dois jornais, pois na *Folha de São Paulo* há entrevistas que buscam ouvir os ambientalistas em maior quantidade, apresentando até uma diferença considerável da estrutura discursiva *Técnico-Científica* e, também, do espaço para a manifestação dos discursos empresariais sobre desmatamento na Amazônia brasileira.

E em relação a estrutura discursiva *Empresarial*, assim como no *Amazônia Real*, a *Folha de São Paulo* apresenta o menor número de segmentos codificados, o que não significa que o espaço dos empresários nesses jornais não tenha destaque.

Em relação ao *The New York Times*, apesar de sua relevância internacional, apresenta o menor número de segmentos codificados, o que é natural por se tratar de um jornal estrangeiro. No entanto, o jornal tem como ponto de equilíbrio a divisão do discurso sobre desmatamento entre as duas estruturas discursivas, *Ambientalista* e *Técnico-Científica*. A *Empresarial* tem um bom número de segmentos codificados, o que pode ser considerado uma característica importante do editorial do jornal. E com menor visibilidade a estrutura *Política Pública*.

Ao analisar a distribuição das estruturas discursivas e os seus segmentos codificados identificou-se que a *Empresarial* não apresenta força considerável em relação às outras estruturas, já a *Ambientalista* lidera essas ações em termos quantitativos. A *Técnico-Científica* se encontra bem estruturada entre os jornais analisados. E a *Política Pública* se consolida principalmente na *Folha de São Paulo*, apesar de os discursos governamentais serem apresentados nos outros dois jornais.

Na próxima seção, são apresentadas as análises de cada estrutura discursiva, para assim, por meio da TAC de Habermas, da gestão social e da ADC, responder o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos desta tese.

Para melhor entendimento, apresentam-se as quatro estruturas discursivas de cada jornal e, ao final da seção, é feita uma síntese. As reportagens que tiveram trechos citados nas discussões das estruturas discursivas e nos discursos sobre a Agenda 2030 estarão apresentados em Apêndices estruturado no seguinte modo: título do jornal, título da matéria, estrutura discursiva, data da publicação e autoria(s), dividido em: A – Reportagens citadas na estrutura discursiva *Política Pública*. B - Reportagens citadas na estrutura discursiva *Empresarial*; C - Reportagens citadas na estrutura discursiva Técnico-Científica; Reportagens citadas na estrutura discursiva *Ambientalista*; e E – Reportagens citadas nas discussões sobre a Agenda

2030 estruturado em: título do jornal, título da matéria, data da publicação e autoria(s).

6.1. Estrutura discursiva *Política Pública*

Ao analisar a estrutura discursiva da *Política Pública*, nos três jornais, verificou-se a participação efetiva de diversos órgãos públicos, principalmente do governo federal. Destaca-se a forte influência de órgãos como IBAMA, INPE e falas de representantes dos governantes federais durante o período analisado. As secretarias estaduais do meio ambiente também protagonizam o debate nos discursos encontrados nos jornais investigados.

No jornal *Amazônia Real* evidenciou-se o discurso crítico em relação às irregularidades que aceleram e sustentam o desmatamento e prejudicam a Amazônia brasileira. Também havia reportagens que destacaram a importância da fiscalização e controle do financiamento para políticas públicas por meio da aplicação de multas, discussões sobre o novo Código Florestal e infraestrutura com discursos positivos, e também de posições contrárias à reforma e pavimentação das rodovias federais BR-319 e BR-364.

Neste jornal também se verificou debate favorável às políticas públicas. Em suas reportagens, explana-se sobre a eficácia das políticas públicas para combate ao desmatamento, demonstra que os governos federais, independente do espectro político que governa, busca defender a efetividade da gestão de suas políticas públicas, como a da fiscalização e controle do desmatamento. Destaca-se o trabalho do IBAMA, na fala de seus diretores, e a busca de exercer o trabalho fiscalizatório com maior eficiência e demonstrar como o Órgão contribuiu para o controle do desmatamento no início da década de 2010.

Conforme abordado na matéria publicada no *Amazônia Real*, em 20 de outubro de 2013, intitulado "Ibama diz que subiu a degradação pelo fogo", em que o diretor de proteção ambiental do Ibama "[...]afirma que nos meses em que o alerta Deter registrou as maiores taxas de desmatamento foram agosto de 2012 com 522 km² e maio de 2013 com 465 km². A degradação variou entre 50% e 83%." e complementa: "O Ibama mudou a fiscalização por uma questão de logística. De Manaus os fiscais tinham que partir de aeronaves. De Porto Velho eles chegam por terra. A agilidade e a eficiência no combate ao desmatamento mostraram que tínhamos que fazer as operações por Rondônia". E reafirma-se a eficiência das políticas públicas neste trecho: "Um dado curioso é que se você pergunta a diferentes grupos quais políticas públicas foram responsáveis pela forte queda no desmatamento de 2004 a 2012, você terá as respostas mais díspares possíveis. O governo atribui a queda à maior fiscalização e maior

controle ao financiamento bancário em áreas desmatadas" (Amazônia Real, "Desmatamento na Amazônia: cresceu?", 2013).

No *Amazônia Real* evidencia-se, ainda, a necessidade de criação de unidades de conservação na região amazônica:

> A criação de unidades de conservação (UCs) na Amazônia é um instrumento legal e eficaz para evitar a destruição da floresta e protegê-la de ações ilegais, como o desmatamento, a pesca e caça predatórias e garimpos. Conflitos territoriais na região, principalmente com as populações tradicionais, têm sido constantes por causa da falta de regularização dessas áreas pelo governo federal (Amazônia Real, "Governo Temer pode reduzir áreas de florestas para atender agronegócio no Amazonas", 2017).

Nesse mesmo jornal, discute-se o novo Código Florestal de maneira preponderante nas vozes ruralistas, de políticos, amazônidas e ambientalistas. No entanto, é postulado no jornal, por características do jornalismo ambiental, a posição contrária à aprovação do Código Florestal porque medidas contidas no texto da lei permitem o afrouxamento das ações ambientais.

> E enfim, depois de alguns avanços importantes, o que temos hoje? Os processos de degradação tomando novo fôlego, impulsionados pelas atuais políticas públicas que insistem em seguir o velho rumo, promovendo mais uma vez o desmatamento, inclusive no interior das áreas que deveriam ser protegidas; um novo Código Florestal feito sob encomenda para as oligarquias nacionais que promovem o agronegócio com os pés fincados na "Casa Grande"; áreas protegidas sendo extintas para dar passagem a grandes projetos de infraestrutura e mineração; lideranças que continuam a ser assassinadas impunemente, etc. (Amazônia Real, "Degradação e Desenvolvimento ou a dinâmica do avançando, mas retrocedendo", 2014).

Foi possível evidenciar a construção e procura pelo diálogo nas reportagens que destacavam as políticas públicas como unidade de conservação e RESEX. Considera que políticas públicas são importantes para região e as construções dessas plataformas, quando são conduzidas por meio da dialogicidade com os amazônidas, provocam bons resultados como as APAs e unidades de conservação, conforme é apresentado neste trecho de reportagem em relação à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

> Áreas de Proteção Integral incluem Parques Nacionais (PARNAs), estações ecológicas e reservas biológicas. As diferentes categorias de áreas protegidas têm diferentes níveis de sucesso em impedir o desmatamento, com áreas federais tendo um desempenho melhor do que as áreas estaduais, e as áreas de proteção integral tendo melhor desempenho do que as áreas de uso sustentável (Amazônia Real, "Pesquisa sobre conservação na Amazônia 9: "proteção

> integral" versus "uso sustentável", 2015).

São apresentadas palavras de pesquisadores em defesa das políticas públicas, como as unidades de conservação, os quais consideram que não é por acaso que o Brasil aumentou o seu desmatamento, justamente quando há o enfraquecimento por partes dos governos federais no investimento das políticas públicas. Destaca-se o trecho da reportagem que entrevista o pesquisador da Universidade Federal do Acre (UFAC), Alejandro Fonseca:

> As políticas públicas mudaram de fato, os discursos e atuações de governos falam em desproteção às terras indígenas, de exploração dos recursos minerais da região, da extensão da cultura da soja de Mato Grosso para o Acre, de desqualificar os indicadores de aumento do desmatamento, de enfraquecer o aporte internacional para a proteção da Amazônia. Em correspondência com isso acontece a realidade que estamos vivenciando. Uma correlação evidente, analisa Duarte (Amazônia Real, "Amazônia em Chamas: fumaça das queimadas avança sobre a região Sudeste", 2019).

Há reportagens sobre o enfraquecimento dos órgãos ambientais como o IBAMA, que, por meio de decisões governamentais tomadas durante o governo de Bolsonaro, perderam poder de atuação. O governo do presidente Jair Bolsonaro prioriza o potencial econômico em detrimento do patrimônio ambiental, o que tem ocasionado o descontrole de desmatamento, conforme exposto neste segmento da reportagem:

> Sob a atual administração, o IBAMA teve o menor desempenho em sua história. O IBAMA agora frequentemente avisa com antecedência de onde vai realizar inspeções de desmatamento ilegal, o que levou a nenhuma punição dos infratores, apesar de 95% do desmatamento ocorrido nos três primeiros meses da administração presidencial ser ilegal [2]. As taxas de desmatamento subiram, com a taxa em junho de 2019 (o primeiro mês da nova estação seca na nova presidência) subindo 88% em relação à taxa de 2018 no mesmo mês [9] (Amazônia Real, "O novo presidente do Brasil e "ruralistas" ameaçam o meio ambiente, povos tradicionais da Amazônia e o clima global", 2019).

Estes processos se alinhavaram a partir da aproximação entre os ruralistas e os políticos, o que fez consolidar e fortalecer nos estados e na União um discurso prático voltado para a flexibilização das leis e enfraquecimento das políticas públicas e de órgãos cuja perspectiva é da racionalidade ambiental (LEFF, 2006), fato este que se comprova pelas diversas reportagens que mostra a desconstrução da imagem dos órgãos como o INPE, que, por trazer à tona os dados negativos de desmatamento na Amazônia, resultou na demissão do cientista Ricardo Galvão em 02 de agosto de 2019, e, em consequência, causou descontentamento dos governos da

Alemanha e da Noruega, financiadores do Fundo Amazônia, criado no decreto 6.527, 1º de agosto de 2008, conforme se verifica neste trecho de reportagem:

> O Presidente Bolsonaro comentou que ele acredita que o número alto de desmatamento detectado em junho é fruto de 'má fé' de alguém dentro do INPE, e insinuou que tal pessoa deve estar produzindo dados falsos para prejudicar a imagem do Brasil no exterior. O Presidente vem atacando o INPE há algumas semanas por causa das más notícias sobre o desmatamento [7, 8]. Na coletiva de imprensa de 01 de agosto, o presidente falou que teria 'demissão sumária' da pessoa ou pessoas se má fé fosse confirmada. No entanto, nada que foi apresentado indica qualquer tipo de má fé (Amazônia Real, "Desmatamento na Amazônia: O Governo Ataca o Mensageiro", 2019).

As discussões que envolveram o governo brasileiro, alemão e norueguês em relação ao Fundo Amazônia e a demissão do ex-diretor presidente do INPE, Ricardo Galvão, também tiveram destaque na linha editorial do *Amazônia Real* sobre o desmatamento na Amazônia brasileira:

> No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que as imagens de satélite sobre queimadas e desmatamentos na Amazônia eram mentirosas. Sem outra saída do impasse, Ricardo Galvão, o diretor do Inpe, um dos mais antigos e respeitados do mundo na matéria, que captara e interpretara as imagens, sustentou a veracidade das fotografias e por isso foi demitido (Amazônia Real, "O satélite existe?", 2020).

E: "O estado é também um dos primeiros nos índices de desmatamentos. No entanto, os dados do Inpe foram contestados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), o que atrasou uma ação mais urgente por parte do governo contra a devastação das florestas. Leia a primeira reportagem sobre a série "Amazônia em Chamas". (Amazônia Real, "Amazônia em Chamas: indígenas Manoki denunciam incêndios criminosos no Mato Grosso", 2019)."

Essas posições do governo brasileiro, que se apresentam contrárias às políticas públicas, órgãos e instituições ambientais, fazem com que o País fique ainda mais distante das metas assumidas no Acordo de Paris. No entanto, as reportagens concentram o discurso prático do governo federal refletido nos estados, prova disso é a discussão do PLC nº 80/2020 que reduz o território de duas importantes áreas de preservação ambiental em Rondônia, Reserva Extrativista Jaci-Paraná e o Parque Estadual Guarajá-Mirim. O trecho da reportagem publicada no *Amazônia Real* revela a posição das discussões políticas no estado de Rondônia:

> A Assembleia Legislativa de Rondônia pode colocar em votação, nas

> próximas horas, um projeto de autoria do governo estadual que prevê a redução de extensas áreas de proteção ambiental. O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 80/20 reduz em cerca de 152 mil hectares a Reserva Extrativista Jaci-Paraná e em outros 10 mil hectares o Parque Estadual Guajará-Mirim. A área total equivale a 162 mil campos de futebol. Sem que fosse publicada a data da votação e em uma longa sessão extraordinária para 'limpar a pauta', que abre espaço para essa votação, a casa parlamentar se articula para legalizar e estimular atividades predatórias, como a extração ilegal da madeira e a atividade agropecuária extensiva de gado e soja (Amazônia Real, "Rondônia vota projeto para redução gigante de áreas", 2020).

Mesmo com a movimentação de várias entidades ambientalistas, movimentos sociais, ambientalistas, Ministério Público e com parecer negativo da Procuradoria Geral do Estado (PGE) de Rondônia, em maio de 2021, a PLC nº 80/20, o governador do Estado Marcos Rocha a sancionou transformando na lei complementar estadual 1.089/2021 e, em novembro de 2021, o Tribunal de Justiça de Rondônia julgou a lei inconstitucional (SINAL DE FUMAÇA, 2022). Os quase seis meses de validade da lei foram suficientes para refletir no aumento do desmatamento nas reservas e, consequentemente, de Rondônia.

Em se tratando do jornal *Folha de São Paulo*, foram produzidos discursos que criticavam o afrouxamento da legislação ambiental, tendo como maior exemplo disso a aprovação do novo Código Florestal. No entanto, pode-se verificar nos textos, dentro do período analisado, que o jornal ameniza as suas críticas em relação ao novo Código Florestal, argumentando que devem ser preservados rios e florestas simultaneamente à expansão das áreas plantadas e da criação de animais.

Conforme o trecho a seguir que traz como argumento: "'A regularização fundiária na região da Amazônia é um dos instrumentos mais eficazes para podermos controlar as queimadas e o desmatamento ilegal. É impossível aplicar o Código Florestal em uma área da qual ninguém sabe quem é o dono, não tem CPF, não tem sobrenome, não tem endereço'", afirma o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agricultura). (Folha de São Paulo, "Mourão diz que governo será avaliado por eficácia na Amazônia, mas não apresenta ações imediatas", 2020).

Em outro trecho deste jornal observa-se a argumentação legalista:

> O Brasil tem a mais ampla e rigorosa legislação ambiental do mundo. A lei 12.651, de 25 de maio de 2012, mais conhecida como Código Florestal, deixa muito claras as regras vigentes e, mesmo contra a vontade de muitos e sempre passível de questionamentos, permite a abertura de novas áreas agricultáveis no Brasil, respeitando determinados limites e com as devidas autorizações dos

> órgãos ambientais de cada estado (Folha de São Paulo, “A trama a favor do meio ambiente Brasil não precisa desmatar para ficar no topo do ranking de fornecedores globais de alimentos”, 2020).

O jornal traz críticas sobre a construção das hidrelétricas em Rondônia que ampliou o desmatamento no Estado: “Já em Rondônia, onde o desmatamento dobrou entre 2010 e 2011, a reversão na queda resultou de uma ação do próprio governo: a construção das novas hidrelétricas do rio Madeira” (Folha de São Paulo, “Divulgação da queda do desmate na Amazônia rebate críticas”, 2011).

Traz reportagem sobre a defesa da criação de unidades de conversação como uma política pública que possibilitaria diminuir as causas de desflorestamento. Os governos federais, de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), comprometeram-se a zerar o desmatamento até 2020, o que, evidentemente, não foi concretizado até o término da gestão de ambos.

Na gestão seguinte, ndo governo Bolsonaro as práticas de desmatamento se intensificaram, embora este governo apresentasse em seu discurso comprometimento em reduzir os índices de desmatamento até 2030, como relatou o ex-ministro do MMA Ricardo Salles: “‘A meta nossa é de 100% da redução do desmatamento ilegal. Em qual prazo? No prazo contido no compromisso brasileiro que é de 2030. Então, o que precisamos fazer? Estabelecer estratégias ano a ano para atingir o compromisso’" (Folha de São Paulo, “Salles propõe mudança em meta de redução de desmatamento ilegal até 2023”, 2020).

Outro tema-problema que se apresenta nas reportagens da *Folha de São Paulo* é a “Fiscalização”, correlacionada com a aprovação do Código Florestal. Esse tema se tornou ponto importante de discussão entre ambientalistas, governantes, sociedade em geral e empresários.

Nesse sentido, o MMA e os chefes de suas pastas são autoridades recorrentes nas reportagens. Izabella Teixeira, chefe da pasta do MMA entre os anos de 2010 a 2016, foi uma personagem importante nas discussões sobre Código Florestal e “Fiscalização”. A ministra argumentou em defesa da política ambiental e da aprovação do novo Código Florestal e do seu governo desta forma: “‘Nós estamos já com 79% [das metas de 2020] cumpridos’”, e afirmou em 2014 que: “‘O Brasil é o único país que tem uma lei que estabelece a obrigação de recuperar uma área desmatada, a partir do Código Florestal e do cadastro ambiental rural’” (Folha de São Paulo, “País não foi chamado para debater proposta contra desmate, diz ministra”, 2014).

A presidenta Dilma Rousseff negou que houvesse correlação entre a execução do Código Florestal e o aumento do desmatamento, defesa argumentativa confirmada pela ministra

Izabella Teixeira ao dizer que não havia correlação entre o crescimento verificado e o Código Florestal aprovado em 2012, e ainda negou a correlação entre os aumentos do desmatamento e as altas das emissões de GEE no Brasil, o que se verifica no trecho da reportagem publicada na *Folha de São Paulo*: "A ministra diz que não há relação entre o crescimento verificado e o novo Código Florestal. 'No código anterior, eu tive as maiores taxas de desmatamento'" (Folha de São Paulo, "Desmatamento na Amazônia sobe 28% em 2013", 2013).

A defesa do novo Código Florestal se fundamentou em um argumento técnico-científico de redução da taxa de desmatamento em 2014, como se verifica na reportagem com o título: "O MMA reitera que 2014 teve a segunda menor taxa de desmatamento desde 1988: 'Não se alcança esse resultado sem um esforço concentrado do governo'" (Folha de São Paulo, "Ministério do Meio Ambiente questiona dados do relatório", 2015).

Este discurso é negado pelos ambientalistas, para eles está redução é reflexo ainda das políticas e ações ambientais da década de 2000, o que se confirma nas pesquisas de Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020) e os dados do INPE (2022) e InfoAmazônia (2021) que apresentam que o desmatamento foi ampliado durante os anos do governo da presidenta Dilma Rousseff e da ministra Izabella Teixeira.

A ministra relatou que houve o fortalecimento da fiscalização ao afirmar que os dados do MMA apontam a tendência de queda em relação ao ano anterior de 2014 e, com isso, - justifica-se a manutenção de investimentos no PPCDAM, política pública importante para o controle do desmatamento, conforme discute Kadri, Scaf e Soeiro (2021) e Carvalho (2009).

O Ministério Público Federal (MPF) foi outro ator importante que buscou, por meio da racionalidade comunicativa, implementar políticas públicas que pudessem aumentar a fiscalização, ao orientar os empresários e amazônidas para a gravidade do desmatamento na Amazônia.

Um exemplo de racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2003; 2014) está na ação do MPF, que emitiu ações civis públicas contra desmatadores por meio do projeto "Amazônia Protege", com participação da procuradora-geral da república, do vice-presidente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da presidenta do IBAMA. Um recorte da ação desse discurso de política pública se apresentou da seguinte forma: "Cruzando dados públicos e imagens de satélite de 2015 a 2017, um projeto do Ministério Público Federal mapeou 307 mil hectares de desmatamento ilegal na Amazônia, [...] propôs 2.498 ações civis públicas e apontou 2.919 réus. O Amazônia Protege pediu ainda R$ 4,9 bilhões em indenizações (Folha de São Paulo, "Procuradoria aponta quase 3 mil réus e pede R$

5 bi por desmate na Amazônia", 2019)". Diversos setores foram ouvidos para a articulação das melhorias da sociedade. No entanto, não se verificou o registro da participação dos amazônidas no debate, o que pode ter comprometido a busca do entendimento.

Vários governadores assinaram acordos de cooperação se comprometendo com o combate ao desmatamento, como mostra estes trechos de duas reportagens da *Folha de São Paulo*: "Vários governadores da Amazônia Legal também estarão em Bonn, como o de Mato Grosso, Pedro Taques (PSDB). No dia 14, haverá o "Amazon Bonn", quando devem ser anunciados acordos de cooperação com a Alemanha e o Reino Unido para projetos contra o desmatamento (Folha de São Paulo, "Conferência da ONU negocia implementação do Acordo de Paris", 2017") e "Os governadores manifestam firmemente a preocupação com o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia Legal e ratificam o compromisso institucional de buscar mecanismos reais que garanta, o desenvolvimento sustentável da região", (Folha de São Paulo, "Governadores da Amazônia Legal defendem dados de desmate do Inpe", 2019). No caso do governo de Mato Grosso há registro de atuação da Secretária de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT) procurou contestar os relatos das organizações ambientalistas sobre os dados de desmatamento ilegal no Estado ao afirmar que: "'Iremos comprovar nossa atuação robusta no combate ao desmatamento e à ilegalidade'" e, ao se manifestar que, em relação ao autos de infração em 2015, "'foi preciso aumentar a fiscalização para reverter o aumento no desmatamento [...]'". Segmentos codificados da reportagem da *Folha de São Paulo* com o título "41% da exploração de madeira em MT é ilegal, diz estudo", publicada em 2018.

Quando se trata do governo Bolsonaro, o MMA apresentou argumentos que vão de encontro com os dados divulgados pelo INPE, especificamente na fala do seu ministro Ricardo Salles (2019-2021), ao considerar que o aumento do desmatamento é devido as mudanças climáticas e ao momento econômico favorável ao agronegócio.

Também há a indução discursiva por parte do MMA ao utilizar dados da EMBRAPA para fundamentar seu discurso. Ricardo Salles (2019-2021) apresentou um discurso dramatúrgico ao procurar convencer que o governo federal buscava diminuir, estrategicamente, o desmatamento. Todavia, ao mesmo tempo, ele dialogava com os ruralistas e afrouxava a aplicabilidade das leis ambientais.

O ex-ministro do meio ambiente argumentou que: "'O Ibama continua trabalhando como sempre trabalhou. Não houve nenhum impedimento para o Ibama trabalhar, nenhuma ordem para parar de fazer fiscalização. Esse é o primeiro fato. Segundo fato, também não houve nenhuma interrupção entre o corpo técnico do Ibama e o Inpe'" (Folha de São Paulo,

“Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente”, 2019), e que: “‘Foi reconhecido por todos os presentes que os números não refletem a realidade’”, afirmou Salles após reunião com o ministro Marcos Pontes (Folha de São Paulo, “Salles diz que dados de desmate não são corretos mas confirma que há aumento”, 2019”. Salles reforçou seu argumento de que não havia interferência no IBAMA, questionando a posição do ex-diretor do INPE, Ricardo Galvão, e fazendo críticas à criação das unidades de conservação e terras indígenas. Para ele, essas políticas públicas acirraram os conflitos agrários: “‘a criação dessas áreas acirrou conflitos fundiários e vedou o acesso de brasileiros a uma grande porção do território nacional’” (Folha de São Paulo, “Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente”, 2019)”.

O ex-ministro das Relações Exteriores (MRE), Ernesto Araújo (2019-2021), ainda no exercício do cargo, utilizou-se da mesma linguagem de compromisso contra o desmatamento, afirmando que a política ambiental do atual governo federal era compatível com a sustentabilidade ao dizer que: “‘Temos total compromisso contra o desmatamento, pelos compromissos internacionais e pelos próprios méritos do combate ao desmatamento. Nossa política é de preservação ambiental e de utilização sustentável dos nossos recursos naturais, seja na Amazônia, seja nos outros biomas’” (Folha de São Paulo, “Em resposta à França, Ernesto Araújo diz que Brasil está comprometido com Acordo de Paris e contra Desmatamento”, 2019)".

Marcos Pontes, chefe da pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do governo Bolsonaro, reconheceu o trabalho do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) e Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) do INPE ao fornecer dados ao IBAMA. Contudo, expressou apoio às críticas de Bolsonaro ao INPE ao contestar os dados ambientais da seguinte forma: “‘Com relação aos dados de desmatamento produzidos pelo Inpe, organização pelo qual tenho grande apreço, entendo e compartilho a estranheza expressa pelo nosso presidente Bolsonaro’”, diz ainda Pontes. “‘A contestação de resultados, assim como a análise e discussão de hipóteses, são elementos normais e saudáveis do desenvolvimento da Ciência’” (Folha de São Paulo, “Marcos Pontes também questiona dados do Inpe e chama diretor para conversa”, 2019). As críticas ao INPE se expandiram no âmbito do governo Bolsonaro.

O General Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), relatou que os números do INPE são manipulados e defendeu que quem tem que cuidar da Amazônia é o Brasil e não a comunidade internacional. Para o General: “‘A Amazônia é brasileira e quem tem que

cuidar dela somos nós. Esses índices de desmatamento são manipulados'" (Folha de São Paulo, "Índices de desmatamento na Amazônia são manipulados, diz ministro Augusto Heleno", 2019).

A presença do Exército em políticas públicas como "*Operação Verde Brasil 2*" liderada pelas forças armadas brasileiras é criticada por não conseguir êxito, pois o desmatamento só aumenta, conforme se apresenta neste trecho da Folha de São Paulo: Mesmo com os militares em ação, tanto queimadas quanto o desmatamento não apresentam sinais de desaceleração [...]. A operação Verde Brasil 2 teve início em maio, mês ainda fora do período seco da Amazônia, quando as queimadas tiveram retração de cerca de 3%. Junho e julho, porém, apresentaram aumento de 19,6% e 28% nos focos de incêndio no bioma (Folha de São Paulo, "Cármen Lúcia requisita a Bolsonaro e a Defesa informações sobre Exército na Amazônia", 2020).

A defesa argumentativa desta política pública se caracteriza como uma ação dramatúrgica (Habermas, 1997a; 2012a) dos efeitos discursivos para o convencimento, quando os responsáveis pela operação apresentaram dados do INPE que não foram disponibilizados de modo a justificar a eficácia da operação, ainda que as taxas mostrassem o contrário. A operação pretendeu apaziguar a pressão internacional e, nesse sentido, reflete-se no desempenho econômico dos empresários do agronegócio, já que o mercado internacional não concorda com os altos índices de desmatamento da Amazônia apresentados nos últimos anos pelo governo brasileiro.

Em relação ao *The New York Times*, destacam-se as falas positivas sobre os avanços da política ambiental brasileira até o ano de 2012. No entanto, o jornal amplia a discussão de Ricardo Galvão do INPE e o debate do novo Código Florestal no Congresso Nacional e no governo da Presidenta Dilma Rousseff, e exemplifica como se deu o debate sobre o tema no Congresso, conforme este destaque:

> O Congresso brasileiro debateu ferozmente a mudança de uma lei ambiental fundamental na noite de quarta-feira, uma medida que os conservacionistas advertiram que poderia reverter uma das peças mais eficazes da legislação de proteção das florestas e da biodiversidade no Brasil e minar os esforços do país para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O debate opôs poderosos interesses do agronegócio e os próprios planos do governo para projetos de infraestrutura contra cientistas e ambientalistas preocupados com a possibilidade de a Amazônia brasileira, uma das maiores florestas do mundo, estar chegando a um ponto crítico de desmatamento (*The New York Times*, "Brazil debates easing curbs on developing Amazon forest", 2011, *tradução livre*).

Entretanto, mesmo com a discussão ambientalista preponderante perante a opinião pública, o projeto de lei do novo Código Florestal foi aprovado. Estabelece-se entre os ruralistas e políticos federais uma relação harmoniosa, que se ampliou nos diálogos e neles são considerados aspectos do "agir teleológico" constituído da racionalidade instrumental de Habermas (1997a; 1997b).

Sobre políticas públicas, tem-se a presença de falas expressivas da Ministra do MMA Izabella Teixeira (2010-2016) com a pretensão de defender o governo brasileiro e a efetividade das políticas públicas ambientais para acabar com o desmatamento, exemplificado neste segmento: "'Nenhum país fez mais do que o Brasil para combater o desmatamento ilegal'" – Izabella Teixeira, ministra do meio ambiente entre 2010 e 2016 (*The New York Times*, "Clashing visions of conservation shake Brazil's presidential vote", 2014, *tradução livre*).

No ano de 2012, foram publicadas matérias elogiosas às políticas públicas ambientais brasileiras correlacionadas com os avanços ao combate ao desmatamento e à desaceleração das taxas, políticas públicas essas que se solidificaram por meio do trabalho do MMA na liderança da ex-ministra Marina Silva e do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O trecho a seguir apresenta argumentos que comprovam o êxito das políticas ambientais brasileiras na década de 2010, "O Brasil fez grandes avanços nos últimos anos para desacelerar o desmatamento na Amazônia e mostrar ao mundo que leva a sério a proteção da floresta tropical gigantesca" (*The New York Times*, "In Brazil, fears of a slide back for Amazon protection", 2012, *tradução livre*), relatos estes que são sustentados pela pesquisa de Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020).

Os recursos para os órgãos ambientais e as políticas ambientais diminuíram a partir do governo Dilma e recuados com mais efetividade no governo Temer, o que se comprova com considerações publicadas no *The New York Times*. Sobre isso, foi identificada a influência de países estrangeiros, exemplo da postura do ex-presidente dos EUA Donald Trump, o líder estadunidense que defendia a política de reverter as leis ambientais brasileiras, o que surtiu efeito durante o governo Temer:

> Enquanto Trump não esconde seu desejo de reverter as leis ambientais, o presidente do Brasil, Michel Temer, signatário do acordo climático de Paris, enviou sinais contraditórios. Para seu crédito, Temer prometeu em Paris reduzir as emissões de dióxido de carbono de seu país 37% abaixo dos níveis de 2005 até 2025. Suas ações desde então contam uma história diferente. No ano passado, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente foi cortado quase pela metade, como parte de um plano de austeridade nacional em meio à recessão punitiva do Brasil. E a agência responsável por proteger o vasto

> sistema de reservas indígenas do Brasil está sendo virtualmente desmantelada por cortes draconianos de pessoal (The New York Times "The Amazon on the brink", 2018, *tradução livre*).

Ampliaram-se, ainda, os cortes de recursos, principalmente no governo Bolsonaro. Resultado disso foi a demissão do cientista Ricardo Galvão da direção do INPE, uma ação que politizou o debate ambiental no Brasil e no mundo.

6.2. Estrutura discursiva *Empresarial*

Nas matérias do *Amazônia Real* há críticas ao discurso mercadológico. Reportagens buscam conscientizar os empresários sobre o desmatamento na Amazônia brasileira. Nelas, orienta-se sobre a representação ruralista e do agronegócio e suas relações com os políticos. Destacam os discursos do Sindicato Rural contra as legislações ambientais que buscam diminuir e controlar as taxas de desmatamento, conforme a fala de um empresário e presidente de um sindicato rural: "'O desmatamento realmente existe, aquelas bolas de desmatamentos existem. Mas você sabe que na legislação brasileira na Amazônia, a pessoa pode usar 20% da área para desmatar com o plano de manejo. Se permite, o que eu posso fazer se não é proibido?'" (Amazônia Real, "Amazônia em Chamas: jornalista que denunciou 'dia do fogo' é atacado em redes sociais em Novo Progresso (PA)", 2019).

Nesse jornal, identifica-se posições discursivas dos empresários de outros setores e ruralistas, que discorrem sobre a falta de rodovias pavimentadas e necessidade da construção de estradas; solicitam revogação de áreas protegidas em Rondônia e também pressionam, para o afrouxamento das leis de proteção aos territórios, mesmo que isso cause detrimento da biodiversidade e negativos impactos sociais. O trecho da matéria publicada apresenta os elementos para comprovar o discurso desses empresários em relação à infraestrutura de estradas no território amazônico e a sua relação com as atividades de desmatamento:

> A infraestrutura de transporte é a principal limitação no avanço da soja a partir das áreas atualmente mais lucrativas em Mato Grosso, particularmente para o oeste em Rondônia e Acre, bem como nas porções do norte de Mato Grosso ainda dominadas por pastagens (por exemplo, [8]). A infraestrutura construída para transportar soja aos portos para exportação leva a desmatamento massivo por outros atores que não os plantadores de soja [9, 10] (Amazônia Real, "O Desmatamento da Amazônia Brasileira: 10 – Soja", 2020).

Além disso:

> Nos discursos celebrando a votação, um dos líderes da Assembléia Legislativa declarou explicitamente que a Assembléia Legislativa é composta de "deputados ruralistas que têm compromissos com a sociedade de uma maneira geral do Estado de Rondônia, mas principalmente com o agronegócio [4] (Amazônia Real, "Massacre de motosserra para áreas protegidas em Rondônia", 2020).

A estrutura discursiva *Empresarial* está fundamentada na racionalidade instrumental e dramatúrgica, conforme Habermas (2012). Exemplo disso é o artigo de opinião de um professor que busca, por meio da linguagem dramatúrgica, fazer críticas aos ambientalistas e buscar sensibilizar a sociedade em relação às atividades dos garimpeiros informais no território amazônico, minimizando os impactos ambientais e sociais destas práticas de mineração. O professor apresenta os seguintes argumentos:

> Os ambientalistas precisam não odiar os garimpeiros pobres, mas pensar no que fazer em relação ao modo de vida deles, em como racionalizar a extração mineral, minimizando seus impactos ao meio ambiente e à conservação. Quais alternativas podem se antecipar à destruição das dragas? Não se imagina retirar o ouro das festas de formatura e casamento, nem das medalhas e troféus esportivos (Amazônia Real, "Narrativas e conflitos ambientais na Amazônia contemporânea", 2017).

Nessa passagem, o argumento perlocucionário do professor busca convencer os leitores de que a atividade garimpeira é necessária e aceitável, apelando para a pobreza dos garimpeiros e a felicidade de quem explora o ouro em terras amazônicas.

Na estrutura discursiva *Empresarial* identificou-se também, em uma das matérias que trata dos acordos empresariais, os argumentos em relação à "Moratória da Carne". Registra-se a fala de um procurador do Ministério Público Federal que argumenta: "'Desde meados de 2009, [...] o total de propriedades inscritas no Cadastro Ambiental Rural passou de 600 para 70 mil'". Ele afirma que a regularização da atividade pecuária tem contribuído também para a queda do desmatamento no Estado" (Amazônia Real, "Empresas fazem acordos da moratória da carne", 2013).

Com a "Moratória da Carne"[3] foi possível desacelerar o desmatamento, porque os empresários passaram a regularizar a compra e venda de carne bovina ao ter de declarar a

[3] Termo de ajustamento de conduta assinado pelas organizações frigoríficas com o MPF se comprometendo em comprar animais apenas de fazendas livres de desmatamento após 2009, fora da lista de trabalho análogo a escravidão do Ministério do Trabalho, registradas no CAR e que não estejam em APAs (IMAZON. Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento da Amazônia? s.d. Disponível em: https://imazon.org.br/os-frigorificos-vao-ajudar-a-zerar-o-desmatamento-da-amazonia/.)

quantidade de resmas em suas propriedades ao preencherem o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O procurador postula que houve mudança de comportamento dos empresários ao adotar o uso do CAR, quando afirma que: "'A grande maioria dos produtores hoje se conscientizou no Estado do Pará. Temos ainda a região sul do Estado, onde se concentra 90% do desmatamento, alguns grupos abrindo novas áreas e para esse grupo o que faz efeito é repressão, como as ações do Ibama'" (Amazônia Real, "Empresas fazem acordos da moratória da carne", 2013). Para o procurador, os empresários que desmatam devem ser repreendidos com ações fiscalizatórias, o que se relaciona com as críticas em relação ao enfraquecimento da fiscalização e atuação dos órgãos ambientais.

Na *Folha de São Paulo*, em algumas reportagens como a publicada em 26 de outubro de 2020 com o título "Desmatamento e garimpo ilegal abriram caminho para Covid-19 em indígenas, mostra estudo inédito", são apresentados discursos convergentes com defesa da redução de desmatamento. Exemplo dessa argumentação se consolida neste segmento: "O desmatamento elevado e as queimadas sem controle sob a gestão Bolsonaro têm colocado o Brasil em uma posição delicada no contexto internacional. A Europa ameaça travar o acordo com o Mercosul. O agronegócio, principal motor de desmate, também tem sido visto com desconfiança no mercado externo." (Folha de São Paulo, 2020).

Assim como algumas reportagens trazem a discussão do Código Florestal e sobre a anistia para os empresários em relação ao desmatamento provocados por eles. Destaca-se, também, a presença da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) com a posição favorável dos empresários em relação ao novo Código Florestal, como fica evidenciado no seguinte relato da senadora Kátia Abreu: "'Temos motivos de sobra para nos orgulhar: produzimos uma das melhores e maiores agriculturas do planeta em 27% do território (brasileiro), preservando 61% dos nossos biomas', afirma Abreu, que desde 2009 preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)" (Folha de São Paulo, ONGs perderam monopólio das decisões ambientais, diz Kátia Abreu, 2012)".

Contudo, há também críticas à aprovação desta legislação por parte do ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB): "O engenheiro Pedro de Camargo Neto, ex-presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira) criticou a série de ações judiciais que contribuíram para o enfraquecimento do Código Florestal." (Folha de São Paulo, "Ex-diretor do Inpe afirma que Mourão embaralha ações militares e civis quanto a monitoramento na Amazônia", 2020). Aqui se fortalece o discurso empresarial com as duas representações das associações que são consideradas as mais fortes na sociedade brasileira.

A CNA fundamenta seus discursos por meio de dados para que se sensibilize os congressistas e a opinião pública para a aprovação do novo Código Florestal. As palavras da Senadora Katia Abreu, filiada ao partido Democratas, na condição de presidenta da CNA em 2011, na reportagem "Inflação subirá sem nova lei de florestas, ameaça CNA" (Folha de São Paulo, 2011), é ilustrativa: "'a demora em aprovar as mudanças no Código Florestal traz 'um grande e grave risco' de aumentar a inflação dos alimentos". Em outra reportagem, após a aprovação do novo Código Florestal, a senadora afirma que há mais garantias jurídicas aos produtores em relação aos posicionamentos das ONGs: "'A maior recompensa de todas é que veio uma segurança jurídica para os produtores e que se tirou a hegemonia das ONGs que faziam mudanças (na legislação ambiental) pelo Ministério do Meio Ambiente, via decretos'" (Folha de São Paulo, "ONGs perderam monopólio das decisões ambientais, diz Kátia Abreu", 2012).

Um importante ponto que reflete as discussões de Carvalho, Carvalho e Aires (2020) e Makishi *et al*., (2020) é sobre como os ciclos econômicos influenciam as taxas de desmatamento, conforme notícias publicadas na *Folha de São Paulo* sintetizadas neste trecho: "De acordo com o pesquisador, o agronegócio mais moderno já sinaliza que a intenção é aumentar a produtividade, não o desmatamento. 'Mas não existe só o agronegócio moderno no Brasil'" (Folha de São Paulo, "Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro", 2019).

Além disso, é possível notar que nem mesmo os períodos de recessão e de falta de investimentos em políticas públicas voltadas para a economia do agronegócio foram capazes de desacelerar o desmatamento a partir da década de 2010, conforme este trecho publicado na *Folha de São Paulo*: "A recessão econômica não foi suficiente para reduzir o desmatamento na Amazônia registrado entre agosto de 2014 e julho de 2015. Em comparação com o período 2013-2014, foi registrado um aumento de 16%" ("Desmatamento aumenta 16% na Amazônia em relação a 2014", 2015).

Em outro contexto, o jornal traz reportagens destacando a potencialidade empresarial dos povos indígenas, em suas práticas sustentáveis de produtos e serviços bioeconômicos tal como negociação de crédito de carbono. Nas matérias, também há espaços para empresas consolidadas no mercado nacional e internacional que criticam as altas taxas de desmatamento, o que indica o fortalecimento das organizações com o compromisso de desmatamento zero, mas que resulta na desconfiança do mercado internacional.

Destaca-se a aproximação dos povos indígenas das questões mercadológicas

sustentáveis, como a venda de carbono verde da floresta mantida em pé para as comunidades internacionais, como pode ser observado na seguinte reportagem da *Folha de São Paulo*: “Os paiter-suruís receberam na semana passada duas certificações internacionais que lhes permitirão fechar contratos para gerar créditos de carbono pelo desmatamento que evitarem em seu território” (Folha de São Paulo, “Índios suruís venderão carbono com selo verde”, 2012).

Nos discursos publicados nesse jornal, uma matéria de 15 de outubro de 2019, com o título “Amazônia poderia ser 'Vale do Silício da biodiversidade'”, foram identificadas iniciativas no sentido de alavancar outras alternativas de comércio sustentável, como se verifica no seguinte trecho: “A fim de mudar esse quadro e assegurar a permanência da floresta e o uso sustentável de seus recursos é preciso implementar um novo modelo de desenvolvimento econômico para o bioma baseado no conhecimento da natureza — a chamada bioeconomia” (Folha de São Paulo, 2019), o que se apresenta como um discurso estratégico técnico-científico.

Quando relacionado com as organizações ambientalistas, os empresários procuram se alinhar às questões ambientais e ao equilíbrio entre economia e desagravo ao meio ambiente amazônico, fato este que se comprova na parceria reportada em que foi possível diminuir consideravelmente o desmatamento na região do maior polo madeireiro do país, como registrado neste trecho: “O sucesso do programa permitiu que Paragominas, no Pará, que era o principal polo madeireiro do Brasil, se tornasse a primeira cidade a ser retirada da lista das que mais destroem a Amazônia, pois, com esta iniciativa, reduziu seu desmatamento em 90%” (Folha de São Paulo, “Brasil quer exportar sistema de vigilância na Amazônia”, 2011).

Com base nas análises das reportagens verifica-se uma aliança entre os políticos e grupos empresariais, de acordo com o exemplificado neste relato: “[...] A organização, que agrega setores públicos e privados relacionados à produção agrícola e à questão ambiental, foi fundada durante a Rio+20, em 2012, e tem como um dos principais objetivos o fim do desmatamento, até 2020, na produção de commodities — como soja e carne” (Folha de São Paulo, “Bolsonaro pode até liderar sustentabilidade se ajustar discurso, diz diretor de aliança por florestas”, 2018).

A negação se consolida no raciocínio da Associação Brasileira de Frigoríficos que não se dispõe a discutir os índices de emissão de GEE do seu segmento, conforme apresentado neste relato:

> A JBS afirmou desconhecer o estudo e a metodologia utilizada. A companhia informa que “calcula suas emissões globais desde 2012, utilizando levantamentos internacionalmente reconhecidos, como GHG Protocol, IPCC,

> entre outros, e essas análises indicam emissão de gases de feito estufa 34 vezes menor do que a apresentada pelo estudo citado" (Folha de São Paulo, "Juntas, grandes produtoras de carne e leite poluem mais que a Alemanha", 2017).

Compreende-se aqui o argumento fundamentado na racionalidade instrumental com base em dados produzidos pela própria empresa para justificar que estaria cumprindo com os protocolos ambientais internacionais. A "Moratória da Soja", acordo para não comprar soja de áreas desmatadas da Amazônia, destaca-se como uma importante medida para que os empresários do ramo desacelerem o desmatamento na região amazônica. O trecho a seguir evidencia este discurso:

> A 'moratória da soja', acordo feito em 2006 por gigantes da agroindústria para não comprar soja de áreas destruídas na Amazônia, foi essencial para brecar o desmatamento e não deveria acabar no ano que vem, como planejado (Folha de São Paulo, "Moratória da soja conteve desmate na Amazônia, diz estudo", 2015).

Nesse sentido, o jornal destaca as reportagens que propiciaram a defesa por parte dos representantes de empresas multinacionais como a JBS, Bunge e Cargill, além do ex-governador, senador pelo estado de Mato Grosso e então ministro da república, Blairo Maggi, que defendia o agronegócio moderno e, segundo ele, aumentava a produtividade e não desmatava.

> Entre as dezenas de multinacionais encontradas como compradoras de empresas que cometeram infrações recentes, estão os maiores frigoríficos brasileiros, como o grupo JBS, e gigantes da produção de soja, como Bunge e Cargill. Em nota, Bunge e Cargill negam que suas atividades tenham relação com desmatamento e contestaram as autuações do Ibama. 'São infundadas', diz a nota da Cargill. Já a JBS afirmou que monitora diariamente as fazendas fornecedoras de gado com imagens de satélite e cruza dados com a lista de áreas embargadas pelo Ibama e com a lista suja do trabalho escravo do Ministério da Economia. 'Qualquer fazenda que não atenda aos critérios é imediatamente bloqueada no sistema de compras da empresa', diz a nota, sem fazer referência às evidências de compras de fazendas irregulares mostradas pelo relatório. Uma delas aponta que uma fazenda da AgroSB, autuada pelo Ibama [...] (Folha de São Paulo, "Desmatamento da Amazônia alimenta mercado de carne, soja e madeira", 2019).

Neste contexto, essas grandes organizações, em seus discursos na imprensa, querem demonstrar que praticam uma governança socioambiental que atendam as orientações ambientais em relação aos seus fornecedores.

Destacam-se no jornal *The New York Times* os discursos dos empresários de outros

setores e ruralistas defensores das práticas do agronegócio contra o novo Código Florestal. Cada segmento faz sua defesa alegando motivos diferentes. Nesta estrutura discursiva apresenta-se o negacionismo relacionado ao aquecimento global, como o apresentado neste trecho:

> No centro de desmatamento de Novo Progresso, os moradores se irritam abertamente com a polícia ambiental e outras autoridades federais. "O aquecimento global é uma mentira inventada por interesses de países ricos que ambicionam a Amazônia", disse Agamenon da Silva Menezes, 63, pecuarista e líder empresarial que chegou aqui em 1985, abrindo um depósito de suprimentos para garimpeiros de ouro (The New York Times, "Clashing Visions of Conservation Shake Brazil's Presidential Vote", 2014, *tradução livre*).

The New York Times concentram em suas matérias a presença das falas empresariais, o que confere a este jornal o estabelecimento da visão dos empresários em diversas possibilidades de discursos prós e contras à economia e ao ambientalismo.

É relevante refletir sobre a presença da bancada ruralista no Congresso brasileiro, a qual apoia os empresários do agronegócio e, portanto, posicionam-se favoravelmente à aprovação do novo Código Florestal e que, nesse alinhamento, criam possibilidades de ampliação das leis que promovam a expansão agrícola em áreas amazônicas. Estes grupos manifestaram-se da seguinte forma: "Os chamados ruralistas no Congresso dizem que o antigo código está restringindo o potencial agrícola do Brasil e que precisa ser atualizado para permitir que mais terras sejam abertas à produção" (*The New York Times*, "In Brazil, Protection of Amazon Rainforest Takes a Step Back", 2012, *tradução livre*).

Em relação ao novo Código Florestal remete-se a uma matéria que fala sobre a posição dos ruralistas ao defender a aprovação da lei e, em outra, é publicado o discurso empresarial que procura se relacionar com as causas ambientais ao criticar a discussão apressada do novo Código Florestal com as seguintes palavras: "Este projeto de lei deixa o Brasil na Idade Média, (*The New York Times*, "Brazils new leader mulls fate of forest protections", 2012, *tradução livre*). Nesse caso, o empresário, presidente de uma importante empresa multinacional de embalagens e de processamento de alimentos, recorre a encenação dramatúrgica ao buscar apresentar a sua racionalidade estratégica no que se relaciona ao debate sobre desmatamento e afrouxamento das leis ambientais no Brasil.

As multinacionais do ramo de *commodities* se baseiam em regras e normas legais e, também, apresentam-se como fim específico o aumento da produtividade, como se verifica neste registro: "'A JBS tem um compromisso inabalável de combater, desencorajar e eliminar

o desmatamento na região amazônica', disse o comunicado da empresa (*The New York Times*, "Why Amazon fires keep raging 10 years after a deal to end them", 2019, *tradução livre*)". Essas organizações buscam direcionar suas ações e discursos para coibir o desmatamento, o que, na prática, acaba não acontecendo, conforme dados apresentados nesta tese quando foram discutidos os índices de desmatamento da Amazônia.

Em relação às *commodites*, destacam-se a produção de soja e a pecuária como segmentos que são abordados nas reportagens, o que corrobora com as indagações de Fearnside (2020; 2005), Cavalcante, Silva e Silva (2021), Moret (2020) e Carvalho, Carvalho e Aires (2020), autores que atestam que esses dois segmentos agropecuários são os dois principais causadores do desmatamento na Amazônia, argumento também encontrado na matéria do *The New York Times*: "Na Amazônia, o desmatamento há muito é causado pela pecuária ilegal, extração de madeira e conversão de florestas em fazendas. A demanda global por carne bovina, uma das principais *commodities* do Brasil, está crescendo" (*The New York Times*, "What Jair Bolsonaro's victory could mean for the Amazon and for the planet", 2018, *tradução livre*).

O discurso dos representantes de sindicatos rurais está condicionado a uma perspectiva voltada à economia. Exemplo disso ocorre na fala do presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, Marcello Brito, quando apresenta preocupação sobre a falta de controle do desmatamento: "'Embora exista uma barreira clara entre o bom agro e essas pessoas, a imagem sempre fica no agronegócio', disse. 'Isso vai nos trazer prejuízos'" (*The New York Times*, "Deforestation in the Amazon soars, with the application of pandemic obstacles, 2020, *tradução livre*).

Em outro contexto, fala um fazendeiro da região amazônica: "Se você proteger apenas o meio ambiente, os fazendeiros irão afundar com toda a pressão de seus gastos", disse ele, enquanto as araras azuis gritavam e enquanto voavam em volta de algumas árvores frondosas. "'Se você não consegue desmatar um pouco, não tem como criar mais gado. Você precisa criar uma situação em que seja bom para os dois lados'" (*The New York Times*, "In the Amazon, fire steals your breath, but the smell of smoke is Money", 2019, *tradução livre*). Ao mesmo tempo que condena o desmatamento ilegal, o discurso empresarial procura justificar que a culpa cai apenas para o empresariado rural, o que destoa das afirmações levantadas por Alencar *et al*. (2022), ao apresentar que a maior parte do desmatamento na Amazônia brasileira ocorre em terras que deveriam estar protegidas ou em terras privadas que já não deveriam ser mais exploradas.

Em um dos artigos de opinião analisados, escrito por dois cientistas, há o seguinte

argumento:

> Não faz muito tempo, o Brasil estava fazendo as coisas certas. Apesar dos baixos preços globais da soja e da carne bovina, o país experimentou uma notável expansão econômica, enquanto o desmatamento caiu 60% de 2004 a 2007, demonstrando que o crescimento ambiental é consistente com o crescimento econômico. Mas agora que a demanda por soja e carne bovina no mercado global está alta, a pressão sobre a floresta está aumentando. O desmatamento ainda está bem abaixo dos máximos históricos. Mas isso pode mudar em breve se o poder do lobby do agronegócio não for controlado (*The New York Times*, "Opinion -The Amazon on the Brink", 2018, *tradução livre*).

Os autores da reportagem procuram, com base em argumentos ilocucionários, mostrar que o Brasil passou por um período de expansão comercial do gado e da soja e, mesmo assim, conseguiu diminuir, consideravelmente, o desmatamento na Amazônia. Contudo, argumentam que a força dos empresários do agronegócio para ampliar sua produção ignorava as ações de prevenção ao desmatamento, que são mais lentas em relação aos processos de sua implantação e execução.

Um tema-problema que se apresenta nas discussões da estrutura discursiva *Empresarial* no *The New York Times* é sobre os incêndios na Amazônia. Vincula-se a essa discussão, depoimentos de empresários e ambientalistas preocupados com o fato de os incêndios na Amazônia aumentarem a escala de desmatamento e, assim, prejudicar as questões econômicas e ambientais, conforme este relato:

> As pessoas que trabalham na terra expressaram sentimentos conflitantes sobre o desmatamento. Para alguns, os incêndios são uma ameaça dupla, expelindo uma fumaça perigosa e destruindo uma floresta que sempre forneceu um meio de vida. Para outros, os incêndios criam empregos muito necessários, ainda mais valiosos em meio à economia lenta do Brasil (*The New York Times*, "'The Amazon is completely Lawless': the rainforest after Bolsonaro´s first year", 2019, *tradução livre*).

Ao analisar a estrutura discursiva *Empresarial*, nota-se que os empresários participam ativamente dos debates sobre o desmatamento na Amazônia brasileira. Eles se organizam em coletivos que os representam nos espaços de discussão, principalmente nos espaços políticos, e, nessa organicidade, solidificam suas relações e seus posicionamentos em relação ao meio ambiente amazônico.

Enfatiza-se as diferentes posturas de grupos de empresários em relação às perspectivas ambientais e econômicas, apesar de, majoritariamente, manifestarem-se numa perspectiva econômica, há grupos que buscam dialogar e contribuir para melhorar as ações voltadas para a

natureza.

6.3. Estrutura discursiva *Técnico-Científica*

Nesta estrutura discursiva, destacam-se os argumentos dos cientistas de diversas universidades nacionais e internacionais e, também, de autarquias e de ONGs. A maior parte das reportagens tratam dos impactos e das taxas de desmatamento ao longo dos anos.

O jornal *Amazônia Real* caracterizado por meio desta estrutura discursiva busca conscientizar os seus leitores sobre a gravidade do desmatamento, trazendo uma visão crítico-ambientalista fundamentada em colunistas, que são cientistas e se destaca, principalmente, com reportagens sobre as taxas de desmatamento e seus impactos. Nesse sentido, foram levantadas críticas sobre a construção de barragens na Amazônia e os estudos que comprovam que há, por meio dessas grandes obras, a ampliação do desmatamento na Amazônia.

A transformação das florestas em pastagens e a demissão do cientista Ricardo Galvão, notícias sobre as atividades do INPE e a cobertura sobre o "Dia do Fogo" também foram temas-problemas que constituem ponto de partida de formação de esferas públicas sobre o desmatamento da Amazônia, e discutidas com destaque no *Amazônia Real* na perspectiva *Técnico-Científica*. Foram levantadas considerações acerca das atividades da pecuária e constatado, no âmbito das matérias jornalísticas, que esse segmento é um dos que mais provocam desmatamento na Amazônia brasileira. Por fim, são apresentados discursos que sustentam a reflexão entre desmatamento da Amazônia e o progresso econômico da região.

Os estudos dos institutos de pesquisa buscam apresentar um discurso para a conscientização sobre o desmatamento. São encontradas, contudo, matérias que determinam falas que não se confirmaram como a possibilidade de o desmatamento ilegal se aproximar de zero em 2020. Em 2013, as matérias são, de certo modo, propositivas quando verificados os números do desmatamento, destacando-se os estudos do INPE relacionados às taxas de desmatamentos nas plataformas do PRODES e DETER e, também, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), como nota na fala do senhor Adalberto Veríssimo, coordenador do Imazon:

> [...] confirma a alta na devastação da floresta neste ano. "Nossa estimativa é que haverá um aumento em relação a 2013, embora haja possibilidade de se manter relativamente estável. Isso poderá ocorrer se os chamados desmatamentos pequenos (abaixo de 10 hectares) tenham sido

> excepcionalmente reduzidos neste último ano (Amazônia Real, “Alertas indicam alta na devastação da Amazônia”, 2013).

O IMAZON se apresenta como uma importante organização a tecer críticas e denúncias contundentes aos invasores de terras indígenas e de UCs.

O INPE, com os trabalhos do DETER e PRODES, apresenta dados e informações sobre desmatamento e o IMAZON, na figura de um dos seus diretores, pesquisas que discutem os problemas de desmatamento em Rondônia, principalmente, a partir das construções das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, de acordo com o registro de uma entrevista de um dos principais pesquisadores do IMAZON:

> O município que mais desmatou em dezembro foi Porto Velho, com 39 km^2. [...], a causa mais provável são as hidrelétricas do rio Madeira. [...]dezembro não foi o primeiro mês que a capital de Rondônia apareceu na liderança do desmatamento no último semestre. "Não tem outra explicação que não sejam Jirau e Santo Antônio", afirma. ‘Deveria ser uma área alvo de fiscalização’. (Folha de São Paulo, “Hidrelétricas do rio Madeira fazem desmatamento voltar a crescer”, 2011).

Além disso, o Instituto busca o envolvimento da sociedade, dos políticos e empresários. As matérias do ano de 2013, demonstram o INPE destacando números positivos em relação à redução do desmatamento nos anos de 2011 e 2012.

A seguir, está o excerto que comprova este realce: “Um dos grandes ‘sucessos’ do país na área ambiental e de mudanças climáticas é o forte decréscimo no desmatamento da Amazônia, que caiu de 27.772 Km², em 2004, para 4.571 Km², em 2012” (Amazônia Real, “Desmatamento na Amazônia: cresceu?”, 2013)”.

Em 2013, começou a mudar o cenário dos números e o desmatamento a dar sinais de aumento. O IMAZON também chamou a atenção para estes dados e informações, conforme a fala de um dos seus coordenadores:

> Nossa estimativa é que haverá um aumento em relação a 2013, embora haja possibilidade de se manter relativamente estável. Isso poderá ocorrer se os chamados desmatamentos pequenos (abaixo de 10 hectares) tenham sido excepcionalmente reduzidos neste último ano (Folha de São Paulo, “Alertas indicam alta na devastação da Amazônia”, 2013).

Ambas as instituições buscam sensibilizar com explicações e exemplos didáticos e bem fundamentadas as causas do desmatamento na Amazônia, o que caracteriza o “agir comunicativo” nas manifestações do INPE e do IMAZON, no sentido de formar esferas

públicas capazes de influenciar decisões políticas.

Philip Fearnside, cientista que publica seus estudos no *Amazônia Real*, buscou dialogar com o governo federal ao alertar sobre os números do desmatamento. Para ele, "O Brasil é, de longe, o país que tem o mais a perder se o desmatamento da Amazônia for permitido e os benefícios climáticos da região forem perdidos" (Amazônia Real, "Sustentabilidade da agricultura na Amazônia – 7: Biodiversidade como Alternativa para áreas florestais", 2020).

Em 2013, o pesquisador fez referências à falta de consciência dos políticos em relação à causa ambiental conforme este relato:

> Fearnside disse que o aumento do desmatamento em 2013 traz uma lição ao governo federal. 'A lição de vida do aumento da taxa é que é perigosa a complacência que se instalou em Brasília nos últimos anos, constantemente retratando o desmatamento como um problema do passado, já vencido. Não se pode esperar que estradas, barragens, linhas de transmissão e outras obras sejam construídas em toda parte da Amazônia sem que o desmatamento aumente' (Amazônia Real, "Alertas indicam alta na devastação da Amazônia", 2013).

O cientista apresentou críticas às construções de grandes obras como barragens, usinas e estradas. Ao argumentar sobre as Usinas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia, relatou que: "Há possíveis impactos adicionais sobre os povos indígenas nas proximidades, incluindo vários grupos isolados" (Amazônia Real, "Barragens do rio Madeira-Sedimentos 5 - Impactos das barragens, 2014)", como foram alertados nas pesquisas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (2021), Moret (2020) e Tavares (2011). O pesquisador reforçou em seu discurso esse argumento ao se fundamentar em estudos e alertas do INPE sobre os aumentos do desmatamento.

Os cientistas ambientais procuram, em suas análises, traçar o cenário em que se encontra a Amazônia e sua degradação:

> É certo que temos observado uma desaceleração do desmatamento na Amazônia desde o início deste século, como recentemente publicado pela RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada), mas não podemos comemorar, pois o desmatamento persiste e dá sinais de aumento a partir do biênio 2014/15 com 16% segundo o Prodes/INPE [...] (Amazônia Real, "Mudança no Clima no Amazonas e o Acordo de Paris", 2015).

É possível compreender o contexto sócio-histórico, apesar da sensibilização entre alguns grupos ambientalistas, empresariais e de amazônidas, o processo não se consolida já que

o desmatamento e os problemas na Amazônia só aumentam, de acordo com Alencar *et al*., (2012) e INPE (2022).

Os impactos negativos na Amazônia destacam-se neste jornal quando analisados os discursos que contextualizam as ações dos sujeitos sociais relacionados com dados e informações sobre a condição dos ruralistas e a atividade de *commodities*:

> Assim como o desmatamento da Amazônia mantém relação direta com o stress hídrico nas metrópoles do sudeste, a conversão compulsória da região amazônica em um portfólio de commodities tem relação direta com a desindustrialização do país, ou seja, com o aprofundamento de seu perfil produtivo regressivo (Amazônia Real, "O limiar da Amazônia e as ordens de sua devastação", 2019).

Os autores das reportagens alertam para as falhas das legislações ambientais em relação à não proteção de rios e florestas, conforme consta neste relato:

> Na maior parte das cidades da região amazônica, os igarapés não são protegidos pela legislação ambiental e tampouco na gestão e conservação dos recursos hídricos como deveria. Entre as principais ameaças estão a atividade do agronegócio, a abertura de estradas e o desmatamento (Amazônia Real, "Desmatamentos e rodovias ameaçam os igarapés da bacia do rio Amazonas, no Pará", 2016).

É consenso entre os cientistas, - que publicaram neste jornal -, cujos argumentos se pautam em resultados de pesquisa e dados estatísticos, que os principais causadores dos problemas ambientais na Amazônia são as atividades do agronegócio e as grandes obras construídas na região. Em eventos científicos organizados por eles buscam sensibilizar a opinião pública para os problemas da Amazônia e para as mudanças climáticas. Nesses eventos, apresentam notícias que comprovam o aumento do desmatamento em Rondônia e argumentam que o estado de Rondônia é um dos mais negligentes em relação à sustentabilidade. Esses argumentos podem ser verificados no seguinte trecho da reportagem "Massacre de motosserra para áreas protegidas em Rondônia":

> A Rondônia é notória por suas altas taxas de desmatamento (por exemplo, [8]). Este estado tem riqueza de espécies maior do que muitas partes da Amazônia e é uma região chave para a perda de espécies [9]. Também é conhecido como um dos estados da Amazônia brasileira que dá menos atenção ao meio ambiente, por exemplo, em um ranking informal usado pelo Banco Mundial [10]. Poucas florestas permanecem fora das terras indígenas e das unidades de conservação protegidas por órgãos ambientais federais ou estaduais (Figura 3). (Amazônia Real, "Massacre de motosserra para áreas

> protegidas em Rondônia", 2020),

Para os cientistas, poucas florestas, que estão fora das APAs, UCs e terras indígenas, permanecem em pé, o que se confirma com base nas pesquisas de Alencar *et al*., (2022). No entanto, com o advento das invasões por grileiros e garimpeiros, o índice de desmatamento destes territórios aumenta a cada ano.

Na *Folha de São Paulo* destacam-se, pela lente da estrutura discursiva *Técnico-Científica,* as reportagens sobre as taxas de desmatamento e os impactos da construção das Usinas Hidrelétricas para a Amazônia brasileira e o debate do novo Código Florestal no Congresso nacional. O jornal apresenta críticas ao enfraquecimento do IBAMA pela falta de recursos financeiros por parte dos governos federais. Há reportagens que evidenciam a proposta de abordagens inovadoras pelos especialistas e críticas ao descumprimento dos prazos de extinção do desmatamento até o ano de 2030.

A ministra do MMA Izabella Teixeira (2011-2016) foi uma importante voz governista nas matérias desta estrutura discursiva. As oscilações e gravidade do desmatamento e a discussão do Código Florestal fizeram a ministra institucionalizar um "gabinete da crise", conforme relatado na matéria "Desmatamento na Amazônia cai em julho, mas 2011 supera 2010", publicada na Folha de São Paulo em 2011. A ministra tecia elogios ao governo brasileiro quando se tratava das atuações no combate do desmatamento.

Entretanto, quando os números apresentados pelos centros de pesquisas diferenciaram mostrando o aumento do desmate, ela começou a questionar esses dados, o que deu origem a um conflito comunicacional entre governo e ambientalistas técnico-científicos. As práticas e discursos da ministra buscavam convencer a sociedade sobre as ações ambientais do MMA e de todo governo federal, como sua fala na Conferência do Clima da ONU:

> A representante do Brasil disse que o país continua firme no propósito de cumprir sua meta voluntária de redução de emissões, estabelecida em 2009 em Copenhague (Dinamarca), como entre 36,1% e 38,9% em 2020. A ministra exaltou que a atual taxa de desmatamento na Amazônia apresenta uma redução de 27% em relação ao ano passado e de 83% em comparação com 2004 (Folha de São Paulo, "Na COP-18, Brasil destaca redução recorde de desmatamento na Amazônia", 2012).

Nota-se diferença no tratamento das reportagens com a ministra Izabella Teixeira ao longo do tempo. De entrevistas mais cordiais no início do governo a discursos mais críticos ao término do seu mandato, reflexo imediato do aumento do desmatamento e do enfraquecimento

da sua gestão em relação às políticas ambientais.

O governo Dilma Rousseff buscou amenizar as discussões sobre os números do desmatamento, discutindo sobre dados ambientais que não foram divulgados durante a campanha eleitoral do ano de 2014, conforme o registro na matéria deste jornal: “O desmatamento da Amazônia desapareceu do debate eleitoral, e o governo Dilma Rousseff tem bons motivos para mantê-lo fora: a redução das taxas de destruição esbarrou num "piso" duro de romper, indica pesquisa de institutos da Suécia, da Espanha e da Indonésia” (Folha de São Paulo, “Diminuição da taxa de desmatamento esbarra em piso”, 2014).

Naquele momento, o governo já estava sendo pressionado, pela comunidade científica nacional e internacional e governos estrangeiros investidores em políticas ambientais, sobre os avanços dos números do desmatamento no Brasil. A repercussão internacional dos números negativos do desmatamento causou desconforto ao governo.

Em relação ao novo Código Florestal, a reportagem sobre um artigo publicado na *Science* representa um exemplo das pressões da comunidade científica sobre o governo Dilma: ‘Uma carta de pesquisadores brasileiros na revista "Science" desta sexta-feira (30) põe o dedo na ferida: será muito difícil cumprir as metas nacionais para combater a mudança do clima até 2030 anunciadas pela presidente Dilma Rousseff no final de setembro (Folha de São Paulo, “Estudo lança dúvidas sobre meta brasileira do clima”, 2015*)*.

Diversos pesquisadores publicaram uma carta sobre o Código Florestal trazendo pontos negativos e positivos desta legislação e apontaram as fragilidades ambientais da lei, assim descritos na reportagem: “O novo Código Florestal, aprovado em 2012, reduz em 58% a área desmatada no país que deveria ser restaurada, afirma análise de um grupo de pesquisadores brasileiros publicada na edição de hoje da revista "Science" (Folha de São Paulo, “Código Florestal deve anistiar 29 milhões de hectares desmatados”, 2014), o que se confirmou com o aumento do desmatamento em áreas que deveriam ser protegidas.

O Congresso Nacional e Governo Federal contestaram os dados apresentados pelo INPE, o que fez com que os cientistas se movimentassem dentro das discussões para defender os institutos de pesquisas. Em uma das reportagens analisadas, a presidenta Dilma Rousseff disse que não negociaria o desmatamento no novo Código Florestal e o IPEA argumentava que havia a intenção do governo em reverter a “anistia” dada na Câmara, como pode ser verificado neste trecho:

> Um dia após a presidente Dilma Rousseff afirmar que não vai ‘negociar

> desmatamento' no novo Código Florestal, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgou estudo que reforça a intenção do governo em reverter a 'anistia' a desmatadores concedida no texto aprovado pela Câmara (Folha de São Paulo, "Código Florestal deixaria de recompor 29 mi de hectares, diz Ipea", 2011)".

Nas UCs e assentamentos ficaram evidentes o crescimento do desmatamento, conforme estudos de Alencar *et al*., (2022), que demonstram que, após a aprovação do novo Código Florestal, o desmatamento foi ampliado. Mais recentemente, já no governo Bolsonaro, em uma das reportagens, os cientistas do IPAM consideraram que os aumentos foram devidos à cultura da impunidade, como se verifica na fala de um dos diretores do IPAM:

> [...] que a cultura da impunidade prevalece, mas discorda que haja cultura de desmatar. 'Em primeiro lugar, de acordo com os dados do Ipam, em torno de 35% do desmatamento acontece em áreas públicas não destinadas, ou seja, patrimônio brasileiro. Já as áreas públicas destinadas, como as unidades de conservação, o percentual é de 10%. Os dados contradizem o presidente porque mais de 45% do desmatamento é ilegal, aponta (Folha de São Paulo, "Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará", 2019).

Foram feitas críticas por parte dos cientistas aos argumentos apresentados pelo Presidente e pelo ministro do meio ambiente Ricardo Salles (2019-2021), o que provocou um posicionamento de sete governadores da República favoráveis aos argumentos apresentados pelo INPE: "[...] com o avanço acelerado do desmatamento na região durante encontro em Palmas, no Tocantins, nesta sexta-feira (2). Eles também defenderam os dados de desmate produzidos pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) (Folha de São Paulo, "Governadores da Amazônia Legal defendem dados de desmate do Inpe", 2019).

O ministro Ricardo Salles contestou os dados ambientais e culpou o INPE pela ineficácia do combate ao desmatamento em uma matéria publicada na *Folha de São Paulo*, com o título "Salles critica Inpe e quer empresa privada para monitorar a Amazônia" conforme este recorte: "Apesar do déficit na fiscalização e da disponibilidade de um novo sistema gratuito para o Estado, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, culpa o atual monitoramento, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), pela ineficácia no combate ao desmate e quer trocá-lo por uma empresa privada (2019)".

A demissão do cientista Ricardo Galvão do cargo de diretor do INPE provocou comoção entre a sociedade e classe científica, pois essa exoneração se configurou como forma de retaliação aos números apresentados pelo INPE em sua gestão. Os números do desmatamento do INPE também são contestados por governadores dos estados pertencentes a Amazônia

Legal.

Em relação à demissão de Ricardo Galvão, membros do MCTI discutiram, com o então ministro da pasta, sobre a possibilidade de interceder junto ao presidente Bolsonaro para a permanência do diretor e pela defesa da confiabilidade dos dados do INPE, como se verifica nas críticas publicadas na reportagem da *Folha de São Paulo*, em 2019 "Diretores de centros de pesquisa pediram que Pontes intercedesse por diretor do Inpe".

Outro pesquisador do INPE, Carlos Nobre, ressaltou que a redução do desmatamento na Amazônia estaria diretamente relacionada ao combate ao crime organizado e à corrupção, como registrada na fala do pesquisador: "[...] a bandeira de combate ao crime e à corrupção pode favorecer a preservação ambiental, caso aplicada também às áreas rurais do país".

Na mesma reportagem, o pesquisador complementa que "'Se não atacar o crime, é muito difícil atacar a devastação. Uma política de redução do crime tem que ser nacional, também olhar o crime organizado que está na raiz do desmatamento da Amazônia'" (Folha de São Paulo, "Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro", 2019).

O aumento do desmatamento fez com que vários países recuassem seus investimentos para o combate ao desmatamento no Brasil, como mostra o fragmento citado na *Folha de São Paulo* na reportagem "85% do desmatamento em Mato Grosso é ilegal, aponta estudo", publicada em 2018: "O Mato Grosso registrou neste ano a maior área desmatada desde 2008 e quase ultrapassa o teto que condiciona doações milionárias do Reino Unido e da Alemanha, aponta estudo do ICV (Instituto Centro de Vida), com base nos dados do projeto Prodes" . O que se verifica é que a imagem do país tornou-se muito ruim em relação ao desmatamento na Amazônia perante a comunidade internacional, durante o governo Dilma Roussef, piorando nos governos seguintes.

A "Operação Verde Brasil 2" liderada pelo vice-presidente General Mourão que objetivou combater o desmatamento na região amazônica foi criticada por não conseguir apresentar resultados satisfatórios, como se verifica nessa matéria: "Segundo o chefe do Conselho da Amazônia, essa queda seria efeito da presença das Forças Armadas na floresta. Contudo, o Exército se encontra em operação na Amazônia desde maio de 2020, sem sinal de redução em queimadas e no desmate (Folha de São Paulo, "Desmatamento da Amazônia em setembro tem queda, mas permanece elevado", 2020)". Com isso, o governo perdeu ainda mais credibilidade porque, concomitante a esse discurso, o governo Bolsonaro disponibilizou menos recursos aos órgãos ambientais fiscalizadores, como se observa no argumento da assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos:

> o governo conseguiu em dois anos perder o controle sobre o desmatamento, estimular a grilagem, arruinar sua credibilidade perante a comunidade internacional e gerar insegurança jurídica quanto a sua capacidade de cumprir as leis e acordos internacionais em matéria ambiental e climática (Folha de São Paulo, "Em dois anos, Bolsonaro esvaziou órgãos que cuidam de questões ambientais, indígenas e agrárias", 2020).

Essas críticas mostram que o governo Bolsonaro conseguiu incentivar o desmatamento da Amazônia e estimular a criminalidade ambiental, insegurança jurídica, reputação negativa internacional e, principalmente, prejuízo ambiental dos recursos naturais da Amazônia. Houve aumento de registro de garimpo ilegais em terras indígenas, UCs, principalmente, nos estados do Amazonas, Rondônia e Acre, na região denominada Amacro, conforme a discussão de Alencar *et al*., (2022), Projeto Mapbiomas (2022) e InfoAmazônia (2021).

O jornal *The New York Time*s, ao longo do período investigado, apresentou elementos discursivos dos cientistas em relação à aprovação do novo Código Florestal como a matéria que expõe a posição do pesquisador do INPE, Antônio Nobre, que fez a seguinte crítica: "Se tivéssemos mais tempo para debater, teríamos a oportunidade de construir uma legislação ambiental adequada ao século 21" (*The New York Times*, "Brazil debates easing curbs on developing Amazon forest", 2011, *tradução livre*). Esse argumento mostra que as tentativas de debate público sobre o desmatamento na Amazônia foram frustradas em governos sucessivos, e que os dados apresentados pelo INPE, em relação às taxas de desmatamento e seus efeitos na Amazônia brasileira, não foram levados em conta. As reportagens neste jornal destacam o não cumprimento do Acordo de Paris, assim como a demissão do cientista Ricardo Galvão da direção do INPE por parte do governo federal brasileiro.

Outro assunto recorrente nas matérias do jornal foram as críticas por parte do Governo do presidente Jair Bolsonaro ao INPE, o que resultou na defesa dos cientistas ao físico e ex-diretor, conforme exposto neste trecho: "O primeiro sinal de que a Amazônia não teria um bom ano veio este mês, quando o governo demitiu o chefe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o físico Ricardo Galvão, que foi antipatriótico o suficiente para divulgar dados que mostravam um salto de 278% no desmatamento no Brasil (*The New York Times*, "The Ravaging of Amazônia", 2019, *tradução livre*).

Os estudos técnicos-científicos comprovam que os processos migratórios na Amazônia comprometeram a preservação e propiciaram o aumento do desmatamento e das emissões de GEE, em conformidade com o seguinte postulado: "[...] biólogos e outros pesquisadores do clima temem que o forte aumento na migração para cidades na Amazônia, que agora tem uma

população de quase 25 milhões, poderia corroer esses ganhos (*The New York Times*, "Swallowing rain forest, cities surge in Amazon", 2012, *tradução livre*).", o que se alinha aos estudos de Borrero (2021), Moret (2020) e Schmitt e Scardua (2015).

6.4. Estrutura discursiva *Ambientalista*

Conforme já explicitado na Tabela 8, a estrutura discursiva *Ambientalista* foi a que mais se destacou em todos os jornais. O discurso ambientalista tem espaço na mídia, principalmente nos jornais nacionais, para a contribuição da discussão ambiental e do desmatamento na Amazônia brasileira.

No *Amazônia Real*, os ambientalistas defenderam as agências ambientais brasileiras e também fizeram críticas ao abandono do governo brasileiro ao Acordo de Paris, como neste trecho:

> A proposta para o Brasil abandonar o Acordo de Paris sobre o controle de aquecimento global [12] é uma das ameaças com consequências mais irreversíveis. A Floresta Amazônica enfrenta um processo assustador de degradação por meio de exploração madeireira, grandes secas, enchentes e vendavais, incêndios florestais, invasões biológicas de lianas e bambu, e fragmentação (Amazônia Real, "Amazônia e os Retrocessos do Momento Político", 2018).

Neste jornal, diferentemente da *Folha de São Paulo* e do *The New York Times*, foi possível identificar que há maior participação dos povos amazônidas e dos movimentos sociais que discutem sobre desmatamento nas UCs, por meio do relato de um dirigente de associação de povos amazônidas:

> 'Na criação da Unidade de Conservação, em 2006, a gente já tinha o cuidado de proteger a floresta, mas o desmatamento era uma coisa pequena' recorda a dirigente da associação. 'Hoje, não. Já está mesmo o deserto', completa, destacando que a derrubada de floresta avança a partir do Acre e em um assentamento da Reforma Agrária, vizinho à Resex (Amazônia Real, "Pavimentação da BR-317 preocupa lideranças Apurinã do Rio Purus", 2018).

Há, por parte dos ambientalistas, a defesa eminente das UCs e terras indígenas em relação às grandes obras na Amazônia, como a Ferrogrão no eixo da BR-163, conforme se verifica na reportagem "Amazônia em Chamas: Sobrevoo flagra avanço da degradação ambiental no território Munduruku", que apresenta a fala da indígena Alessandra Korap

Mundukuru:

> [...] o aumento do desmatamento na região do Tapajós é resultado do processo de expansão do mercado, que emergiu com toda força em 2019, com a perspectiva da construção da ferrovia Ferrogrão, para escoamento de soja e milho, e da chegada da multinacional Anglo American para atividade de mineração (Amazônia Real, 2020).

Os conflitos agrários são pautas neste jornal e nessa estrutura discursiva, o que se justifica com a defesa de políticas ambientais que garantam a melhor distribuição de terras e, por consequência, o controle do desmatamento na Amazônia, pois parte dos conflitos agrários perpassam nos territórios indígenas e nos assentamentos rurais. O fragmento de uma das manifestações publicadas no *Amazônia Real* mostra essa situação:

> A origem dos conflitos, em áreas de pressão, está na ocupação ilegal da terra por grileiros, geralmente fazendeiros, que invadem as terras que são públicas. Eles entram em conflito com agricultores que não encontram alternativa econômica nos centros urbanos e que procuram sustento com ações de reforma agrária. O resultado é um alto índice de desmatamento e violência no campo, sem que haja uma atuação efetiva do poder público e de órgãos fundiários ("Quatro agricultores são mortos em novo conflito agrário na Amazônia", 2019).

Outra evidência importante são as mudanças drásticas que aconteceram em Rondônia nas últimas décadas em relação à dinâmica econômica, populacional e ambiental, o que se evidencia pelo crescimento e das altas taxas de desmatamento no Estado, como descrito neste trecho:

> O estado de Rondônia, cuja capital (Porto Velho) fica no extremo sul da Rodovia BR-319, recebeu grandes fluxos migratórios de pequenos agricultores, pecuaristas e madeireiros ilegais, que desmataram a maior parte do estado, incluindo desmatamento em unidades de conservação [2]. Espera-se que esses agentes migrem para o norte ao longo da Rodovia BR-319. Esses são os mesmos atores que abriram repetidamente estradas ilegais (a partir de estradas legais) e intensificaram o desmatamento nas fronteiras em toda a região amazônica [3] (Amazônia Real, "BR-319 ameaça povos indígenas 4:– A inviabilidade econômica da estrada", 2020).

Esse jornal busca conscientizar seus leitores sobre o novo Código Florestal e as políticas de enfraquecimento das lutas ambientais, principalmente em relação à impunidade dos grileiros e invasores de terras protegidas, faz críticas a construção de barragens e seus impactos ambientais, estradas, usinas e suas implicações com o aumento do desmatamento. O cientista

Carlos Durigan apresenta seus argumentos nesse sentido:

> E enfim, depois de alguns avanços importantes, o que temos hoje? Os processos de degradação tomando novo fôlego, impulsionados pelas atuais políticas públicas que insistem em seguir o velho rumo, promovendo mais uma vez o desmatamento, inclusive no interior das áreas que deveriam ser protegidas; um novo Código Florestal feito sob encomenda para as oligarquias nacionais que promovem o agronegócio com os pés fincados na 'Casa Grande'; áreas protegidas sendo extintas para dar passagem a grandes projetos de infraestrutura e mineração; lideranças que continuam a ser assassinadas impunemente, etc (Amazônia Real, "Degradação e Desenvolvimento ou a dinâmica do avançando, mas retrocedendo", 2014).

As matérias deste jornal mostram que o Brasil foi exemplo mundial de controle do desmatamento entre 2003-2006, e que o controle não causou prejuízos econômicos ao País.

Em torno da obra de infraestrutura pública, BR-319, de um lado, há um extenso conflito entre os ambientalistas sobre crimes ambientais, consequência da obra e, por outro lado, os empresários com o discurso sobre as vantagens advindas dessa construção.

No *Amazônia Real* há uma atenção aos eventos das populações amazônidas, no sentido de reconhecer a necessidade de ampliar os espaços de comunicação da população local. É comum encontrar matérias sobre atos dos amazônidas em busca dos seus direitos e em defesa do seu território, como exemplificado neste trecho de uma reportagem:

> Estudantes e populares do município de Manacapuru (a 84 quilômetros de Manaus) fizeram nesta terça-feira (13/10) um protesto nas ruas contra as queimadas e os desmatamentos nas florestas da região. Organizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Meio de Manacapuru, a manifestação reuniu cerca de 300 pessoas, segundo o órgão (Amazônia Real, "População protesta contra as queimadas nas florestas de Manacapuru (AM)", 2015).

Esse jornal, em uma linguagem direta e objetiva, também recepciona depoimentos dos amazônidas e pesquisadores sobre os impactos negativos ocasionados pelo desmatamento. Exemplo disso, encontra-se na fala da pesquisadora Ana Ionova, da organização ambientalista Mongabay, que afirma que a agropecuária e garimpo ilegal são vetores que ameaçam a biodiversidade da Amazônia:

> Mas a principal causadora do desmatamento e das agressões à natureza é a mineração praticada por garimpos ilegais. É uma ameaça direta à finalidade da Flona, que era considerada um marco na silvicultura brasileira, uma esperança de viabilizar o desenvolvimento sustentável na Amazônia (Amazônia Real, "Os novos hunos", 2020).

Alguns ambientalistas afirmam que o Brasil tem como chegar ao desmatamento zero. Mostram, no entanto, as contradições entre essa possibilidade e as políticas ambientais estabelecidas pelo governo federal e estaduais, as quais incentivam as grilagens, invasões e, consequentemente, o desmatamento, o que inviabiliza a possibilidade de atingir a meta necessária. Para os ambientalistas, a Amazônia não é mais uma região isolada e que, a partir dos anos de 1960,

> Esse entendimento não pode ignorar que a Amazônia já não é mais uma região isolada, protegida, intocada. Pelo contrário: o desmatamento é o fato mais intenso, grave e ameaçador das últimas seis décadas, desde que a penetração na região foi promovida através da abertura de estradas no meio da floresta, a partir do final dos anos de 1960 (Amazônia Real, "A utopia amazônida", 2018).

Em se tratando de Rondônia, o seguinte registro mostra atividades que desmataram a Amazônia rondoniense ao longo das décadas:

> Essa prática de utilização do fogo foi intensificada com a chegada dos primeiros migrantes, vindos do Sul do país, na década de 70. Hoje, Rondônia é um dos estados mais desmatados na região amazônica, devido à forte pressão do agronegócio e da invasão de terras públicas (a grilagem), incluindo territórios indígenas. O crescimento da [...] monocultura (especialmente da soja) também é outro indicador de que o Estado está perdendo floresta a cada ano que passa. O combate aos crimes ambientais não é tarefa fácil na Amazônia. Prédios do Ibama já foram atacados e veículos incendiados por aqueles que foram multados (Amazônia Real, "Amazônia em Chamas: o fogo apocalíptico de Rondônia", 2019).

Com a abertura de estradas, o acesso à região foi facilitado e incentivado por políticas públicas desenvolvimentistas como a "Marcha para o Oeste", criticadas por Becker (2001) e Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021). O discurso afirmando que a meta de desmatamento zero é impossível de ser alcançada encontra consonância com as palavras do jornalista ambiental Lúcio Flávio Pinto: "A utopia do desmatamento zero seria exequível e não mais um devaneio irreal" (Amazônia Real, "A floresta: ameaçada", 2019).

Esse discurso vai ao encontro do discurso empresarial e político, que reflete nas práticas desses atores, ao defenderem a ideologia de que, por causa do desequilíbrio econômico e ambiental, não será possível zerar o desmatamento e cumprir as metas estabelecidas nos acordos internacionais, como a da Agenda 2030 e Acordo de Paris. O debate se consolida com reportagens que publicitam as vozes de trabalhadores das madeireiras se posicionando contrário

ao combate ao desmatamento, um retrocesso político, pois se torna uma das grandes ameaças ao território amazônico, como explica o professor Horácio Antunes de Sant'Ana:

> Aqui no Maranhão mesmo quando tem o combate ao desmatamento, vai ter também trabalhadores das madeireiras posicionando-se contrários ao combate ao desmatamento, porque é o emprego deles que está colocado em questão. Então, essas disputas entre trabalhadores são, muitas vezes, fomentadas pelos próprios empreendedores (Amazônia Real, "Defensor de criação da Resex Tauá-Mirim, no Maranhão, recebe ameaças, 2017).

Nas reportagens são apresentados argumentos que relatam que as áreas, antes protegidas por indígenas, estão sendo invadidas e recebem financiamentos de empresários e políticos locais. Exemplos disso são as invasões ao sul de Rondônia nas terras do Uru-Eu-Wau-Wau, conforme publicado pelo *Amazônia Real*: "Áreas de floresta intactas, antes protegidas pelos índios Uru-Eu-Wau-Wau, estão sendo desmatadas e transformadas em cultivos de milho e soja, ou virando pasto para gado com apoio e financiamento de fazendeiros e políticos locais (Amazônia Real, "'Tem grileiro invadindo nossas terras', denunciam índios Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia", 2017).

Esses ataques em Rondônia chamam a atenção pelos avanços do agronegócio na região, o que resulta na permissividade do desmatamento como a salvaguarda da bancada congressista vinculada a empresários ruralistas, conforme explicitado neste trecho: "Uma nova onda de invasões e grilagem evoluiu, com a participação declarada de autoridades governamentais e de políticos (Amazônia Real, "'Foi assassinato, não foi acidente', diz família de Ari Uru-Eu-Wau-Wau, morto em Rondônia", 2020).

Os ambientalistas acreditam nas possibilidades de uma visão entre economia e ambientalismo ao apresentar a parceria entre a empresa *Google* e os povos indígenas Paiter-Suruí, como publicado na reportagem no Amazônia Real (2017) "Índios e quilombolas da Amazônia contam suas histórias no novo *Google Earth*". Ao mesmo tempo o reforço do discurso sobre as benfeitorias das populações tradicionais e seus serviços ambientais procuram mudar a lógica de proteção da Amazônia aplicada pelos governos federal e estadual e empresários que possuem grandes propriedades de terra. Relatam o desaparecimento da Castanha-do-Pará devido ao desmatamento, ao se referirem a ela como uma árvore tradicional e símbolo cultural do povo da Amazônia que "[...]devido ao desmatamento está desaparecendo e dando lugar ao desenvolvimentismo, processo de aceleração da urbanização em área de preservação ou floresta na qual não há planejamento prévio referente aos impactos ambientais (1) (Amazônia Real, "Castanheiras: rainhas-da-Amazônia sem súditos", 2016), é percebido a

identidade do “agir dramatúrgico” em busca do convencimento e sensibilização das pessoas.

Outro ponto de debate no estado de Rondônia é o projeto de lei nº 85/2020 que revoga a lei nº 233/2000 e altera as áreas de terras protegidas em Rondônia. A discussão desta lei na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia é rodeada de diversas críticas por parte de ambientalistas e povos tradicionais, assim descrito em uma reportagem do Amazônia Real (2020) “O receio de ambientalistas e associações indígenas é de que tudo seja votado à revelia, sem a realização de audiência pública (Amazônia Real, “Rondônia vota projeto para redução gigante de áreas florestais protegidas, 2020)”. O projeto de lei é uma forma de legalizar o desmatamento em áreas outrora proibida, fortalecendo assim as atividades como extração madeireira, pecuária e produção de soja.

O jornal destaca os conflitos existentes na Amazônia que vão além dos agrários, tais como notícias de queima de equipamentos e carros do IBAMA provocados por ameaças populares. Esses casos materializaram a dificuldade evidente de se praticar a dialogicidade e racionalidade comunicativa na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo os amazônidas denunciam ameaças ao IBAMA pelos danos causados por invasores, aqueles que causam desmatamento, queimadas e aberturas de estradas e mortes em conflitos agrários.

A retórica de desmatamento como fogo descontrolado é mais um recurso para ampliar o discurso de degradação da Amazônia, denuncia o ambientalista Carlos Durigan, diretor da WCS Brasil na matéria “Amazônia em Chamas: fumaça das queimadas avança sobre a região Sudeste” (Amazônia Real, 2019), no sentido de naturalizar as práticas anti-ambientais e assim suspender as políticas públicas fiscalizadoras. Este discurso é evidenciado nas práticas dos governantes e de parte do grande empresariado que explora a Amazônia.

O jornal busca, em seu editorial, fazer críticas sobre a política ambiental do governo Bolsonaro, que nega as ações ambientais e procura deslegitimar o INPE. O jornal explora os conflitos agrários e apresenta mais a voz dos amazônidas menos favorecidos em reação a força econômica e política. Essa análise pode ser verificada na matéria publicada no *Amazônia Real* com o seguinte texto:

> O anúncio de bloqueio de mais de R$ 60 milhões para ações de combate a queimadas e desmatamento na Amazônia e no Pantanal do orçamento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) feito pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na tarde de sexta-feira, 28, não causou estranheza em especialistas e ativistas da região. Para eles, este tipo de comunicado apenas encoraja os criminosos ambientais na região, já que as medidas do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de proteção aos biomas não têm ações efetivas em campo, e desvia o

> foco do dado mais importante, que é justamente a necessidade de ações efetivas de combate aos crimes ambientais. O fogo do desmatamento continua alto e a "temporada de queimadas" entra no terceiro mês (setembro) com taxas elevadas ("Amazônia em Chamas 20: Enquanto Salles e Mourão têm atritos, queimadas na Amazônia continuam aumentando", 2020).

Na *Folha de São Paulo* se apresenta a visão dos professores e cientistas que defendem o meio ambiente, que criticaram o novo Código Florestal e o governo Dilma Rousseff. São discursos críticos aos ruralistas e também espaços discursivos para as ONGs internacionais e nacionais que atuam na Amazônia brasileira. Os discursos sobre o crescimento das taxas de desmatamento circulam com bastante intensidade entre os ambientalistas que publicaram ou foram entrevistados para as reportagens deste jornal.

Foram feitas fortes críticas ao governo por financiar, por meio do BNDES, atividades e políticas públicas que ampliaram o desmatamento na Amazônia brasileira como pode ser observado na entrevista do biólogo estadunidense Thomas Lovejoy na reportagem "'Pai' da biodiversidade quer ver Brasil como potência ambiental" publicada no jornal em 2012. Em outra reportagem verificam-se mais críticas: "Para cumprir a INDC e cortar as emissões de gases do efeito estufa em 43% até 2030, sobre os níveis de 2005, Dilma se comprometeu a eliminar o desmatamento ilegal na Amazônia. Ou seja, as derrubadas autorizadas continuariam" (Folha de São Paulo, "Estudo lança dúvidas sobre meta brasileira do clima", 2015). Os ambientalistas que publicaram neste jornal relataram invasões dessas terras indígenas e o aumento das taxas de desmatamento nessas terras, como relatado neste trecho:

> Entre as terras indígenas mais desmatadas em decorrência da atividade garimpeira na Amazônia em 2020, a TI Munduruku e a TI Sai Cinza, ambas habitadas pelo povo mundurucu, são as que mais preocupam. Juntas, as duas concentram 60% dos alertas de desmatamento para garimpo em TIs da Amazônia identificados pelo Inpe entre janeiro e abril deste ano, aponta o Greenpeace. (Folha de São Paulo, "Terras Indígenas e UCs federais concentram 72% do desmatamento para garimpos na Amazônia em 2020", 2020).

Os ambientalistas também avaliaram, de maneira muito pragmática, a posição da presidenta Dilma Rousseff em relação às discussões do novo Código Florestal aspecto discutido por Thomas Lovejoy em sua entrevista a *Folha de São Paulo* com o título "Amazônia é a galinha dos ovos de ouro do agronegócio, diz biólogo" em 2011, onde destaca-se também a voz da ex-ministra do MMA e ambientalista Marina Silva que alertou para perda de protagonismo do Brasil na Rio+20, sendo que para ela o Brasil retrocede nas políticas ambientais e nos índices

de desmatamento. A ambientalista se manifestou desta forma em relação ao Código Florestal: "'Se considerarmos que 75% das emissões brasileiras vêm do desmatamento, esse texto vai levar ao fim do compromisso assumido pelo Brasil'" (Folha de São Paulo, "Ambientalistas já miram votação de lei florestal no Senado", 2011), críticas que foram endossadas pelo próprio IBAMA que assumiu que o desmatamento está subindo e que esses dados e informações prejudicam a imagem do Brasil no exterior.

O País foi criticado por grandes organizações ambientalistas nacionais e internacionais que publicaram comunicados com falas contundentes, de que a proposta do Código Florestal ignorava os conselhos das comunidades científicas, ambientalistas e amazônidas, assim como os movimentos sociais que coletavam assinaturas da população contrária a aprovação desta lei. Após a sua aprovação, as críticas em relevantes espaços públicos internacionais continuaram, como exemplo a dos congressistas na COP 2013 em Varsóvia, além das manifestações de personalidades públicas da arte nacional e internacional que promoveram debates e campanhas contra a aprovação dessa legislação.

Organizações ambientalistas já afirmavam que a anistia aos desmatadores já havia sido feita, como a do ambientalista Márcio Astrini, do Greenpeace, ao participar da COP em Varsóvia, segundo o cientista: "'A aprovação do Código Florestal tem uma boa culpa disso. A mensagem que ele passa para os desmatadores é clara: pode desmatar que em Brasília a gente garante vocês'" (Folha de São Paulo, "Desmatamento na Amazônia sobe 28% em 2013", 2013) e fazem críticas a proposta de demarcar as reservas ilegais nos estados. Para os ambientalistas houve aumento do desmatamento no período de discussão sobre o novo Código Florestal já sendo reflexo da expectativa de aprovação desta política pública. Eles, junto com o IBAMA, apresentam denúncias de crimes graves feitos por fazendeiros que desmatam a Amazônia.

As críticas ao novo Código Florestal por parte dos ambientalistas são baseadas e há relação com estudos da estrutura discursiva *Técnico-Científica*, com o discurso de que essa legislação é prejudicial aos pequenos agricultores e causou impacto por não reduzir a emissão de GEE, o que fragilizou o cumprimento das metas brasileiras firmadas na Conferência de Copenhague (2009), assim como a meta de redução em 80% o desmatamento até 2020.

No Congresso brasileiro houve manifestações contrárias a aprovação do novo Código Florestal e na *Folha de São Paulo* foram feitas manifestações de lideranças da Frente Parlamentar Ambiental que indicavam que a aprovação da legislação ampliaria as possibilidades de desmatamento, como citado pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), líder da Frente Parlamentar ambientalista e opositor do projeto de Rebelo ao afirmar que: "Com todos

os eventos extremos recentes, diante da dura realidade climática do Brasil e do mundo, querer ampliar as possibilidades de desmatamento e afrouxar regras é um contrassenso (Folha de São Paulo, “Inflação subirá sem nova lei de florestas, ameaça CNA”, 2011).

Os ambientalistas alertaram que as projeções indicavam o aumento do desmatamento, mesmo em estações chuvosas, como o discutido na reportagem da *Folha de São Paulo* (2019) com o título “É falso que período de chuvas impediu desmatamento na Amazônia” já que:

> [...] uma das estratégia de desmatamento consiste em derrubar as árvores durante a estação chuvosa, mas realizar a queimada meses depois, em tempos de seca. É uma maneira de acelerar essas operações ainda no início do ano, mesmo em lugares em que os temporais impedem que se finalize o procedimento.

Esse aspecto é ignorado pelos órgãos governamentais e MMA que baseiam suas falas nos números de desmatamentos de anos anteriores. Em 2014, havia registros do aumento de desmatamento em pequenas propriedades, resultado dos assentamentos de reforma agrária, discussão apresentada neste trecho: “Uma grande área desmatada pode resultar da ação de pequenos produtores no interior de um assentamento de reforma agrária (Folha de São Paulo, “Diminuição da taxa de desmatamento esbarra em piso”, 2014)”, o que comprova que a implementação de políticas públicas devem ser melhor efetuadas para que esses processos de importância social e econômica não prejudiquem o meio ambiente.

Nesse contexto, verificou-se uma disputa de narrativas entre a *Folha de São Paulo* e o governo da presidenta Dilma Rousseff sobre os números do desmatamento. Para os ambientalistas, o governo federal já conhecia os dados de aumento do desmatamento que foram recolhidos por causa das eleições presidenciais daquele ano, como descrito neste trecho: “O governo Dilma Rousseff adiou a divulgação de dados parciais do desmatamento na Amazônia para depois do segundo turno da eleição presidencial. Em 2013, a derrubada de florestas voltou a crescer (29%), após uma década em queda” (Folha de São Paulo “Governo adia divulgação de dados do desmate na Amazônia”, 2014).

Em outra dinâmica, órgãos públicos como IBAMA buscaram manter os seus trabalhos independentes para garantir as ações de fiscalização e controle do desmatamento e apresentaram discussões que orientaram a sociedade para prevenir e atingir metas contra o sistema de desmatamento ilegal, conforme defendido pela presidenta do Órgão, em 2018 em uma reportagem na *Folha de São Paulo*: “O Ibama tem uma pegada forte em relação ao controle de desmatamento na Amazônia porque os órgãos estaduais da região têm uma estrutura muito

pequena de fiscalização, muito pequena. Quem atua na prática na Amazônia é o Ibama (Folha de São Paulo, “Discurso contra fiscalização do Ibama é apologia ao crime”, 2018).

Havia, por parte do Órgão, a busca do diálogo com as organizações ambientalistas, o que o levava a receber elogios por causa de algumas ações de prevenção e controle, como a criação da lista dos municípios mais desmatadores, que facilitava o trabalho de fiscalização e atuação para o combate do desmatamento. Outra medida que se apresentou eficaz foi a “Moratória da Soja”, a qual, para pesquisadores ambientalistas, “foi essencial para brecar o desmatamento” (Folha de São Paulo, “Moratória da soja conteve desmate na Amazônia, diz estudo”, 2015).

As manifestações da Procuradoria Geral da República defenderam a criação de terras indígenas como estratégia de proteção humana, como publicado neste trecho de reportagem: “Dodge destacou que a criação de terras indígenas no país funcionou não só como estratégia de proteção humana mas também de proteção ambiental, porque tornaram-se ilhas de conservação em meio a áreas desmatadas” (Folha de São Paulo, “Procuradoria move 757 ações contra desmate na Amazônia e pede R$ 1,5 bi”, 2017).

Ao mesmo tempo, o Supremo Tribunal Federal votou pelo veto da anistia aos desmatadores, como descrito na reportagem em que: “O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), votou nesta quarta-feira (8) pela derrubada da anistia concedida pelo Código Florestal a desmatadores antes de 2008 (Folha de São Paulo, “Ministro do STF vota por derrubar anistia a desmatadores”, 2017)”. Nos discursos dessas entidades jurídicas verifica-se o reconhecimento de que as terras indígenas e quilombolas têm desmatamento inferior em relação às demais categorias fundiárias. Nesse contexto, é necessária a discussão sobre a Proposta de Emenda Complementar 215/2000 (PEC 215), que flexibiliza as demarcações de terras dos povos tradicionais, a qual sofre resistência por parte dos ruralistas.

Os ambientalistas propagaram um discurso contra a política ambiental brasileira, no sentido de que essa política não dá a devida a atenção às atividades madeireiras, a incêndios e à repartição das áreas de florestas, danosas à biodiversidade, como se verifica nessa passagem: “Ignorar a atividade madeireira, os incêndios e a fragmentação das áreas de floresta é o erro da política ambiental brasileira, segundo os autores. As análises feitas indicam que estas interferências são tão danosas para a biodiversidade quanto o próprio desmatamento” (Folha de São Paulo, “Código florestal não protegerá espécies da Amazônia, diz estudo”, 2016).

O governo Michel Temer (2016-2018) sofreu críticas por tomar decisões que favoreceram os grileiros e permitiram a redução das Terras Indígenas, Unidades de

Conservação e APAs. Esse presidente também questionou os números do desmatamento divulgados pelo INPE, conforme exemplificado no seguinte trecho: “Sob críticas de ativistas e entidades ambientais, o governo Michel Temer anunciou nesta terça-feira (17) que a taxa de desmatamento na Amazônia caiu 16% entre agosto de 2016 e julho de 2017. Nos últimos dois anos o resultado foi um aumento na taxa (Folha de São Paulo, “Governo Temer anuncia redução de 16% no desmatamento da Amazônia”, 2017)”.

Essas ações invasoras são, de acordo com os ambientalistas, resultados do novo Código Florestal, que coloca a Amazônia em risco de perder sua proteção e ser desmatada. Nesse sentido, advieram críticas internacionais, momento quando o governo norueguês desaprovou a política ambiental brasileira e recuou nos investimentos no nosso País para o combate ao desmatamento, alegando que houve um bom diálogo com as autoridades brasileiras para voltar a adotar políticas ambientais mais rigorosas e protetivas, como relatou o ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Vidar Helgessen: “Em linhas gerais, a última década é muito positiva [...] Mas temos visto um desenvolvimento preocupante nos últimos dois anos. Temos um diálogo muito bom e franco com as autoridades brasileiras sobre o que pode ser feito para voltar ao rumo correto (Folha de São Paulo, “Noruega critica política ambiental de Temer às vésperas de visita oficial” 2017).

Sobre Rondônia, os ambientalistas vinculados às organizações internacionais afirmam que é o Estado onde mais cresce o desmatamento entre as Unidades de Conservação, principalmente na região do “arco do desmatamento”, conforme apresentado neste trecho: “Perto da divisa com Rondônia, a região sul do Amazonas – Estado que, de acordo com a ONG WWF, era um dos menos afetados pelo desmatamento – tem sofrido os efeitos da abertura da Rodovia Transamazônica e do avanço do arco do desmatamento em busca de novas terras para pastagem (Folha de São Paulo, “Operação do Ibama na Amazônia luta contra o desmatamento, veja imagens”, 2017).

Esses fatos são resultados das estratégias dos madeireiros e grileiros para se desviar da fiscalização dos órgãos públicos, pois migram para evitar a fiscalização, o que acontece também com fazendeiros da pecuária e da soja na região norte de Mato Grosso e sul do Pará.

O jornal, em uma de suas matérias, traz uma entrevista com uma liderança indígena, sobre os esforços indígenas, das comunidades tradicionais, dos ambientalistas e dos movimentos sociais para a criação de alternativas para combater o desmatamento, buscando evitar os grandes incêndios como os ocorridos na Amazônia e no Pantanal mato-grossense em 2020.

A líder indígena fez o seguinte relato:

> Os esforços conjuntos de governos anteriores, sociedade civil e povos indígenas e tradicionais, com aporte considerável da cooperação internacional para combater o desmatamento, fortalecer os órgãos de fiscalização, capacitar recursos humanos, dotar de tecnologia o país, prevenir incêndios de grande proporção são consumidos agora junto com a floresta (Folha de São Paulo, "Planeta em risco: queimadas consomem esforços conjuntos de governos anteriores, sociedade civil e povos indígenas", 2019).

O governo do presidente Jair Bolsonaro, na figura do ministro do MMA, Ricardo Salles, não deu continuidade ao PPCDAM, conforme se observa nas críticas dos ambientalistas apresentada nesta reportagem da *Folha de São Paulo "*Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia, 2019)". Verifica-se, nitidamente, na prática, a recusa do governo em investir nesta política pública e em outros programas semelhantes.

Para os ambientalistas que publicaram neste jornal, o governo brasileiro age de modo complacente diante das políticas ambientas, provilegiando e deixando impune quem desmata. O argumento utilizado é de que se precisa investir para evitar a consequência da crise econômica como discutida na reportagem "Retomada da economia pós-coronavírus é oportunidade para descarbonizá-la (Folha de São Paulo, 2020)".

Os ambientalistas buscaram como alternativa participar de eventos de modo que pudessem alcançar efeitos comunicativos sobre o desmatamento na Amazônia, como, por exemplo, aqueles que contavam com a participação de artistas internacionais, que traziam argumentos racionais contra o desmatamento, como foi o caso do ator estadunidense Leonardo Di Caprio ao dizer que: "'Rondônia, no Brasil, originalmente tinha mais de 200 mil km² de floresta, mas se tornou uma das áreas mais desmatadas na Amazônia'" (Folha de São Paulo, "Desafio dos dez anos vira ferramenta de protesto contra danos ambientais", 2019).

Para os ambientalistas que publicaram na *Folha de São Paulo*, o crime organizado atua ativamente no desmatamento, sem medo da punição, segundo pesquisador e ambientalista Carlos Nobre:

> 'Se não atacar o crime, é muito difícil atacar a devastação. Uma política de redução do crime tem que ser nacional, também olhar o crime organizado que está na raiz do desmatamento da Amazônia' (Folha de São Paulo, "Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro", 2019).

Ao analisar as reportagens foram encontradas reflexões sobre a regularização fundiária,

que é feita de forma desregulada e, por isso, traz consequências negativas para a Amazônia, como incentivo aos conflitos de terras. Assim, consideram os ambientalistas:

> ‘Nós entendemos que regularização fundiária é algo bem complexo e pode ter uma série de consequência negativas se feito de maneira inadequada’, disse a porta-voz da campanha de Amazônia do Greenpeace, Cristiane Mazzetti. ‘Já existe uma série de conflitos no campo, então como uma análise através de sensoriamento remoto vai identificar conflitos no campo, conflitos por terra?’, questiona (Folha de São Paulo, “Mourão diz que governo será avaliado por eficácia na Amazônia, mas não apresenta ações imediatas”, 2020).

O confronto discursivo por parte do governo Bolsonaro, que, por diversas vezes, manifestou-se contra os dados apresentados pelo INPE, fez com o que o órgão perdesse investimento, houvesse demissões de pessoas que atuavam de forma estratégica na equipe técnica, como por exemplo, o cientista Ricardo Galvão, situação relatada na reportagem “Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia” (Folha de São Paulo, 2020).

Resultado disso foram os cortes de recursos do Fundo Amazônia por parte do governo norueguês, já citado, e alemão. Essas ações prejudicam a imagem do Brasil e a perda de acordos comerciais, o que tem resultado no isolamento internacional em relação às práticas políticas sobre o clima. Para o ambientalista Carlos Nobre (Folha de São Paulo, 'Vocês roubaram minha infância, como ousam?', diz Greta na ONU, 2019), se o Brasil mantiver essas estratégias será cometido um suicídio ecológico.

Esse posicionamento do governo Bolsonaro continua com a deflagração da “Operação Verde Brasil 2”, liderada pelo vice-presidente General Mourão, que, de acordo com o Observatório do Clima, “Os satélites indicam mais uma vez que a Operação Verde Brasil 2, que completa cinco meses na Amazônia neste fim de semana, fracassou em frear o desmatamento e as queimadas (Folha de São Paulo, “Desmatamento da Amazônia em setembro tem queda, mas permanece elevado”, 2019). Os resultados mostram o baixo número de ações fiscalizatórias e punitivas.

O jornal *The New York Times* potencializa suas atenções aos discursos ambientalistas por meio da discussão e críticas ao novo Código Florestal, pelo debate entre o agronegócio e governo *versus* cientistas e ambientalistas. Os ambientalistas argumentaram sobre as possibilidades e riscos do novo Código Florestal para o desmatamento, o que se confirmou ao longo do processo histórico do desmatamento, como mostram os resultados de pesquisas do INPE (2022) e Alencar *et al*., (2022).

Nos discursos apresentados no jornal há considerações sobre as boas políticas

ambientalistas registradas durante os anos de 2000 a 2010, quando faz referências ao trabalho da ex-ministra Marina Silva: "[...] em meados dos anos 2000 reprimiu a atividade ilegal em a Amazônia, contribuindo para uma queda de 83% no desmatamento de 2004 a 2012 (*The New York Times*, "'The Amazon is completely Lawless': the rainforest after Bolsonaro´s first year", 2019, *tradução livre*). No entanto, enxergam que o aumento populacional da Amazônia é um agravante, conforme este trecho: [...] biólogos e outros pesquisadores do clima temem que o forte aumento na migração para cidades na Amazônia, que agora tem uma população de quase 25 milhões, poderia corroer esses ganhos. (The New York Times, "Swallowing Rain Forest, Cities Surge in Amazon", 2012, *tradução livre*)".

Com isso, configuraram-se críticas à migração como uma das causas que provocam o desmatamento. O jornal também apresentou entrevistas de importantes figuras públicas como a ex-ministra Marina Silva, que é uma voz importante no *The New York Time*s, citada em várias reportagens, e da atriz brasileira Camila Pitanga, que fez críticas contumazes aos ruralistas, o que gerou a seguinte repercussão: "[...] Imagens em vídeo da declaração de Pitanga se espalharam rapidamente nas redes sociais de todo o Brasil. Surpreendendo alguns dos ruralistas, o apoio ao veto também surgiu entre alguns líderes empresariais em São Paulo, a capital empresarial do Brasil (*The New York Times*, "Brazils new leader mulls fate of forest protections", 2012, *tradução livre*).

Marina Silva e Carlos Minc, dois ex-ministros do governo Lula, manifestaram-se contra a aprovação do novo "Código Florestal", alimentando o debate com a bancada ruralista. Ao final do processo, não se alcançou êxito suficiente para se obter consenso. As manifestações de ambientalistas, cientistas e governos estrangeiros contra o novo Código Florestal repercutiram no jornal, como apresentado neste trecho:

> A luta pelo Código Florestal alimentou a antiga luta entre desenvolvimento e conservação no Brasil, um país que carrega o peso da pressão internacional para proteger a Amazônia do desmatamento porque sua escala pode afetar as condições climáticas globais (*The New York Times*, "In Brazil, protection of Amazon rainforest takes a step back, 2012, *tradução livre*).

Os ambientalistas argumentaram ainda que há terras suficientes para a produção agrícola, conforme este relato: "Ambientalistas rebatem que já existe terra suficiente para dobrar a produção e que as mudanças propostas abririam as portas para um surto de desmatamento (*The New York Times*, "In Brazil, protection of Amazon rainforest takes a step back", 2012)". E que a aprovação do novo Código Florestal resultará em recordes do

desmatamento, o que foi confirmado nas pesquisas de Fearnside (2020) e nos números do desmatamento apresentados pelo InfoAmazônia (2021) e INPE (2022). Eles reforçam que um dos fatores para o aumento da taxa de desmatamento foi a redução dos recursos para o IBAMA e outras instituições ambientais públicas.

O jornal abriu espaço para o discurso político-ambientalista ao noticiar as críticas de oito ex-ministros em uma carta conjunta procurando pressionar o governo Bolsonaro para melhor ampliar as políticas de proteção ambiental na Amazônia. Os ex-ministros argumentaram que: "[...] o Brasil precisava fortalecer suas medidas de proteção ambiental, e não enfraquecê-las (*The New York Times*, "Under Brazil's Far-Right Leader, Amazon Protections Slashed and Forests Fall", 2019, *tradução livre*)". Isso se materializou nas práticas de alguns empresários da região amazônica como nos frigoríficos vinculados a multinacionais que compram matéria-prima de desmatadores, conforme publicado pelo jornal:

> Com base em uma análise de registros de propriedades disponíveis ao público, bem como em entrevistas no local com centenas de agricultores na Amazônia, os pesquisadores da Universidade de Wisconsin descobriram que pelo menos 15% dos fornecedores indiretos dos três principais frigoríficos continuaram a desmatar terra desde que o acordo de 2009 foi assinado. (*The New York Times*, "Why Amazon Fires Keep Raging 10 Years After a Deal to End Them", 2019, *tradução livre*),

No *The New York Times*, há referências aos líderes indígenas que protegem a fauna e a flora na floresta amazônica. Em Rondônia, esses líderes relataram sobre os incêndios que prejudicam a vida deles e da floresta amazônica: "Para alguns, os incêndios são uma ameaça dupla, expelindo uma fumaça perigosa e destruindo uma floresta que sempre forneceu um meio de vida. Para outros, os incêndios criam empregos muito necessários, ainda mais valiosos em meio à economia lenta do Brasil (*The New York Times*, "'A Amazônia está completamente sem lei'": a floresta tropical após o primeiro ano de Bolsonaro, 2019, *tradução livre*).". De acordo com o jornal estes incêndios foram causados por agricultores e trouxeram prejuízos ambientais às populações dos estados amazônicos.

Se consolida no jornal um discurso de que os indígenas são "guardiões da floresta" e conservam os bens naturais. O editorial do jornal mostra a dificuldade dos povos indígenas, por serem responsáveis pela metade da Amazônia brasileira e por seu território, em apresentar as menores taxas de desmatamento:

> ultimamente, o trabalho dos povos indígenas tem se tornado mais difícil, pois

> o governo falhou em fazer cumprir as proteções constitucionais de seus direitos à terra. Madeireiros ilegais, grileiros, garimpeiros e traficantes de drogas estão penetrando ainda mais fundo na floresta, agora sob a cobertura de uma pandemia (*The New York Times*, "'Opinion': We amazon rainforest fire prevention" 2020, *tradução livre*).

Os ambientalistas relataram que os desmatamentos em terras indígenas aumentaram no ano de 2019. Nas terras indígenas dos *Uru Eu Wau Wau*, uma das etnias mais atingidas pelo desmatamento, o discurso de um dos seus líderes confirma que eles se sentem mais fragilizados em relação aos perigos das invasões por madeireiros ilegais, garimpeiros, traficantes de drogas, que foi significativamente ampliado durante a pandemia da Covid-19 e resultou em desmatamento e em consequências desastrosas para a vida na floresta amazônica e para os amazônidas.

6.5. Os discursos sobre a Agenda 2030

Em relação ao *Amazônia Real*, o jornal apresenta em suas publicações os compromissos assumidos pelo governo brasileiro em zerar o desmatamento até 2030. Todavia, os números apresentados pelo INPE (2022) e Alencar *et al*., (2022) demonstram a impossibilidade de atingi-los.

Nos discursos apresentados nas reportagens são dados os devidos espaços aos atores importantes dos ODM/ODS. Um deles é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), principal autoridade mundial para a agenda ambiental, que argumenta sobre a dificuldade de as nações atenderem as metas de redução do desmatamento até 2030. De acordo com os cientistas ambientais, a meta máxima brasileira deveria ser de 42 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, conforme a publicação: "Segundo o Pnuma, mesmo se todas as nações cumprirem as metas até 2030, as emissões globais anuais alcançarão até 56 gigatoneladas (bilhões de toneladas) equivalentes de dióxido de carbono (CO2)," (Amazônia Real, "Indígenas exigem de líderes mundiais seus direitos reconhecidos na COP 22", 2016).

Outra característica do governo brasileiro liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, apontada no *Amazônia Real* em relação à Agenda 2030, são as ameaças em abandonar o Acordo de Paris como discutido na reportagem "Homem ataca com fogo veículos do Ibama e diz que foi por vingança, em Rondônia" (2018). Isso comprova, por meio da racionalidade instrumental, a falta de apreço pelo diálogo e pela busca do entendimento e pelo consenso, o que acaba por desaguar em violência, conceitos importantes da racionalidade comunicativa habermasiana.

Na *Folha de São Paulo* há críticas às políticas ambientais do Brasil por parte do editorial do jornal, por outros países e por organizações internacionais pelo fato de o País ter sido acusado de retroceder em relação as suas taxas de desmatamento. Nesse sentido, a equipe ambiental brasileira teve sua participação enfraquecida na Cúpula do Clima de Paris (2015), conforme descrito neste trecho:

> Mesmo honrando sua promessa, o Brasil corre o risco de chegar à cúpula do clima de Paris, em 2015, com as emissões em curva ascendente. E enquanto chineses e americanos falam em objetivos para 2030, o Brasil dá sinais de que repetirá sua intenção projetada para 2020 (Folha de São Paulo "Análise: Despertar dos gigantes ameaça protagonismo do Brasil no clima", 2014).

Este retrocesso é comprovado nos gráficos 1 e 2, analisados no capítulo 2 "Contexto histórico, social e ambiental da região amazônica brasileira".

Naquele ano de 2015, cientistas brasileiros buscaram se manifestar por meio de uma carta para a presidenta Dilma Rousseff, cobrando medidas para atender as metas climáticas até 2030. O jornal se manifestou sobre esta carta com a seguinte argumentação: "[...]põe o dedo na ferida: será muito difícil cumprir as metas nacionais para combater a mudança do clima até 2030 anunciadas pela presidente Dilma Rousseff no final de setembro (Folha de São Paulo, "Estudo lança dúvidas sobre meta brasileira do clima", 2015).

Diante da situação, o governo da presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a reduzir o desmatamento: "Em junho, a presidente Dilma Rousseff prometeu zerar o desmatamento ilegal até 2030. A meta foi anunciada durante visita aos Estados Unidos. Na ocasião, a presidente também se comprometeu a recompor cerca de 12 milhões de hectares de florestas até o mesmo ano" (Folha de São Paulo, "Desmatamento na Amazônia cai 15% em 2014", 2015). Porém, isso não aconteceu com base nos dados apresentados por Alencar *et al*., (2022) e INPE (2022; 2019).

Quando do governo Temer, este não conseguiu entrar em consenso com os atores responsáveis pelas políticas ambientais do país, no que tange aos créditos de carbono. Já no governo Bolsonaro, este questiona o aquecimento climático e ameaça não cumprir as metas do Acordo de Paris. Mais uma vez se vê o enfraquecimento das pautas ambientais no Congresso Nacional como a discussão de flexibilização do Código Florestal, demarcação das terras indígenas (PEC 215) e aberturas de áreas protegidas para a mineração.

Durante a gestão de Ricardo Salles, o ex-ministro se comprometeu a cumprir a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2030, mas, não explicava como se daria o processo de aplicação

das ações ambientais para atingir as metas.

Um dos secretários do MMA, em 2020, fez postagens nas redes sociais com dados ambientais não reconhecidos pelos cientistas ambientais e instituições de pesquisa na área, como demonstra trecho apresentado em uma reportagem na *Folha de São Paulo* "'o Brasil é o país que mais tem feito no âmbito do Acordo de Paris'". No entanto, relatórios que avaliam o desempenho dos países no tratado mostram que o Brasil pode não atingir a meta de 2030 e teve projeção de emissões ampliadas por fatores como o desmatamento ("Post mistura informações verdadeiras com dados imprecisos sobre o meio ambiente no Brasil", 2020).

Sobre as publicações referentes à Agenda 2030, no *The New York Times* são apresentadas críticas da ex-ministra Marina Silva na reportagem "Clashing visions of conservation shake Brazil's presidential vote" (2014), em relação as políticas ambientais do governo Dilma Rousseff. A ambientalista afirmava que eram necessárias mudanças nas estratégias de combate ao desmatamento, principalmente, sobre a criação de novas unidades de conservação para, assim, poder mudar a proposta de atendimento de acabar com o desmatamento até 2030.

As críticas ao governo Temer nas matérias dos jornais estão relacionadas ao não cumprimento do Acordo de Paris, conforme este trecho em destaque: "Enquanto Trump não esconde seu desejo de reverter as leis ambientais, o presidente do Brasil, Michel Temer, signatário do acordo climático de Paris, enviou sinais contraditórios" (*The New York Times*, "Opinion: The Amazon on the brink", 2018, *tradução livre*).

Por outro lado, nas manifestações das multinacionais, estas reconhecem a necessidade de atender as metas estabelecidas na Agenda 2030:

> Agora, grupos ambientais acusam a Cargill de retroceder em seu prazo de 2020. Em declarações recentes, a Cargill adotou um prazo de 2030 para eliminação do desmatamento de sua cadeia de abastecimento - um prazo separado, mencionado em outro lugar na Declaração de Nova York, que deveria se aplicar para acabar com todas as formas de desmatamento, não apenas aquelas relacionadas a commodities agrícolas. (*The New York Times*, "Amazon Deforestation, Once Tamed, Comes Roaring Back", 2017, tradução livre),

Esse discurso, entretanto, precisa ser reavaliado no sentido das ações práticas de combate ao desmatamento, já que as multinacionais da agroindústria contribuem de maneira efetiva para as altas das taxas de desmatamento.

Na próxima seção são apresentados os argumentos encontrados nas estruturas

discursivas que consolidaram as esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira levantadas nesta pesquisa.

7 PRINCIPAIS ARGUMENTOS DAS ESTRUTURAS DISCURSIVAS QUE SUSTENTAM AS ESFERAS PÚBLICAS SOBRE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

Neste capítulo, são apresentadas as principais posições e argumentos que foram organizadas nas análises das estruturas discursivas, com o intuito de demonstrar os argumentos retirados dos textos investigados sobre o desmatamento da Amazônia durante o período investigado, 2011 a 2020, que sustentaram as esferas públicas identificadas.

Sobre a estrutura discursiva *Política Pública*, evidencia-se o debate sobre o novo Código Florestal em todos os jornais investigados, trazendo discursos de diversos sujeitos sociais favoráveis e desfavoráveis à aprovação da lei. É notório o interesse dos políticos, empresários e sujeitos sociais vinculados ao movimento ambientalista e científico.

Também está demonstrado nas reportagens o esvaziamento dos conselhos ambientais, como o CONAMA, o que, com bases nos conceitos da ação comunicativa de Habermas (1997a; 1997b; 2003, 2012a; 2012b; 2014; 2015), prejudica a participação da sociedade. Aqui, dialogo com as ponderações de Garcia *et al*., (2019) sobre a classificação de esferas públicas, assim como as discussões e críticas à política ambiental brasileira de Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020) e Alencar *et al*., (2022). As discussões sobre o Código Florestal interferem diretamente no campo prático e discursivo e, nesse contexto, evidencia-se o envolvimento de diversos sujeitos sociais na discussão inerente à "fiscalização" ou falta dela para o combate ao desmatamento da Amazônia brasileira.

Nos discursos sobre *Política Pública* nota-se a necessidade de investimentos que apoiem as políticas ambientais já existentes e para a criação de novas. As discussões de políticas públicas devem ser consideradas no âmbito das relações entre os três grandes setores: Sociedade, Estado e Mercado.

Foram identificadas nas matérias jornalísticas o discurso dos ambientalistas, que já anteviam resultados ruins após a aprovação e também durante a execução do novo Código Florestal, por considerarem um documento frágil em termos de proteção e fiscalização. Essa antevisão tem se confirmado na prática das legislações ambientais que já anteviam resultados ruins após a aprovação e execução do Código Florestal.

Neste mesmo diapasão, também há depoimentos de representantes do governo federal, como, por exemplo, da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), que assumiu ter havido, após a aprovação do Código Florestal no Congresso Federal, aumento do desmatamento, devido ao

simples fato de a expectativa diante da aprovação já ter permitido que o desmatamento fosse ampliado, posto que os desmatadores já consideravam as benesses dessa aprovação, garantindo-lhes impunidade.

Debateu-se o Código Florestal sob as perspectivas de cunho econômico, político e ambiental, como retratado no capítulo anterior, quando se fez referência ao amplo debate sobre a lei. Todavia, integrantes do movimento ambiental consideram que o debate não foi condicionado de forma ampla, já que, para estes membros, a discussão não foi realizada de forma transparente aos mais interessados, como as populações residentes no território amazônico, deixando-os alheios e distante da arena de discussões.

Os questionamentos e reflexões sobre a "fiscalização" apresentadas nas reportagens dos jornais investigados é um importante ponto a ser considerado pelos sujeitos responsáveis pelas políticas públicas. Compreende-se que o debate público sobre a fragilidade da fiscalização ambiental por parte dos governos federais, estaduais e municipais colocam os órgãos públicos como IBAMA, ICMBIO e INPE à mercê dos interesses econômicos em jogo muito mais do que com a pauta ambiental. Assim, a estrutura discursiva *Política Pública* apresenta um discurso com críticas sobre as ações em torno da "fiscalização" no território amazônico com base no Código Florestal.

A criação de UCs se consolida nas reportagens como um discurso de políticas públicas. A vertente ambientalista foi identificada no âmbito do *Amazônia Real* e evidencia a necessidade de fortalecimento e defesa das UCs, como categoria fundiária para a redução do desmatamento na Amazônia brasileira. Esse discurso fortalece os argumentos racionais para a população amazônida efetivar práticas contra o desmatamento de forma mais estruturada, cuidando do seu território no sentido de diminuir os crimes ambientais, tais como poluição dos rios e pesca predatória realizadas por invasores.

Ficou nítido, pela redução de investimentos e apoio dos poderes públicos, o discurso e as práticas para o enfraquecimento das políticas públicas ambientais, a partir dos anos de 2010. Isto reflete no crescimento recorde do desmatamento na Amazônia brasileira nos últimos anos.

De acordo com os discursos identificados nos jornais sobre políticas públicas, considera-se que estas perderam recursos nos planos e nas práticas de governo, principalmente após 2016. Compreende-se que os conflitos agrários na Amazônia, o posicionamento internacional em relação ao descumprimento do Acordo de Paris e da Agenda 2030, refletem nos estudos e ações relacionadas à Amazônia, como criação de políticas públicas que contrariam os aspectos ambientais; por exemplo, diminuição dos territórios das APAs e

Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e, consequentemente, no estado de Rondônia.

Compreende-se também que, na estrutura discursiva *Política Pública*, há a possibilidade de diálogo ao encontrar os registros de diversas "vozes" nas publicações em defesa da versão do Código Florestal por parte da Frente Parlamentar da Agricultura e, ao mesmo tempo, o discurso circulante em defesa das UCs, trazendo como exemplos as obras de infraestrutura, ou seja, grandes projetos de desenvolvimento, construídos em Rondônia.

Sobre os processos das políticas públicas em Rondônia, percebe-se que o aparato fiscalizatório do Estado se posiciona contrário à aplicação das multas e ao combate policial nas ações contra os desmatadores que, no caso, seria a destruição de bens e maquinários que estivessem sendo usados para o desmatamento. Nesse contexto, identificou-se a tentativa de conciliar interesses discursivos para os diversos públicos prós e contras as políticas mais efetivas em relação às causas ambientais.

Sobre os discursos de políticas públicas, configura-se a influência internacional dos Estados Unidos, Alemanha e Noruega, os dois últimos países financiadores de ações ambientais na Amazônia brasileira. Estes países procuram, em certa medida, reverter algumas ações dos governos brasileiros em relação ao modo como estes tem agido para combate do desmatamento na Amazônia brasileira, como também, às posições do governo Bolsonaro que criminaliza os ambientalistas e as organizações da ciência. Esses discursos governamentais refletem sobre a falta de fiscalização, o que tem como resultado o aumento recorde do desmatamento, confirmados pelos estudos de Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020) e INPE (2021; 2022); pelos estudos de Alencar *et al*., (2022); Cardozo *et al*., (2017) e nos estudos de Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) que se referem à flexibilização da fiscalização e à falta de investimentos dos órgãos ambientais.

Na estrutura discursiva *Empresarial*, as esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira se consolidam de maneira diversificada a partir dos pontos de vistas e ações de diversos sujeitos sociais representados por movimento sociais, como os povos indígenas, empresários rurais e multinacionais do agronegócio. A partir da análise dessa estrutura discursiva, identificou-se o entendimento de que é possível alinhar os interesses econômicos e ambientais sem a necessidade ampliar novas áreas de desmatamento para agricultura como querem os empresários do agronegócio.

O Código Florestal, nos discursos dos empresários ruralistas, é dito no sentido de que esta lei permitiu novas garantias para atender a exigências ambientais sem causar danos econômicos.

Outro ponto verificado na estrutura discursiva *Empresarial* é a efetividade da representação dos empresários ruralistas no Congresso Nacional, que, através de ações políticas, fazem a defesa dos interesses do grupo. As discussões sobre infraestrutura e grandes obras na Amazônia são esferas públicas de disputas discursivas entre os sujeitos, especificamente na construção das usinas hidrelétricas e rodovias.

A racionalidade instrumental é predominante nas práticas do governo federal, ao procurar atender os interesses econômicos em detrimento dos modos de vida da Amazônia e da própria biodiversidade do território. Neste contexto, os ruralistas mantêm a hegemonia dos seus interesses perante o poder público.

As grandes empresas de *commodities* também se fazem presentes nos discursos apresentados, os quais condicionam suas posições em uma maneira mais diversificada com base na racionalidade instrumental, em defesa da economia e na busca do "equilibro ambiental", como se verifica nos casos da "Moratória da Soja" e da "Moratória da Carne".

Algumas grandes organizações do agronegócio apresentam argumentos que contrariam dados científicos. Ao agir assim, buscam proteger os seus negócios econômicos e seus próprios interesses, amparando-se, desse modo, em pesquisas outras que apresentam dados favoráveis ao setor e propiciam vantagens para a continuidade de suas atividades. Normalmente, as pesquisas citadas por eles são encomendadas. Os discursos das organizações empresariais internacionais são alicerçados em propostas de zerarem o desmatamento na Amazônia até 2020, o que não se concretiza ao analisamos os números crescentes de desmatamento apresentados por Alencar *et al*., (2022), INPE (2022) e InfoAmazônia (2021).

É necessário remeter algumas reflexões com base nas críticas de Indusrky (2003), Carvalho (2009) e Gaissler, Andrade e Acquaro (2015) em relação ao espaço dado pela imprensa às discussões voltadas para o meio ambiente em eventos internacionais, em específico a Rio+20, propiciando, assim, que os empresários conseguissem direcionar as discussões para uma perspectiva voltada para a economia de mercado. Nesse sentido, o debate levantado por Melo, Silva e Van Bellen (2012) em relação ao favorecimento e à manutenção da estrutura econômica desenvolvimentista se sobrepõe às práticas e discussões sobre sustentabilidade e preservação da Amazônia, bem como os planos exequíveis de combate ao desmatamento. Não se pode desconsiderar o quanto é importante o poder público investir em fiscalização e controle do desmatamento, conforme orienta Fearnside (2005), Carvalho *et al*., (2014) e Lucena *et al*., (2022).

Na estrutura discursiva *Técnico-Científica* observam-se as práticas discursivas de

cientistas, de professores universitários, de pesquisadores vinculados às ONGs, dentre outras representações científicas que contribuem para a discussão sobre o desmatamento da Amazônia brasileira. O INPE se apresenta como o principal ator/sujeito nesta estrutura discursiva que municia a sociedade com informações científicas de qualidade no âmbito do debate público, com publicações de dados sobre o desmatamento na Amazônia, em uma linguagem acessível.

O Instituto contribui ao trazer elementos discursivos para que outros cientistas e organizações científicas se movimentem nas esferas públicas na defesa da perspectiva ambiental. A demissão de Ricardo Galvão, ex-diretor do INPE, colocou em evidência, na maioria dos jornais, os conflitos argumentativos em torno dos dados oficiais divulgados pelo órgão e os interesses econômicos e ruralistas defendidos pelo governo federal. Foram encontrados elementos na estrutura discursiva *Técnico-Científica* que evidenciam a existência de crimes ambientais e a falta de investimento em políticas ambientais que deveriam inibir o aumento do desmatamento na Amazônia brasileira.

O INPE fez críticas à falta de cientificidade nas propostas de alterações no Código Florestal, como argumentou o cientista Antônio Nobre. Evidenciam-se críticas às grandes obras por causarem problemas socioambientais, impactos negativos que provocam transformações econômicas, sociais e ambientais, as falhas nas legislações ambientais e nas políticas públicas voltadas para a contenção do desmatamento na Amazônia brasileira.

São evidenciadas ainda as discussões sobre o enfraquecimento de órgãos ambientais como o IBAMA e ICMBIO. Os cientistas fazem críticas ao não cumprimento de metas e acordos internacionais estabelecidos com a comunidade internacional. Isso se dá pela governança ambiental (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021) de os governos evitarem os argumentos dos cientistas e apoiarem grandes empresários defendendo objetivos econômicos, em detrimento de medidas de proteção à Amazônia e dos povos que habitam esse território.

Na estrutura discursiva *Ambientalista* há fortes críticas ao poder público, aos empresários e os sujeitos que contribuem para o desmatamento da Amazônia brasileira. Os ambientalistas fazem críticas às construções das barragens e das rodovias e apresentam em seus discursos reprovação sobre a votação do novo Código Florestal, aprovado em 2012.

Posteriormente, esse mesmo Código Florestal passa a ser defendido pelos ambientalistas no sentido de que novas alterações são propostas à lei com flexibilizações a sanções antes estabelecidas. Os ambientalistas se baseiam em dados científicos, na comoção e envolvimento de pessoas públicas nacionais e estrangeiras para requerer a não aprovação do

novo Código Florestal discutido em 2021, por já haver maior conscientização sobre os danos causados pela aprovação dessa legislação que, na visão dos ambientalistas, amplia as práticas de desmatamento. São, portanto, contra os discursos que indicam o relaxamento das fiscalizações e ações ambientais que propiciariam aos grileiros e aos proprietários aumentar o desmatamento em suas propriedades, reflexo da aplicabilidade flexível do Código Florestal iniciada em 2012 e que seria agravada com a nova proposta.

As discussões públicas em torno do novo Código Florestal constituem como um tema recorrente durante toda a análise longitudinal da estrutura discursiva *Ambientalista*. Isso se verifica por meio das discussões sobre a fragilidade política e econômica, que dificultam a fiscalização e responsabilização das pessoas e organizações que desmatam a Amazônia brasileira; as falhas de controle no desmatamento e dos conflitos ambientais resultantes; as práticas da pecuária, da moratória da Soja, da Bioeconomia, do "Dia do Fogo"; a discussão internacional de investimentos no Fundo Amazônia; da demissão do cientista Ricardo Galvão do INPE; do discurso do governo federal e do comando militar que coloca o discurso ambientalista em dúvida no sentido de propiciar ainda mais a fragilidade do sistema de controle e aumento do desmatamento.

Para os ambientalistas, os impactos ambientais resultantes da pavimentação das rodovias se configuram na invasão das áreas protegidas a margem dessas estradas, identificados nos estudos de Alencar *et al*., (2022) e Cardozo *et al*., (2017).

A localização de áreas mais preservadas da Amazônia em um trecho próximo à rodovia BR-319, faz com que as áreas protegidas fiquem em risco, devido aos fluxos migratórios de pequenos agricultores, garimpeiros e madeireiros ilegais, o que confirma e reforça ainda mais as políticas públicas que ocasionaram o povoamento da Amazônia de forma irregular e mal planejada, como verificado nos estudos de Borrero (2021), Fearnside (2020) e Moret (2020), ao tratarem do povoamento dessa região com base na política desenvolvimentista dos anos de 1980.

Os ambientalistas apresentam discursos contrários aos ruralistas e empresários do agronegócio em geral, principalmente devido à expansão da pecuária e das *commodities*, e em defesa dos territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Na perspectiva dos ambientalistas, há entre os amazônidas a busca da racionalidade comunicativa para assim poderem organizar suas práticas em defesa de seus objetivos econômicos e ambientais. Trata-se de um discurso que procura o entendimento por meio da ação comunicativa (PITANO, 2016; HABERMAS, 2015; 2014).

Com os avanços das invasões e da fragilidade das leis ambientais, proteger a Amazônia se torna cada vez mais difícil, até mesmo para os povos indígenas. Verifica-se, por meio das matérias jornalísticas pesquisadas que, mesmo com o apoio da política federal, a invasão nas terras indígenas e unidades de conservação tem se tornado cada vez mais recorrentes, isso se confirma nos números apresentados do desmatamento das categorias fundiárias de Alencar *et al*., (2022).

Os ambientalistas relatam sobre a violência na Amazônia, cujo combate é negligenciado pela falta de apoio do poder público, o que coloca os amazônidas em situação de risco e, consequentemente, a biodiversidade.

Foi possível observar que há um movimento organizado dos indígenas que buscam garantir os seus direitos e proteção de suas vidas e de suas terras, na forma de associações que envolvem várias etnias e povos tradicionais para a defesa da Amazônia. Os ambientalistas e pesquisadores associam a falta de punição ao aumento do desmatamento. Nesse sentido, é relevante trazer as reflexões de Franchini, Evangelista-Mauad e Viola (2020) sobre as comparações entre as ações dos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, e Michel Temer em relação ao governo Bolsonaro, no que diz respeito às taxas de desmatamento nos anos de 2019 e 2020.

A postura do governo de Rondônia contra os povos amazônidas, ao propor leis que revoguem o tamanho das reservas florestais do Estado, mostra a falta de debate público em torno da legislação, argumento defendido pelos ambientalistas. O desmatamento vem transformando as características de floresta úmida do território de Rondônia em um sertão amazônico, sinal das mudanças ocorridas pelo desmatamento e avanço do agronegócio e da pecuária no Estado. Os ambientalistas também alertam para o uso do fogo por pequenos agricultores que, com as práticas tradicionais, contribuem para o aumento do desmatamento.

Os ambientalistas, por meio de diversas representações discursivas nos jornais, apresentam alternativas inovadoras de combate ao desmatamento, buscando o diálogo com os setores do Estado e do mercado. Essa posição mostra o tipo de racionalidade que orienta suas ações, a racionalidade comunicativa, que é discutida nos estudos de Hamel (2021), Souza, Alcântara e Pereira (2018), Habermas (2012a) e Freeman (2011). No entanto, predomina a racionalidade instrumental entre as outras estruturas discursivas.

Sobre a Agenda 2030 em relação ao Brasil, compreende-se que o país se manifesta de forma que busca convencer que atenderá os ODM/ODS. No entanto, ao analisar os Quadros 3 e 4, fundamentados pelos estudos da GTSC A2030 (2021), IPEA (2018; 2004) e BRASIL (s.d.),

confirma-se que este comprometimento discursivo não se consolida na prática, o que remete a uma atuação do "agir dramatúrgico" na busca do convencimento da Sociedade e não dá resolução do problema em atender os ODS/ODM direcionado para a discussão do meio ambiente e desmatamento da Amazônia brasileira.

A partir desse contexto, é possível afirmar que, em relação a Agenda 2030, com base nas reportagens analisadas, o governo brasileiro se baseia na racionalidade instrumental, configurando na dificuldade de dialogar com os órgãos responsáveis por acompanhar as metas da Agenda 2030 e Acordo de Paris.

É apresentado no Quadro 6 a síntese dos resultados das esferas públicas encontradas nos discursos distribuídos nas estruturas discursivas e suas características.

Quadro 6 - Síntese dos principais resultados das estruturas discursivas.

ESTRUTURA DISCURSIVA	ESFERA PÚBLICA	CARACTERÍSTICA
Política Pública	"fiscalização"	A partir do Código Florestal a esfera pública "fiscalização" como parte das desmobilizações dos investimentos nas políticas ambientais de combate ao desmatamento da Amazônia brasileira.
	Criação das UCs	Se consolida por meio dos discursos ambientalistas, se comprova a sua relação direta da diminuição dos investimentos de criação de UCs e o aumento do desmatamento da Amazônia brasileira.
Empresarial	*Commodities* "Moratoria da Soja" "Moratória da Carne" CAR	Os sujeitos que participam destas esferas públicas condicionam as suas atividades com base na racionalidade instrumental, sendo que os empresários nacionais não consideram os dados científicos. Estas posições se inter-relacionam com a deficiência da fiscalização do desmatamento.
Técnico-Científica	INPE	Papel preponderante do INPE na atuação de dados sobre desmatamento que produz

		discursos prós e contras as políticas ambientais.
Ambientalista	"Dia do Fogo" demissão do cientista Ricardo Galvão do INPE "grandes obras de infraestrutura" "Arco do Desmatamento"	Os discursos apresentados pelos ambientalistas são pautadas em críticas ao poder pública e empresários que desmatam. Ambientalistas e Amazônidas se orientam pela busca da racionalidade comunicativa em relação a resolução dos problemas e políticas ambientais. Relatam sobre os efeitos da violência na Amazônia e a sua influência para os riscos a biodiversidade do bioma amazônico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Diante do que foi analisado sobre "desmatamento na Amazônia brasileira", entre os anos de 2011 a 2020, nas estruturas discursivas das reportagens dos três jornais investigados, consolida-se a presença das seguintes esferas públicas de acordo com cada estrutura discursiva: "INPE", "Dia do Fogo", "fiscalização" "Moratória da Carne", "Moratória da Soja", CAR e "grandes obras de infraestruturas", "Acordo de Paris" e "Arco do Desmatamento", as quais destacaram-se nas discussões, pois se concentraram entre os temas apresentados e foram pautas nas arenas públicas em seus mais variados espaços e níveis de discussão.

O Código Florestal é resultado das principais disputas discursivas entre os sujeitos que se manifestaram nos jornais investigados e, por isso, consolida-se de forma central em todas as estruturas discursivas, destacou-se em relação às demais legislações ambientais por apresentar, em todos os contextos de análises, influência direta sobre o aumento ou redução do desmatamento da Amazônia. Trata-se de uma política pública que orienta e orientou as discussões sobre o meio ambiente e Amazônia. Salienta-se que essa legislação foi palco das mais variadas disputas discursivas e seus efeitos influenciaram diversas ações e práticas dos diferentes sujeitos envolvidos em todos os processos sobre o desmatamento da Amazônia brasileira.

Em relação à esfera pública "INPE", nota-se que o órgão é central nas discussões sobre as questões ambientais no Brasil e sua influência no debate entre os ambientalistas, amazônidas, políticos e empresários nacionais e internacionais. Também foram pontos centrais nas discussões desta esfera, a demissão do cientista Ricardo Galvão da direção do Órgão e estudos que apresentavam dados do desmatamento.

Em torno dos discursos evidenciados nessa esfera pública, percebeu-se que essa esfera influência o comportamento de parte da população e essa influência fragilizou a credibilidade dos trabalhos dos cientistas e ambientalistas do INPE. Nota-se que a organização INPE é relevante no debate sobre o desmatamento na Amazônia brasileira. No entanto, o seu trabalho em apontar os dados do desmatamento não impedem a aprovação de leis, como o Código Florestal, as quais flexibilizaram as atividades na Amazônia e provocaram a expansão do desmatamento ao longo da década investigada.

A esferas pública "INPE", de certo modo, influenciou e se relacionou com a esfera pública "fiscalização". Nesse contexto, evidenciou-se que os discursos entre diversos atores se pautaram nos acontecimentos sobre as exigências de fiscalizações minimamente rigorosas, o que se tornou o centro de debate entre ambientalistas, empresários e políticos.

Ao analisar as manifestações dos mais variados sujeitos nos três jornais sobre "fiscalização", identificou-se os reflexos negativos sobre os cuidados para com o território amazônico por parte da execução de ações e políticas ambientais de uma parcela do empresariado rural e políticos.

Numa aproximação com a estrutura discursiva *Empresarial* apresentaram-se as esferas públicas "Moratória da Carne", "Moratória da Soja" e CAR, que se relacionaram diretamente com a posição de grandes empresários sobre a efetividade das ações ambientais para a contenção do desmatamento. Viu-se a participação e diálogo entre os ambientalistas e empresários, principalmente os grandes, na busca de solidificar essas ações devido aos resultados efetivos para a contenção do desmatamento na Amazônia brasileira. Esses fatores se consolidam em possibilidades para um debate mais ampliado em torno da manutenção dessas ações ambientais. Aqui, verificou-se que há preocupação dos grandes empresários e, com isso, há mudança de comportamento discursivo em relação às práticas ambientais e os seus impactos negativos na Amazônia por parte das grandes empresas. Os grandes empresários, de certo modo, tentam, em algumas matérias, equilibrar as atividades econômicas às ambientais para que haja uma melhor imagem de suas organizações perante a comunidade internacional. No entanto, isso não reflete diretamente nos números do desmatamento na Amazônia brasileira.

Em relação às "grandes obras de infraestruturas", estas dividiram-se, principalmente, na construção de Usinas Hidrelétricas e Rodovias no território amazônico. Estas obras são palco de disputa discursiva entre diversos sujeitos, empresários locais, ambientalistas e políticos. Nesse sentido, faz-se mister reconhecer a importância dos debates em torno dessa esfera pública, ao considerar que as "grandes obras de infraestruturas" são responsáveis por

significativa parte do desmatamento da Amazônia ao longo dos anos, conforme já explicitado.

Essa esfera pública é palco de grande disputa discursiva evidenciada nas categorias *Empresarial* e *Ambientalista*, pois, em determinado contexto, essas obras dividem os pontos de vista econômico e ambiental. Há o apelo para a sua construção, responsáveis por uma boa parcela do crescimento do desmatamento na Amazônia brasileira. Cita-se como reflexo da influência dessa esfera pública a autorização e instalação de Usinas em Rondônia, Jirau e Santo Antônio, como também a construção em andamento da Rodovia BR-319, um dos principais motivos de conflitos e desmatamento na região do "Arco do Desmatamento".

Já em relação à esfera pública "Arco do Desmatamento", percebeu-se a preocupação por parte dos ambientalistas por essa disputa, pois o território denominado "Arco do Desmatamento" é estratégico para as questões relacionadas ao aumento do desmatamento nos últimos anos, porquanto se identificou que essa região se enquadra, atualmente como a AMACRO, a região amazônica onde se concentra o maior número de aumento do desmatamento. Portanto, é necessário que se consolidem ações por parte do poder público para aplicar práticas de governança mais rigorosas no sentido de ampliar a estrutura de combate aos problemas ambientais em relação ao comportamento dos sujeitos cujas atividades estejam relacionadas às esferas públicas "grandes obras de infraestruturas" e "Arco do Desmatamento".

Reitera-se que, ao longo dos anos e com base nos dados de desmatamento apresentados nesta pesquisa, a perspectiva ambiental vem perdendo espaço no que se refere à perspectiva de exploração da natureza e do território amazônico. Com esta constação fica evidente que há "colonização do mundo da vida" pelo sistema, sendo permeado por meio da legitimação do Estado e do Mercado ao ponto que os sujeitos das estruturas discursivas *Tecnico-Científicas* e *Ambientalistas* não conseguem sobrepor, de modo propositivo, a interferência nas esferas públicas para que ações práticas pudessem reduzir o desmatamento da Amazônia brasileira. Há neste processo a "colonização do mundo da vida" pelo sistema quando as populações amazônidas tem seus modos de vidas modificados em relação a sua cultura, tradição e meios de sobrevivência para atender aos interesses do Mercado.

Compreende-se que os meios de comunicação utilizados pelos empresários do agronegócio e políticos conseguem, por meio do seu suporte econômico e das relações de troca, dominar o mundo da vida, neste caso, representado pelas populaões amazônidas. Isso se confirma com a aprovação do Código Florestal e enfraquecimento das políticas de fiscalização e de órgãos públicos que deveriam ter melhores condições de combater o desmatamento na Amazônia brasileira, o que gera alienação e insegurança. Sobre o "Acordo de Paris", essa esfera

pública foi discutida, principalmente, pelas organizações ambientalistas e atores do poder público, os quais buscaram evidenciar a necessidade dos signatários cumprirem os compromissos ambientais estabelecidos no documento.

No entanto, notou-se, nas reportagens analisadas e nos discursos investigados, a dificuldade de conscientizar os atores para o valor dessa ação ambiental. Para além disso, verificou-se haver distanciamento dessa discussão no âmbito prático entre os sujeitos residentes no território amazônico, ao identificar que essa esfera se estabeleceu com maior ênfase nos grande eventos nacionais e internacionais, o que a distância, em termos práticos, das discussões entre os amazônidas, as pessoas que residem no território amazônico, sendo, estes, portanto, ausentes do processo.

Ao apresentar os principais argumentos que sustentaram as esferas públicas, que foram identificadas sobre o desmatamento da Amazônia brasileira, nas estruturas discursivas - seção do trabalho - orientada a partir dos resultados com base no ponto de vista deste pesquisador - segue-se para as considerações finais desta pesquisa, cujo mote consistiu em especificar as principais contribuições e reflexões decorrentes deste estudo, suas limitações e aspirações para futuras pesquisas, bem como apresentar aos leitores os argumentos que possibilitaram a resposta do problema e o atendimento aos objetivos apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar um trabalho é um processo delicado, tenso e reflexivo, colocar e filtrar as principais contribuições de uma pesquisa não é uma ação simples.

Esta tese se consolidou ao longo de muitas reflexões e amadurecimento em relação às causas amazônicas e ambientais, muito antes de eu entrar no programa de doutorado e, por isso, tornou-se um assunto denso e caro, influenciando-me em toda a elaboração e reflexão da tese. Colocar-me como cidadão da Amazônia, um amazônida, para buscar e apresentar as reflexões dos povos amazônidas, consolidou-se de forma enriquecedora para o meu processo de aprendizado e para a minha formação como pesquisador e ser humano.

Para efetivar as reflexões oriundas desta pesquisa, fez-se necessário resgatar como foi constituído o seu problema e objetivos, para que se pudessem atenuar as ponderações engendradas a partir das leituras e da construção do referencial teórico, da aplicação e reflexão metodológica, das análises e discussões dos sujeitos investigados.

O problema da tese tem base na lacuna científica de como as esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia foram capazes de influenciar decisões políticas entre os anos de 2011 e 2020.

Os objetivos que balizaram o processo de alicerçamento da pesquisa foram: analisar os discursos que formaram esferas públicas internacionais, nacionais e regionais sobre os desmatamentos na Amazônia brasileira, entre os anos de 2011 e 2020, por meio de três importantes jornais de circulação internacional, nacional e regional.

Como pretendido em uma tese, nesta não foi diferente, busquei apresentar contribuições para ciência, política social e meio ambiente. No que concerne à contribuição científica, foram investigadas e discutidas as esferas públicas em relação ao desmatamento da Amazônia brasileira, o que, evidentemente, propiciarão novas reflexões a partir do exposto, já que, nesta pesquisa, não houve a intenção de estabelecer entendimentos fechados sobre a discussão abordada e, portanto, não foram estabelecidas todas as reflexões devido à complexibilidade e à extensão das temáticas. Nesse contexto, este estudo avançou no tocante ao debate sobre desmatamento e contribuiu para o entendimento das suas esferas públicas.

Outras contribuições foram: a) constatação do desmatamento como razão influenciadora para implantação de políticas públicas; b) incentivo à discussão deste problema público dentro do campo da Administração, procurando, desse modo, cobrir a lacuna evidenciada no processo de construção deste trabalho.

Ao aproximar a gestão social, no campo da Administração, das discussões sobre sustentabilidade e Amazônia brasileira emergiram várias reflexões sobre os modos de vida dos povos amazônidas, as quais permitiram uma análise crítica dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e suas implicações para a vivência desses povos.

Considero a gestão social como um novo modelo de articulação para o desenvolvimento da Amazônia brasileira e, nesse modelo, evidencia-se a necessidade de se aprofundar, portanto, as pesquisas relacionadas às diferentes esferas públicas sobre a Amazônia brasileira.

Em relação aos pressupostos apresentados neste trabalho: *i*) divergências e convergências dos sujeitos sobre as esferas públicas em seus âmbitos; *ii*) a imprensa e a visita aos espaços amazônicos; *iii*) as medidas da ONU e governos são influenciadas pela imprensa e *iv*) os discursos da ONU e governos se inter-relacionam e são influenciados pelas esferas públicas, foram realizadas algumas constatações.

Sobre o pressuposto *i*), foi possível identificar as divergências e convergências entre os sujeitos em seus discursos em relação às esferas públicas que foram encontradas. Por meio dos argumentos apresentados nas estruturas dicursivas, ficou evidenciado que há discursos convergentes entre os ambientalistas e grupos de empresários que procuram atender os acordos climáticos e as orientações da ODMs/ODSs e da ONU. No entanto, na estrutura discursiva *Empresarial* se consolidaram os discursos que ignoram os argumentos apresentados na estrutura *Tecnico-Científica*. Os estudos científicos explicam os efeitos do crescimento do desmatamento da Amazônia e seus impactos negativos para a economia e para a biodiversidade, mas ainda não ecoaram com a força necessária para parar ou reduzir o desmatamento.

Neste sentido, evidencio que há posições divergentes entre sujeitos sociais que foram abordados nas estruturas dicursivas. Na estrutura discursiva *Ambientalista* se destacam a convergência em relação à defesa da Amazônia e dos sujeitos amazônidas, há uma evidente defesa da natureza em relação aos modos econômicos vigentes. Em relação à estrutura discursiva *Empresarial*, considero que há a necessidade de amadurecimento concernente à importância do melhor trato com a Amazônia, de como, a médio e longo prazo, o desmatamento pode influenciar na economia e, consequentemente, nos modos de vida dos empresários que teimam em subjugar as questões ambientais, colocando-as como prioridade. Nesta estrutura, evidenciaram-se os discursos que priorizam as atividades econômicas em detrimento daquelas que asseguram o meio ambiente como prioridade.

Entre os sujeitos que participam da estrutura *Técnico-Científica*, há elementos que indicam a necessidade de se ampliar para a sociedade os discursos que formaram as esferas

públicas científicas.

Considerando a *ii*), percebi ser necessário que os jornais de grande circulação nacional e internacional se aproximem dos povos amazônicos ao tratarem sobre os temas e problemas que envolvem esse território. Nesse sentido, entre os jornais investigados, o *Amazônia Real* foi o que conseguiu apresentar maior representatividade dos sujeitos amazônidas em suas reportagens. Isso aconteceu, evidentemente, pela sua inserção regional em todos os estados pertencentes à Amazônia brasileira.

Em se tratando do pressuposto *iii*), não foi possível confirmá-la integralmente, já que não foi identificado, nem nos documentos analisados e nem nas reportagens, os fatores de influência da imprensa em relação às resoluções da ONU. Todavia, referentes aos governos, foi possível verificar que há influência da imprensa nessas ações e na sua postura perante as esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira.

Por fim, o pressuposto *iv*) é confirmado, pois, ao longo dos textos analisados, ficou demonstrada a inter-relação dos discursos, a atuação das esferas públicas e suas interferências nas ações políticas da ONU e dos governos.

Confirmaram-se as discussões levantadas por Carvalho (2009), ao considerar que os povos amazônidas não são ouvidos e não são protagonistas de sua própria história e modos de vida em relação às discussões sobre Amazônia como deveriam, o que, por sua vez, confirmou as discussões de Habermas (1997) quando ele faz referências ao direito do protagonismo dos sujeitos envolvidos nos territórios ou nas esferas públicas, os quais, nesse caso, envolvem-se na Amazônia brasileira e, portanto, ao não serem ouvidos seus discursos são silenciados.

Esta pesquisa teve ainda como fito ampliar as discussões sobre esferas públicas ao apresentar as esferas públicas sobre território amazônico e ao alinhá-las às ponderações de Habermas (2012a; 2012b; 2014a; 2014b) sobre as possibilidades de se utilizar a TAC em pesquisas críticas nos estudos organizacionais e sociológicos.

Em relação às pesquisas críticas, uma das principais contribuições dos autores discutidos e de suas teorias para esta pesquisa foi a da orientação para o posicionamento crítico e reflexivo do pesquisador ao categorizar a tese como política, seguindo os preceitos de Eco (2014).

Foi possível compreender a importância da categoria *Emancipação* e *Sustentabilidade* para as discussões sobre a Amazônia brasileira. Existe, pois, a necessidade de se reforçar a emancipação dos sujeitos amazônidas em relação aos contextos e esferas públicas circulantes sobre o desmatamento da Amazônia brasileira.

Em relação aos textos e sujeitos investigados, percebi a luta pelo protagonismo, ainda que com tentativa de silenciá-los nos documentos pesquisados, e, decorrente disso, a necessidade das manifestações dos amazônidas. Vê-se que existem limitações como a impossibilidade de participação nos debates com esses povos por questões geográficas, políticas e culturais, deixando-os ausentes nas discussões que envolvem as políticas de desmatamento, de políticas públicas e de ações das iniciativas privadas.

É oportuno reforçar o uso da teoria habermasiana como novas possibilidades de aplicações com cunho metodológico nas pesquisas com abordagem qualitativa, com base na hermenêutica crítica discutida por Habermas (2004).

A parte principal das investigações desta tese se concentrou nas análises dos discursos nos jornais investigados, no período de 2011 e 2020. Fundamentando-se nas quatro estruturas discursivas, *Ambientalista*, *Política Pública*, *Empresarial* e *Técnico-Científica*. Foram delineados e observados os discursos que orientaram as análises e conclusões científicas desta pesquisa.

Foi identificado que o discurso ambientalista é o que tem maior destaque nos três jornais pesquisados. No entanto, apesar de os ambientalistas protagonizarem as discussões entre as reportagens dos três jornais não foi possível estabelecer se houve mudanças ocasionadas pelas manifestações destes sujeitos nas práticas da Sociedade. Exemplo disso foi a aprovação do "Código Florestal", mesmo com as manifestações contrárias dos ambientalistas, demonstrando a força dos discursos empresariais e suas relações com o congresso nacional e governo federal. Sendo assim, o discurso empresarial que se apresenta com números mais discretos, porém, em termos práticos, é um discurso muito forte nas questões em relação ao desenvolvimento de ações políticas para os sujeitos pertencentes a esse grupo/categoria. Destaca-se que os ruralistas, considerado importante grupo do setor agropecuário, tem espaço amplo nas arenas de discussão.

Em relação ao *Amazônia Real*, na estrutura discursiva *Política Pública*, o "INPE" é apresentado como esfera pública que se formou a partir da comoção de diversos sujeitos, envolvendo a participação da Sociedade, do Mercado e do Estado.

Em relação às outras esferas públicas, encontradas nessa categoria discursiva, destacam-se a "BR 319", "BR 364", as Unidades de Conservação e as Usinas Hidrelétricas. Nessa categoria, é importante ressaltar que as discussões sobre políticas públicas foram trabalhadas com o uso da TAC de Habermas, já que a racionalidade comunicativa e ação comunicativa se apresentaram apenas nas discussões que envolviam os movimentos sociais dos amazônidas e das organizações ambientalistas.

Ademais, nessa estrutura, foi reconhecido o uso da racionalidade instrumental e do agir teleológico e dramatúrgico, principalmente nas discussões relacionadas ao Estado de Rondônia quando se tratava do debate que envolvia as construções das rodovias "BR 319" e "BR 364", das UCs do Estado e das construções das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Nesse contexto, realça-se o uso da linguagem perlocucionária.

Sobre a estrutura *Empresarial*, no *Amazônia Real*, a atuação por parte dos sujeitos do agir normativo, teleológico, dramatúrgico e estratégico foi entendida com base na racionalidade instrumental e no uso da linguagem perlocucionária. Nessa categoria, foram identificadas as esferas públicas "Moratória da Carne" e CAR.

Em relação à estrutura "*Técnico-Cientifica*" apresentada nesse jornal, há o uso da racionalidade instrumental por meio da linguagem perlocucionária, o que prejudica as práticas de entendimento mútuo entre os sujeitos envolvidos nas esferas públicas e as que se legitimaram nessa categoria foram a "INPE" e "Dia do Fogo".

Em relação à categoria discursiva *Ambientalista*, discutida no *Amazônia Real*, existem as práticas da racionalidade comunicativa e instrumental com base na ação comunicativa e teleológica. Destacaram-se diversas esferas públicas como, Usinas Hidrelétricas, "BR 319", "BR 163" e "INPE", e, em relação, especificamente, à região amazônica, a esfera pública, relacionada ao fluxo migratório para a região, a violência na Amazônia e em Rondônia ressalta-se o "Arco do Desmatamento".

Sobre o *Amazônia Real*, apesar de se caracterizar como regional, apresentou em todo o processo de discussão, reportagens com uma perspectiva mais voltada para a realidade dos amazônidas. Esse jornal tem a editoria direcionada para as estratégias do jornalismo investigativo e ambiental, pois o quadro de jornalistas e especialistas que assinam as matérias e artigos são de pessoas com vivência e experiências nas mais variadas áreas e em todas as regiões da Amazônia.

Sobre as investigações dos discursos na *Folha de São Paulo*, na estrutura discursiva *Política Pública*, verificou-se o uso da ação comunicativa e da racionalidade comunicativa por parte de sujeitos da iniciativa pública como o MPF. No entanto, há por parte de outros sujeitos, como políticos, o uso do agir dramatúrgico e da racionalidade instrumental. A esfera pública predominante é o: "INPE" e como esferas públicas secundárias são: "as construções de grandes obras de infraestruturas", implementação de UCs e se acrescentam as discussões já proferidas no *Amazônia Real* a da "fiscalização" por parte dos órgãos ambientais, principalmente, relacionado ao seu enfraquecimento de investimentos e atuação.

Na estrutura discursiva *Empresarial*, os discursos dos sujeitos na *Folha de São Paulo* foram consolidados na ação dramatúrgica com base na racionalidade instrumental e na linguagem perlocucionária. A esfera pública "Negócios Sustentáveis" e da "Moratória da Soja" influenciaram o comportamento dos empresários em relação à busca do entendimento e à atenção sobre as práticas ambientais em suas atividades de trabalho e em suas organizações, o que podem refletir diretamente em médio e a longo prazo na possibilidade de diminuição das áreas desmatadas na Amazônia brasileira.

Em relação à categoria *Técnico-Científica*, as racionalidades comunicativa e instrumental são recorrentes, principalmente, a segunda já que se destaca o agir teleológico e dramatúrgico nos discursos das matérias investigadas. Sobre as esferas públicas dessa estrutura, destacam-se a implementação das Usinas Hidrelétricas, as discussões recorrentes aos órgãos ambientais, no caso o IBAMA, sobre o "INPE", em relação às divulgações das taxas de desmatamentos e, principalmente, a demissão do ex-diretor Ricardo Galvão, além das críticas ao governo Bolsonaro consolidadas como esferas públicas subalternas.

Na estrutura discursiva *Ambientalista*, os discursos que foram recorrentes na *Folha de São Paulo* são baseados na racionalidade comunicativa e no agir comunicativo. Sobre as esferas públicas destacam, "INPE", "Dia do Fogo", "Moratória da Soja" e, em relação à Rondônia, apresenta-se a esfera pública "Arco do Desmatamento".

O jornal *Folha de São Paulo* atua fortemente na publicação de matérias sobre meio ambiente e, consequentemente, sobre as discussões relacionadas à Amazônia, o que se postulou conforme discutido em todo o trabalho como um importante veículo de mídia de circulação de discursos para todas as categorias discursivas e sujeitos.

O jornal se apresenta como um dos principais mediadores dos discursos que contribuem para a formulação e circulação das esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira. De acordo, porém, com as análises dos discursos da perspectiva de Fairclough (2008; 2001), é possível inferir que há nas matérias uma neutralidade em relação às discussões do empresariado e de políticos, o que, apesar do apelo e espaço dado aos povos amazônidas e organizações ambientalistas, não possibilitam modificar a realidade do cenário das esferas públicas identificadas nos discursos apresentados no jornal.

Em relação ao jornal *The New York Times*, que contribuiu nesta pesquisa para a garantia de como circula o discurso internacional sobre a Amazônia brasileira, evidenciou-se que a estrutura discursiva *Política Pública* produz efeitos no comportamento da sociedade e trazem informações referentes aos problemas ambientais da Amazônia e seus reflexos na economia

mundial, isto se estabelece no jornal a partir das críticas às manifestações de líderes políticos dos EUA e do Brasil, apresentados anteriormente na pesquisa como, por exemplo, nas negociações entre os ex-presidentes Donald Trump e Michel Temer,

Já em relação às esferas públicas, predomina a "INPE". Na estrutura *Empresarial*, os discursos foram consolidados por meio da linguagem perlocucionária. Ao tratar das esferas públicas nessa categoria discursiva, percebe-se as discussões sobre o Código Florestal e incêndios na Amazônia.

Em relação à estrutura discursiva *Técnico-Científica*, evidenciou-se também o uso da linguagem perlocucionária e, em relação às esferas públicas, a "INPE" se destacou como predominância refletindo na esfera pública secundária, "a demissão do ex-diretor do INPE Ricardo Galvão". Outra esfera pública identificada nessa categoria foi a "Acordo de Paris". Evidenciou-se na análise dessa estrutura discursos baseados na procura do entendimento, o que se configura a partir dos preceitos conceituais da TAC. Todavia, há por parte dos sujeitos cientistas, protagonistas na condução das discussões, dificuldade de comunicação para o efeito discursivo dos seus relatos que possam demandar ações na Sociedade, Estado e Mercado relacionados à contenção do desmatamento na Amazônia brasileira.

Em relação ao *The New York Times*, apesar das poucas publicações identificadas sobre a Amazônia brasileira, deve ser considerado o quanto o seu discurso circula globalmente. Efeito prático dessas publicações são as manifestações de grandes personalidades que, em certa medida, provocam ações no debate e, consequentemente, nas esferas públicas.

Ao analisar as estruturas discursivas nos jornais investigados, constatou-se que as principais esferas públicas sobre desmatamento na Amazônia brasileira são "INPE", "Dia do Fogo", "fiscalização", "Moratória da Carne", "Moratória da Soja", CAR e "grandes obras de infraestruturas", "Acordo de Paris" e "Arco do Desmatamento". Todas envolvem os Estados da Amazônia e Rondônia, principalmente em relação à última esfera pública.

A racionalidade instrumental e o agir teleológico e normativo, com base na linguagem perlocucionária, são os pressupostos habermasianos que se consolidaram nos discursos investigados sobre o desmatamento na Amazônia brasileira.

Sobre a Agenda 2030, cujo propósito é "não deixar ninguém para trás", de forma crítica, deve-se reconhecer que a sua aplicação e atendimento no Brasil não é satisfatório em relação às desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

As discussões no *Amazônia Real* mostram o não cumprimento do Acordo de Paris e da Agenda 2030 em um sinal constante de retrocesso, o que é acrescentado nas discussões da *Folha*

de São Paulo referentes às posições do governo Bolsonaro em relação ao atendimento das orientações da Agenda 2030. Urge instituir a Lei nº 1.308/2021 que garante a promoção da Agenda 2030 no Brasil para que se possa ter maior influência política nas práticas de atendimento aos ODSs/ODMs e, dessa maneira, alcançar a ampliação das influências das metas e objetivos da Agenda 2030 nas esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira.

Com base nas estruturas discursivas, as esferas públicas se inter-relacionam e são retroalimentadas em um fluxo processual de "ir" e "vir" entre as esferas públicas e os sujeitos.

Assim, as esferas públicas consolidadas, ao longo da década investigada, tiveram protagonismo nos jornais pesquisados e, por conseguinte, no senso comum e na formação da opinião pública da sociedade.

É importante relevar que, diante dos discursos, foi possível identificar a força política de cada grupo social. Isso posto, é necessário que, na perspectiva dos ambientalistas, as esferas públicas e seus espaços públicos, onde são consolidadas, precisam possibilitar o acesso das populações amazônidas e dos interessados pelas discussões sobre a Amazônia brasileira.

As legislações nacionais e estaduais são partes dos discursos encontrados nos jornais e na formação das esferas públicas sobre o desmatamento na Amazônia brasileira. No entanto, a construção e discussão das leis são pouco suscetíveis às pressões das esferas públicas voltadas para a preservação e conservação da Amazônia brasileira, deixando evidente o viés econômico e a perspectiva da racionalidade instrumental na construção e formação das legislações e de políticas públicas ambientais. Neste sentido, as esferas públicas apresentam como a governança corporativa do Estado aliado aos interesses do Mercado, em uma perspectiva neoliberal, ao negar e dificultar as práticas dos discursos ambientalistas e de organização dos amazônidas, processam a "colonização do mundo da vida" pelo sistema (Estado e Mercado).

Como dito na parte introdutória desta tese, uma das principais limitações para o desenvolvimento desta pesquisa foi a Covid-19, que enumerou diversas dificuldades para a construção do projeto e da própria solidificação da pesquisa em relação aos seus problemas e objetivos.

Ademais, outros fatores relacionados à saúde não só do pesquisador, mas de toda sociedade e, em especial, a dos amazônidas também limitaram o andamento da pesquisa. Escrever a tese em meio à pandemia, sem o processo do contato dos colegas e de professores, que discutem a Amazônia e, especialmente, do orientador, foi um processo sofrido e desafiador. A falta de contato inviabilizou diversas possibilidades de aprendizados por meio das vivências nos territórios amazônicos já que a proposta inicial se pautava em um processo etnográfico com

organizações ambientalistas, movimentos sociais e populações amazônidas.

A mudança de projeto que envolveu todo o processo metodológico, em consequência da pandemia, fez com que este estudo ficasse em um processo reflexivo por meses até ser encontrada uma nova proposta e ideia de pesquisa que se configurassem em uma tese, que tivesse relevância para a academia e para os povos amazônidas. Esse processo reflexivo, apesar de importante, foi angustiante, o que, de certo modo, prejudicou os andamentos dos trabalhos da pesquisa.

Outra limitação se desencadeia aos processos políticos voltados para as discussões sobre a Amazônia, território que convive sob constantes ataques, com maior relevância nos últimos anos, resultando em conflitos agrários, no desmatamento e na destruição da Amazônia. Isto afetou e afeta todo o processo de entendimento e construção da tese por parte do pesquisador.

Em relação aos trabalhos futuros, esta tese suscita diversas possibilidades pelo campo rico das discussões sobre gestão social, TAC, esferas públicas, ADC e sobre desmatamento na Amazônia brasileira. É necessário ampliar as pesquisas que aproximam essas teorias e metodologias do campo sociológico da área da Administração.

Pensando nisso, a partir das reflexões na construção desta tese, foi criado o grupo de pesquisa "Amazônida", com o objetivo de realizar pesquisas e projetos de extensão na perspectiva do desenvolvimento local, da TAC de Habermas e da gestão social na Amazônia ocidental, vinculado à Unir - Departamento Acadêmico de Administração do campus de Vilhena-RO, onde este pesquisador é lotado.

Outras possibilidades de pesquisa futura se sustentam: a) a partir das investigações das matérias que foram excluídas e investigá-las, relacionando-as com outras esferas públicas da Amazônia brasileira; b) pesquisar os sujeitos que publicaram e participaram das matérias nos três jornais, como jornalistas, pesquisadores, professores, políticos entre outros atores para complementar as reflexões levantadas nesta tese; c) realizar pesquisas, na perspectiva etnográfica e da gestão social, com os sujeitos amazônidas em seus territórios na busca da compreensão de suas práticas e de seus modos de vida; d) ampliar as pesquisas com os sujeitos amazônidas de outros estados, além de Rondônia, e, se possível, com métodos quantitativos para que se possam compreender, com maior amplitude, as decorrências das formações e discussões sobre esferas públicas nos estados da Amazônia brasileira e, por fim, e) propor um programa de pesquisa para acompanhar as discussões e implementação da Lei nº 1308/2021 em todos os estados da Amazônia brasileira.

Em suma, tenho em mim que escrever uma tese neste momento sobre o desmatamento

da Amazônia brasileira e procurar desenvolver discussões sobre as suas esferas públicas é algo que me dá prazer como pesquisador pela necessidade de compreender a importância deste território; pelo momento político que o país atravessa e pelo modo e ações com as quais os atuais governantes tratam as pautas ambientais e, principalmente, em relação à Amazônia brasileira, numa perspectiva mercadológica em detrimento da ambiental.

Há esferas públicas conflituosas, e é necessário que haja um consenso entre a sociedade mundial e brasileira para a resolução dos problemas ocasionados pelo desmatamento da Amazônia brasileira. Isto é fundamental para o futuro da natureza, da Amazônia, dos amazônidas e, em consequência, da humanidade. Compreeender, discutir, problematizar e agir para o fim do desmatamento da Amazônia deveria ser considerado como prática primordial da Sociedade, Mercado e Estado para a garantia de um futuro sustentável dos habitantes do planeta.

Em todo o texto, apesar da identificação como amazônida, procurei explicar qual é o meu lugar nessa discussão, sabendo da minha situação de privilégio ao tratar as temáticas desta tese. Aqui, considero as dificuldades impostas aos amazônidas que lutam por seus territórios, em destaque às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos, cujas terras foram e são cotidianamente invadidas por grileiros, fazendeiros e garimpeiros em vários estados da Amazônia, seguindo-se da imobilidade de alguns dos principais atores do poder público.

Escrever uma tese voltada para a Amazônia brasileira é algo que marca o meu reencontro como pesquisador e sujeito com este território, mas esta pesquisa, apesar das limitações impostas pela pandemia da Covid-19, não começou com a entrada e seleção no PPGA/UFLA, pelo contrário, ela vem sendo refletida desde a conclusão do meu mestrado e a minha posse como professor na Unir em 2014.

Com isto, neste momento, passa-se inúmeras reflexões do que “é” e poderia “ser” esta pesquisa, mas ela foi “é” o que foi possível escrever a partir das dificuldades impostas, das minhas limitações e como sujeito amazônida, estudante de doutorado e pesquisador.

REFERÊNCIAS

AGUIAR-BARBOSA, Amanda de Paula; CHIM-MIKI, Adriana Fumi. Evolução do conceito de gestão social (1990-2018): uma análise de copalavras. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 25, n. 80, p. 1-22, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n80.80525. Acesso em: 16 set. 2020.

ALCÂNTARA, Valderi de Castro; PEREIRA, José Roberto. O *locus* da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/osoc/v24n82/1413-585X-osoc-24-82-0412.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

ALENCAR, Ana; SILVESTRINI, Rafaella, GOMES, Jarlene; SAVIAN, Gabriela. **Floresta em chamas**: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia: Nota técnica n. 9. IPAM, Brasília - DF. Disponível em: https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-9-o-novo-e-alarmante-patamar-do-desmatamento-na-amazonia/. Acesso em: 04 fev. 2022.

ALVESSON, Matz; KÄRREMAN, Dan. Decolonializing discourse: critical reflections on organizational discourse analysis. **human relations**. v. 64, n. 9, p. 1121–1146, 2011. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726711408629. Acesso em: 27 fev. 2020.

ANDRADE, Luís Fernando da Silva; ALCÂNTARA, Valderí de Castro; PEREIRA, José Roberto. Comunicação que constitui e transforma os sujeitos: agir comunicativo em Jürgen Habermas, ação dialógica em Paulo Freire e os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 1, p. 12-24, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cebape/v17n1/1679-3951-cebape-17-01-12.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

AZERÊDO, Raoni Fernandes; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; CANÇADO, Airton Cardoso; FADUl Yana Moura de Sousa; PACÍFICO FILHO, Miguel. Amazônia e Gestão Social. **NAU Social**, v.13, n.24, p. 836–838. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/issue/view/2278. Acesso em: 15 fev. 2022.

BARBOSA, Gisele Heloise. **Habermas**. Penapólis: FUNEPE, 2019.

BECKER, Bertha. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172. Acesso em: 15 dez. 2020.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida**: a floresta e a cidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

BETTINE, Marco. Um olhar sobre a construção do conceito de ação comunicativa na "Teoria da Ação Comunicativa". **Sociologias**, n. 44, p. 334-359, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/15174522-019004414. Acesso em: 20 fev. 2022.

BETTINE, Marco. **A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas**: bases conceituais. São Paulo: Edições Each, 2021.

BEZERRA, Joana. A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 533-545, 2012. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/8502/a-amazonia-na-rio-20--as-discussoes-sobre-florestas-na-esfera-internacional-e-seu-papel-na-rio-20/i/pt-br. Acesso em: 05 jan. 2022.

BORRERO, Manoel Antônio Valdes. Diagnóstico da economia rondoniense em 2018. In: MORET, Artur Souza de (org.). **Breve diagnóstico do estado de Rondônia**: temas para a discussão. Porto Velho: Coleção pós-graduação da Unir: EDUFRO, p. 71-81, 2021.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Guia de apoio para o alcance das metas agenda de compromissos dos objetivos de desenvolvimento do milênio 2013-2016**. Secretaria-Geral da Presidência; Secretaria de Relações Institucionais, s/d. Disponível em: http://encontrocomprefeitos.portalfederativo.gov.br/arquivos/Agenda_completa.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRITO, Brenda; ALMEIDA, Jeferson; ANDRADE, Roberta Amaral de; GOMES, Pedro. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado de Rondônia**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiaria_Rondonia.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

BRITO, Lilian Simone Amorim; COSTA, Léa Maria Gomes da. Estratégias de desenvolvimento regional para a Amazônia pós-1950: lições do passado, possibilidades do futuro. **Terra Livre**, Ano 22, v. 1, n. 26, p. 195-205, 2006. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/215. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRUM, Argemiro Luís.; DALFOVO, Wilmor Constantino Tives; BENFICA, Vitor César A relação entre o desmatamento e o crescimento das culturas de grãos no município de Sinop-MT: uma análise para o período de 1984 a 2009. **Desenvolvimento em Questão**, v. 9, n. 17, p. 159-190, 2011. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/2909/a-relacao-entre-o-desmatamento-e-o-crescimento-das-culturas-de-graos-no-municipio-de-sinop-mt--uma-analise-para-o-periodo-de-1984-a-2009/i/pt-br. Acesso em: 07 jan. 2022

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a02v9n3.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: CRV, 2015a.

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 1, p. 4-19, 2015b. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/703. Acesso em: 18 dez. 2019.

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO. **Gestión Social**: epistemología de un Paradigma. 1. ed. Cuenca, Equador: Universidad del Azuay/Casa Editora, 2019.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira; SCHEFFE, Diego Rudieli; SOUZA, Alana Almeida de; FUTADA, Silvia de Melo. **Pressões e ameaças nas unidades de conservação estaduais de Rondônia**. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental; Porto Velho, RO: Kanindé: Associação de Defesa Etnoambiental, 2017. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/pressoes-e-ameacas-nas-unidades-de-conservacao-estaduais-de-rondonia. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira; SERRA, Maurício Aguiar; SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim da. Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia paraense sob a ótica da nova economia Institucional. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 43-75, 2014. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/38203/expansao-da-fronteira-agropecuaria-e-a-dinamica-do-desmatamento-florestal-na-amazonia-paraense-sob-a-otica-da-nova-economia-institucional-/i/pt-br. Acesso em: 05 jan. 2022.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira; AIRES, Alana Paula Araújo. Forest Deforestation in the Brazilian Amazon States and its Impacts on Natural Resources: Construction of Statistical-Econometric Panel Model for 2000-2018. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 2, p. 34-45, 2020. Disponível em: https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/884. Acesso em: 07 jan. 2022.

CARVALHO, Clarissa Presotti Guimarães. **Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. 2009. 126 f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_9fae7f2085b5569b98013f90b145cc5f. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; SILVA, Ricardo Gilson da Costa; SILVA ,Josué

da. (Orgs). **Amazônia**: emoções, vivências e resistências. Porto Velho-RO: Coleção Pós-graduação da Unir. EDUFRO, 2021.

CEDERSTRÖM, Carl; SPICER, André. Discourse of the real kind: a post-foundational approach to organizational discourse analysis. **Organization**. v. 21, n. 2, p.178–205, 2014. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508412473864. Acesso em: 03 mar. 2020.

COLFERAI, Sandro Adalberto. **Um jeito amazônida de ser mundo**: a Amazônia como metáfora do ecossistema comunicacional: uma leitura do conceito a partir da região. 223 f., 2014. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5138. Acesso em: 09 jul. 2020.

COLFERAI, S. A. **Jornalismo e identidade na Amazônia**: as práticas culturais legitimadas no jornal Diário da Amazônia como representações identitárias de Rondônia. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4391. Acesso em: 08 mar. 2021.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNODS): **Plano de Ação 2017-2019**. CNODS, 2017. Disponível em. Acesso em: https://bit.ly/2QNUCCp. Acesso em: 12 mar. 2021.

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL. **Plano de recuperação verde da Amazônia Legal**: resumo executivo. 2021. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br/files/2021/07/Plano-de-Recuperac%CC%A7a%CC%83o-Verde-PRV-Julho-2021.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CORAIOLA, Diego Maganhotto. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**. v. 10, n. 2, p. 254-269, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n2/v10n2a02.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

CORRÊA, Igor Luiz Fernandes; MANESCHY, Rosana Quaresma. A agricultura familiar como alternativa para o desenvolvimento territorial na Amazônia. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 7-18, 2019. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/54453/a-agricultura-familiar-como-alternativa-para-o-desenvolvimento-territorial-na-amazonia-/i/pt-br. Acesso em: 08 jan. 2022.

COSTA, Alessandra Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emilio Matos. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/GdKWG6BHtLPsTpcKbs7M4Rh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2020.

CRUZ, Fabrício Nascimento da. Gestão da Sustentabilidade e Gestão de Projetos: caminhos para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política das organizações. **Revista Interdisciplinas de Gestão Social (RIGS)**, v. 9, n. 3, p. 55-77, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i3.35191. Acesso em: 14 jul. 2021.

CUNHA, Eduardo Vivian da; SOUSA, Washington Jose de. Administração e indígenas no Brasil: conhecimento e interesse na pesquisa *stricto sensu*. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, nº 1, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200189. Acesso em: 22 fev. 2022.

CUNLIFFE, Ann L. Crafting qualitative research: Morgan and Smircich 30 Years On. **Organizational Research Methods**, v. 14, n. 4, p. 647-673, 2011. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1094428110373658. Acesso em: 10 fev. 2020.

CUNLIFFE, Ann L. Reflexividade no ensino e pesquisa de estudos organizacionais. **RAE**, v. 60, n. 1, p. 64-69, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rae/v60n1/pt_0034-7590-rae-60-01-0064.pdf. Acesso em: 15 maio. 2020.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto alegre: Artimed:Bookman, p. 15-42, 2006.

DIAS, Bárbara Galleli; CORRÊA, Hamilton Luiz. Projetos do Fundo Amazônia: o Fundo Dema em perspectiva. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade,** v. 2, n.2, ago./dez. *p. 119-137.* 2013. Disponível em: http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/61/pdf. Acesso em: 08 jan. 2022.

DIAS, Eliene Pereira da Silva; FIGUEIREDO, Suelânia Cristina Gonzaga de. FARIAS, Taciana Maria Borba de. Objetivos de Desenvolmento Sustentável: as novas diretrizes para a extensão no ensino superior como estratégia de implementação da Agenda 2030. **Revista Brasileira De Meio Ambiente &Amp; Sustentabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 6,esp. p. 15-39, 2021. Disponível em: https://rbmaes.emnuvens.com.br/revista/article/view/132/111. Acesso em: 05 nov. 2021.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 3 ed. São Paulo, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 50, Diálogos de saberes socioambientais: desafios para epistemologia do Sul, p. 116-126, 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617/38436. Acesso em: 20 maio 2020.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Discourse analysis in organization studies: the case for Critical Realism. **Organization Studies**. v. 26, n. 6, p. 915–939, 2005. Disponível em:

https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840605054610. Acesso em: 20 fev. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução Iran Ferreira de Melo. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728. Acesso em: 23 jul. 2020.

FARIA, José Henrique de. Dimensões da matriz epistemológica em estudos em Administração: uma proposição. **In: Anais...**XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (EnAnpad). Rio de Janeiro. 22 a 26 de setembro de 2012. Disponível em: https://anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ812.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

FARIA, José Henrique de. Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p 51-71, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tpa/article/view/26399/14430. Acesso em: 24 maio 2020.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 4, p.113-123, 2005. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/Desmatamento%20historia-Megadiversidade.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. p. 265-272. In: Fearnside, Philip M. (org.) **Destruição e conservação da floresta amazônica**. v.1. Editora do INPA, Manaus: 2020.

FEIL, Alexandre André. SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, p. 667-681, 2017. https://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf. Acesso em 26 mar. 2021.

FERNANDES, Valdir; PONCHIROLLI, Osmar. Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. Edição Especial, p.604–626, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000600009. Acesso em: 15 nov. 2019.

FERREIRA, Dina Maria Martins. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. **RBLA**, v. 17, n. 4, p. 619-640, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbla/v17n4/1984-6398-rbla-201611377.pdf. Acesso em: 21 maio. 2020.

FERREIRA, Fábio Vizeu. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000100004. Acesso em: 22 fev. 2020.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually

existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/466240?seq=1. Acesso em: 20 nov. 2020.

FRANCHINI, Matías; EVANGELISTA MAUAD, Ana Carolina; VIOLA, Eduardo. De Lula a Bolsonaro: una década de degradación de la gobernanza climática en Brasil. **anal.polit.**, v. 33, n. 99, p. 81-100, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-47052020000200081. Acesso em: 25 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FREEMAN, Melissa. Validity in dialogic encounters with Hermeneutic truths. **Qualitative Inquiry**, v. 17, n. 6, p. 543–551, 2011. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800411409887. Acesso em: 30 set. 2020.

GAISSLER, Rúbia Pereira; ANDRADE, Thales Novaes de; ACQUARO, Juliane. Mídia e comunicação do ambiente na Rio+20. In: CASTRO, Fábio de; FUTEMMA, Célia. (orgs). **Governança Ambiental no Brasil**: entre o socioambientalismo e a economia verde. Jundiaí-SP: Paco editorial, p. 109-134, 2015.

GALEFFI, Dante Augusto. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante Augusto; PIMENTEL, Álamo. (orgs). **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, p. 13-73, 2009. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/s6/pdf/macedo-9788523209278.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

GARCIA, André Spuri; PEREIRA, José Roberto; ALCÂNTARA, Valderi Castro; CRUZ, Elaine Santos Teixeira. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n.2, p. 163-185, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/BRSVNhsdXRtSxvb9VZNkYDD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2020.

GARCIA, André Spuri; PEREIRA, José Roberto; ALCÂNTARA, Valderi Castro; PRADO, José Willer. Produção científica sobre esfera pública: um estudo bibliométrico em múltiplas áreas do conhecimento (1970-2015). **Administração Pública e Gestão Social,** v. 11, n.1, p. 2-15, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5395/pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

GELAIN, Anna Júlia Lorenzzon; LORENZETT, Daniel Benitti.; NEUHAUS, Mauricio; RIZZATTI, Cláudia Bach. Desmatamento no Brasil: um problema ambiental. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2012. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/33045/desmatamento-no-brasil--um-problema-ambiental/i/pt-br. Acesso em: 10 jan. 2022.

GRECKHAMER, Thomas; CILESIZ, Sebnem. Rigor, transparency, evidence, and

representation in Discourse Analysis: challenges and recommendations. **International Journal of Qualitative Methods (IJQM)**. v, 13, p. 422-443, 2014. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/160940691401300123. Acesso em: 25 fev. 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **V Relatório Luz da sociedade civil Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VI Relatório Luz da sociedade civil Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em Van Dijk e Fairclough. **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística**, v. 1, n. 9, p. 438-457, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/viewFile/959/738. Acesso em: 20 dez. 2021.

GUTIERREZ, Gustavo Luís; ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. **Teoria da Ação Comunicativa (Habermas)**: estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, v. 58, n. 1, p. 151-173, 2013. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/8691/9031. Acesso em: 10 nov. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v.1, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v.2, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997b.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Ed. WWF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 2**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Ed. WWF Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. “Notas sobre o conceito de ação comunicativa”. [Tradução de Mauro

Guilherme Pinheiro Koury] **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 1-25, 2015. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/rbse/HabermasArt.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

HAMEL, Márcio Renan. **Compreensão e hermenêutica na filosofia de Jürgen Habermas**: Diálogos com Hans-Georg Gadamer. Curitiba: Editora CRV, 2021.

INDURSKY, Frida. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto. **Letras**, n. 27, p. 55-66, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/169732. Acesso em: 10 jul. 2021.

INFOAMAZÔNIA. **Sul do Amazonas é nova fronteira do desmatamento da Amazônia**. Disponível em: https://infoamazonia.org/storymap/sul-do-amazonas-e-nova-fronteira-do-desmatamento-da-amazonia/. Acesso em: 27 dez. 2021.

INOCÊNCIO, Ewerton Roberto; FAVORETO, Ricardo Lebbos. Contribuições sociológicas de Jürgen Habermas para os estudos organizacionais. **RPCA**, v. 14, n. 1, 124-145, p. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.12712/rpca.v14i1.40097. Acesso em: 24 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio. Acesso em: 11 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – Relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança**: subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Silva, Enid Rocha Andrade da (org). IPEA, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Estimativa de desmatamento por corte raso na Amazônia Legal para 2021 é de 13.235 km2**. Ministério da ciência, tecnologia e inovações. 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/divulgacao-de-dados-prodes.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Coordenação geral de observação da terra.** Programa de monitoramento da Amazônia e demais biomas. Desmatamento – Amazônia legal. 2021b. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 18 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Coordenação geral de observação da terra.** Programa de monitoramento da Amazônia e demais biomas. Desmatamento – Amazônia legal. 2022. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 18 jul. 2022.

ITAGYBA, Renata Fortes. **O Brasil Ditatorial nas páginas do *New York Times***. 103 f., 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Escola de Comuicações e Artes – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-28022014 155341/publico/RenataItagybaCorrigida.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

JONSEN, Karsten; FENDT, Jacqueline; POINT, Sébastien. Convincing qualitative research: what constitutes persuasive writing?. **Organizational Research Methods (ORM)**, v. 21, n. 1, p. 30-67, 2018. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1094428117706533. Acesso em: 10 abr. 2020.

KADRI, Nabil Moura; SKAF, Ângela Albernaz; SOEIRO, Daniel Rossi. Fundo Amazônia: financiamento climático, conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia. HERKENHOFF, Paulo; FINGUERUT, Silvia. In: **Amazônia 21**. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, p. 121-142, 2021.

KRENAK, Airton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MARCOVITCH, Jacques. PINSKY, Vanessa Cuzziol. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. **R. Adm.**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 280-290, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/86386/89060. Acesso em: 07 jan. 2022.

LARA, Luiz Gustavo Alves; VIZEU, Fábio. O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, nº 1, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cebape/v17n1/1679-3951-cebape-17-01-1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

LATUSEK, Dominika; VLAAR, Paul WL. Exploring managerial talk through metaphor: an opportunity to bridge rigour and relevance?. **Management Learning**, v. 46, n. 2, p. 211-232, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1350507614529512. Acesso em: 10 abr. 2020.

LAVAREDA, Antônio; MONTENEGRO, Marcela. A importância da Amazônia: para o brasil, os brasileiros e o mundo. HERKENHOFF, Paulo; FINGUERUT, Silvia. In: **Amazônia 21**. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, p. 143-154, 2021.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LEMOS, Ediberto Barbosa; SILVA, Guilherme Giacon da; PAES-DE-SOUZA, Mariluce; MEDEIROS, Haroldo de Sá. Análise bibliométrica sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas na Amazônia brasileira. **NAU Social**, v. 13, n. 24, p. 871–886, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/45061. Acesso em: 23 fev. 2022.

LOSEKANN, Cristiana. Esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n.4, p. 37–57, 2009. Disponível em:

https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3684. Acesso em: 01 mar. 2020.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A esfera pública 50 anos depois**: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança Estrutural da Esfera Pública. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-31732012000300010. Acesso em: 20 mar. 2022.

LUCENA, Josevana; MONTEIRO, Suzana Saraiva Noronha; MENDONCA JÚNIOR, João Paulo Vasconcelos; COSTA, Joyce Cléia Rodrigues da; COUTINHO, Mauro Margalho. Transparência na Amazônia: uma revisão a partir das publicações internacionais. **NAU Social**, v. 13, n. 24, p. 854-870. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/issue/view/2278. Acesso em: 16 fev. 2022.

MACEDO, Roberto Sidnei. Outras luzes: um rigor intercrítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante Augusto; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, p. 75-126, 2009. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/s6/pdf/macedo-9788523209278.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

MAKISHI, Fausto; VEIGA, João Paulo Candia; ZACARELI, Murilo Alves; SILVA, Vivian Lara dos Santos; SAVASTANO JÚNIOR, Holmer. Governança no desenvolvimento sustentável na Amazônia: arquiteturas institucionais e cadeias de sociobiodiversidade. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 7-26, 2020. Disponível em: http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/535. Acesso em: 03 jan. 2022.

MALHEIROS, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. 1.ed., São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2020.

MEIRELLES FILHO, JOÃO. As organizações socioambientais e a Amazônia brasileira. HERKENHOFF, Paulo; FINGUERUT, Silvia. In: **Amazônia 21**. Rio de Janeiro: FGV Conhecimento, p. 155-185, 2021.

MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de; SALLES, Helena Kuerten de; VAN BELLEN, Hans Michel. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 701-720, 2012. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/8510/quadro-institucional-para-o-desenvolvimento-sustentavel--o-papel-dos-paises-em-desenvolvimento-com-base-na-analise-critica-do-discurso-da-rio-20/i/pt-br. Acesso em: 12 dez. 2021.

MISOCZKY, Maria Ceci. Análise Crítica do Discurso: uma apresentação. **Gestão.Org**, v. 3, n.

1, p. 125-140, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21507. Acesso em: 18 dez. 2021.

MORET, Artur de Souza. Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira: um território em transformação. In: CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez; VALDANHA NETO, Diógenes. (Orgs.). **Ação socioambiental na Amazônia**: educação, saúde e produção em comunidades. São Paulo: Na Raiz, p. 29-55, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JZPuMO6A3o00E8F3p4vkWEAmkpTFnpYo/view. Acesso em: 09 maio 2021.

MORET, Artur de Souza. Cultura em Rondônia. In: MORET, Artur Souza de (org.). **Breve diagnóstico do estado de Rondônia**: temas para a discussão. Porto Velho: Coleção pós-graduação da Unir: EDUFRO, p. 62-70, 2021.

MOTA, Dalva Maria da; MEYER, Gustavo; SATO, Romy Brandão; VIEIRA, Paulo Roberto. Ocupação e desmatamento versus conservação e mudanças no uso de seus recursos naturais no Alto Moju. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 333-343, 2010. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/6333/ocupacao-e-desmatamento-versus conservacao-e-mudancas-no-uso-de-seus-recursos-naturais-no-alto-moju/i/pt-br. Acesso em: 05 jan. 2022.

NABAES, Thaís de Oliveira; PEREIRA, Vilmar Alves. Ontologia Ambiental: o reposicionamento do Ser no horizonte da Racionalidade Ambiental. **Educar em Revista**, n. 61, p. 189-204, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/MCh5wxf5xgyKvLtwQJdv8yD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 jun. 2020.

OLIVEIRA, Jessica Eloísa de; STRET, Jorge Alfredo Cerqueira; VIEIRA, Diego Mota; GUARNIERI, Patrícia. Políticas públicas ambientais: produção científica em periódicos nacionais da área de administração entre 2013 e 2017. **Gestão & Regionalidade**, v.37, n. 110, p. 22-40, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/download/6487/3210/23946. Acesso em: 03 mar. 2021.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 7, n.1, p. 88-98, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/5ss33Zwp89j3wW89mXWkG5Q/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 abr. 2020.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. **Organizações & Sociedade**, 2020, v. 27, n. 94, p. 585-607, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/25919/21706. Acesso em: 24 jul. 2020.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; LEÃO, André Luiz Maranhão de; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n31p190/20846.

Acesso em: 15 abr. 2020.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, Artigo 2, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/htgHJtVjZW3YKjQPbCZ7RPH/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 25 fev. 2020.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, p. 67-84, 2006.

PEREZ, Mirian Azevedo Hernandez. **Democracia, agir comunicativo e tecnologia**: a contribuição da tecnologia para a Democracia sob a ótica de Jürgen Habermas. Curitiba: Editora CRV, 2014.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/JTjrcP3pkM385sr68W5WKzd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 mar. 2020.

PEREIRA, Vilmar Alves; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. Extensão universitária a partir de Jürgen Habermas e Enrique Leff. **Conjectura: Filos. Educ**., Caxias do Sul, v. 18, n. 2, p. 13-27, 2013. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1742/pdf_127. Acesso em: 20 fev. 2020.

PIERANTI, Octávio. Penna.; SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da. A questão amazônica e a política de defesa nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2007. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/20570/a-questao-amazonica-e-a-politica-de-defesa-nacional/i/pt-br. Acesso em: 04 jan. 2022.

PIMENTEL, Álamo. Considerações sobre a autoridade e o rigor nas etnografias em educação. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante Augusto; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, p. 127-173, 2009. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/s6/pdf/macedo-9788523209278.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

PITANO, Sandro Castro de. **Paulo Freire, Jürgen Habermas e o ideal formativo da Educação popular**: cidadão ou sujeito social?. Curitiba: CRV, 2016.

PITANO, Sandro Castro de. Problematizando referências para a educação popular: Paulo Freire e Jürgen Habermas. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. n. 28, p. 104-119, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4907/4465. Acesso em: 09 mar. 2021.

PROJETO MAPBIOMAS. **Mapeamento das áreas queimadas no Brasil (Coleção 1)**. Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

PROJETO MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 2021**. São Paulo, MapBiomas, 2022. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021_Completo_FINAL_Rev1.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2022.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, v. 5, n.1, p. 185-207, 2004. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSCOCHE, Luiz Fernando, VALLERIUS, Daniel Mallmann. Os impactos da usina hidrelétrica de belo monte nos atrativos turísticos da região do Xingu (Amazônia – Pará - Brasil). **Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT**, v. 5, n. 3, p. 414-430, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/2905. Acesso em: 14 jul. 2021.

RODRIGUES, Waldecy; CANÇADO, Airton Cardoso; PINHEIRO, Lauro Santos. Gestão social comparada: territórios da APA Cantão e Bico do Papagaio no Tocantins. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 703-729, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2884. Acesso em: 10 nov. 2020.

ROMA, Júlio César. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciênc. Cult**. v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingues de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf. Acesso em 20 fev. 2020.

SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. Imprensa, discurso ideológico e golpe de estado: uma análise crítica do discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 3, p. 371-393, 2019. Disponível em: http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2721. Acesso em: 20 maio 2020.

SCHMITT, Jair; SCARDUA, Fernando Paiva. A descentralização das competências ambientais e a fiscalização do desmatamento na Amazônia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 121-1142, 2015. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/37284/a-descentralizacao-das-competencias-ambientais-e-a-fiscalizacao-do-desmatamento-na-amazonia/i/pt-br. Acesso em: 09 jan. 2022.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs.). **Gestão social**: práticas em

debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte-CE: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social. Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, p. 61-86, 2008.

SERRANO, André Luiz Marques; OLIVEIRA NETO, José Carneiro da Cunha; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Política de desenvolvimento regional: uma moldura teórica para analisar a ocupação da Amazônia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 3-15, 2012. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/11616/politica-de-desenvolvimento-regional--uma-moldura-teorica-para-analisar-a-ocupacao-da-amazonia/i/pt-br. Acesso em: 03 jan. 2022.

SHENTON, Andrew K. Strategies for ensuring trustworthiness in qualitative research projects. **Education for Information**, v. 22, n.2, p. 63-75, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228708239_Strategies_for_Ensuring_Trustworthiness_in_Qualitative_Research_Projects. 10 abr. 2020.

SILVA, Ana Elisa Ferreira Alvim da. **A ciência em circulação nas esferas públicas**: o jornalismo científico em universidades de Minas Gerais e suas repercussões. 2019. 378f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de pós-graduação em administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/handle/1/38366. Acesso em: 03 nov. 2020.

SILVA, Anielson Barbosa; ROMAN NETO, João. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: Godoi, Christiane Kleinübing; Melo, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais** - paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. Saraiva: São Paulo, p. 54-87, 2010.

SILVA, Everton Rodrigues; GONÇALVES, Carlos Alberto. Possibilidades de Incorporação da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough no Estudo das Organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395132088. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, Jéssica Meireles da; COLFERAI, Sandro Adalberto. As representações de Rondônia na Folha de São Paulo (2008-2018). **Atará Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 4, n. 2, p. 202-226, 2020. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/9698/18265. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, José Kennedy Lopes. **Concepções ambientais em organizações ambientalistas**. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de pós-graduação em administração, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1926. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, José Kennedy Lopes; SIENA, Osmar. Environmental conceptions and the ideological commitments that guide the management of the environmental organizations. **Rev. Adm. UFSM**, v. 13, n. 1, p. 20-39, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/27820/pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte-CE: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social. Universidade

Federal do Ceará – Campus Cariri, 2008.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira. **Sociedade da diferença**: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

SINAL DE FUMAÇA. **Guia Amazônia Legal e o futuro do Brasil**: um raio-x dos 9 estados da região entre 2018 e 2022, 2022. Disponível em: https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2022/08/amazonia-legal-e-o-futuro-do-brasil-raiox9estados.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

SOUZA, Rosália Béber de; ALCÂNTARA, Valderi Castro; PEREIRA, José Roberto. Pesquisando esferas públicas (seletiva e subalternas): contribuições da análise crítica de gêneros. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** – RAP, v. 52, n. 3, p. 435-450, maio – jun, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n3/1982-3134-rap-52-03-435.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

SPINK, Mary Jane Paris; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Edição Virtual, capítulo II, p. 1-20, 2013.

TARTAGLIA, Eduardo. Lutas amazônicas: práticas discursivas e sociais de sujeitos negros. In: TARTAGLIA, Eduardo (Org.). **Práticas amazônicas**: linguagens, culturas e ensino. São Carlos: Pedro & João Editores e UNIFAP, p. 37-56, 2021.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29 - Especial, p. 107-121, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74209. Acesso em: 03 out. 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte-CE: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social. Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, p. 39-59, 2008.

VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. A Socio-Environmental Development Programme in Action in Brazilian Amazonia. **Brazilian Administration Review**, v. 9, n. 1, p. 23-43, 2012. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/6896/a-socio-environmental-development-programme-in-action-in-brazilian-amazonia/i/pt-br. Acesso em: 20 dez. 2021.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto: Campos das Letras, 2005.

VELÁSQUEZ, Cristina; BOAS, André Villas; SCHWARTZMAN, Stephen. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 1061-1075, 2006. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/12103/desafio-para-a-gestao-ambiental-integrada-

em-territorio-de-fronteira-agricola-no-oeste-do-para/i/pt-br. Acesso em: 30 dez. 2021.

VIANA, Gilney. Amazônia em disputa. In: Andrade, Manoel; Iadanza Enaile; Matsunaga Celia (Orgs.). **Amazônia em tópicos**. Brasília. Universidade Nacional de Brasília, p. 25-39, 2021.

VIZEU, Fábio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT; Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº. 3, p.569–583, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n3/07.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Política Pública*

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Amazônia Real	Rondônia vota projeto para redução gigante de áreas florestais protegidas	***Política Pública***	16-12-2020	Steffanie Schmidt
	O satélite existe?		25-08-2020	Lúcio Flavio Pinto
	Amazônia em Chamas: fumaça das queimadas avança sobre a região sudeste		21-08-2019	Izabel Santos
	Desmatamento na Amazônia: o Governo Ataca o Mensageiro		05-08-2019	Philip M. Fearnside
	O novo presidente do Brasil e "ruralistas" ameaçam o meio ambiente, povos tradicionais da Amazônia e o clima global		30-07-2019	Lucas Ferrante e Philip M. Fearnside
	Amazônia em Chamas: indígenas Manoki denunciam incêndios criminosos no Mato Grosso		09-06-2019	Marcio Camilo
	Governo Temer pode reduzir áreas de florestas para atender agronegócio no Amazonas		03-03-2017	Katia Brasil e Fábio Pontes
	Pesquisa sobre conservação na Amazônia 9: "proteção integral" versus "uso sustentável"		25-05-2015	Philip M. Fearnside
	Degradação e Desenvolvimento ou a dinâmica do avançando, mas retrocedendo		10-02-2014	Carlos Durigan
	Desmatamento na Amazônia: cresceu?		25-11-2013	Paulo Artaxo
	Ibama diz que subiu a degradação pelo fogo		20-10-2013	Katia Brasil
	Ibama diz que subiu a degradação pelo fogo		20-10-2013	Katia Brasil

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Folha de São Paulo	Cármen Lúcia requisita a Bolsonaro e a Defesa informações sobre Exército na Amazônia	***Política Pública***	03-09-2020	Philippe Watanabbe
	Salles propõe mudança em meta de redução de desmatamento ilegal até 2023		04-08-2020	Edição Impressa
	A trama a favor do meio ambiente: Brasil não precisa desmatar para ficar no topo do ranking de fornecedores globais de alimentos		07-01-2020	Otávio Cançado
	Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente		15-08-2019	Mariana Schreiber e João Fellet
	Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente		15-08-2019	Mariana Schreiber e João Fellet
	Marcos Pontes indica militar como diretor interino do Inpe		05-08-2019	Edição Impressa
	Governadores da Amazônia Legal defendem dados de desmate do Inpe		02-08-2019	João Valadares
	Salles diz que dados de desmate não são corretos mas confirma que há aumento		31-07-2019	Ângela Boldrini
	Índices de desmatamento na Amazônia são manipulados, diz ministro Augusto Heleno		03-07-2019	BBC News

	Em resposta à França, Ernesto Araújo diz que Brasil está comprometido com Acordo de Paris e contra desmatamento		02-07-2019	Mariana Schreiber
	Procuradoria aponta quase 3 mil réus e pede R$ 5 bi por desmate na Amazônia		03-05-2019	Fernanda Canofre e Gustavo Maisonnave
	41% da exploração de madeira em MT é ilegal, diz estudo		15-02-2018	Fabiano Maisonnave
	41% da exploração de madeira em MT é ilegal, diz estudo		15-02-2018	Fabiano Maisonnave
	Conferência da ONU negocia implementação do Acordo de Paris		06-01-2017 Fabiano Maisonnave	
	Ministério do Meio Ambiente questiona dados do relatório		31-03-2015	Marcelo Leite
	País não foi chamado para debater proposta contra desmate, diz ministra		23-09-2014	Marcelo Leite
	Desmatamento na Amazônia sobe 28% em 2013		14-11-2013	Johanna Nublat e Giuliana Miranda
	Divulgação da queda do desmate na Amazônia rebate críticas		12-07-2011	Cláudio Ângelo

Jornal	**Título da Matéria**	**Estrutura Discursiva**	**Data**	**Autor(es)**
The New York Times	The Amazon on the Brink	***Política Pública***	26-09-2018	Philip M. Fearnside e Richard Schiffman
	Clashing Visions of Conservation Shake Brazil's Presidential Vote		03-10-2014	Simon Romero
	In Brazil, Fears of a Slide Back for Amazon Protection		24-01-2012	Alexei Barrionuevo
	Brazil Debates Easing Curbs on Developing Amazon Forest		11-05-2011	Alexei Barrionuevo

APÊNDICE B - Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Empresarial*

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Amazônia Real	O Desmatamento da Amazônia Brasileira: 10 – Soja	***Empresarial***	07-12-2020	Philip. M. Fearnside
	Amazônia em Chamas: jornalista que denunciou "dia do fogo" é atacado em redes sociais em Novo Progresso (PA)		28-08-2019	Kátia Brasil
	Massacre de motosserra para áreas protegidas em Rondônia		28-10-2018	Philip. M. Fearnside e Paulo Vilela Cruz
	Narrativas e conflitos ambientais na Amazônia contemporânea		03-11-2017	Sandoval Amparo
	Desmatamento na Amazônia sobe 28% em 2013		28-10-2013	Kátia Brasil
	Desmatamento na Amazônia sobe 28% em 2013		28-10-2013	Kátia Brasil

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Folha de São Paulo	Desmatamento e garimpo ilegal abriram caminho para Covid-19 em indígenas, mostra estudo inédito	***Empresarial***	26-10-2020	Edição Impressa
	Ex-diretor do Inpe afirma que Mourão embaralha ações militares e civis quanto a monitoramento na Amazônia		22-09-2020	Renato Machado
	Amazônia poderia ser 'Vale do Silício da biodiversidade', dizem pesquisadores		15-10-2019	Elton Alisson
	Desmatamento da Amazônia alimenta mercado de carne, soja e madeira		09-09-2019	Edição Impressa
	Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro		06-01-2019	Fabiano Maisonnave, Phillippe Watanabe, Ana Carolina Amaral
	Bolsonaro pode até liderar sustentabilidade se ajustar discurso, diz diretor de aliança por florestas		07-12-2018	Philippe Watanabbe
	Juntas, grandes produtoras de carne e leite poluem mais que a Alemanha		08-11-2017	Ana Carolina Amaral
	Desmatamento aumenta 16% na Amazônia em relação a 2014		27-11-2015	Edição Impressa
	Moratória da soja conteve desmate na Amazônia, diz estudo		28-01-2015	João Carlos Magalhães
	ONGs perderam monopólio das decisões ambientais, diz Kátia Abreu		15-06-2012	BBC News
	Índios suruís venderão carbono com selo verde		09-04-2012	Cláudio Ângelo
	Brasil quer exportar sistema de vigilância na Amazônia		13-04-2011	EFE
	Inflação subirá sem nova lei de florestas, ameaça CNA		08-02-2011	Cláudio Ângelo

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
The New York Times	Amazon Deforestation Soars as Pandemic Hobbles Enforcement	***Empresarial***	06-06-2020	Ernesto Londoño, Manuela Andreoni e Leticia Casado
	'The Amazon Is Completely Lawless': The Rainforest After Bolsonaro's First Year		05-12-2019	Matt Sandy
	In the Amazon, Fires Steal Breath, but Smoke Smells of Money		02-11-2019	Clifford Krauss
	Why Amazon Fires Keep Raging 10 Years After a Deal to End Them		10-10-2019	Clifford Krauss, David Yaffe-Bellany e Mariana Simões
	Opinion -The Amazon on the Brink		26-09-2018	Philip M. Fearnside e Richard Schiffman
	What Jair Bolsonaro's victory could mean for the Amazon and for the planet		17-10-2018	Somini Sengupta
	Clashing Visions of Conservation Shake Brazil's Presidential Vote		03-10-2014	Simon Romero
	Brazils new leader mulls fate of forest protections		24-05-2012	Andrew C. Revkin
	In Brazil, Protection of Amazon Rainforest Takes a Step Back		24-01-2012	Alexei Barrionuevo

APÊNDICE C - Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Técnico-Científica*

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Amazônia Real	Sustentabilidade da agricultura na Amazônia – 7: Biodiversidade como Alternativa para áreas florestais	***Técnico-Científica***	30-01-2020	Philip M. Fearnside
	O limiar da Amazônia e as ordens de sua devastação		07-08-2019	Luis Fernando Nóvoa Garzon
	Massacre de motosserra para áreas protegidas em Rondônia		28-10-2018	Philip. M. Fearnside e Paulo Vilela Cruz
	Desmatamentos e rodovias ameaçam os igarapés da bacia do rio Amazonas, no Pará		05-12-2016	Elaíze Farias
	Mudança no Clima no Amazonas e o Acordo de Paris		29-12-2015	Carlos Durigan
	Barragens do rio Madeira-Sedimentos 5 - Impactos das barragens		26-05-2014	Philip M. Fearnside
	Alertas indicam alta na devastação da Amazônia		21-10-2013	Kátia Brasil
	Alertas indicam alta na devastação da Amazônia		21-10-2013	Kátia Brasil

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Folha de São Paulo	Em dois anos, Bolsonaro esvaziou órgãos que cuidam de questões ambientais, indígenas e agrárias	***Técnico-Científica***	28-12-2020	Ranier Bragon
	Desmatamento da Amazônia em setembro tem queda, mas permanece elevado		09-10-2020	Philippe Watanabbe
	Governadores da Amazônia Legal defendem dados de desmate do Inpe		02-08-2019	João Valadares
	Diretores de centros de pesquisa pediram que Pontes intercedesse por diretor do Inpe		02-08-2019	Philippe Watanabbe
	Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará		11-07-2019	Gustavo Uribe
	Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro		06-01-2019	Fabiano Maisonnave, Phillippe Watanabe, Ana Carolina Amaral
	85% do desmatamento em Mato Grosso é ilegal, aponta estudo		13-11-2018	Talita Fernandes e Fabiano Maisonnave
	Estudo lança dúvidas sobre meta brasileira do clima		29-10-2015	Marcelo Leite
	Diminuição da taxa de desmatamento esbarra em piso		16-10-2014	Marcelo Leite
	Código Florestal deve anistiar 29 milhões de hectares desmatados		25-04-2014	Editorial

	Na COP-18, Brasil destaca redução recorde de desmatamento na Amazônia		05-12-2012	Giuliana Miranda
	Desmatamento na Amazônia cai em julho, mas 2011 supera 2010		07-08-2011	Cláudio Ângelo
	Código Florestal deixaria de recompor 29 mi de hectares, diz Ipea		08-06-2011	Natália Guerlenda Cabral
	Hidrelétricas do rio Madeira fazem desmatamento voltar a crescer		23-02-2011	Cláudio Ângelo e João Carlos Magalhães

Jornal	**Título da Matéria**	**Estrutura Discursiva**	**Data**	**Autor(es)**
The New York Times	The Ravaging of Amazônia	***Técnico-Científica***	24-08-2019	Vanessa Bárbara
	Swallowing Rain Forest, Cities Surge in Amazon		24-11-2012	Simon Romero
	Brazil Debates Easing Curbs on Developing Amazon Forest		11-05-2011	Alexei Barrionuevo

APÊNDICE D - Reportagens citadas na Estrutura Discursiva *Ambientalista*

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Amazônia Real	Rondônia vota projeto para redução gigante de áreas florestais protegidas	***Ambientalista***	16-12-2020	Steffanie Schmidt
	Amazônia em Chamas: Sobrevoo flagra avanço da degradação ambiental no território Munduruku		12-10-2020	Elaíze Farias e Marizilda Cruppe
	Amazônia em Chamas 20: Enquanto Salles e Mourão têm atritos, queimadas na Amazônia continuam aumentando		29-08-2020	Fábio Pontes e Elaíze Farias
	BR-319 ameaça povos indígenas 4:– A inviabilidade econômica da estrada		09-06-2020	Lucas Ferrante, Mércio Pereira e Philip M. Fearnside
	BR-319 ameaça povos indígenas 4:– A inviabilidade econômica da estrada		09-06-2020	Lucas Ferrante, Mércio Pereira e Philip M. Fearnside
	Foi assassinato, não foi acidente", diz família de Ari Uru-Eu-Wau-Wau, morto em Rondônia		19-04-2020	Izabel Santos e Elaíze Farias
	Os novos hunos		13-03-2020	Lúcio Flávio Pinto
	Amazônia em Chamas: o fogo apocalíptico de Rondônia		30-08-2019	Thaís Espinosa
	Amazônia em Chamas: fumaça das queimadas avança sobre a região Sudeste		21-08-2019	Izabel Santos
	Quatro agricultores são mortos em novo conflito agrário na Amazônia		02-04-2019	Fábio Pontes
	A floresta: ameaçada		23-01-2019	Lúcio Flávio Pinto
	Amazônia e os Retrocessos do Momento Político		11-10-2018	Philip. M. Fearnside
	Pavimentação da BR-317 preocupa lideranças Apurinã do Rio Purus		10-08-2018	Vandré Fonseca
	A utopia amazônida		24-05-2018	Lúcio Flávio Pinto
	Índios e quilombolas da Amazônia contam suas histórias no novo Google Earth		25-07-2017	Elaíze Farias
	Tem grileiro invadindo nossas terras", denunciam índios Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia		09-02-2017	Fábio Pontes
	População protesta contra as queimadas nas florestas de Manacapuru (AM)		14-10-2015	Amazônia Real
	Castanheiras: rainhas-da-Amazônia sem súditos"		21-07-2016	Renan Albuquerque
	Degradação e Desenvolvimento ou a dinâmica do avançando, mas retrocedendo		10-02-2014	Carlos Durigan

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
Folha de São Paulo	Desmatamento da Amazônia em setembro tem queda, mas permanece elevado	***Ambientalista***	09-10-2020	Philippe Watanabbe

	Mourão diz que governo será avaliado por eficácia na Amazônia, mas não apresenta ações imediatas		15-07-2020	Daniel Carvalho e Renato Machado
	Terras Indígenas e UCs federais concentram 72% do desmatamento para garimpos na Amazônia em 2020		25-06-2020	Mônica Prestes
	Retomada da economia pós-coronavírus é oportunidade para descarbonizá-la		04-06-2020	Natálie Unterstell e Gustavo Tosello Pinheiro
	Vocês roubaram minha infância, como ousam?', diz Greta na ONU		23-07-2019	Edição Impressa
	Planeta em risco: queimadas consomem esforços conjuntos de governos anteriores, sociedade civil e povos indígenas		27-08-2019	Joenia Wapichana
	Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia, 2019		22-08-2019	Diogo Schelp
	Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia		22-08-2019	Diogo Schelp
	Desafio dos dez anos vira ferramenta de protesto contra danos ambientais		22-01-2019	Edição Impressa
	Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro		06-01-2019	Fabiano Maisonnave, Phillippe Watanabe e Ana Carolina Amaral
	Procuradoria move 757 ações contra desmate na Amazônia e pede R$ 1,5 bi		21-11-2017	Reynaldo Turollo Jr.
	Ministro do STF vota por derrubar anistia a desmatadores		08-11-2017	Letícia Casado
	Governo Temer anuncia redução de 16% no desmatamento da Amazônia		17-10-2017	Marina Dias e Fabiano Maisonnave
	Operação do Ibama na Amazônia luta contra o desmatamento, veja imagens		21-08-2017	Reuters
	Noruega critica política ambiental de Temer às vésperas de visita oficial		21-06-2017	Fabiano Maisonnave
	Código florestal não protegerá espécies da Amazônia, diz estudo		29-06-2016	Philippe Watanabbe
	Moratória da soja conteve desmate na Amazônia, diz estudo		28-01-2015	João Carlos Magalhães
	Diminuição da taxa de desmatamento esbarra em piso		16-10-2014	Marcelo Leite
	Governo adia divulgação de dados do desmate na Amazônia		15-10-2014	Marcelo Leite
	Desmatamento na Amazônia sobe 28% em 2013		14-11-2013	Johanna Nublat e Giuliana Miranda
	Pai' da biodiversidade quer ver Brasil como potência ambiental		18-06-2012	Andreia Vialli

	Ambientalistas já miram votação de lei florestal no Senado		25-05-2011	Reuters
	Inflação subirá sem nova lei de florestas, ameaça CNA		08-02-2011	Cláudio Ângelo

Jornal	Título da Matéria	Estrutura Discursiva	Data	Autor(es)
The New York Times	'Opinion': We amazon rainforest fire prevention	***Ambientalista***	02-10-2020	Márcia Nunes Pereira e Valéria Paye Pereira
	'The Amazon is completely Lawless': the rainforest after Bolsonaro´s first year		05-12-2019	Matt Sandy
	'The Amazon is completely Lawless': the rainforest after Bolsonaro´s first year		05-12-2019	Matt Sandy
	Why Amazon Fires Keep Raging 10 Years After a Deal to End Them		10-10-2019	Clifford Krauss, David Yaffe-Bellany e Mariana Simões
	Under Brazil's Far-Right Leader, Amazon Protections Slashed and Forests Fall		28-07-2019	Leticia Casado e Ernesto Londoño
	Swallowing Rain Forest, Cities Surge in Amazon		24-11-2012	Simon Romero
	Brazils new leader mulls fate of forest protections		24-05-2012	Andrew C. Rekwin
	In Brazil, Fears of a Slide Back for Amazon Protection		24-01-2012	Alexei Barrionuevo

APÊNDICE E - Reportagens citadas nas discussões sobre a Agenda 2030

Jornal	Título da Matéria	Data	Autor(es)
Amazônia Real	Homem ataca com fogo veículos do Ibama e diz que foi por vingança, em Rondônia	21-10-2018	Vandré Fonseca
	Indígenas exigem de líderes mundiais seus direitos reconhecidos na COP 22	11-11-2016	Rafaela Diedrich, Ana Maria Goulart e Felipe Sakamoto

Jornal	Título da Matéria	Data	Autor(es)
Folha de São Paulo	Post mistura informações verdadeiras com dados imprecisos sobre o meio ambiente no Brasil	14-10-2020	Editorial
	Estudo lança dúvidas sobre meta brasileira do clima	29-10-2015	Marcelo Leite
	Desmatamento na Amazônia cai 15% em 2014	14-08-2015	Editorial
	Análise: Despertar dos gigantes ameaça protagonismo do Brasil no clima	13-11-2014	Rafael Garcia

Jornal	Título da Matéria	Data	Autor(es)
The New York Times	Opinion: The Amazon on the brink	26-09-2018	Philip M. Fearnside e Richard Schiffman
	Amazon Deforestation, Once Tamed, Comes Roaring Back	24-02-2017	Hiroko Tabuchi, Claire Rigby e Jemery White
	Clashing Visions of Conservation Shake Brazil's Presidential Vote	03-10-2014	Simon Romero